

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**AS ORIGENS DA INDÚSTRIA GAÚCHA E O SETOR  
TÊXTIL NO PERÍODO DO PROCESSO DE  
SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES**

**CLÁUDIO CÉSAR VOGT**

Porto Alegre  
2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**AS ORIGENS DA INDÚSTRIA GAÚCHA E O SETOR  
TÊXTIL NO PERÍODO DO PROCESSO DE  
SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES**

**CLÁUDIO CÉSAR VOGT**

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como quesito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Economia - Modalidade Profissionalizante.

Porto Alegre  
2003

*A meus pais, meus irmãos e a  
minha esposa por tudo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Não existe fórmula, nem segredo para se fazer uma dissertação de mestrado. Há livros que abordam o assunto e oferecem preceitos a serem respeitados. Porém nada nos é dado pronto. Cabe ao mestrando, com sua percepção individual e talento, tentar transformar estes preceitos em uma dissertação. É preciso muito trabalho para apresentar a nós mesmos algo de que nos orgulhar. Só então ficamos felizes, não só pelo que realizamos, mas também por saber que outras pessoas irão ler e gostar da pesquisa realizada.

No início parece que nos falta um modelo, e começamos sem saber ao certo se estamos focados ou estamos estudando algo que foge do tema. Aos poucos a dissertação começa a tomar forma e percebemos que o tal modelo aparece à medida que nos dedicamos mais e aprendemos mais sobre o assunto. Este trabalho não é possível de ser realizado sem a fundamental orientação de professores e profissionais ligados ao tema. Assim, reconheço que não teria conseguido realizá-lo sem o apoio e os ensinamentos de inúmeras pessoas que me ajudaram a empreender esta tarefa. A todos que me ajudaram, abriram mão de seu tempo particular para me dar atenção e me mostraram um caminho para trilhar na realização deste trabalho, agradeço de coração.

Primeiramente quero agradecer à Universidade de Caxias do Sul, pelo curso ali ocorrido e pela boa condução no andamento do mesmo. Fazer o mestrado sempre foi um grande sonho meu, que pude realizar pela oportunidade a mim oferecida.

Igualmente agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por realizar este curso de mestrado nas instalações da UCS, o que vem demonstrar uma vontade de ampliar os conhecimentos a todos os interessados. Além de agradecer, tenho muito a elogiar a UFRGS, pelo fantástico grupo de professores.

Confesso que é difícil citar o nome das pessoas que mais ajudaram para que eu concretizasse esta meta, pois foram tantas que tenho receio de esquecer alguém especial. Mesmo assim, preciso declarar um agradecimento especial aos professores do curso: Eduardo Ribeiro, Jorge Paulo de Araújo, Marcelo Portugal, Fernando Ferrari Filho, Paulo Waquil, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Gilberto de Oliveira Kloeckner e Stefano Florissi.

Quanto ao professor Stefano Florissi, agradeço pelo esforço desempenhado não só a mim, mas também a todos os alunos que precisaram de sua ajuda. Sempre demonstrou ser muito prestativo e muito me ajudou na fase inicial desta dissertação.

Agradeço também ao professor da UFRGS e coordenador do curso, professor Ronald Otto Hillbrecht, assim como ao professor coordenador da coordenação de Pós-Graduação da UCS, Alindo Butzke. Também agradeço ao apoio e à atenção dada pelo professor Divanildo Triches, e a todos os professores da UFRGS e da UCS, que de alguma forma interagiram para o bom andamento do curso.

Agradeço à professora da UCS, Vânia Beatriz Merlotti Herédia, pelo tempo dedicado a mim e por muito ter me ajudado. Não só forneceu endereços para a realização da pesquisa, como também sugeriu inúmeras referências bibliográficas que se tornaram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. Enfim, sua contribuição fortaleceu as bases para a realização desta dissertação.

Também agradeço a todo pessoal do Fitemasul – Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharias da Região Nordeste do Rio Grande do Sul, pela atenção a mim prestada. Agradeço, ainda, a gentileza de Denise Bordin Roos, que tendo realizado um importante estudo sobre o setor têxtil da cidade de Caxias do Sul, me enviou de imediato uma cópia de sua dissertação de mestrado.

Agradeço à Maria Helena Tomazini, presidente da Associação das Malharias de Gramado, pelos dados obtidos sobre a indústria têxtil local. Assim

como à Marília Daros, diretora do arquivo histórico de Gramado, pelo tempo a mim dedicado e pelas informações a mim prestadas.

Finalmente, agradeço em especial a meu orientador Pedro Cezar Dutra Fonseca, que certamente sacrificou seus compromissos para me ajudar a concretizar esta meta. Seus ensinamentos e a clareza de suas idéias serão de grande valor durante toda minha vida. Além de demonstrar muito profissionalismo, sua conduta foi a de um verdadeiro orientador, pois me indicou os caminhos que deveria percorrer. Forneceu-me um apoio técnico de alto nível, demonstrando extrema compreensão diante das minhas dificuldades. Enfim, sempre estive ao meu lado nos momentos em que foi solicitado. Por tudo isso, o meu mais profundo e sincero muito obrigado.

Não posso deixar de agradecer a atenção e a cordialidade com que a secretária do PPGE/UFRGS, Iara Cleci Machado, sempre me tratou. Da mesma forma, preciso fazer um agradecimento especial a Jaciara Irazoqui, também funcionária da UFRGS, pela sua dedicação para que eu realizasse um ótimo trabalho. A elas e a todos seus colegas muito obrigado.

Gostaria ainda de agradecer ao pessoal da FEE – Fundação de Economia e Estatística, onde obtive grande parte dos dados da pesquisa sobre o setor têxtil, e que foi uma riquíssima fonte de dados sobre o período pesquisado. Agradeço, principalmente, às bibliotecárias, pelo tempo a mim dedicado. Da mesma forma que devo agradecer a todas as bibliotecárias das principais universidades do Rio Grande do Sul, onde estive pesquisando e que, certamente, tiveram muito trabalho para organizar todos os livros que tirei do lugar.

Agora pretendo agradecer a minha família, mas não existem palavras que podem expressar a minha gratidão. A minha esposa Luciana, agradeço de coração pela paciência e compreensão, sua alegria e seu amor, pois sem o seu apoio dificilmente teria chegado aqui. Ao meu pai Nabor e a minha mãe Iraci, pelo exemplo de vida, de trabalho, de união e, acima de tudo, ao apoio para que eu sempre continuasse a estudar. Aos meus irmãos, César e Rodrigo, pela ajuda e pelo apoio para que eu concluísse este objetivo. Tudo isso foi muito importante para enfrentar este desafio. Muito obrigado por tudo.

Gostaria de fazer aqui um agradecimento especial ao meu tio, Leocides Libardi Preto, que durante a realização desta dissertação, veio a falecer, vítima de câncer. Preto, era sócio-diretor da Malharia Lucirene Ltda, empresa onde minha família e eu trabalhamos. Quando disse a ele que iria fazer mestrado em economia, de imediato me apoiou e compreendeu que isso significaria algumas faltas ao trabalho. Sem o seu apoio dificilmente poderia ter concluído este curso. Cabe ainda, fazer um agradecimento especial aos meus colegas da empresa, que realizaram o meu trabalho nos dias em que me ausentei para estudar. A todos agradeço a compreensão e o apoio para que eu concluísse esta meta.

Finalmente agradeço à professora Maria Cristina Munaretti, pela gentileza e pelo trabalho qualificado na tradução do resumo para a língua inglesa. Também agradeço à professora Elaine Solange de Melo pela correção deste trabalho e, ainda, a todas as pessoas que não citei, mas que de alguma forma me ajudaram a realizar esta dissertação. A conclusão desta pesquisa somente pode se concretizar pela ajuda de cada um de vocês. A todos sou sinceramente grato.

## RESUMO

Este trabalho discute as origens e o desenvolvimento da indústria gaúcha, enfocando com maior acuidade o setor têxtil. Para tanto, descreve-se as formas de inserção da economia gaúcha na economia nacional, às quais fundaram as bases para o desenvolvimento econômico estadual. A partir de então, é apresentado o desenvolvimento da economia vinculada à região colonial, onde se verificou a importante contribuição dos imigrantes europeus para o desenvolvimento econômico do Estado. Os capitais acumulados por estas atividades permitiram investimentos em alguns ramos industriais, entre eles o têxtil.

Utiliza-se o método histórico-descritivo para evidenciar os principais determinantes do desenvolvimento econômico que caracterizou esta região e os fatores que impulsionaram a industrialização. Assim, acompanha-se o desenvolvimento industrial, principalmente o do setor têxtil, desde o período da República Velha, até o final do período da substituição de importações.

No final do trabalho são relacionadas as principais conclusões sobre o desenvolvimento do setor têxtil no Rio Grande do Sul, ao longo do período de substituição de importações.



## **ABSTRACT**

This dissertation discusses the origins and the development of the industry in Rio Grande do Sul – the southernmost state of Brazil – focusing, with more accuracy, on the textile sector. In order to do that, the forms of insertion of the state of Rio Grande do Sul in the national economy – which were the base for the economic development of the state – are described. From this point on, the development of the economy related to the colonial region – where the important contribution of the European immigrants for the economic development of the state was of utmost importance – is presented. The capital accumulated by these activities allowed investments in some industrial segments, among them the textile one.

Therefore, the main leading factors to the economic development that characterized this region and the driving force for the industrialization are remarked. In this way, the industrial development, mainly in the textile sector, is also described, since the times of the Old Republic until the end of the times of the import substitution.

In the end of the dissertation, the main conclusions about the development of the textile sector in Rio Grande do Sul during the times of the import substitution, are reported.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRUDUÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>SETOR TEXTIL</b>	<b>23</b>
2.1	Definição e delimitação do tema	24
2.2	Inter-relação de setores do complexo têxtil	26
2.3	Elementos da cadeia agroindustrial têxtil	27
2.3.1	Beneficiamento de fibras	28
2.3.1.1	Fibras naturais	29
2.3.1.2	Fibras químicas artificiais	32
2.3.1.3	Fibras químicas sintéticas	34
2.3.2	Fiação	39
2.3.3	Tecelagem	39
2.3.4	Malharia	41
2.3.4.1	Malharia por trama	41
2.3.4.2	Malharia por urdume	43
2.3.5	Acabamento	44
2.3.6	Confecção	44
<b>3</b>	<b>ANTECEDENTES DA INDÚSTRIA GAÚCHA E O INÍCIO DA PRODUÇÃO TÊXTEL NO RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>46</b>
3.1	Análise histórico-econômica do Rio Grande do Sul até o surgimento da primeira indústria têxtil em seu território	46
3.1.1	Os primeiros ciclos econômicos do Brasil colonial e suas relações com a economia rio-grandense	51
3.1.1.1	O ciclo do açúcar	51
3.1.1.2	O ciclo do ouro	54
3.1.1.3	O ciclo do café	55
3.1.1.4	Desenvolvimento da economia gaúcha, a produção de trigo e de charque no Rio Grande do Sul	58
3.1.2	Economia imigrante no Rio Grande do Sul	63
3.1.3	O início do desenvolvimento industrial brasileiro	68

3.1.4	Origens da indústria têxtil no Brasil e no Rio Grande do Sul	71
3.1.4.1	O início da indústria têxtil no Rio Grande do Sul	79
<b>4</b>	<b>A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL E O SETOR TÊXTIL NO CONTEXTO DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA</b>	<b>85</b>
4.1	Transição capitalista no Rio Grande do Sul	86
4.1.1	Crise na economia pecuária	88
4.1.2	Prosperidade na economia agrícola e sua influência na indústria	91
4.1.3	Industrialização no Rio Grande do Sul	96
4.1.3.1	Desenvolvimento da indústria têxtil no Rio Grande do Sul	102
<b>5</b>	<b>A ECONOMIA GAÚCHA E O SETOR TÊXTIL NO PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES</b>	<b>118</b>
5.1	O processo de substituição de importações	119
5.1.1	Ruptura no modelo de desenvolvimento brasileiro baseado na agroexportação	134
5.1.2	A intenção em industrializar	138
5.1.3	Lei dos Similares	141
5.2	A industrialização no Rio Grande do Sul e a concentração industrial em São Paulo	142
5.3	Desenvolvimento industrial e alteração na estrutura produtiva	155
5.4	A indústria têxtil no período do processo de substituição de importações	159
5.4.1	Restrição à importação de máquinas têxteis (1931/1937)	160
5.4.2	Concentração da indústria têxtil em São Paulo	164
5.4.3	Desenvolvimento da indústria têxtil no Rio Grande do Sul	171
5.4.3.1	A indústria têxtil de lã no Rio Grande do Sul	183
5.4.3.2	Crescimento e emprego na indústria têxtil	187
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>194</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>201</b>

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1–	O COMPLEXO TÊXTIL_____	25
FIGURA 2–	INTER-RELAÇÃO DE SETORES DO COMPLEXO TÊXTIL_____	26
FIGURA 3–	CLASSIFICAÇÃO DAS FIBRAS TEXTTEIS_____	31
FIGURA 4–	FLUXOGRAMA SIMPLIFICADO DA CADEIA DE PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS FIBRAS ARTIFICIAIS_____	33
FIGURA 5–	FLUXOGRAMA SIMPLIFICADO DA CADEIA DE PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS FIBRAS SINTÉTICAS_____	36
FIGURA 6–	TECIMENTO POR TRAMA_____	41
FIGURA 7–	TECIMENTO POR URDUME_____	43
FIGURA 8–	CONFIGURAÇÃO BÁSICA DA CADEIA TÊXTIL_____	45
FIGURA 9–	FRONTEIRA DO TRATADO DE TORDESILHAS (1494)_____	48
FIGURA 10–	MAPA ATUAL DO RIO GRANDE DO SUL E DO URUGUAI, COM A MARCAÇÃO DAS OSCILAÇÕES DA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL_____	50
FIGURA 11–	COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL_____	65

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1–	CONSUMO DAS FIBRAS NO BRASIL_____	38
------------	-----------------------------------	----

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1–	EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL ATÉ O INÍCIO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO ESTADO_____	84
-----------	--	----

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1–	CARACTERÍSTICAS DAS PRINCIPAIS FIBRAS NATURAIS _____	29
TABELA 2–	EXPORTAÇÃO DE TRIGO PELO RIO GRANDE DO SUL: 1790/1820 _____	59
TABELA 3–	EXPORTAÇÃO DE LÃ DO RIO GRANDE DO SUL: 1861/1890 _____	82
TABELA 4–	EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL EM 1861 _____	93
TABELA 5–	PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL: 1861/1927 _____	94
TABELA 6–	DESTINO, EM VALOR, DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL: 1906/1909 _____	97
TABELA 7–	PRINCIPAIS MERCADOS FORA DO BRASIL, EM VALOR, DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL: 1906/1909 _____	98
TABELA 8–	IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL COM O RESTO DO BRASIL: 1908/1910 _____	99
TABELA 9–	IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL COM PAÍSES ESTRANGEIROS: 1908/1910 _____	99
TABELA 10–	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E CAPITAL NO DISTRITO FEDERAL, SÃO PAULO E RIO GRANDE DO SUL EM 1907 _____	100
TABELA 11–	AS MAIORES INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL EM 1895 _____	103
TABELA 12–	IMPORTAÇÃO EM VALORES DE PRODUTOS TÊXTEIS NO RIO GRANDE DO SUL EM 1901 _____	107
TABELA 13–	INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO RIO GRANDE DO SUL EM 1910 _____	108
TABELA 14–	VALOR DA PRODUÇÃO DAS INDÚSTRIAS A. J. RENNER & CIA. TÊXTIL: 1914/1920 _____	111
TABELA 15–	INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM NO RIO GRANDE DO SUL EM 1915 _____	112
TABELA 16–	VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO RIO GRANDE DO SUL: 1913/1919 _____	113
TABELA 17–	MÁQUINAS TÊXTEIS IMPORTADAS PELO BRASIL: 1915/1930 _____	114
TABELA 18–	TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB, DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO BRASIL: 1901/1999 _____	132
TABELA 19–	PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL: 1907/1958 _____	144

TABELA 20– DESTINO DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DE SÃO PAULO: 1900/1970 _____	149
TABELA 21– ESTRUTURA DAS MERCADORIAS DE EXPORTAÇÃO DO BRASIL: 1955/1981 _____	156
TABELA 22– DISTRIBUIÇÃO DAS MERCADORIAS DE IMPORTAÇÃO NO BRASIL: 1938/1961 _____	157
TABELA 23– MUDANÇA NA ESTRUTURA BRASILEIRA DE MERCADORIAS DE IMPORTAÇÃO: 1949/1962 _____	158
TABELA 24– EXPORTAÇÕES DE MÁQUINAS TÊXTEIS PARA O BRASIL PROVENIENTES DA GRÃ-BRETANHA, DOS ESTADOS UNIDOS, DA FRANÇA E DA ALEMANHA: 1913/1930 _____	161
TABELA 25– MÁQUINAS TÊXTEIS IMPORTADAS PELO BRASIL: 1933/1939 _____	163
TABELA 26– EVOLUÇÃO DA ÁREA CULTIVADA DE CAFÉ E ALGODÃO EM SÃO PAULO: 1920/1938 _____	166
TABELA 27– EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO EM SÃO PAULO: 1900/1932 _____	168
TABELA 28– EXPORTAÇÕES DE TECIDOS DO RIO GRANDE DO SUL: 1922/1928 _____	168
TABELA 29– CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DE SÃO PAULO – INDÚSTRIA TÊXTIL: 1907/1939 _____	169
TABELA 30– PERCENTAGEM DO VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO RIO GRANDE DO SUL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO VALOR DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA TEXTIL NO BRASIL: 1920/1980 _____	170
TABELA 31– INDÚSTRIA TÊXTIL DO BRASIL: 1929/1939 _____	172
TABELA 32– ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL: 1929/1939 _____	173
TABELA 33– INDÚSTRIAS TEXTIL ALGODOEIRA NO BRASIL: 1915/1948 _____	176
TABELA 34– TIPO DE EQUIPAMENTO DO PARQUE INDUSTRIAL TÊXTIL POR REGIÕES DO BRASIL EM 1960 _____	178
TABELA 35– DISTRIBUIÇÃO DOS TEARES EM USO POR REGIÕES DO BRASIL EM 1960 _____	179
TABELA 36– PORCENTAGEM DE TEARES AUTOMÁTICOS NO MUNDO: 1963/1979 _____	180

TABELA 37– TAXAS DE CRESCIMENTO DO CONSUMO INDUSTRIAL DE FIBRAS TÊXTEIS NO BRASIL E CRESCIMENTO DO PIB: 1963/1987 _____	180
TABELA 38– ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL: 1973/1983 _____	182
TABELA 39– PRODUÇÃO DE LÃ BRUTA NO RIO GRANDE DO SUL: 1940/1962_	184
TABELA 40– CONSUMO LOCAL E EXPORTAÇÃO DA LÃ PRODUZIDA NO RIO GRANDE DO SUL _____	185
TABELA 41– CONSUMO ANUAL DE FIBRAS DE LÃ NO BRASIL EM 1960 _____	185
TABELA 42– INDÚSTRIAS TÊXTEIS QUE OPERAVAM NA INDUSTRIALIZAÇÃO DA LÃ NO RIO GRANDE DO SUL EM 1960 _____	186
TABELA 43– PESSOAL OCUPADO PELA INDÚSTRIA TÊXTIL NO RIO GRANDE DO SUL: 1940/1980 _____	187
TABELA 44– PESSOAL OCUPADO PELA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL: 1920/1980 _____	188
TABELA 45– ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA TÊXTIL NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL: 1940/1980 _____	188
TABELA 46– ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL: 1940/1980 _____	189
TABELA 47– PERCENTAGEM DO PESSOAL OCUPADO PELA INDÚSTRIA TÊXTIL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: 1940/1980 _____	189
TABELA 48– PERCENTAGEM DO PESSOAL OCUPADO PELA INDÚSTRIA TÊXTIL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL: 1920/1980 _____	190
TABELA 49– PERCENTAGEM DO VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO VALOR DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: 1920/1980 _____	191
TABELA 50– PERCENTAGEM DO VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO VALOR DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL: 1920/1980 _____	191
TABELA 51– NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS NO RIO GRANDE DO SUL: 1920/1980 _____	192
TABELA 52– NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS NO BRASIL: 1920/1980 _____	192

## LISTA DE SIGLAS

- ABINT – Associação Brasileira da Indústria de Não-Tecidos
- ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
- ABPHE – Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica
- ABRAFAS – Associação Brasileira de Produtores de Fibras Artificiais e Sintéticas
- ABRAVEST – Associação Brasileira do Vestuário
- BADESUL – Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
- CETIQT – Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil
- CIERGS – Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
- CNA – Confederação Nacional da Agricultura
- CNI – Confederação Nacional da Indústria
- CNIT – Conselho Nacional da Indústria Têxtil
- FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa
- FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
- FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
- FITEMASUL – Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharias da Região Nordeste do Rio Grande do Sul
- IBAGESC – Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IEL – Instituto Euvaldo Lodi
- IEMI – Instituto de Estudos e Marketing Industrial
- ITMF – International Textile Manufacturers Federation
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- PUC – Pontifícia Universidade Católica
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas
- SENAI – Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial
- SINDITÊXTIL – Sindicato das Indústrias Têxteis do Estado de São Paulo
- UCS – Universidade de Caxias do Sul



UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo da história não é relevante apenas para conhecer o passado, mas também para entender o presente e orientar as ações para se obter melhores resultados no futuro. Diante disso, o estudo da industrialização brasileira, além de ser altamente gratificante, torna-se de suma importância para se compreender a trajetória do desenvolvimento econômico do País e as origens dos problemas atuais. É nesse estudo que se percebe a complexidade dos fatores que determinam este processo de desenvolvimento.

Assim, o presente estudo tem como principal objetivo abordar as origens e o desenvolvimento da indústria gaúcha, com um enfoque sobre o setor têxtil, onde, serão enfatizados os aspectos econômicos do desenvolvimento industrial. Assim, seu método é o histórico-descritivo, pois se buscará a reconstituição histórica do objeto do trabalho, necessariamente recorrendo a uma visão de longo prazo, a fim de resgatar sua origem e desenvolvimento.

A escolha sobre o setor têxtil se fez pelo fato de esta indústria ser uma das primeiras a se instalar tanto no Estado, como no País e, durante as primeiras décadas do século XX, exercer a liderança na indústria de transformação. Tal situação veio a alterar-se somente após a década de 1930 com a diversificação das atividades produtivas. Mesmo assim, o setor continuou a gerar boa parte da renda interna, por ser um grande empregador e se vincular a diversos setores da economia.

Para uma melhor compreensão do trabalho, o capítulo 2 elabora uma visão geral sobre o setor têxtil, mostrando quais indústrias fazem parte deste complexo. Constitui-se de uma série de atividades que envolvem, desde o beneficiamento

das matérias-primas, até a oferta de tecidos e outros produtos têxteis para o mercado consumidor. Contudo, está diretamente relacionado a diversos setores da economia: a agricultura fornece fibras, como o algodão, por exemplo; a pecuária que fornece a lã; a indústria química fornece insumos; a indústria de máquinas e equipamentos fornece os bens de capitais necessários às atividades fabris. Grande parte dos tecidos é destinada ao setor de vestuário e confecção, de onde surgirá uma extensa variedade de produtos. Diante disso, percebe-se a importância que o setor têxtil teve para o desenvolvimento da economia brasileira. Assim, o capítulo aborda os componentes da cadeia-produtiva têxtil, bem como sua relação com outros setores da economia, servindo como introdução ao tema. Cabe ressaltar que algumas atividades industriais descritas neste capítulo são atividades mais recentes que não existiam no início do século, fruto da própria evolução do setor. Entretanto, a estrutura da produção com determinada inter-relação entre os setores, permaneceu ao longo do século XX.

Assim, o surgimento desse setor na economia gaúcha ocorreu ainda nas últimas décadas do século XIX, por isso cabe avaliar as origens da indústria têxtil no Rio Grande do Sul. Para tanto, se utilizou uma reconstituição histórica, mostrando a evolução econômica da região desde o seu povoamento até a data quando se instala a primeira indústria têxtil no Rio Grande do Sul. Estes aspectos são apresentados no capítulo 3.

Esta reconstituição histórica é de fundamental importância, pois permite a compreensão do desenvolvimento econômico no Estado, desde seu surgimento. Aborda as origens pecuaristas do Rio Grande do Sul e mostra a importância que o programa de imigração gerou para seu desenvolvimento econômico, confirmando a constituição de duas distintas economias. A primeira, vinculada à pecuária, apresentando pouca diversificação e a segunda, a economia agrícola, fruto de um trabalho predominantemente dos imigrantes europeus, dotada de maior diversificação. Durante o estudo percebe-se que à medida que a primeira começou a estagnar-se, a segunda ampliou sua prosperidade.

No Brasil, o período que compreende os últimos anos do século XIX até a década de 1930, caracterizou-se como um período onde o desenvolvimento industrial dependia da agricultura de exportação. Tal situação ocorreu, principalmente, nos Estados exportadores de café, como São Paulo e Rio de

Janeiro. Nestes estados, a agricultura de exportação induzia o crescimento da produção industrial à medida que criava mercado e estimulava a formação de capital, além de que gerava a capacidade de importar, pois a incipiente indústria era pouco diversificada e necessitava de importações de matérias-primas e máquinas.

O desenvolvimento industrial no contexto da economia agroexportadora é apresentado no capítulo 4. Neste capítulo percebe-se que no caso do Rio Grande do Sul, seu desenvolvimento industrial difere dos outros estados por apresentar características distintas desde sua formação. O sistema produtivo do Rio Grande do Sul caracterizou-se por vincular-se à produção do centro do país. Foi neste período que o Rio Grande ficou conhecido como celeiro do País. Busca-se também reconstruir a trajetória da formação e do desenvolvimento da indústria gaúcha e abordar o porque de a região não conseguir o mesmo desenvolvimento apresentado por São Paulo, que se ampliou com o passar do tempo entre as duas regiões, podendo a indústria têxtil paulista realizar a maior parte da produção têxtil nacional.

Foi graças ao surgimento de inúmeras atividades industriais, nesse período, que se criaram as bases para a expansão industrial no período de substituição de importações, que se iniciou na década de 1930, quando, em virtude de uma série de transformações, esgotam-se as possibilidades de o País sustentar o modelo econômico agrário-exportador.

O período de substituição de importações é apresentado no capítulo 5. Neste capítulo é estudado o desempenho do setor industrial ao longo de aproximadamente 50 anos, já que este modelo de desenvolvimento esgotou-se ao final da década de 1970. A crise de 1929 e os acontecimentos no início da década de 1930 provocaram a ruptura no modelo agroexportador, passando o setor industrial a determinar o crescimento da economia do País. Ao longo deste período, mais do que avaliar o setor têxtil no Rio Grande do Sul, buscou-se abordar o setor dentro do contexto nacional, comparando o desempenho dessa indústria tanto em termos locais, como nacionais.

Assim, avaliando o desenvolvimento do trabalho, percebe-se que este foi construído dentro de uma evolução gradativa, tanto da industrialização do Rio Grande do Sul, como do desenvolvimento do setor têxtil na economia. Pois, para

abordar o processo de substituição de importações que é apresentado no capítulo 5, é de fundamental importância saber quais acontecimentos ocorreram ao longo da República Velha, no contexto da economia agroexportadora, apresentada no capítulo 4, que desencadearam o processo de substituição de importações. Já para se compreender as origens do desenvolvimento industrial que ocorreu ao longo da República Velha é de fundamental importância compreender a formação do Estado, o surgimento de seu mercado interno, o papel dos imigrantes europeus e a inserção da economia gaúcha na nacional, fatores que impulsionaram o desenvolvimento do Estado e foram apresentados no capítulo 3.

Para se alcançar os objetivos do trabalho, foi realizada uma extensa pesquisa em diversas fontes, às quais podem ser verificadas nas referências bibliográficas. Mesmo assim, cabe destacar que para reunir tal material foi necessário visitar inúmeros locais, como por exemplo, sindicatos, arquivos históricos, escritórios do IBGE, diversas universidades e bibliotecas. Cabe ainda destacar a importância das obras de STEIN (1979) e SUZIGAN (2000a), que abordam as origens e o desenvolvimento do setor têxtil com um enfoque nacional, da mesma forma que as obras de REICHEL (1978) e HERÉDIA (1997) são importantíssimas para a análise das origens e do desenvolvimento da indústria têxtil gaúcha.

Quanto às informações sobre a indústria têxtil, foi dada preferência aos dados dos censos industriais realizados pelo IBGE. Esta decisão foi tomada em virtude de se tratar de um longo período de tempo, onde muitas publicações, também referentes ao setor têxtil, que abordam períodos menores, apresentam dados diferentes dos apresentados pelos censos. Isto ocorre, provavelmente, porque os critérios para a coleta dos dados não foram os mesmos.

Mesmo no caso dos censos, é preciso certo cuidado ao se comparar dados, sempre verificando se eles são compatíveis. Este problema seria ainda agravado caso se utilizasse uma fonte de dados para cada período. Entre os motivos que podem gerar divergências entre os dados apresentados pelos censos e outras publicações pode-se citar:

- a) O número de estabelecimentos recenseados pode ser inferior à realidade, pela dificuldade de coleta de dados;

b) Pode haver confusão entre o termo "empresa" ou "estabelecimento". Pois para o IBGE, "estabelecimento" corresponde, a uma unidade física (fábrica, usina, mina, pedreira etc). Quando na mesma unidade física coexistem duas ou mais unidades de produção, como por exemplo, fabricação de calçados e de caixa de papelão, contam-se dois ou mais estabelecimentos. Assim uma "empresa", que é a entidade constituída juridicamente, pode possuir vários estabelecimentos (unidades de produção).

c) Outro motivo decorre do fato de o IBGE separar o gênero "Indústrias Têxteis" das "Indústrias de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos". Alguns autores consideram os dois gêneros como sendo de indústrias têxteis, abordando o assunto como "cadeia produtiva têxtil-vestuário". Cabe destacar que este capítulo foi realizado com base apenas no gênero "Indústrias Têxteis".

## 2 SETOR TÊXTIL

O setor têxtil foi o principal setor industrial da economia brasileira, tanto em valor de produção como em número de empregados, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Conforme Wilson Suzigan, a indústria têxtil foi o gênero mais importante da indústria de transformação no Brasil até o ano de 1939. Em 1907, o setor (incluindo produtos de algodão, juta, lã, seda e linho) empregava 34,2% dos trabalhadores da indústria de transformação, tinha 40,2% do total da força motriz instalada e 40,4% do total do capital investido. (SUZIGAN, 2000a, p. 129)

A principal matéria-prima que veio a abastecer a indústria têxtil no Brasil foi o algodão, planta que no Rio Grande do Sul não era produzida por motivos climáticos. Décadas após o início da produção têxtil no Brasil, surgiu no Rio Grande do Sul, a indústria têxtil voltada à produção de artigos de lã.

Nos próximos capítulos, será mostrada uma revisão do processo de industrialização do Brasil, onde se percebe a importância do setor têxtil no desenvolvimento da indústria de transformação. Para recuperar este histórico e traçar um quadro referencial, este capítulo busca mostrar uma visão geral sobre o setor têxtil, abordando sua relação com outros setores da economia.

## 2.1 DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA

Inicialmente, é importante que se delinear uma visão atual da cadeia agroindustrial têxtil. Além de apresentar uma série de termos específicos de seu processo produtivo, busca-se mostrar como os segmentos das indústrias do setor relacionam-se entre si. Este é um passo inicial necessário para o desenvolvimento posterior do trabalho.

Primeiramente, mostram-se os principais elos componentes da cadeia têxtil. Pode-se dizer, de forma simplificada, que a cadeia produtiva têxtil compreende os processos de fiação, tecelagem, malharia, acabamento/beneficiamento e confecção. A cadeia têxtil faz parte de um complexo industrial mais amplo, o complexo têxtil, que se inter-relaciona com outros complexos da economia. Segundo GARCIA (1994), a indústria têxtil constitui o núcleo de um complexo industrial, a que estão associados segmentos de outros complexos como o agro-industrial, químico e metal-mecânico, o que é apresentado na Figura 1.

É importante salientar que o "macro-complexo têxtil" é composto por dois conjuntos de indústrias. O primeiro conjunto é constituído pelo "micro-complexo têxtil", que é o foco deste trabalho; e o segundo conjunto, constituído pela indústria de calçados<sup>1</sup>.

Mesmo que o trabalho se centre no "micro-complexo têxtil", cabe salientar que, à medida que se buscam dados sobre a cadeia produtiva têxtil-vestuário, pode-se agrupar indústrias que necessariamente não fazem parte do "micro-complexo têxtil". Este problema decorre do fato de o IBGE agrupar em "Indústrias Têxteis", estabelecimentos que compreendem os processos de: beneficiamento de matérias têxteis, fiação, tecelagem, malharia, fabricação de tecidos elásticos, acabamento de fios e tecidos, artigos de rendas e bordados, feltros e demais artefatos têxteis nas fiações e tecelagens; enquanto que existe um outro gênero chamado "Indústrias de Vestuário, Calçado e Artefatos de Tecidos", que compreende os processos de: fabricação de roupas e agasalhos, chapéus,

---

<sup>1</sup> Segundo HAGUENAUER *et al* (1984, p.11) *apud* CAMPOS e SCHERER (1998, p. 7), as indústrias têxteis/vestuário e as indústrias de calçados, que compõe o "macro-complexo têxtil", apesar de apresentarem forte correlação nos seus movimentos ao longo do tempo, são fracamente articuladas entre si.

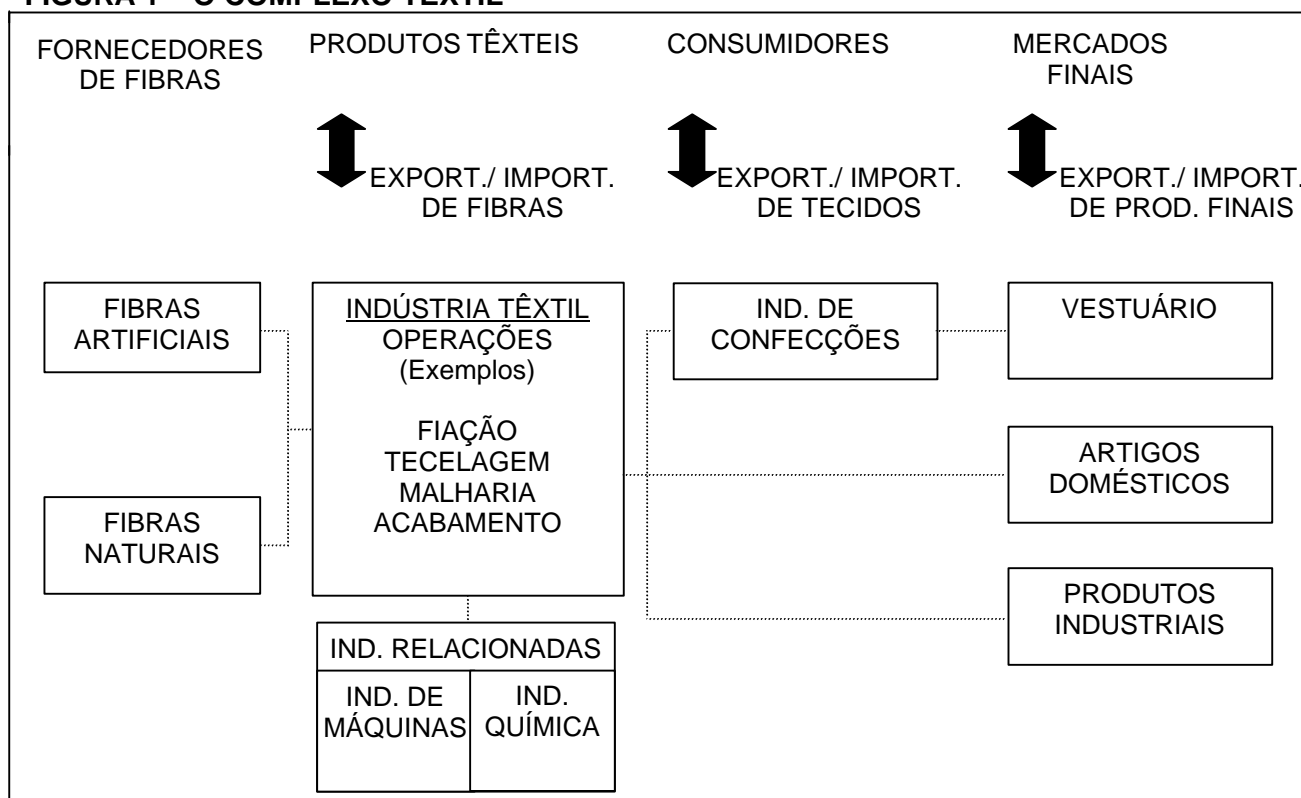


calçados (exclusive de borracha), acessórios do vestuário e outros artefatos de tecidos.

Assim, mesmo admitindo que existe forte dependência, principalmente entre a indústria têxtil e a indústria de confecções, já que a primeira é fornecedora da segunda, conforme mostra a Figura 1, a coleta de dados para a realização deste trabalho baseou-se apenas nas empresas classificadas como têxteis pelo IBGE. Com este procedimento, além de melhor se delimitar o objeto de estudo, evitam-se muitos erros e dificuldades de compatibilidade dos dados.

A cadeia de produção do complexo têxtil mostra-se seqüencial e linear, sendo o resultado de uma etapa o principal insumo da etapa seguinte. De fibras surgem fios, e estes são a matéria-prima dos tecidos. Os tecidos são usados para produzir vestuário e artigos têxteis domésticos, entre outras finalidades. Assim, o insumo básico da atividade têxtil é a fibra ou filamento têxtil, de origem natural (vegetal, animal ou mineral) ou química (artificial ou sintética). Os outros elementos essenciais à produção têxtil são as máquinas, equipamentos e produtos químicos.

**FIGURA 1 – O COMPLEXO TÊXTIL<sup>2</sup>**

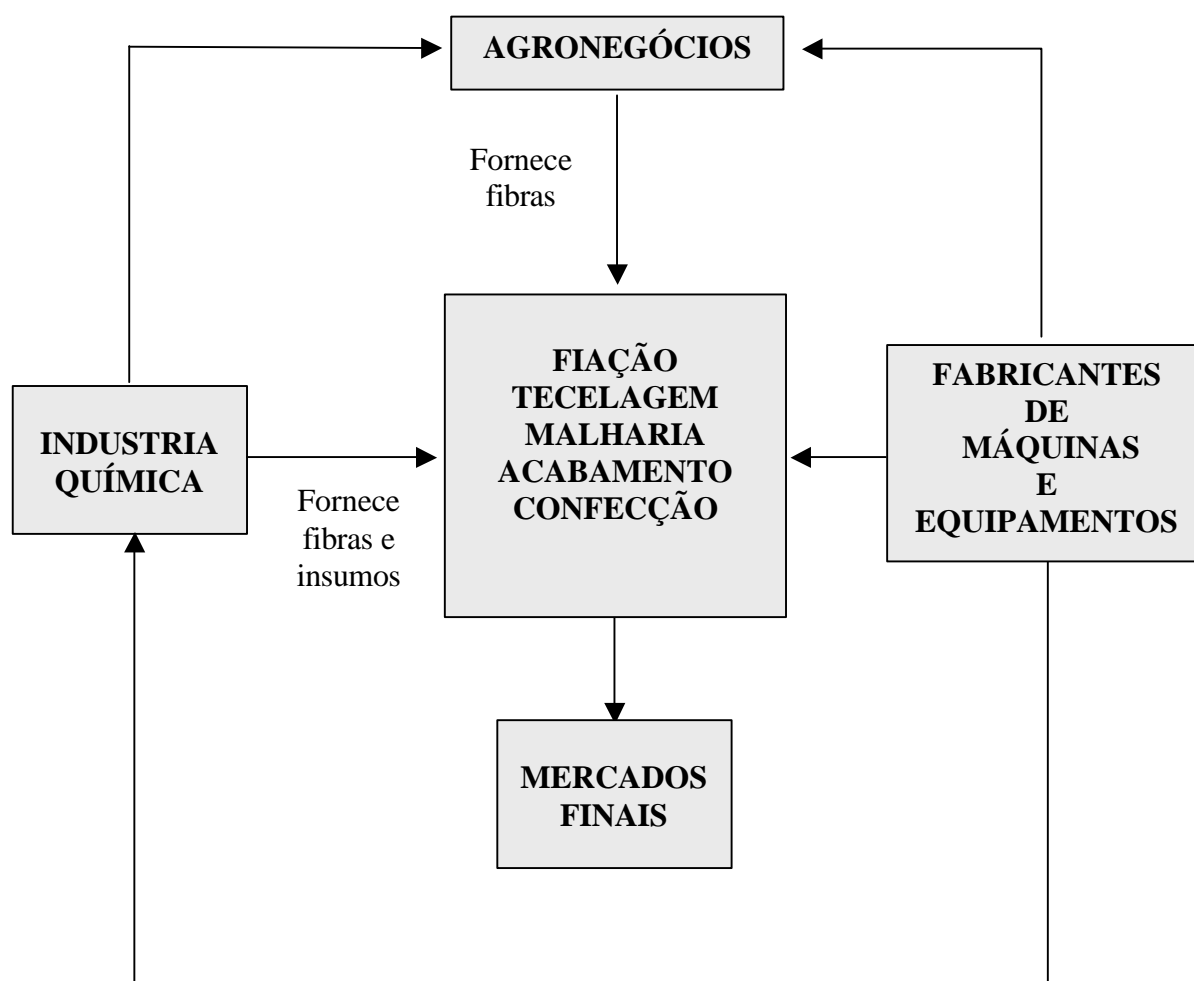


<sup>2</sup> GARCIA (1994, p. 9)

## 2.2 INTER-RELAÇÃO DE SETORES DO COMPLEXO TÊXTIL

Segundo CAMPOS e SCHERER (1998, p. 9), "o complexo têxtil apresenta encadeamentos para trás com os complexos agroindustrial (matérias-primas naturais como algodão, lã e couro), químico (matérias-primas artificiais e sintéticas como resinas, fibras artificiais e elastômeros) e metal-mecânico (máquinas e equipamentos têxteis)". Os segmentos finais do complexo ofertam artigos de vestuário, artigos domésticos e produtos industriais, através de canais próprios de comercialização. A Figura 2, a seguir, ilustra a inter-relação de setores do complexo têxtil.

FIGURA 2 – INTER-RELAÇÃO DE SETORES DO COMPLEXO TÊXTIL<sup>3</sup>



<sup>3</sup> Adaptado de: IEL (2000, p. 21-3), IEME (2001, p. 40-1), GARCIA (1994, p. 9)

## 2.3 ELEMENTOS DA CADEIA AGROINDUSTRIAL TÊXTIL

Ao analisar os elementos da cadeia agroindustrial têxtil, percebe-se como as indústrias que dela fazem parte são dependentes de outros setores, como o químico e o de máquinas e equipamentos.

A indústria química, grande fornecedora de insumos para a indústria têxtil, principalmente quanto ao fornecimento de fibras, caracteriza-se por investir significativamente em pesquisa e desenvolvimento. Os fabricantes deste setor normalmente são grandes empresas transnacionais. Sua estratégia de competição frente à concorrência é desenvolver novas fibras, de maior valor agregado, com técnicas de produção mais complexas. Outros produtos químicos importantes utilizados na produção de têxteis são os corantes, as resinas para fixação das estampas e componentes – como cloro, a uréia e o formaldeído -, que compõem a base dos compostos auxiliares no tingimento de fios e tecidos.

Quanto ao segmento de máquinas utilizadas na linha de produção das indústrias têxteis – que é um segmento do setor produtor de máquinas/ferramentas –, a indústria nacional aparece muito timidamente, já que os principais fabricantes são de países industrializados. Dedicam-se à fabricação de equipamentos para fases ou mesmo operações específicas da produção, beneficiamento e acabamento de fios e tecidos e para a indústria de confecções. Os grandes fornecedores são Alemanha, Japão, Suíça e Itália. (IEL, 2000, p. 23)

Percebe-se que a indústria de máquinas e equipamentos têxteis, buscando ganhar mercado, investe na inovação dos produtos, tornando-os cada vez mais sofisticados. Esta inovação é uma arma para competir no ambiente extremamente competitivo em que convivem. Assim, a evolução das máquinas do setor têxtil não se dá necessariamente por exigência das empresas têxteis, mas sim pela própria concorrência no setor de máquinas e equipamentos. Desta forma, na indústria têxtil as inovações estão incorporadas nos bens de capital e matérias-primas utilizadas, ambos adquiridos de fornecedores, o que contribui para que a principal barreira de entrada no segmento têxtil seja a disponibilidade de capital.

Algumas fábricas têxteis necessitam de equipamentos de refrigeração e controle de umidade do ambiente. Assim, além das máquinas têxteis, a produção de equipamentos auxiliares, instrumentos de medição, controle de qualidade e acessórios amplia ainda mais a cadeia de relações do complexo têxtil. Acessórios de plástico, cerâmica e de novos materiais permitem melhorar o desempenho das máquinas. Os instrumentos de medição e controle, cada vez mais sofisticados, ao incorporarem crescentemente componentes microeletrônicos, são fundamentais para atingir os elevados padrões de qualidade impostos internacionalmente.

O beneficiamento de fibras, a fiação, a tecelagem de tecidos planos como a de malharia, o acabamento e a confecção são os principais elementos que compõem a cadeia têxtil. Mesmo sendo processos independentes, não necessariamente são realizados por empresas diferentes, pois, conforme o grau de verticalização de cada empresa, ela pode dominar uma ou mais etapas de fabricação. Um exemplo desta situação é o fato de a malharia geralmente confeccionar o tecido produzido por ela própria. Assim, ela adquire a matéria-prima das fiações e assume as próximas etapas de fabricação até entregar os produtos aos mercados finais.

O fato de as etapas do processo produtivo do setor têxtil serem independentes permitiu a GARCIA (1994, p.15) percebê-las como um processo produtivo caracterizado pela descontinuidade. Por isso, afirma que "*a descontinuidade está presente entre as fases de produção e entre as operações que integram cada uma dessas fases, tornando o processo produtivo intensivo de mão-de-obra, com grande parte do tempo de trabalho sendo despendido no manuseio e transporte do material em processamento.*"

### **2.3.1 Beneficiamento de fibras**

O complexo têxtil utiliza diversos tipos de fibras, classificadas como naturais ou químicas. Segundo CAMPOS e SCHERER (1998, p. 8) "*o insumo básico da atividade têxtil é a fibra ou filamento têxtil, de origem natural (vegetal, animal ou mineral) ou química (artificial ou sintética).*"

### 2.3.1.1 Fibras Naturais

A primeira atividade da cadeia têxtil é a produção e o beneficiamento de fibras naturais. Na Tabela 1, a seguir, apresenta-se algumas características das principais fibras naturais.

**TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS DAS PRINCIPAIS FIBRAS NATURAIS**

Nome comum	Origem	Tipo de fonte	Parte da fonte
Algodão	Vegetal	Arbusto	Semente
Linho	Vegetal	Erva	Talo
Juta	Vegetal	Arbusto	Caule
Sisal	Vegetal	Planta de caule curto	Folha
Rami	Vegetal	Arbusto	Caule
Lã	Animal	Carneiro	Pêlo
Seda	Animal	Mariposa	Casulo

FONTE: TEXTÍLIA ( n. 35 p. 30)

Segundo GARCIA (1994, p. 8) "*as fibras naturais são obtidas a partir da lã, pêlos ou crinas de diferentes animais (carneiro, camelo, alpaca, vicunha<sup>4</sup> etc.), ou do caule, folha e semente de inúmeras plantas (algodão, linho, agave, juta etc.).*"

Dentre as fibras têxteis naturais destacam-se:

- a) Algodão: É uma fibra natural, fina, de comprimento variando entre 24 e 38 mm e, por não apresentar grandes exigências em relação ao clima ou ao solo, pode ser produzido em praticamente todos os continentes. No entanto, é uma planta de cultura delicada e muito sujeita a pragas, sendo grande consumidora de desfolhantes, herbicidas e fungicidas. (OLIVEIRA,1997)
- b) Seda: É um produto nobre, apresentando preços superiores aos demais tecidos. A sericultura deriva-se do bicho-da-seda, mariposa que se alimenta exclusivamente de folhas de amoreira. Apesar da sericultura brasileira compreender apenas 4 empresas (dados de

<sup>4</sup> A lã da vicunha é oriunda do mamífero *Lama vicugna* que vive nos Andes, tem pelame marrom-claro e produz lã finíssima. FERREIRA (1999, p. 2070)

1996), o Brasil apresenta alta competitividade internacional, exportando 95% de sua produção de fios de seda. (BNDES,1996)

- c) Lã: A lã é adequada à confecção de roupas e produtos para inverno, apresentando alta sazonalidade e forte correlação com os aspectos climáticos. No Brasil é a segunda fibra natural mais produzida, após o algodão, com uma produção de aproximadamente 25 mil t de lã bruta, sendo que 95% da ovinocultura estão concentrados no Rio Grande do Sul, onde existem cerca de 20 mil pequenos produtores. (OLIVEIRA, 1997)

O algodão representa uma das principais fibras têxteis no Brasil. Em 1995 o consumo de algodão no Brasil representou aproximadamente 60% do total das fibras têxteis consumidas no país naquele ano. (OLIVEIRA, 1997)

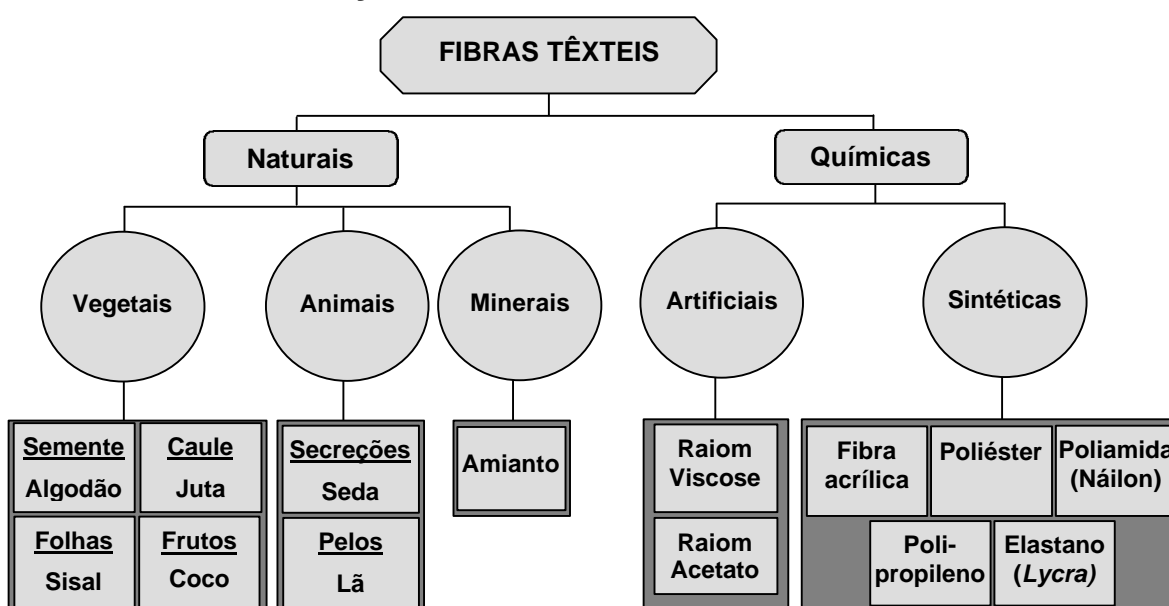
Quanto às fibras naturais que estão em processo de extinção, pode-se citar:

- a) Juta: apresenta queda acentuada em sua produção. No Brasil, por exemplo, a juta, que já chegou a 100.000 toneladas, em 1972, atualmente não ultrapassa 11.000 toneladas. Além disso, tem sofrido um processo de substituição, sobretudo pelo emprego do polipropileno (ráfia) em sacarias.
- b) Rami: os tecidos oriundos do rami são mais ásperos e menos agradáveis ao uso. Sua cultura apresenta baixo padrão tecnológico, sendo bastante intensiva no uso da mão-de-obra, da qual exige muito esforço físico. Também ocorre alta incidência de acidentes de trabalho. Atualmente registra-se constante queda na sua produção, que já foi de 54.599 toneladas em 1972, e passou para 4.970 toneladas na safra 95/96. Dentre os principais motivos que causaram esta situação pode-se considerar um decréscimo da demanda mundial desta matéria-prima, sendo que está ocorrendo uma mudança na utilização de fios: de fios mais rústicos (sacarias e cordas) para fios mais

nobres (tecidos). Outro motivo foi a abertura comercial brasileira, que majorou a dificuldade de competir com os produtos asiáticos, pois segundo BNDES (1996, p. 6), os produtos chineses são colocados no Brasil a preços inferiores ao custo de produção local. Somado a estes fatores, um outro motivo que esta fazendo esta cultura praticamente desaparecer do Brasil é o fato de os produtores de algodão utilizarem o rami nas sacarias destinadas à exportação do algodão. A queda das exportações de algodão tem levado os produtores a abandonar suas lavouras.

Um outro grupo de fibras têxteis são as fibras químicas, que podem ser classificadas como artificiais ou sintéticas. O surgimento das fibras químicas promoveu transformações na indústria têxtil, principalmente pela possibilidade de utilizar mesclas com as fibras naturais. A utilização de fibras químicas pela indústria têxtil apresenta constante crescimento em substituição às fibras naturais. A Figura 3, a seguir, apresenta a classificação das fibras têxteis conforme abordagem da entidade brasileira que congrega as empresas fabricantes de fibras artificiais e sintéticas (ABRAFAS).

**FIGURA 3 – CLASSIFICAÇÃO DAS FIBRAS TEXTEIS**



### 2.3.1.2 Fibras químicas artificiais

As fibras artificiais foram desenvolvidas após a Primeira Guerra Mundial. São produzidas a partir da celulose extraída do línter de algodão ou da polpa da madeira. As principais fibras artificiais são:

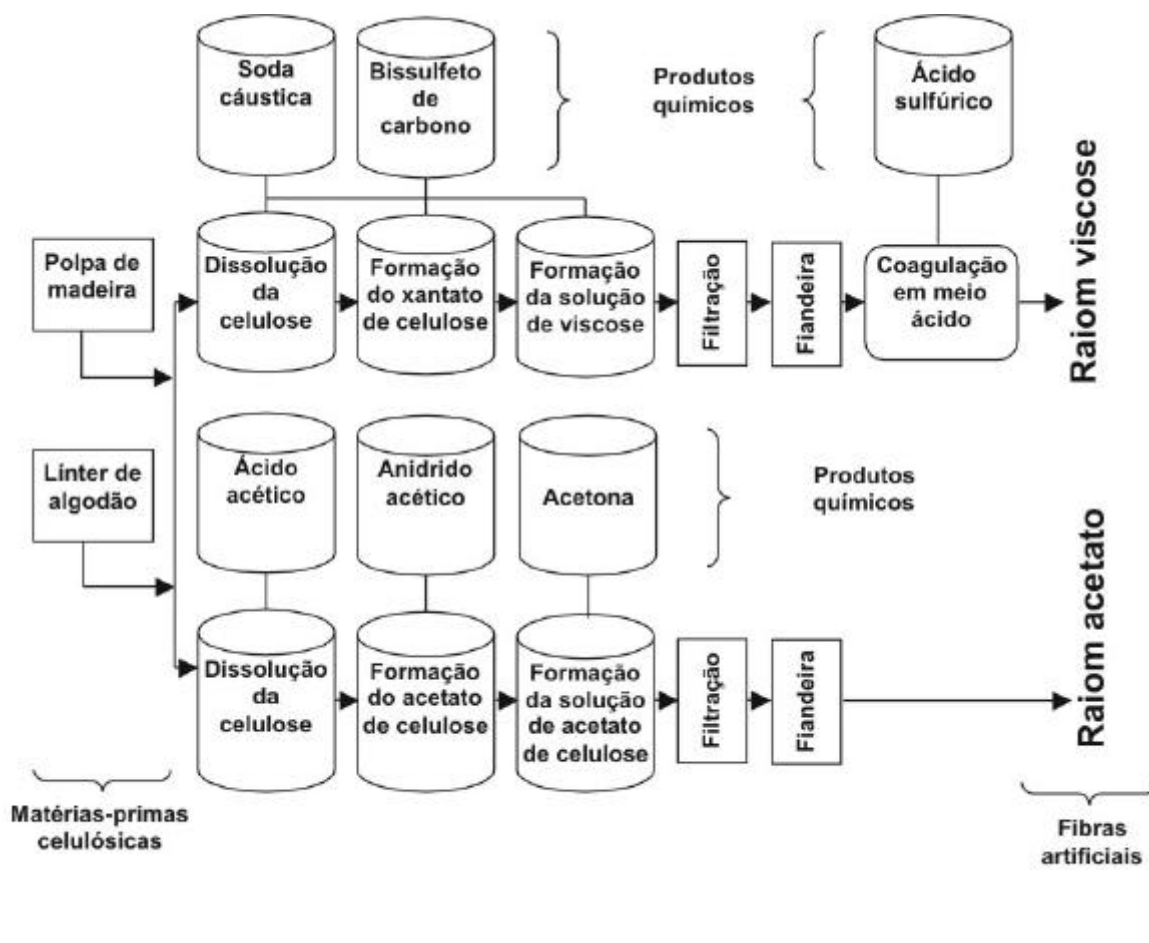
- a) Raiom viscose: é uma fibra de características semelhantes às do algodão, ao qual é misturada em porções diversas, melhorando o toque, o caimento, o brilho, a cor e a textura do tecido resultante.(GORINI e SIQUEIRA, 1998, p. 5)
- b) Raiom acetato: é menos utilizado em produtos têxteis, pois não tem boa reação ao tingimento pelos processos normais. A tendência mundial é que o acetato deixe de fazer parte das matérias-primas têxteis, mesmo que prevaleça sua utilização na confecção de filtros de cigarros.(GORINI e SIQUEIRA, 1998, p. 5)

As fibras artificiais tiveram um crescimento muito expressivo entre as décadas de 1970 e 1990, mas, com o crescimento da utilização das fibras sintéticas e por serem obtidas por um processo muito poluente, com o uso intensivo de soda cáustica, sua produção atualmente se encontra estagnada. (OLIVEIRA, 1997, p. 27)

O processo de produção das fibras artificiais é mostrado na Figura 4. Consiste na transformação química de matérias-primas naturais. A partir das lâminas de celulose, o raiom acetato e o raiom viscose seguem fluxos diferentes. A viscose passa por banho de soda cáustica e, em seguida, por subprocessos de moagem, sulfurização e maturação e, finalmente é extrudada e assume a forma de filamento contínuo ou fibra cortada. O acetato passa inicialmente por um banho de ácido sulfúrico, diluição em acetona, extrusão e por uma operação de evaporação da acetona.



FIGURA 4 – FLUXOGRAMA SIMPLIFICADO DA CADEIA DE PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS FIBRAS ARTIFICIAIS<sup>5</sup>



<sup>5</sup> Adaptado de: ANDRADE, CORREA E SILVA (2001, p.5)

### 2.3.1.3 Fibras químicas sintéticas

Já as fibras sintéticas, com utilização difundida após a Segunda Guerra Mundial, são derivadas de subprodutos do petróleo. Sua matéria prima básica é obtida nos primeiros estágios da petroquímica e sua produção final é realizada em outros segmentos da indústria química. (GARCIA, 1994, p. 8)

Este segmento produtor caracteriza-se pela alta sofisticação tecnológica, que exige a utilização, em larga escala, da microeletrônica e da mecânica de precisão, além de climatização adequada. Outra característica marcante é de possuir uma estrutura com um pequeno número de ofertantes, o que ocorre não só no Brasil, mas em todo mundo. Este fato decorre em virtude do segmento ser intensivo em capital e apresentar elevada complexidade tecnológica.

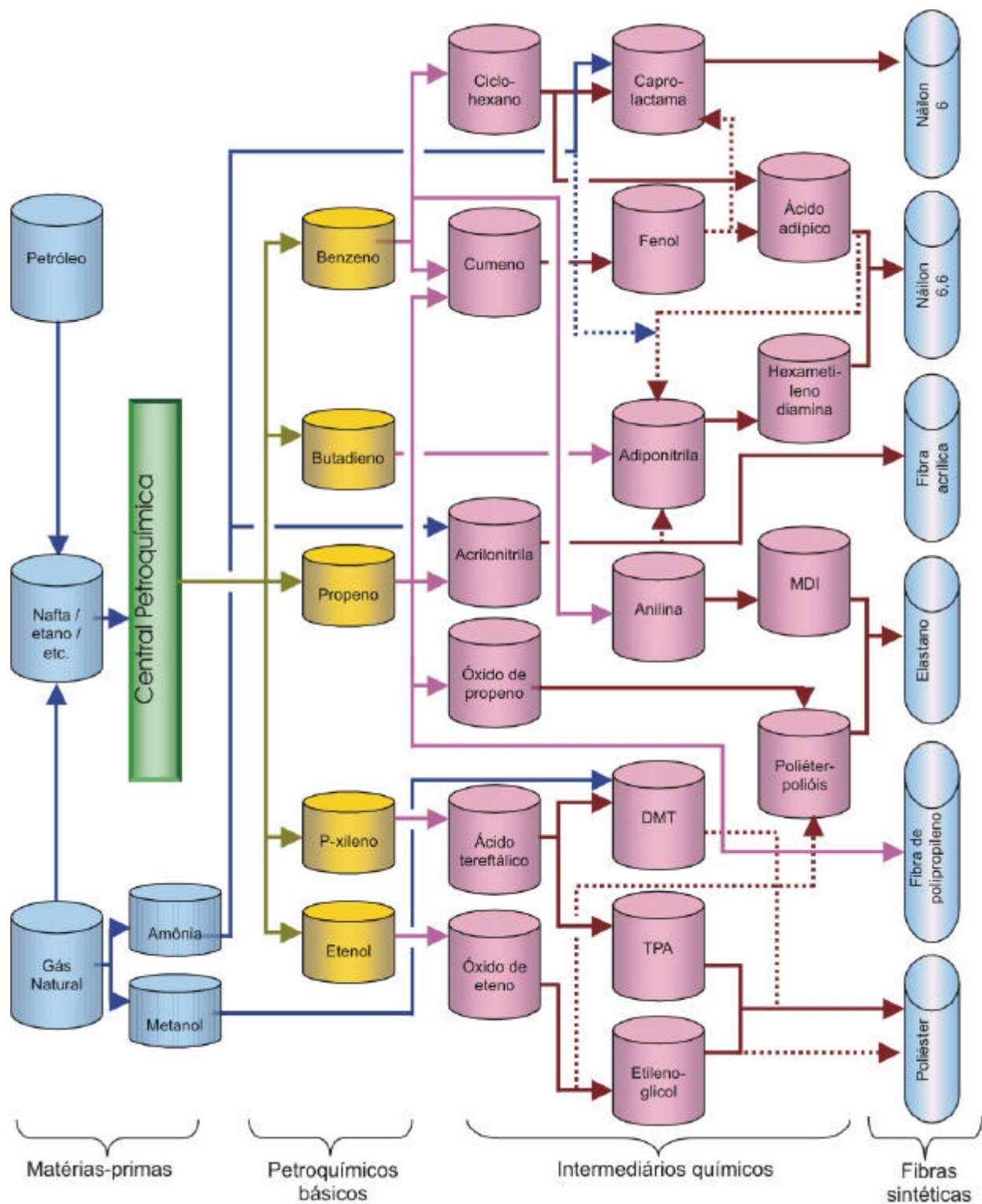
Dentre as principais fibras sintéticas pode-se citar:

- a) **Poliéster:** é uma fibra versátil, com ampla utilização no vestuário, linhas de costura, não-tecidos, mantas e muitas outras aplicações. O poliéster tende a apresentar maior crescimento e poder de competição, em decorrência de seu baixo custo e dos melhoramentos tecnológicos que possibilitam que esta fibra se torne cada vez mais semelhante ao algodão. (ANDRADE, CORREA E SILVA, 2001, p.3)
- b) **Náilon:** também conhecido como poliamida, possui inúmeras aplicações industriais, pois permite produzir fios com resistência cerca de 3,5 vezes superior a dos fios de algodão. (GORINI e SIQUEIRA, 1998 e OLIVEIRA, 1997)
- c) **Acrílico:** foi introduzida para competir com a lã no mercado de artigos de inverno, com a vantagem de ter um custo menor. As roupas confeccionadas com acrílico são leves, apresentam bom caimento, não amassam, não encolhem, não deformam e secam rapidamente. (GORINI e SIQUEIRA, 1998 e OLIVEIRA, 1997)

- d) Polipropileno: Apesar de sua produção estar voltada principalmente para a indústria automobilística, na indústria têxtil, o polipropileno gera três subprodutos: a ráfia (usada em sacaria trançada), tecidos para enfiamento e base para tapetes tuçados. Também é utilizado em embalagens de hortifrutigranjeiros e outros artigos têxteis. Esta fibra concorre no mesmo mercado de sacaria com outras fibras naturais, como a juta e o sisal.(GORINI e SIQUEIRA, 1998 e OLIVEIRA,1997)

A Figura 5, a seguir, mostra um fluxograma simplificado da cadeia de produção das principais fibras sintéticas. O processo de produção das fibras sintéticas se inicia com a transformação da nafta petroquímica, um derivado de petróleo, em benzeno, eteno, p-xileno e propeno, produtos intermediários da chamada 1ª geração petroquímica e insumos básicos para a produção destas fibras.

FIGURA 5 – FLUXOGRAMA SIMPLIFICADO DA CADEIA DE PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS FIBRAS SINTÉTICAS<sup>6</sup>



<sup>6</sup> Obs.: As linhas tracejadas correspondem a rotas alternativas, menos utilizadas, para obtenção do mesmo produto ou equivalente. Adaptado de ANDRADE, CORREA E SILVA (2001, p.6)

Na tentativa de se obterem novos tipos de fibras, sempre objetivando atingir características semelhantes a das fibras naturais, como toque e caimento, recentemente foi desenvolvido o *Lioce*, que é uma fibra obtida a partir da celulose de árvores especialmente cultivadas para tal fim. É considerada uma fibra altamente ecológica por ser biodegradável, e obtida através de um processo pouco poluente. Também foram desenvolvidas as microfibras, com aplicações no vestuário em geral, inclusive em não-tecidos.

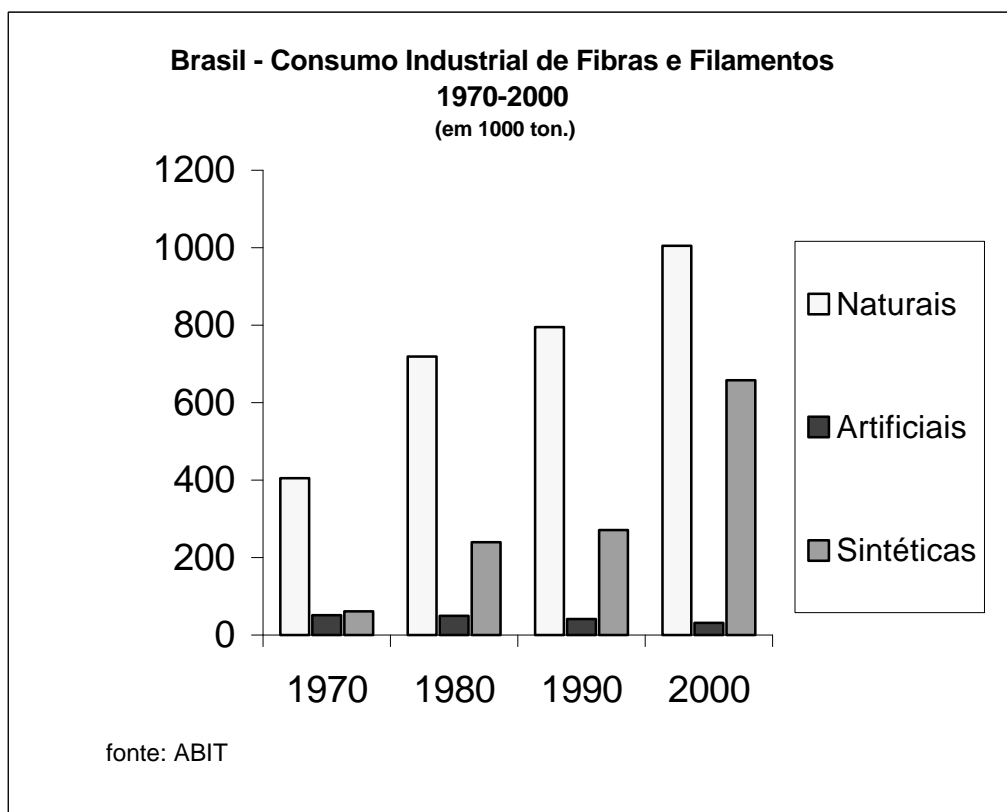
Os não-tecidos, segundo CAMPOS e SCHERER (1998, p.9), são obtidos pelo agrupamento de camadas de fibras unidas por processos tais como aglomeração, aglutinamento ou agulhamento de fibras. Suas aplicações mais importantes são em forrações decorativas, tais como carpetes, tapetes e feltros, bem como em produtos descartáveis, como fraldas, roupa de cama para hospitais, indumentária cirúrgica etc. Também possuem aplicações geotécnicas, agrícolas, militares e na construção civil. No Brasil, conforme matéria publicada sobre não-tecidos (TEXTÍLIA, n. 42, p. 54-60), os setores que mais aplicam estes materiais são os de uso doméstico e o segmento de higiene na produção de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos.

Uma outra matéria-prima também utilizada pela indústria têxtil são os elastanos. Trata-se de fios elásticos utilizados na fabricação de artigos que aderem ao corpo, acompanhando as formas sem tolher os movimentos. Combinados com outras fibras não-elásticas – naturais, sintéticas ou artificiais – permitem a produção de uma ampla gama de produtos do vestuário, como por exemplo o *cotton-lycra* que é um produto misto de algodão e elastano. No Brasil, o mais conhecido dos elastanos é a *Lycra*. (GORINI e SIQUEIRA, 1998, p. 5)

Assim, percebe-se a importância que o surgimento das fibras químicas – artificiais e sintéticas – representou para indústria têxtil. Sua utilização – principalmente das fibras sintéticas - mostra-se cada vez maior. Mesmo que a tendência seja de que as fibras químicas continuem tomando o lugar das fibras naturais, é pouco provável que elas venham a substituí-las por completo. Principalmente se considerarmos o fato de que o algodão detém algumas vantagens comparativas, sobretudo no que diz respeito às suas próprias características de fibra natural, como, por exemplo, os aspectos ambientais, dado que se trata de uma fibra biodegradável.

O Brasil, por razões históricas, culturais e climáticas é um grande consumidor de fibras naturais, com o algodão exercendo a liderança. Contudo, as fibras sintéticas, desde o início da sua produção na década de 1960, tem apresentado um consumo crescente, conforme mostra o Gráfico 1, a seguir.

**GRÁFICO 1 – CONSUMO DAS FIBRAS NO BRASIL<sup>7</sup>**



Conforme os dados do Gráfico 1, percebe-se uma participação cada vez maior do consumo das fibras sintéticas. Pode-se verificar também, um pequeno decréscimo no consumo das fibras artificiais, seguindo uma tendência mundial, por motivos já anteriormente explicados.

Na opinião de alguns estudiosos do setor, a utilização das fibras químicas na indústria têxtil tende a crescer a longo prazo, em razão, basicamente, das incertezas inerentes à produção das fibras naturais sujeitas a variações climáticas, de safra, de preços. Soma-se a isso o fato das fibras sintéticas estarem em aperfeiçoamento constante, tornando-as cada vez mais próximas das fibras naturais. (BNDES, 1995)

<sup>7</sup> Dados obtidos no site: <http://www.abit.org.br/>

### 2.3.2 Fiação

A próxima etapa da cadeia é a produção do fio nas indústrias de fiação. A fiação de fibras naturais compreende diversas operações por meio das quais as fibras são orientadas em uma mesma direção – paralelizadas – e torcidas de modo a se prenderem umas às outras por atrito. Já na fiação de fibras artificiais é utilizado o procedimento de extrusão – operação em que uma substância pastosa é pressionada através da fiação -, resultando em filamentos que são endurecidos por meio da operação de solidificação.

Segundo GORINI e SIQUEIRA (1997, p.2), *"a implantação de uma unidade de fiação economicamente viável só é possível a partir de grandes volumes de produção, pois os equipamentos exigidos possuem escalas mínimas de produção elevadas e trabalham de forma interligada, em regime contínuo."* Além disso, *"o elevado volume de investimento se constitui em uma barreira à entrada, tornando pouco viável (e ineficiente) a implantação de pequenas unidades nesse segmento."*

Assim, o segmento de fiação caracteriza-se por necessitar de altos investimentos. Ter-se tornado uma indústria capital-intensiva, deve-se ao fato de ser o segmento da cadeia têxtil que mais avanços incorporou, registrando elevado incremento no grau de automação e na produtividade.

No Brasil, as empresas de maior porte, tendem a ser mais eficientes, com produtos mais competitivos. Já as de médio porte nem sempre conseguem obter os ganhos da produção em escala, o que gera uma série de dificuldades, principalmente com a globalização dos mercados.

O segmento de fiação no Brasil também se caracteriza pelo expressivo grau de integração vertical com as demais etapas do processo produtivo, especialmente com a tecelagem. Tanto que as fiações exclusivas representaram apenas 22% das indústrias de fiação. (GORINI e SIQUEIRA, 1997, p.2)

### 2.3.3 Tecelagem

O terceiro elo da cadeia é o da tecelagem. Trata-se da transformação do fio em tecido, através de operações de tecimento. O tecido, por sua vez, é o

produto manufaturado, em forma de lâmina flexível, resultante do entrelaçamento, de fios ou fibras têxteis. Para sua fabricação, são utilizados processos técnicos distintos, dos quais os principais são a tecelagem, a malharia e a tecnologia dos não-tecidos.

O termo "tecelagem" normalmente é utilizado para se referir à produção de tecidos planos, enquanto que o termo "malharia", apesar de se constituir em um processo que "tece" o tecido, refere-se à fabricação do tecido de malha, que é um processo mais simples do que o de tecidos planos, mas que os confere maior flexibilidade e elasticidade.

Os tecidos planos são obtidos pelo entrelaçamento de conjuntos de fios, realizados por um tear. É importante salientar que o segmento de tecelagem é cada vez mais intensivo em capital. Neste segmento existem basicamente três linhas importantes de tecidos:

- a) Tecidos pesados: compostos de índigos, dos brins, para confecção de *jeanswear* e roupa profissional, às vezes com misto de poliéster. Estes tecidos são *commodities*<sup>8</sup> o que dificulta sua produção em empresas de médio porte. (IEL, 2000, p. 22)
- b) Tecidos de camisaria: na categoria de tecidos leves e as popelines, que apresentam um tipo variado de tecidos e tipos estampados, assim como as viscoses. (IEL, 2000, p. 22)
- c) Tecidos para cama, mesa e banho e para a decoração: os produtos usualmente classificados dentro deste segmento incluem edredons, colchas de cama, colchas de cobertura, fronhas e lençóis, toalhas de mesa, guardanapos e jogos americanos, tapetes e toalhas de banho e de rosto.

---

<sup>8</sup> O mercado deste *commodities* é composto por uma linha de produtos com padrões básicos bem definidos, e devido a essas características é um mercado de extrema competição entre os países o que acaba demandando qualidade, preço e alta escala de produção.



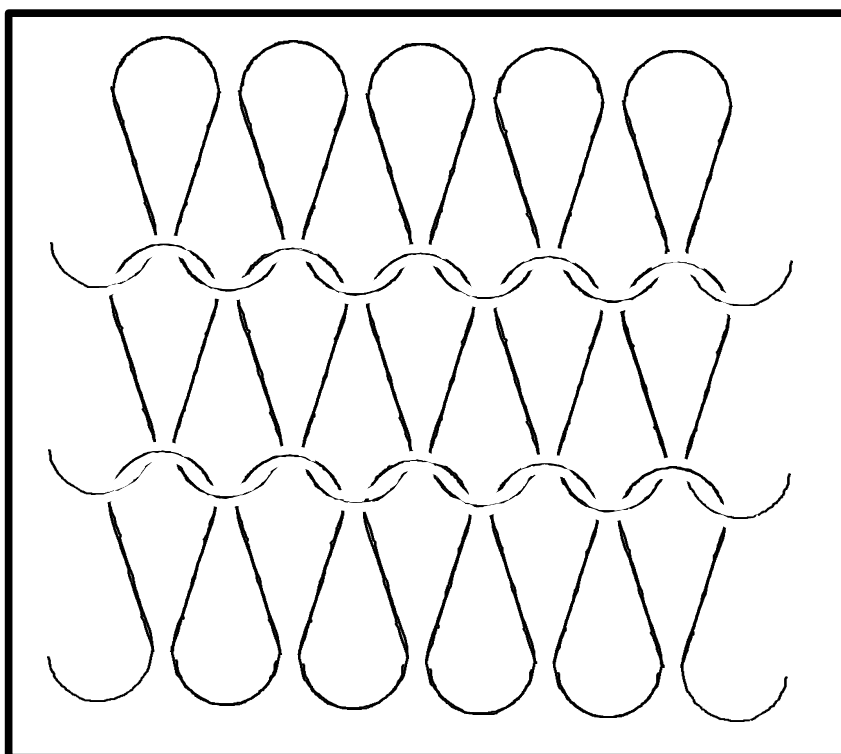
### 2.3.4 Malharia

A malharia é um segmento que possibilita o surgimento de empresas de pequeno porte e é menos intensiva em capital do que o segmento da tecelagem. A técnica consiste na passagem de uma laçada de fio através de outra laçada, o que acaba conferindo ao tecido de malha maior flexibilidade e elasticidade. Esse processo não requer procedimentos prévios de adaptação da matéria-prima às máquinas. As técnicas utilizadas na malharia são classificadas em dois tipos, a malharia por trama e a malharia por urdume. Vejamos detalhadamente cada uma delas:

#### 2.3.4.1 Malharia por trama

Os tecidos são obtidos a partir de um único fio que faz evoluções em diversas agulhas, conforme mostra a Figura 6, a seguir.

**FIGURA 6 – TECIMENTO POR TRAMA<sup>9</sup>**



<sup>9</sup> SENAI (1976, p. 10)

Na malharia por trama, os tecidos são formados por carreiras horizontais de malhas em placas ou cilindros de agulhas. As máquinas que produzem esses tecidos são os teares retilíneos ou circulares:

- a) Teares retilíneos: Possuem uma ou duas placas de agulhas retas e colocadas na horizontal. São semelhantes às antigas máquinas manuais de uso doméstico, todavia muito mais avançadas tecnologicamente, são geralmente automáticas, e capazes de produzir tecidos de alta qualidade. Geralmente são utilizados na produção de malhas pesadas, principalmente com fios de lã e acrílico. Caracterizam-se por apresentar baixa produção, em comparação com as máquinas circulares. (BNDES,1994 e SENAI, 1976).
- b) Teares circulares: Caracterizam-se por possuírem um grande número de alimentadores dispostos em círculos, produzindo um tecido tubular contínuo. As mais modernas possuem até 20 a 24 agulhas/polegada, totalmente eletrônicas, trabalham com sistema de programação agulha por agulha. Demonstam alta produção. Podem ser de grande diâmetro (próprias para o fabrico de malhas duplas) ou de pequeno diâmetro (para a produção de meias, sacos, galão, cadarço e outros).(BNDES,1994 e SENAI, 1976).

Segundo CAMPOS e SCHERER (1998, p.26), as malharias do Rio Grande do Sul especializaram-se na fabricação de malhas mais pesadas, próprias para os climas mais frios, utilizando fios de acrílico, de lã ou de mesclas de ambos, em teares retilíneos<sup>10</sup>. Já as malharias de Santa Catarina utilizam predominantemente teares circulares para produção de tecidos de malha de fio penteado de algodão para confecção de camisetas, roupas de dormir, abrigos e agasalhos, dentre outros.

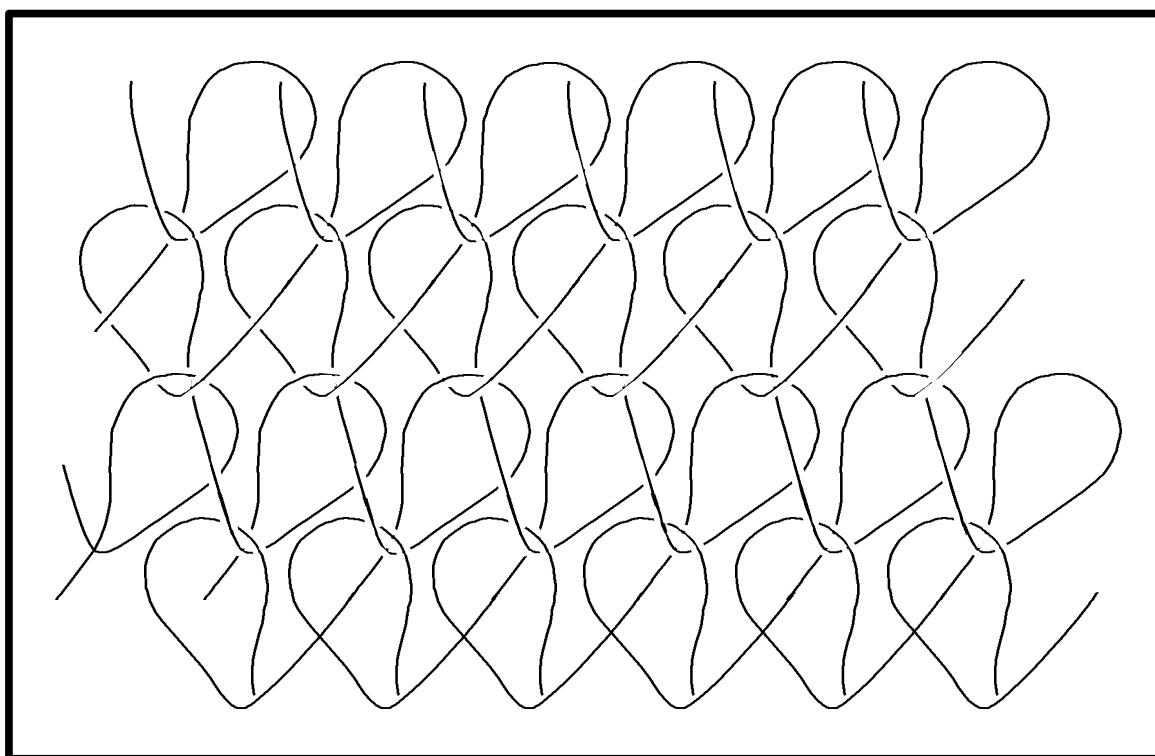
---

<sup>10</sup> Segundo GORINI e SIQUEIRA (1998, p. 22) “em Caxias do Sul situa-se o maior e mais importante pólo de malhas produzidas a partir de teares retilíneos do Brasil, abrangendo praticamente toda a região serrana do Rio Grande do Sul. “

#### 2.3.4.2 Malharia de urdume

As máquinas que produzem esse tecido são as do tipo *Kettenstul*, *Raschel*, *Kohler* e *Malino*. Conforme mostra a Figura 7, na malharia de urdume os tecidos são obtidos a partir de evoluções de diversos fios, em diversas agulhas. São formadas colunas verticais de malhas em barras de agulhas.

**FIGURA 7 – TECIMENTO POR URDUME<sup>11</sup>**



No segmento das malharias encontramos a produção de malhas leves de algodão ou com mescla de poliéster para fabricação de camisetas *t-shirts*, artigos de moletom, meias esportivas de algodão com mescla de fibras sintéticas, malhas de náilon com elastano para a fabricação de roupas íntimas, esportivas e de banho, entre outros produtos.

---

<sup>11</sup> SENAI (1976, p. 10)

### **2.3.5 Acabamento**

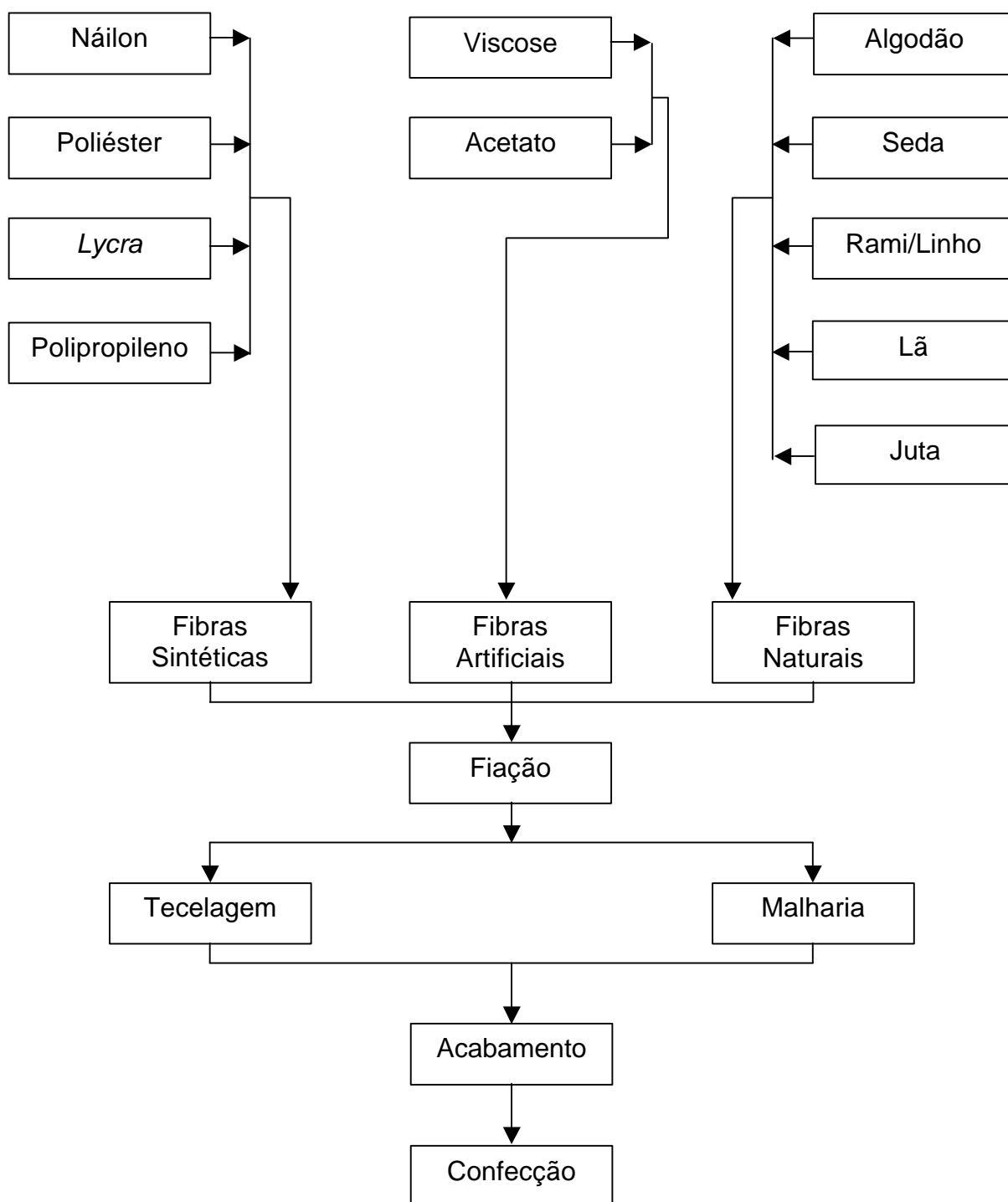
Uma das últimas etapas da fabricação dos produtos têxteis é o acabamento. Pode fazer parte do processo produtivo da empresa ou ser realizado por outras empresas subcontratadas. Assim, nas empresas integradas verticalmente, ele corresponde a uma divisão ou a um departamento. O acabamento consiste em um conjunto de operações que confere conforto, durabilidade e propriedades específicas ao produto, podendo afetar significativamente sua competitividade final no mercado e mesmo resultar em um novo produto. (GARCIA, 1994, p. 13)

### **2.3.6 Confeção**

A ponta final da cadeia é composta pelo segmento de confeção, que se caracteriza por uma grande heterogeneidade de ramos. Segundo a Associação Brasileira do Vestuário – ABRAVEST –, o segmento de confeções compõe-se de 21 ramos distintos, incluindo artigos de cama, mesa e banho, peças íntimas, indumentárias de todo tipo e acessórios. Neste segmento ocorre a existência de um grande número de empresas de pequeno porte, configuração esta também existente em muitos países. As pequenas confeções correspondem a 70% do total das empresas atuantes, enquanto as médias correspondem a 27%, e as grandes correspondem aos 3% restantes. (IEL, 2000, p. 23)

Se no início da cadeia produtiva têxtil os fabricantes são poucos e intensivos em capital, o final da cadeia é composto por um número de pequenas e médias empresas, intensivas de mão-de-obra e, em sua grande maioria, de capital fechado de origem preponderantemente nacional. Além disso, mesmo com o aprimoramento das máquinas, pode-se dizer que o trabalho ainda guarda características artesanais, estando a qualidade do produto muito associada à habilidade do trabalhador.

Assim, para concluir, mostra-se na Figura 8 os contornos básicos da estrutura da cadeia agroindustrial têxtil, a qual ilustra uma visão global da mesma.

FIGURA 8 – CONFIGURAÇÃO BÁSICA DA CADEIA TÊXTIL<sup>12</sup><sup>12</sup> IEL (2000, p. 21)

### **3 ANTECEDENTES DA INDÚSTRIA GAÚCHA E O INÍCIO DA PRODUÇÃO TÊXTIL NO RIO GRANDE DO SUL**

O objetivo deste capítulo é mostrar a evolução econômica do Estado do Rio Grande do Sul, desde seu povoamento até a data em que se instala a primeira indústria têxtil na região. Com isso, faz-se uma reconstituição histórica que permite visualizar a formação econômica do Estado, no qual a indústria têxtil está inserida.

#### **3.1 ANÁLISE HISTÓRICO-ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL ATÉ O SURGIMENTO DA PRIMEIRA INDÚSTRIA TÊXTIL EM SEU TERRITÓRIO**

O Rio Grande do Sul, por causa de sua latitude, apresenta um clima de transição entre a zona tropical e a zona temperada. Com isso a região apresenta condições climáticas próprias, que diferem do resto do Brasil. No inverno, em algumas regiões é comum a ocorrência de geadas e até neve. São características que não propiciam o cultivo de plantas tropicais, como a cana-de-açúcar, o café e o algodão.

Este foi um dos motivos que promoveu o desinteresse europeu pelas terras rio-grandenses nos anos seguintes ao descobrimento do Brasil. Como o clima do Rio Grande do Sul era semelhante ao clima europeu, não permitia o cultivo de plantas tropicais, que na Europa eram produtos raros e de preços elevados. Além disso, as terras rio-grandenses eram pobres em metais preciosos.

Estas características climáticas, somadas à escassez de metais preciosos, contribuíram para tardar o desenvolvimento da região, pois na

economia agro-exportadora do Brasil colonial, a metrópole procurava produzir em suas colônias produtos que lá não encontravam. Assim, enquanto o Rio Grande do Sul permaneceu praticamente inexplorado durante os primeiros séculos da colonização portuguesa, o nordeste brasileiro prosperava com os engenhos de extração do açúcar.

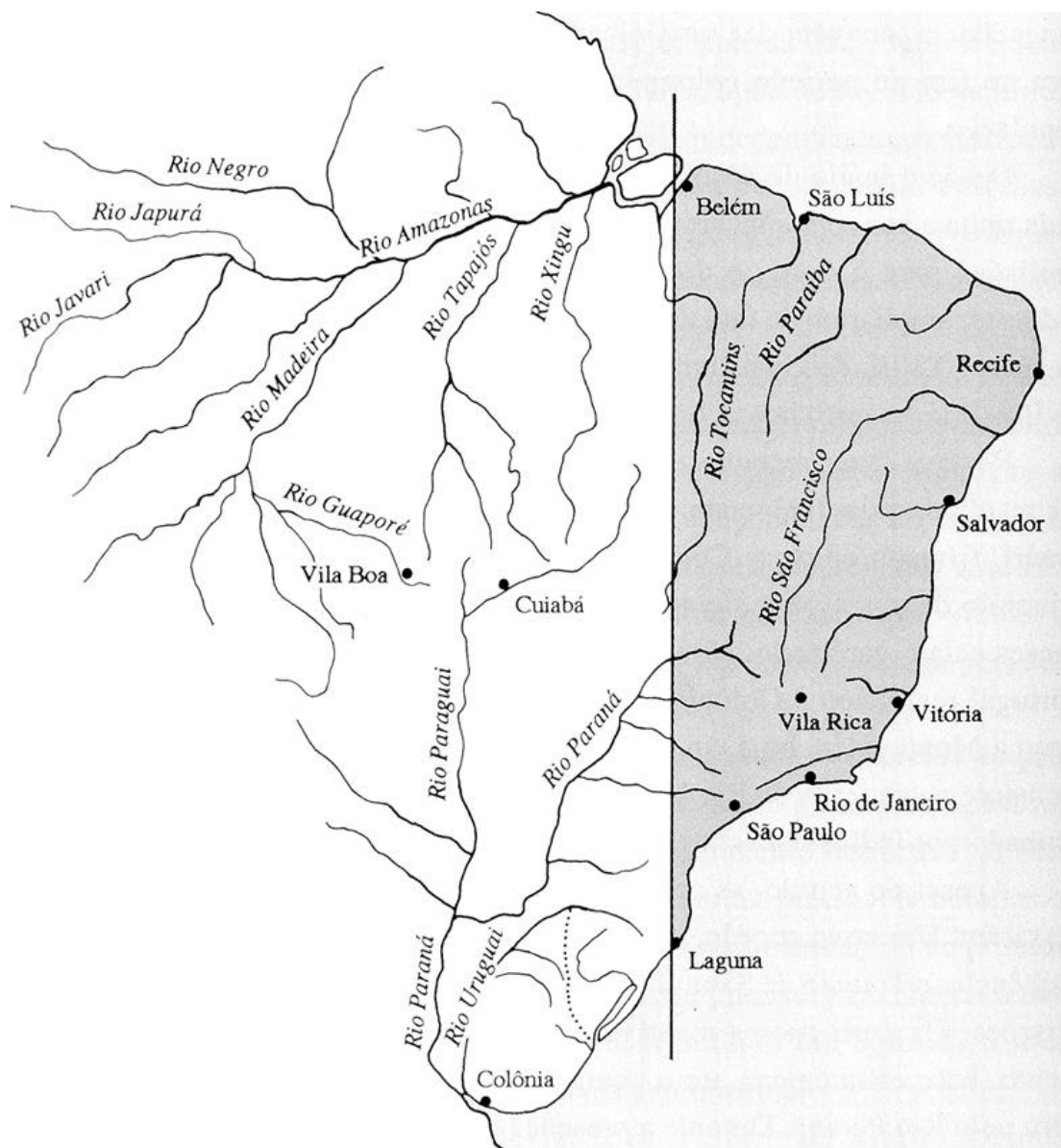
O fato de o Rio Grande do Sul não possuir portos naturais, mesmo com uma orla marítima de mais de 600 quilômetros, foi outro motivo que ajudou a tardar a penetração e o desenvolvimento da região. O mar aberto, com ventos fortes, sem abrigos nem ancoradouros afastava marinheiros pelo medo do encalhe.

Ainda em 1494, através do Tratado de Tordesilhas, já se havia decidido quais terras do Novo Mundo pertenceriam a Portugal e quais pertenceriam à Espanha. Isto ocorreu antes de Pedro Álvares Cabral chegar ao Brasil, em 1500. Este tratado estabelecia uma linha imaginária de demarcação, de norte a sul, distante 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Desta forma, tudo o que se descobrisse, a partir de então, a leste da referida linha, pertenceria a Portugal e o que se encontrasse a oeste, seria da Espanha.

Assim, pelo Tratado de Tordesilhas, o Rio Grande do Sul não fazia parte das possessões portuguesas. Considerando que o Tratado era uma linha imaginária e que não existia interesse de exploração econômica na área pelo fato da região não ser apta à produção de gêneros tropicais de grande valor comercial como o açúcar, por exemplo, é compreensível entender porque o Rio Grande do Sul se tornou terra de ninguém.

Conforme mostra a Figura 9, a seguir, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, o domínio de Portugal alcançava até o território de Santa Catarina. Obviamente, as terras rio-grandenses pertenciam à Espanha.

FIGURA 9 – FRONTEIRA DO TRATADO DE TORDESILHAS (1494)<sup>13</sup>



O interesse da Coroa pela região surgiu no momento em que perceberam que em terras rio-grandenses havia uma grande quantidade de gado solto, como herança deixada pelos jesuítas. Além disso, a região sul do Brasil - Uruguai, Paraguai e Argentina -, transforma-se em uma região estratégica por estar no caminho das minas de prata, sendo que o principal centro mineiro produtor eram as minas de Potosi, localizadas na Bolívia. Somado a isso, Buenos Aires

<sup>13</sup> Adaptado de FAUSTO (2001, p. 136)



transforma-se em centro comercial. Estes fatos promoveram a disputa da região entre as coroas portuguesa e espanhola. (LAGEMANN, 1978)

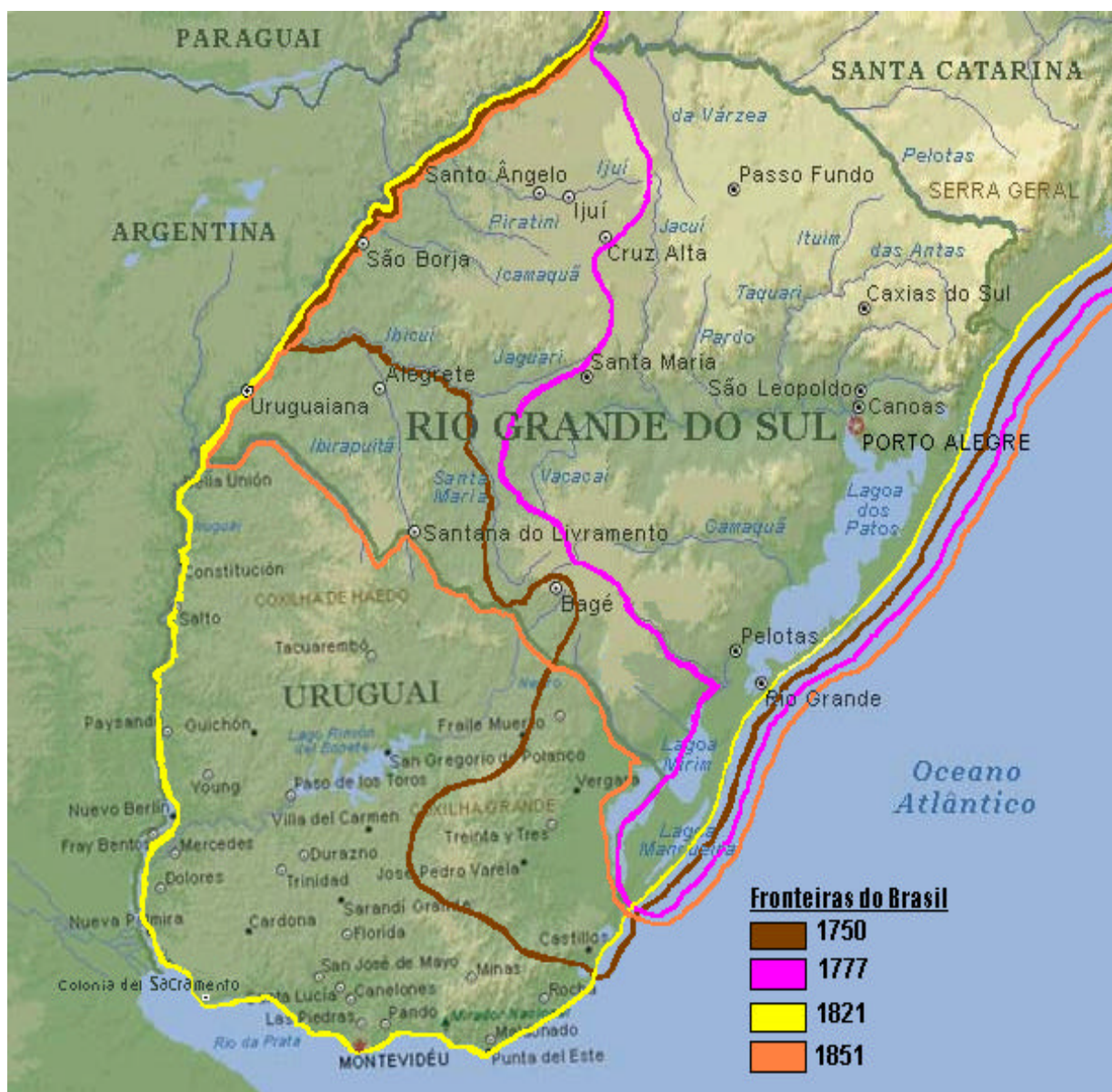
Em 1680, uma expedição que partiu do Rio de Janeiro foi plantar a bandeira portuguesa e com ela uma forte guarnição militar, na margem setentrional do Rio do Prata, bem defronte a Buenos-Aires, fundando a famosa Colônia de Sacramento. Assim, inicia-se um longo período de disputas, que se sucedeu com vitórias e reveses de uma e outra parte, recuos e avanços contínuos de fronteira até o ano de 1750, quando é assinado pelos reis da Espanha e de Portugal o Tratado de Madri, o qual revogou o tratado de Tordesilhas de 1494.

O Tratado de Madri definiu novamente os limites entre os territórios coloniais na América. O princípio que orientou o tratado foi o do *uti possidetis*, segundo o qual o território pertenceria a quem o tivesse colonizado ou conquistado. Tal critério beneficiou Portugal, uma vez que reconheceu diplomaticamente a expansão territorial de entradas, bandeiras, missões e fortes, que percorreram ou se instalaram em áreas que, segundo o tratado de Tordesilhas, pertenceriam à Espanha.

O Tratado de Madri deu ao Brasil praticamente sua configuração definitiva. Na região sul o tratado determinou que a Colônia de Sacramento passasse ao domínio espanhol, sendo Portugal compensado, mediante a entrega dos Sete Povos das Missões. Mas as disputas pelas terras não pararam por aí, outros tratados novamente alteraram a linha fronteira. Somente em 1851 a fronteira do Rio Grande com o Uruguai é fixada definitivamente, conforme mostra a Figura 10.

As constantes disputas territoriais na fronteira do Rio Grande do Sul, provocaram elevados gastos à Coroa, dada a necessidade de defesa do território. Tanto que a região abrigava expressivos contingentes militares. Assim, "*a fixação das fronteiras do Rio Grande do Sul se fez através de longa série de guerras que deixaram no solo a marca dos acampamentos, no meio dos quais o povo cresceu.*" (ROCHE, 1969, p. 13)

FIGURA 10 – MAPA ATUAL DO RIO GRANDE DO SUL E DO URUGUAI, COM A MARCAÇÃO DAS OSCILAÇÕES DA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL<sup>14</sup>



<sup>14</sup> Adaptado de ROCHE (1969, p. 12)

### **3.1.1 Os primeiros ciclos econômicos do Brasil colonial e suas relações com a economia rio-grandense**

Para compreendermos quais motivos geraram o interesse pelas terras rio-grandenses e quais foram os fatores que promoveram o desenvolvimento econômico e social da região, é de fundamental importância estudarmos os primeiros ciclos econômicos do Brasil. Assim, poderemos entender como ocorreu a inserção da economia rio-grandense na economia agro-exportadora do resto do Brasil.

Considerando que as atividades econômicas da Colônia, desde o início da colonização, foram predominantemente dirigidas para a exportação, o ciclo econômico, neste caso, pode ser definido como o período em que determinado produto, beneficiando-se da conjuntura favorável do momento, se constitui no centro dinâmico da economia. Geralmente, embora não necessariamente, o ciclo se caracteriza pela supremacia de determinado produto na exportação.

#### **3.1.1.1 O ciclo do açúcar**

No Brasil, o primeiro dos grandes ciclos econômicos foi gerado pelo açúcar. Caracterizando seu modelo-econômico primário-exportador, o açúcar foi uma riqueza criada pelos portugueses na Colônia. A economia do açúcar teve papel decisivo na definição do modelo de colonização do Brasil, baseado na grande propriedade rural, na vinculação dependente ao exterior, na monocultura de exportação e na escravidão. (FURTADO, 1999)

Os principais centros de produção açucareira se situaram nos Estados de Pernambuco e Bahia. Estes Estados constituíram-se no principal pólo econômico agro-exportador dos primeiros séculos após o descobrimento do Brasil. O governo-geral também estabeleceu um engenho de açúcar na capitania de São Vicente (São Paulo), chamado Engenho do Senhor Governador, mas a produção açucareira nesta região levava desvantagem em relação à do nordeste, pela maior distância até a Europa.

A atividade açucareira era realizada através da mão de obra escrava, utilizando não só o negro africano, como também o índio local. Sendo que São Paulo tornou-se uma área especializada no apresamento dos índios para vendê-

los como escravos nas zonas açucareiras. Os paulistas na caça aos índios, saíram de seu território lançando-se contra as missões jesuíticas, já que estas se apresentavam como uma importante fonte de mão-de-obra, onde os índios já se achavam aldeados pelos padres e adestrados para o trabalho e a obediência.

Sendo atacadas as reduções do Paraguai, os padres, para fugirem dos paulistas, penetraram no território rio-grandense em 1626. Fundaram reduções, onde se dedicaram à agricultura e formaram estâncias de criação de gado trazido da província Argentina de Corrientes. Considerando que esta penetração se fazia sob bandeira castelhana, é bom lembrar que já em 1605, jesuítas portugueses haviam penetrado no Rio Grande do Sul, mas por falta de apoio das autoridades jesuíticas da Província do Brasil, esta penetração não deixou marcas duradouras.

Alguns anos depois, os bandeirantes penetraram no Rio Grande do Sul para caçar os índios aldeados. Atacaram as missões para disputar a posse da mão-de-obra, o que resultou no abandono jesuíta da área e no apresamento de muitos índios. Os jesuítas "*retiraram-se para a outra margem do Uruguai, levando os índios, mas deixando o gado que criavam nas reduções. Estes rebanhos, abandonados no pampa e reproduzindo-se à solta, tornaram-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como Vacaria Del Mar*". (PESAVENTO, 1997, p.9)

Esta grande reserva de gado que ali se reproduzia despertou o interesse tanto de jesuítas, como também de portugueses e espanhóis. A captura do gado xucro possibilitou primeiramente a obtenção do couro, e futuramente a do charque. Demorou pouco mais de 40 anos para que os jesuítas retornassem ao Rio Grande do Sul. Foi mais precisamente no ano de 1682 que os jesuítas retornaram à região para fundar os Sete Povos das Missões e para reaver o gado que se multiplicara livremente pelos campos. Os Sete Povos eram compostos por São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo. Sua base econômica era assentada na extração do couro e na produção de erva-mate.

Durante o século XVIII, as reduções dos jesuítas foram desenvolvendo-se e demonstrando certa independência. Viviam em regime comunitário, onde todos eram obrigados a trabalhar determinados dias da semana, a fim de garantir sustento dos incapacitados e dos ocupantes de cargos de administração. Além

disso, a colheita era arrecadada para armazéns públicos e daí distribuída por funcionários para as famílias.

Os Sete Povos tinham se tornado uma zona economicamente rica. Portugal estava preocupado pela forma como os jesuítas administravam as reduções. Isto porque eles conseguiram grande progresso. Eram praticamente independentes dos portugueses ou espanhóis. Disputavam o gado, a terra e o comércio platino.

Como as reduções jesuítas tornaram-se praticamente autônomas, a Companhia de Jesus se transformara em potencial ameaça política à segurança das monarquias ibéricas. Isso provocou a intervenção do exército português/espanhol a expulsar os jesuítas e a confiscar suas propriedades.

Nesta época, a Coroa portuguesa considerou que o Rio Grande do Sul possuía localização estratégica como ponto de apoio para conservação do domínio luso no Prata. Assim, determinou que seu vasto território fosse ocupado. Ainda, em 1732, deu-se a primeira concessão de sesmaria (cerca de 13.000 hectares) na região de Tramandaí, ao lagunista Manuel Gonçalves Ribeiro. Tal tentativa serviu para instalar, no Rio Grande do Sul, os primeiros currais de criação e para dar início a uma corrente migratória por parte dos habitantes de Laguna, que esperavam encontrar condições mais favoráveis no sul.

O processo de concessão de sesmaria visava ao estabelecimento de estâncias, o que servia de instrumento para a Coroa portuguesa manter seu domínio sobre o território. Normalmente as sesmarias eram concedidas como retribuição a serviços militares prestados.

Cabe destacar que, mesmo tendo sido os índios e os jesuítas os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul, e que seu território foi penetrado inúmeras vezes por incursões de bandeirantes à procura de metais, gado e índios, a fim de submetê-los ao trabalho escravo, o início de seu povoamento foi promovido pelos lagunistas. Estes penetravam em território rio-grandense desde 1690, onde realizaram várias expedições, a fim de reconhecer uma estrada para a Colônia de Sacramento, tentar descobrir jazidas de metais preciosos e organizar um caminho favorável para enviar os comboios de gado à Sorocaba, no interior de São Paulo.

### 3.1.1.2 O ciclo do ouro

Quando a economia açucareira entrou em decadência, motivada pela concorrência internacional na produção do açúcar, começaram a ser descobertas ricas minas de ouro no Brasil. Isso ocorreu no final do século XVII, dois séculos após o descobrimento. Já no início do século XVIII também são encontrados diamantes.

Os metais preciosos vieram aliviar os problemas financeiros de Portugal. De tal forma que o desequilíbrio da balança comercial entre Portugal e Inglaterra, foi, por muitos anos, compensado pelo ouro vindo do Brasil. Assim, boa parte do ouro extraído em Minas Gerais foi parar nas mãos da Inglaterra.

A descoberta das minas fez com que um numeroso contingente de pessoas fosse para o interior, na expectativa de enriquecimento fácil e rápido. A Coroa, por sua vez, também enviou um considerável número de funcionários públicos e militares para garantir seus interesses, cobrando impostos e coibindo o contrabando, o que deu origem a uma significativa concentração urbana. A ocupação de um extenso território no interior da Colônia estabeleceu laços que contribuíram para a unidade nacional.

A atividade açucareira, que já estava em crise muito antes da descoberta do ouro, também foi afetada pelos deslocamentos de população e, sobretudo, pelo aumento do preço da mão-de-obra escrava, dada a ampliação da procura.

A migração de milhares de pessoas para a região das minas, sem a contrapartida da produção de alimentos, promoveu rapidamente a escassez dos recursos existentes. Esta situação provocou a vinda de tropeiros ao Rio Grande do Sul para buscar o gado em pé e levá-lo até a região das minas para abastecer a população. Assim, aumenta ainda mais a importância das terras sulinas à medida que o ouro de Minas Gerais criou mercado para o gado gaúcho. A mineração, localizada à distância do litoral, fez com que surgisse um mercado interno no Brasil com poder aquisitivo suficiente para demandar os produtos que o Rio Grande do Sul tinha a oferecer.

Para a economia mineradora, o gado servia para as finalidades de tração e corte, mas também teve grande procura por mulas. Como o transporte de ouro para os portos era realizado por animais de carga, a procura por mulas causou impacto em várias regiões fornecedoras no Sul. Assim, o Rio Grande do Sul

integra-se à atividade mineradora como fornecedor de gado em pé para corte e de mulas para o transporte. Este fato marca uma peculiaridade da formação econômica gaúcha: em vez de ligar-se diretamente ao exterior como outras regiões exportadoras do resto do país, integrava-se à economia brasileira, voltando-se para o mercado interno.

O ciclo da mineração beneficiou a economia da colônia durante, praticamente, todo século XVIII, sendo que promoveu um deslocamento do eixo da vida sócio-econômica para o centro-sul, especialmente para o Rio de Janeiro, que era local de chegada de escravos e suprimentos, e de saída dos metais preciosos. Tanto que em 1763, a capital é transferida de Salvador para o Rio de Janeiro.

Os problemas com a economia da mineração começaram a surgir após a metade do século XVIII, sendo que o período de apogeu situou-se entre 1733 e 1748 começando a partir daí o declínio. Já no início do século XIX, a produção aurífera não tinha maior peso no conjunto de economia brasileira. Porém o ouro não deixou de existir em Minas, o problema foi que sua extração se tornou economicamente pouco atraente.

### 3.1.1.3 O ciclo do café

As últimas décadas do século XVIII se caracterizam por uma série de transformações no mundo ocidental. Na Europa, as monarquias absolutistas imperantes desde o início do século XVI entram em crise, ao mesmo tempo em que o pensamento liberal ganha força. Ainda em 1776, as colônias inglesas da América do Norte proclamaram sua independência. Em 1789, a Tomada da Bastilha marca o início da Revolução Francesa. Seguem-se as guerras napoleônicas, que provocaram a vinda da família real para o Brasil, em 1808.

Enquanto isso, na Inglaterra, desde meados do século XVIII, ocorre a Revolução Industrial. A Inglaterra busca ampliar seus mercados e impõe ao mundo o livre comércio, ao mesmo tempo em que trata de proteger seu mercado com tarifas protecionistas. Já no início do século XIX, novamente para ampliar seu mercado consumidor, promove uma ofensiva antiescravista e decreta o fim da escravidão em seu país no ano de 1807.

No Brasil, desde meados do século XVIII, a colônia entra em um período de depressão econômica que se prolongou até o fim da década de 1770. As principais causas da depressão foram a crise do açúcar e, a partir de 1760, a queda da produção de ouro, que se aprofunda à medida que se avança para o fim desse século. Enquanto a população do Brasil, que em 1776 fora estimada em 1,9 milhão de habitantes, havia subido para algo em torno de 3 milhões na virada do século. Já na época da independência, a população brasileira estava estimada em 3,9 milhões de habitantes, dos quais 1,2 milhão eram escravos. (PRADO Jr., 1998, p. 358)

Estes problemas somados a fatos ocorridos na esfera internacional, geraram revoluções locais que buscavam a independência. Assim, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, percebe-se um ambiente de crise que se manifestou tanto na metrópole portuguesa como na colônia, sob a forma de contradições que não mais encontravam solução dentro dos quadros do sistema. É neste ambiente de grandes dificuldades que o café começa a surgir como uma nova fonte de riqueza para o país. Sua importância foi crescendo lentamente entre o final do século XVIII e o início do XIX, mas a fase de expansão acentuada só ocorreu após a independência do Brasil.

O café foi introduzido no Brasil em 1727, sendo que as primeiras sementes e mudas foram plantadas no Pará e no Maranhão. Em 1760 vieram para o Rio de Janeiro, expandindo-se para São Paulo e Minas Gerais. A comercialização se fazia pelo porto do Rio de Janeiro, tornando a cidade o seu centro financeiro e controlador. Posteriormente, São Paulo se torna o principal centro produtor de café do país. A lavoura do café, beneficiando-se do solo e do clima brasileiros, teve rápida expansão.

O avanço do café beneficiou fortemente a economia rio-grandense, pois o charque produzido no Rio Grande, por ser um produto barato, era importado pelos Estados cafeicultores para a alimentação de escravos. Percebe-se que a evolução da economia charqueadora esteve fortemente ligada ao desempenho da economia do café. Mais uma vez, enquanto a economia brasileira animava-se com a nova possibilidade de agro-exportação, a economia rio-grandense, do ponto de vista de destinação de seus produtos, estava ligada ao mercado interno brasileiro.



No período pós-independência, o café tornou-se a principal atividade econômica do país. Sua produção foi, inicialmente, implantada no Rio de Janeiro e expandiu-se pelo Vale do Paraíba, abarcando também parte de São Paulo, estendendo-se ainda a Minas Gerais e Espírito Santo. Já em 1840, o café configurava-se como o principal produto de exportação. Sua produção continuou a crescer, o que veio mais tarde a configurar a crise do setor e a busca de proteção entre os órgãos governamentais. A produção do café *"em bases escravistas, teve extraordinário desempenho até 1856 quando, a partir daí, graças ao término do tráfico negreiro, começa a sofrer o impacto de enorme aumento dos preços de seus escravos."* (CANO, 1998, p. 54)

São Paulo, que presenciava grande expansão na economia cafeeira, solucionou o problema da falta de escravos, através do trabalho do imigrante europeu. Foram os capitalistas e principalmente o Estado que organizaram e financiaram os serviços de imigração. Isso possibilitou que, internamente, se desse o processo de transição de mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre. Desta forma instauravam-se, lentamente, relações capitalistas de produção. Além disso, CANO (1998, p. 57) salienta que:

*"A imigração não apenas resolveu o problema de mão-de-obra, rompendo com as amarras da acumulação; mais que isso, libertou da escravidão o capital. Criou mercado de trabalho com oferta abundante, tanto para o café quanto para o segmento urbano da economia. E mais, ampliou consideravelmente o mercado de bens de consumo corrente, aumentando as oportunidades de inversão em SP. Libertava-se assim o capital, de inversões e custos fixos com mão-de-obra, convertendo-os em custos variáveis; ainda, dada a superabundância da oferta de trabalhadores, permitiu flexibilidade na taxa de salários, tão importante em períodos de crise."*

Este período ficou marcado por grandes transformações, não só na economia cafeeira, mas também em toda a sociedade. Fatores que marcaram estas transformações foram a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a imigração, o desenvolvimento do mercado interno e a aparição das primeiras indústrias.

O café muito contribuiu para o desenvolvimento da industrialização do Brasil,

principalmente no que se refere à concentração industrial no eixo São Paulo– Rio de Janeiro. Isso explica, em parte, o fato da indústria se desenvolver muito desigualmente nas diferentes regiões do Brasil. Desde o começo, ela tende a concentrar-se na região cafeeira. Tanto que a cidade do Rio de Janeiro e sua periferia (antigo Distrito Federal), somado ao estado de São Paulo, realizavam 49% do valor da produção industrial em 1907 e 52% em 1920. (SILVA, 1985, p. 79-80)

#### 3.1.1.4 Desenvolvimento da economia gaúcha - a produção de trigo e de charque no Rio Grande do Sul

Ainda nas primeiras décadas do século XVIII, a colonização rio-grandense mostrava-se muito dispersa e rarefeita. A principal atividade econômica era a criação de gado, de maneira extensiva. Alguns anos após o início do povoamento das terras rio-grandenses pelos lagunistas, entre o final da década de 1740 e o início da década de 1750, ocorre a vinda dos açorianos para o Rio Grande do Sul. A idéia de Portugal era criar junto com a sociedade pastoril, em formação, uma outra, constituída de pequenos agricultores dedicados à lavoura e capazes de propiciar a urbanização dos pontos fortificados. Em parte, esta iniciativa gerou os resultados pretendidos, pois no final do século XVIII, a economia rio-grandense, devido ao desempenho na produção do trigo e do charque, não sofreu em sua plenitude os efeitos da crise que abalava a região mineira.

Os colonos vindos dos Açores plantaram trigo, em região próxima à Lagoa dos Patos. Esta atividade gerou importante fonte de renda. Sua produção destinava-se a Portugal e a abastecer outras regiões do país, sendo que Rio de Janeiro era um de seus principais mercados.

A Tabela 2, a seguir, mostra a exportação de trigo pelo Rio Grande do Sul, bem como seu período de forte expansão, durante o final do século XVIII e o início do XIX, assim como o declínio apresentado na produção de 1820.

**TABELA 2 – EXPORTAÇÃO DE TRIGO PELO RIO GRANDE DO SUL: 1790/1820**

Ano	Alqueires
1790	73.044
1793	8.040
1794	43.144
1795	12.878
1796	13.346
1797	16.810
1798	13.028
1799	22.070
1800	58.726
1805	136.825
1808	257.308
1813	342.087
1820	109.608

FONTES: SINGER (1977, p. 148) ; SILVA (1979, p.60)

Os problemas surgiram no ano de 1793, quando Portugal proibiu as importações de trigo e no Rio de Janeiro o produto enfrentava concorrentes internacionais, principalmente os Estados Unidos. Já na época em que foi proclamada a Independência, em 1822, o período de expansão do trigo já se encerrara, devido às pragas e à concorrência americana. Outros motivos são apontados por FONSECA (1983, p. 14) :

*"A economia tritícola entrou em crise já por volta de 1820 e, em 1821, o Rio Grande do Sul importava o cereal. Além dos problemas da concorrência externa, vários fatores internos colaboraram na mesma direção: deficiências técnicas, a requisição de trigo por parte das autoridades para alimentar tropas, não pagando qualquer indenização, a falta de meios para combater as pragas, a baixa rentabilidade, que não assegurava lucro suficiente para expandir a área cultivada e comprar escravos, indispensáveis em uma cultura de baixa relação capital/produto."*

Os açorianos, que aqui chegaram como agricultores, tornaram-se também criadores, atraídos pela atividade economicamente mais promissora, sendo que foi introduzida a técnica de elaboração do charque, possibilitando a

comercialização da carne, vencida sua perecibilidade. Com isso surgia a possibilidade de abastecer os mais diversos mercados. Foi por volta do ano de 1780 que o charque começou a ser produzido no Rio Grande do Sul, e sua importância econômica durou até as primeiras décadas do século XX.

O charque rio-grandense produziu riquezas e, com sua produção, introduziu-se em grande escala o escravo no Rio Grande do Sul. Assim, solidificava-se uma estrutura em que aparecem a estância e a charqueada como as unidades produtivas básicas, dedicadas à economia pecuária. Uma, criadora de gado; a outra, produtora de charque. Caracterizavam-se pela grande propriedade, criação extensiva e o uso de mão-de-obra escrava. O trabalho escravo era o mais significativo nas charqueadas, enquanto que nas estâncias de criação de gado predominavam formas de agregação e parceria, destacando-se a figura do "peão".

Nas primeiras décadas do século XIX, o Rio Grande do Sul demonstrava grande desenvolvimento de sua pecuária orientada para o charque. Esta condição consagrava a província como de produção periférica fornecedora do mercado interno brasileiro. Também é preciso mencionar que ocorreu o surgimento de áreas de atrito cada vez maiores entre os representantes da Coroa e a camada senhorial sulina, enriquecida pela pecuária. Isto porque, politicamente, os interesses nacionais eram sempre ligados aos interesses da aristocracia cafeeira. Esta atitude provocou tensões, não só no Rio Grande do Sul, como também em outras regiões do país, de economia periférica, dando margem à eclosão de rebeliões provinciais.

Uma delas foi a Revolução Farroupilha em 1835, onde a Proclamação da República Rio-Grandense não deve ser vista simplificada como mera vontade de isolar-se do resto do país, mas sim almejava a independência política com relação ao domínio do centro, mantendo os laços econômicos com todo o Brasil, através da continuidade do fornecimento do charque ao mercado interno. O líder Bento Gonçalves, ao proclamar a República, justificou seu ato como sendo o último recurso tentado ante o esgotamento das possibilidades de entendimento com o Império. Além disso, cabe destacar que tanto na Revolução Farroupilha, como em outras guerras ou convulsões internas, o Rio Grande do Sul, em momento algum, deixou de exportar produtos agrícolas ou de criação, tanto para

o mercado interno brasileiro, como para o exterior.

No período da Revolução Farroupilha, um dos principais problemas era o fato de que o charque sulino era onerado pelas altas taxas de importação sobre o sal, enquanto que o charque platino, concorrente do gaúcho, pagava baixo imposto nas alfândegas brasileiras. Por trás deste tratamento preferencial ao produto estrangeiro, que forçava a baixa do preço do artigo rio-grandense, manifestavam-se os interesses do centro e norte do país, que queriam comprar o alimento para seus escravos a baixo custo.

O Império, sentindo a necessidade de apoio militar gaúcho caso os conflitos no Prata se aproximassem de suas terras, procurou entrar em paz com os farrapos, elevando em 25% a taxa alfandegária sobre o charque importado e concedendo o direito dos estancieiros escolherem, naquele momento, o seu presidente de província. Após a Revolução Farroupilha, a economia pecuária sulina foi beneficiada, tanto pelos acertos econômicos entre o governo central e a província, como pelas perturbações ocorridas na região do Prata.

Tanto que, no ano de 1851, foi estabelecido que o gado uruguaio não pagaria imposto nas alfândegas brasileiras, enquanto que o charque platino seria onerado com taxas para entrar no país. O governo beneficiava, assim, as charqueadas sulinas, com a possibilidade de obtenção de matéria-prima a baixo preço, tendo, por outro, lado dificultada a entrada do concorrente no mercado interno. Este tratado fez com que a charqueada rio-grandense tivesse relativas condições de prosperar.

A charqueada rio-grandense começa a apresentar os primeiros indícios de estagnação, a partir da década de 1860. Ainda, em 1850, a lei Euzébio de Queiroz extinguiu o tráfico negreiro. Face à impossibilidade de obtenção de novos negros da África, a mão-de-obra escrava excedente que havia no Brasil foi deslocada para a zona do café, eixo central da economia brasileira. Para agravar os problemas das charqueadas rio-grandenses, a partir da 1860, os concorrentes platinos experimentaram uma série de inovações, configurando-se como empresa capitalista, empregando mão-de-obra assalariada, intensificando a divisão social do trabalho com operários executando tarefas cada vez mais especializadas, utilizando-se de máquinas a vapor, e obtendo-se uma variada gama de subprodutos do boi. Além disso, havia amplo amparo governamental, com

legislação protecionista, já que se tratava de atividade econômica com estreitos vínculos ao poder central em seus países. Assim, ficava cada vez mais difícil enfrentar a concorrência do charque platino que entrava no mercado brasileiro com preço mais baixo que o charque rio-grandense.

*"Em função disso aparecem sérios desentendimentos entre políticos locais e o Rio de Janeiro, já que o governo se negava a estabelecer, via de regra, tarifas protecionistas para o charque local. A não ser em momentos decisivos, como na Guerra do Paraguai, quando o território gaúcho se tornou importante para a política externa imperial, pôde o Rio Grande contar com protecionismo. A alegação do governo imperial, afora as vinculadas diretamente à ideologia do livre cambismo, era que tal medida recairia sobre o "consumidor nacional" (ou seja, encareceria o custo de manutenção dos escravos e o custo da alimentação nos centros urbanos)." (FONSECA, 1984, p. 4)*

Os problemas com a economia charqueadora surgiram, principalmente, por ser uma economia descapitalizada; somado a isso, a falta de escravos e a concorrência platina se constituíam em um grande problema. A descapitalização limitava a solução dos problemas. Uma das "soluções" foi solicitar a antecipação da abolição da escravatura com cláusula de prestação de serviços. Esta cláusula permitia ao senhor permanecer com o trabalhador à sua disposição, para seu uso de acordo com suas necessidades e repassar os gastos de manutenção para o próprio liberto, agora chamado de "contratado". Assim, em última análise, se extinguiu a escravidão sem extinguir os escravos.

Durante todo o século XIX, o charque se configura no principal produto rio-grandense. A produção industrial do charque, ou carne seca, data de 1780 e foi até 1935 a principal fonte de renda no Rio Grande. Somente em 1940, pela primeira vez, a importância da carne tratada em frigoríficos e das fábricas de conservas excedeu a do charque. A exportação de charque apresentou seu apogeu em 1868, com 45.448.000 Kg, declinando a seguir, sem jamais atingir tal cifra novamente durante o século XIX. Só em 1906 é que o Rio Grande do Sul consegue superar as cifras de 1868, em pouco, exportando 46.519.622 Kg. (SILVA, 1979, p. 75)

Após a metade do século XIX, enquanto a charqueada começava a apresentar sinais de estagnação, surgia no Estado uma agricultura diversificada,

associada à criação de suínos. Localizando-se mais ao norte do Estado, na região serrana, essas atividades originaram-se do trabalho realizado em pequenas propriedades por imigrantes alemães e italianos. Este fato foi de grande importância para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

### 3.1.2 Economia imigrante no Rio Grande do Sul

Durante o século XIX, a falta de escravos gerou problemas para muitos Estados. São Paulo, por exemplo, utilizou o imigrante europeu para suprir a falta de mão-de-obra nas fazendas de café. No Rio Grande do Sul, eram pequenas as possibilidades de, a exemplo de São Paulo, substituir a mão-de-obra escrava pela imigrante nas atividades pecuárias. Isto porque, dentro do processo de colonização do Rio Grande do Sul, a maioria dos imigrantes se estabelecia como pequenos proprietários em terras que, originariamente doadas, passaram depois a ser vendidas a partir de 1854. Assim, o imigrante se justapôs ao latifúndio, instalando-se como proprietário na região de matas gaúchas, formando uma classe intermediária entre o latifundiário e o peão.

A mensagem de Júlio de Castilhos, então Presidente do Estado à Assembléia em 20/09/1896, ilustra a política por parte do governo provincial e imperial a respeito da colonização do Rio Grande do Sul:

*"No Rio grande do sul, felizmente, a colonização constitui uma exceção moralizadora, que nos é assaz honrosa. Ela não equivale aqui à importação de simples trabalhadores assalariados, a tanto por cabeça (...) O colono aqui transforma-se logo em pequeno proprietário agrícola, sente imediato bem-estar na sua modesta propriedade (...)"*  
(LAGEMANN, 1978, p. 5)

Ainda no ano de 1824, ocorre a vinda dos primeiros imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul, motivados por problemas políticos e econômicos na Alemanha. O local onde ocorreu a primeira experiência da colonização alemã foi São Leopoldo, localidade relativamente próxima da capital Porto Alegre.

A exemplo do ocorrido em São Leopoldo, prosperaram exatamente aquelas colônias que, melhor localizadas no que diz respeito às possibilidades de

escoamento da produção de excedentes, puderam fazer chegar os seus produtos até o centro urbano mais próximo. Tanto que, a recuperação da economia de Porto Alegre, no final do século XIX, deve-se ao movimento de colonização européia, haja visto que durante a primeira metade do século XIX, com o desenvolvimento da economia charqueadora, o centro de gravidade da vida econômica se deslocou para o sul da província, mais especificamente o eixo Rio Grande-Pelotas, cidades que sofreram um rápido crescimento e enriquecimento. Pelotas, como centro das charqueadas, e Rio Grande, como porto. Foi após a chegada dos primeiros imigrantes alemães que a agricultura começou a ser revivida e demonstrou um crescimento contínuo e significativo. Tanto que, a partir de 1870, a zona colonial já exportava seus produtos para o centro do país, abastecendo o mercado interno gerado pelo café.

Durante todo o século XIX, o governo central estava intermitentemente ocupado em fomentar a imigração e a colonização. Já as nações que enviavam este contingente populacional para o Brasil, visualizavam esta situação como algo vantajoso. Tanto por se eliminar a tensão social provocada pela falta de empregos na Europa, fruto do próprio desenvolvimento do capitalismo, como também e principalmente, pelas perspectivas de retorno de capitais, pela formação de núcleos nacionais no exterior que se vinculariam por laços comerciais à pátria de origem.

A exemplo do que foi dito, a presença dos imigrantes alemães promoveu uma aproximação da Alemanha, destacando-se como parceira comercial do Estado, em igualdade de condições com a Inglaterra. Sendo que,

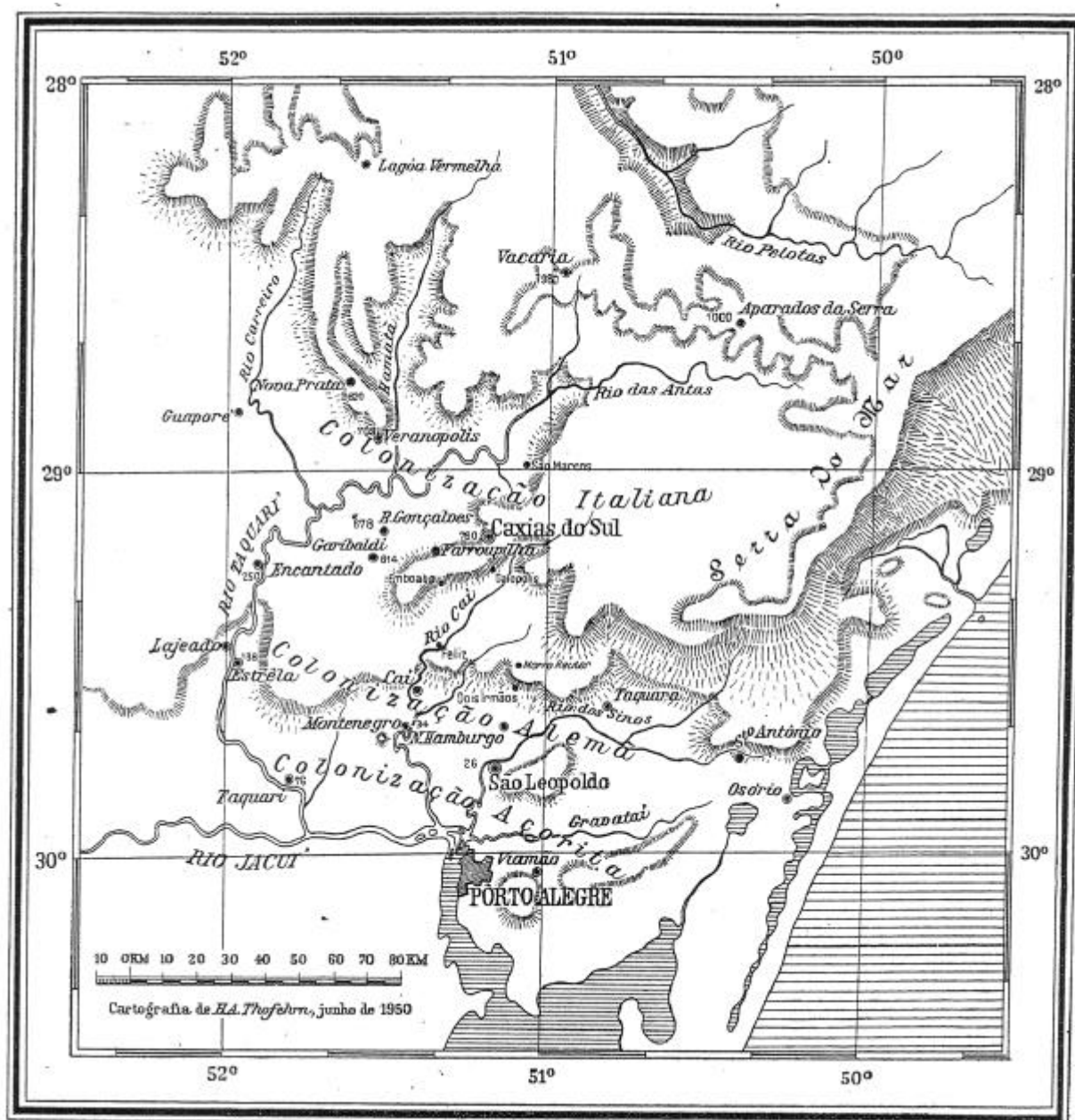
*"...até meados do século XIX, ingleses e franceses controlavam o comércio de importação no Rio Grande do Sul. Com a crescente entrada de imigrantes, torna-se cada vez mais nítida a influência alemã. Em 1885, calcula-se, 60% dos artigos importados por Porto Alegre têm origem alemã (...) As máquinas utilizadas pelas indústrias gaúchas quando do início da industrialização no Estado têm procedência predominantemente alemã e inglesa..."*  
(LAGEMANN, 1978, p. 12)

A Figura 11, a seguir, mostra as regiões onde se deu o processo de colonização no Rio Grande do Sul, primeiro pelos açorianos, depois vieram os



alemães que fundaram colônias, nos vales dos rios Caí, Taquari e Pardo. A partir de 1875 ocorre a chegada dos italianos, que sobem a Serra Geral.

FIGURA 11 – COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL<sup>15</sup>



<sup>15</sup> REVISTA DO GLOBO (1950, p.63)

Em 1875, quando os italianos ingressaram no Rio Grande do Sul, chegaram à província em uma situação de desvantagem se comparada com a dos alemães, 50 anos antes. Isto porque as melhores terras já se achavam ocupadas e coube aos italianos receber lotes menores que os alemães haviam recebido. *"Os alemães em 1824 receberam lotes coloniais de 77 hectares. Em 1848, os lotes coloniais foram reduzidos para 48 hectares, parecendo ser um tamanho ideal para um lote a ser ocupado com agricultura intensiva. Em 1875, os lotes foram alterados para 25 hectares..."* HERÉDIA (1997, p. 50)

O desenvolvimento das colônias italianas, que se localizaram ao norte das colônias alemãs, foi retardado pela deficiência de vias de comunicação com os mercados consumidores. Outra desvantagem que os italianos tiveram em relação aos alemães é que já encontraram uma rede de comercialização montada pelos alemães à sua espera para o escoamento do que viessem a produzir. Mesmo que isso poderia facilitar a comercialização dos produtos, também tornava os italianos submissos ao capital alemão.

No final do século XIX, o desenvolvimento das colônias, principalmente alemãs, permitiu abastecer não somente os mercados locais, mas também de exportar para o resto do país. Entretanto, o desempenho da agricultura colonial alemã não veio a beneficiar diretamente o pequeno proprietário, mas sim o comerciante. Era ele quem realmente acumulava capitais através das atividades de abastecimento do mercado interno. Na análise de PESAVENTO (1997, p. 49):

*"O comerciante alemão foi o elemento que se destacou no mundo colonial. Lucrava sobre a produção agrícola mediante a diferença obtida pelos produtos na colônia e em Porto Alegre; lucrava com o transporte das mercadorias da colônia à capital e da capital à colônia; lucrava ainda com as operações financeiras de empréstimos e guarda de dinheiro, o que lhe oportunizava um capital de giro para investir."*

*"É possível observar sua marcha ascensional em termos de acumulação de capital, desde a venda rural até a constituição de grandes casas de comércio de importação e exportação em Porto Alegre. A acumulação de capital ocasionada pelo grande comércio foi responsável por duas alterações básicas: por um lado, a importação de produtos do exterior contribuiu para desestimular um artesanato de base familiar que se fazia ao nível dos núcleos coloniais para suprir as necessidades essenciais. Por outro lado, o*

*surgimento da indústria se liga também à presença da acumulação de capital, via comércio."*

*"(...) O comerciante enriquecido diversificou paulatinamente suas atividades, aplicando capital não só na indústria como em empresas de navegação, bancos, companhias de seguros, loteamentos, hotéis."*

Assim, os imigrantes italianos precisavam encontrar alguma alternativa para atenuarem as desvantagens em relação aos alemães. Somados a estes problemas, ainda tinha o problema da concorrência, pois todos os artigos produzidos teriam de enfrentar a concorrência dos produtos alemães. A saída encontrada pelos novos imigrantes foi a especialização de determinadas zonas coloniais italianas na produção de vinho. O vinho encontrou um amplo mercado de consumo no centro do país, entre a população de origem italiana. Os núcleos italianos ainda se dedicaram ao plantio de milho e à criação de suínos para fabricação de banha.

O estabelecimento de colonos alemães, seguidos mais tarde de italianos, no Rio Grande do Sul, inseriu uma nova composição de forças produtivas que se desenvolveu ao longo do século XIX, especificando novas necessidades e interesses. Tanto que vale registrar não só uma diferenciação, mas um distanciamento entre a zona colonial e a campanha durante o século XIX.

Na década de 1940 se esgotara a colonização no Rio Grande do Sul e, cabe salientar que, durante todo este período, poucas colônias foram instaladas na zona sul do Estado. Mais do que isso, a partir da década de 1940 é que o excedente populacional das colônias se dirige para as cidades, onde se integra aos setores industriais ou de serviços. Assim, o Rio Grande do Sul atual é resultado de seu processo histórico intimamente relacionado aos interesses e necessidades do mercado interno brasileiro. Em função deste, evoluiu, sofreu transformações e adaptações sem perder esta linha mestra que caracterizou a colonização da região a partir do período colonial português. (MOURE, 1980)

Finalizando, pode-se concluir que graças ao desenvolvimento da região colonial, o imigrante europeu conseguiu gerar importantes impulsos à industrialização do Estado. Assim, desde as últimas décadas do século XIX, paulatinamente, novas indústrias se instalaram na região, entre elas a indústria têxtil.

### 3.1.3 O início do desenvolvimento industrial brasileiro

Ao final do século XVIII, a industrialização na Europa já havia começado sob a liderança inglesa e caminhou a passos largos durante o século XIX. A Europa buscava mercados para seus produtos, ao mesmo tempo em que necessitava quantidades cada vez maiores de matérias-primas vitais para a expansão. Os países latino-americanos poderiam satisfazer as duas necessidades.

Até meados do século XIX, o Brasil vivia o velho esquema da divisão internacional do trabalho entre países industriais e países agrícolas. Nesse esquema, não só o Brasil, mas toda América Latina, era considerado periferia da economia mundial, produzindo alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Enquanto que as necessidades de produtos manufaturados eram supridas através das importações dos países centrais. Mas, entre o final do século XIX e o início do século XX, encontram o caminho da industrialização.

Na década de 1840, as exportações ganharam novo impulso devido à expansão do café. Este se desenvolveu justamente em áreas próximas ao centro da decisão política. Diante disso, a política econômica serviu para amparar e proteger os interesses das elites agrárias cafeeiras. Assim, o setor teve seguras condições de prosperar.

Foi graças ao café que o Brasil voltou a ocupar a posição que tivera nos melhores tempos da fase colonial como exportador de matérias-primas e importador de artigos manufaturados, conforme os termos da divisão internacional do trabalho no espaço econômico capitalista.

Considerando que o Brasil, na primeira metade do século XIX, ainda era escravocrata, possuindo um incipiente mercado interno e totalmente carente de base técnica, era de fundamental importância fomentar primeiramente a expansão da exportação que geraria os recursos necessários para a importação, tanto de máquinas como de matérias-primas.

Neste sentido, o café foi um marco na formação do capitalismo, sendo que o processo industrial brasileiro nasceu ligado aos lucros e à prosperidade de atividades agroexportadoras. A expansão do café colocou capitais nas mãos de uma burguesia rural, que os investiu praticamente na indústria como forma de

diversificar as atividades de comerciantes, importadores e exportadores. Assim, surgiram inúmeras empresas industriais, bancos, seguradoras, além da ampliação dos meios de transporte, no período entre 1850 e 1860. Assim, mesmo que a estrutura básica do país apresentava-se como agroexportadora, já começava um crescimento da produção industrial.

O desenvolvimento da agroexportação, baseada no café, foi capaz de gerar uma série de transformações, principalmente pela acumulação de divisas, gerando um efeito renda que se transmitia aos demais segmentos da economia. Com o café ampliou-se o mercado interno, a infra-estrutura de estradas e portos, o comércio, as atividades bancárias e o setor público.

Neste ambiente de mudanças surgiram novos grupos sociais. A burguesia agrária cafeeira, somada a segmentos urbanos emergentes e ao exército, buscavam, não só uma renovação econômica, como também articulavam a queda do regime imperial. A monarquia gradualmente se apresentava como obsoleta, incapaz, tanto de responder aos anseios de descentralização administrativa e federalismo reivindicados pela burguesia paulista, quanto de promover a incorporação dos setores médios emergentes aos partidos políticos tradicionais.

Assim, pela incompatibilidade entre a estrutura monárquica tal como se achava constituída e os anseios do momento, o regime monárquico caiu através de golpe militar. Mesmo assim, o regime político, na transição do Império para a República Federativa, continuou sendo dominado pelos interesses dos setores agrários e exportadores, com uma estrutura produtiva montada para atender esses interesses, como sistemas de transportes, bancos, mão-de-obra escrava ou de imigrantes, em que a própria elite agrária investia, junto com o Estado e o capital estrangeiro.

Neste momento, surgem grupos para pleitear proteção e estímulos à indústria manufatureira nascente. Além disso, algumas políticas destinadas a atender interesses agrários acabaram favorecendo a indústria. A imigração, por exemplo, acabou sendo importante fonte de mão-de-obra industrial. Da mesma forma que o capital estrangeiro investido em ferrovias e energia acabou tendo efeitos positivos sobre a industrialização.

Sendo o setor agroexportador o principal para a economia do país, é compreensível entender porque os interesses continuaram sendo agrários no

momento da constituição da República. Isso não significa que o governo tenha sido contrário à indústria. Cabe destacar que a agroexportação fornecia os recursos em moeda estrangeira para pagar as máquinas industriais que, neste período, eram importadas. Além disso, a política emissionista implementada por Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do Governo Provisório, não tinha nada de anti-industrial, ao contrário, tal iniciativa incentivou a instalação de inúmeras empresas. O objetivo era aumentar a oferta de moeda e facilitar a criação de sociedades anônimas, sendo que foi dada a alguns bancos a possibilidade de emitirem moeda. Mas o dinheiro fácil promoveu a especulação financeira e gerou inflação, provocando uma grave crise, ainda nos primeiros anos da República. Contudo, pode-se concluir que na maior parte da República Velha, ao mesmo tempo em que o Estado não foi um adversário da indústria, esteve longe de promover uma política deliberada de desenvolvimento industrial.

Em 1891, com a crise provocada pela política emissionista, o valor da moeda brasileira começou a despencar em relação à libra inglesa. De certo modo, a desvalorização da moeda ajudou o desenvolvimento de indústrias locais, isto porque à medida que a moeda brasileira se desvalorizava, tornava as mercadorias importadas mais distantes do poder de compra da população.

O período inicial da República ficou marcado por importantes modificações estruturais na economia do país. Destaca-se a súbita disseminação do trabalho assalariado no campo, relacionado ao fim da escravatura e à entrada de imigrantes ao longo da década de 1890, além do reordenamento da inserção do país na economia internacional, motivado pelo extraordinário florescimento das relações financeiras do Brasil com o exterior. (FRANCO, 1990, p. 11)

Desta forma o começo da produção industrial no Brasil ocorreu no final do século XIX, quando fatores internos e externos combinaram-se, possibilitando o desenvolvimento industrial. Quanto aos fatores internos, pode-se mencionar que o desenvolvimento industrial originou-se, principalmente, pela riqueza gerada na exportação de café, assim como pelo trabalho assalariado, graças ao fim do tráfico negreiro e a abolição da escravatura. Dessa forma, preencheram-se dois pré-requisitos indispensáveis à industrialização: capital e mercado interno. Assim, o período da República Velha caracteriza-se por ser um período de expansão

industrial, principalmente de bens de consumo de fácil produção, como os têxteis e os alimentares.

#### **3.1.4 Origens da indústria têxtil no Brasil e no Rio Grande do Sul**

A produção de tecidos de algodão por processos manuais, com o auxílio de maquinaria simples (rocas e teares a mão), começou no Brasil no século XVIII, mas a política econômica da Coroa para sua Colônia era dominada pelos interesses agrários. O governo português, além de não ter estimulado desenvolvimento industrial, ainda controlou rigidamente a manufatura local, sendo que os bens que poderiam ser fornecidos pela Metrópole não podiam ser produzidos no Brasil.

Em 1785, por alvará de D. Maria I, mandava-se fechar todas as fábricas de tecidos de algodão, lã e outras fibras, com exceção apenas daquelas que fabricavam tecidos grosseiros destinados à vestimenta de escravos e para enfardamento ou embalagens. A razão deste decreto foi declarada como sendo que *"a agricultura colonial carecia de mão-de-obra e nenhum braço deveria ser desviado da terra e das minas, pois a riqueza real provinha dos frutos e produtos do solo, e não de artesãos ou artífices. Além disso, os produtos do solo constituíam a base do comércio e navegação do Brasil e Portugal."* (STEIN, 1979, p. 20)

Neste período a riqueza vinha através da exportação, seja mineral em ouro e diamante, seja natural como o açúcar e o algodão, produtos que constituíam o grosso dos carregamentos dos navios que zarpavam da colônia. Quanto ao algodão, suas exportações cresceram rapidamente com o desenvolvimento da indústria têxtil da Inglaterra, a partir de 1770, mas posteriormente perdeu mercado pela concorrência com os Estados Unidos.

Muito diferente da posição política adotada por Portugal, em relação a sua colônia, é o exemplo do que ocorria na economia americana: nos Estados Unidos quando as colônias se defrontavam

*"...com dificuldades para efetuar importações de manufaturas de que necessitavam, desde cedo criaram*

*consciência da necessidade de fomentar a produção interna. Já em 1655 Massachusetts passou uma lei obrigando todas as famílias a produzir os tecidos de que necessitassem. Muitas colônias proibiam a exportação de certas matérias-primas, como couros, para que fossem manufaturadas localmente." (FURTADO, 1999, p. 102)*

É com a chegada da corte portuguesa que o decreto de D. Maria I foi revogado. Quando D. João VI chegou ao Brasil em 1808, já no final do mês de janeiro deste ano decretou a abertura dos portos às nações amigas e, em abril, revogou os decretos que proibiam a instalação de manufaturas na Colônia, isentou de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria, ofereceu subsídios para a indústria da lã, da seda e do ferro, encorajou a invenção e introdução de novas máquinas.

Mas o surto industrialista que poderia ter-se verificado não ocorreu. Ao contrário, foi aniquilado, principalmente, em virtude dos tratados assinados com a Inglaterra, instituindo privilégios para os produtos ingleses. Assim, a incipiente indústria têxtil brasileira não tinha como competir com os tecidos ingleses. Esses tratados, assinados ainda em 1810, transformaram a Inglaterra em potência privilegiada, com direitos de extraterritorialidade e tarifas preferenciais a níveis extremamente baixos.

Na independência do Brasil, ocorrida em 1822, os interesses ingleses novamente estavam em jogo. Isto porque para a Inglaterra o que importava era garantir junto ao novo governo brasileiro a continuidade dos privilégios conseguidos sobre a colônia. A Inglaterra, percebendo as vantagens que seriam obtidas retirando Portugal das transações Brasil-Inglaterra teve, de uma posição excepcionalmente forte, a possibilidade de negociar o reconhecimento da independência brasileira. Assim, a Inglaterra foi amplamente favorecida pelos acordos que duraram até o ano de 1843 e se constituíram em toda a primeira metade do século, uma séria limitação à autonomia do governo brasileiro no setor econômico, além de ter prejudicado muito a indústria artesanal e manufatureira do Brasil. Mesmo assim, FURTADO (1999, p. 94) diz que:

*"Seria erro, entretanto supor que aos privilégios concedidos à Inglaterra cabe a principal responsabilidade pelo fato de que o Brasil não se haja transformado numa nação moderna*



*já na primeira metade do século XIX, a exemplo do ocorrido aos EUA. (...) Não existindo na colônia sequer uma classe comerciante de importância – o grande comércio era monopólio da Metrópole – resultava que a única classe com expressão era a dos grandes senhores agrícolas. Qualquer que fosse a forma como se processasse a independência, seria essa classe a que ocuparia o poder, como na verdade ocorreu, particularmente a partir de 1831."*

Aproximadamente 40 anos antes de o Brasil conseguir sua independência, os Estados Unidos já haviam declarado a sua. Na época da independência norte-americana, sua população era mais ou menos da magnitude da do Brasil, mas a formação das classes sociais nos dois países diferiu substancialmente: enquanto nos Estados Unidos a classe dominante era composta por um grupo de pequenos agricultores e um grupo de grandes comerciantes, no Brasil a classe dominante era composta por grandes proprietários escravistas e pelos comerciantes de escravos.

Entretanto, cabe destacar que, durante o século XIX, apareceram os primeiros registros de que o Brasil tinha potencialidades para o desenvolvimento de indústrias. Ponderavam que as matérias-primas exportadas e em seguida devolvidas sob a forma de produtos manufaturados poderiam ser processadas no próprio país, com grandes ganhos para aqueles que se dispusessem a fundar indústrias. Isto requeria mercados, capital para investir, máquinas e homens.

Ainda, nas primeiras décadas do século XIX, o pequeno consumo do país estava em declínio com a decadência da mineração, e o café ainda não se configurava como um grande produto de exportação. A questão era como fomentar o surgimento de unidades fabris nesta época, diante de tais adversidades. Para FURTADO (1999, p. 106):

*"A industrialização teria de começar por aqueles produtos que já dispunham de um mercado de certa magnitude, como era o caso dos tecidos, única manufatura cujo mercado se estendia inclusive à população escrava. Ocorre, porém, que a forte baixa dos preços dos tecidos ingleses, a que nos referimos, tornou difícil a própria subsistência do pouco artesanato têxtil que já existia no país. A baixa de preços foi de tal ordem que se tornava praticamente impossível defender qualquer indústria local por meio de tarifas. Houvera sido necessário estabelecer cotas de importação."*

*(...) Por último é necessário não esquecer que a instalação de uma indústria têxtil moderna encontraria sérias dificuldades, pois o ingleses impediam por todos os meios a seu alcance a exportação de máquinas."*

A indústria têxtil americana também sofreu este mesmo problema, mas conseguiu se mecanizar através da própria produção de máquinas têxteis, com a cooperação de técnicos ingleses que emigraram, escapando ao controle das autoridades britânicas. A possibilidade de alcançar grandes lucros, numa economia cujo mercado se expandia rapidamente, induzia a correr os riscos.

Após o fim dos acordos com a Inglaterra, foi através da Tarifa Alves Branco, em 1844, que *"esboçou-se a primeira política protecionista brasileira, quando foram elevadas as tarifas alfandegárias para a média de 30%, fato que provocou protestos de várias nações européias. A medida propiciou realmente um estímulo à industrialização, especialmente para o ramo têxtil, que foi o pioneiro deste processo."* (IEMI, 2001, p. 28)

Antes da promulgação da Tarifa Alves Branco, os produtos importados eram taxados em apenas 15%, sendo que as mercadorias inglesas gozavam deste privilégio desde 1810.

O processo de industrialização, esperado após 1844, não se deu de imediato; pelo contrário, caracterizou-se por ser um processo lento. Mesmo assim, muitas pessoas perceberam a importância da instalação de fábricas têxteis no Brasil. Como por exemplo, a mensagem do funcionário público brasileiro Sebastião Ferreira Soares, ainda no ano de 1865, que estava preocupado com os déficits na balança comercial do país. Proclamou a necessidade de que o Brasil estabelecesse fábricas têxteis e outras indústrias para produzir artigos aqui no país. Incomodava-lhe o fato de que o Brasil produzia as matérias-primas e depois as exportava, para então recebê-las de volta a preços elevados depois de terem sido manufaturadas. Para Ferreira Soares, *"instalando fábricas, a maior parte do capital que sai para pagar objetos de uso comum permanecerá no país."* (STEIN, 1979, p. 26)

Ainda, em 1846, foi aprovada uma legislação que concedia isenção às importações de maquinaria e matérias-primas para as indústrias de transformação. Essa legislação foi revogada em 1857, mas os direitos sobre

matérias-primas foram estabelecidos em níveis relativamente baixos e as isenções para a importação de maquinaria industrial foram daí por diante concedidas praticamente sem restrições. Em 1874, tanto as importações de matérias-primas como as de maquinaria para as indústrias de transformação foram novamente isentadas.

Essa proteção alfandegária proporcionou ao setor um desenvolvimento moderado até a década de 1880, sendo que os principais interesses econômicos deste período eram relacionados a agroexportação, principalmente a economia cafeeira. Além disso, a instalação da unidade industrial têxtil exigia elevados investimentos, quase na sua plenitude importados: além das máquinas têxteis, era necessário importar parte da maquinaria para a geração de energia como caldeiras, máquinas a vapor, rodas d'água, maquinaria hidráulica. Também era necessária a importação de alguns insumos como, no caso da indústria de tecidos de algodão, pó para branquear, anilinas, soda cáustica etc.

As informações sobre as primeiras tecelagens de algodão instaladas no Brasil no século XIX mostram que, pelo menos, 56 tecelagens foram instaladas no período entre 1830 e 1880. Algumas desapareceram até 1880, mas a maioria sobreviveu. A maioria era de pequenas fábricas que, na média tinham um capital de 208 contos<sup>16</sup>, operavam com 55 teares e 2.367 fusos e empregavam 116 operários, sendo que a geração de energia na maioria era hidráulica. (SUGIZAN, 2000a, p. 133)

---

<sup>16</sup> Na maioria dos capítulos do trabalho, aparecem valores em mil-réis, que foi a unidade monetária herdada pelo Brasil de Portugal. Sendo que o padrão monetário era o mil-réis (1\$000), e 1000 mil-réis eram chamados de um conto de réis, a cotação, ao se fazer a Independência, era de Rs. 1\$000 por oitava de ouro, aproximadamente, 3,58 gramas. A oitava era a antiga unidade de medida de peso usada pela Casa da Moeda do Brasil antes do sistema métrico decimal e equivalia 1/8 da onça. Uma onça equivalia a aproximadamente 28,7 gramas, logo, a oitava equivalia a 3,58 gramas. Contudo, o valor do papel-moeda, que se começou a emitir no Brasil em 1808, variou muito. Ele nunca foi conversível em ouro. Em 1833, devido à grande desvalorização, quebrou-se o padrão monetário brasileiro, que passou a ser de Rs. 2\$500 por oitava de ouro de 22 quilates. Em 1846, nova quebra do padrão, passando a oitava de ouro a valer Rs. 4\$000. O Decreto-lei nº 4.791, de 05.10.1942, instituiu o CRUZEIRO como unidade monetária brasileira, com equivalência a um mil réis. Assim, 4:750\$400 (quatro contos, setecentos e cinquenta mil e quatrocentos réis) passou a expressar-se Cr\$ 4.750,40 (quatro mil, setecentos e cinquenta cruzeiros e quarenta centavos). Em julho de 1948, o Brasil comunicou a nova taxa oficial de sua moeda: Cr\$ 18,36 por dólar-americano. A equivalência em ouro do cruzeiro ao par tornou-se assim 0,0484 gramas de ouro, o que representa um valor quase 19 vezes menor que o do mil-réis do padrão de 1846. Essa paridade foi em seguida e sucessivamente alterada na medida da desvalorização efetiva do cruzeiro. (PRADO Jr., 1998, p. 357) Demais informações sobre os padrões monetários no Brasil convém consultar o site do Banco Central do Brasil (<http://bcb.gov.br>)

O aparecimento da indústria, ainda no século XIX, em países periféricos como o Brasil, provocou uma nova reorganização na estrutura do capitalismo a nível internacional. Assim, os países capitalistas mais desenvolvidos passaram a concentrar-se no desenvolvimento de indústrias de bens de produção mecânica e siderúrgica, enquanto que as economias periféricas iniciavam a produção de bens de consumo não-duráveis em sua indústria nascente, redefinindo assim uma nova divisão internacional do trabalho. Essa tendência ampliou-se entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Diante disso,

*"...as nações centrais cada vez mais se dedicaram à indústria de transformação e à indústria pesada, atividades que exigiam dimensões significativas de planta mínima e de investimento inicial, isto é, alto índice de produção e de concentração de capitais. Os países periféricos, dentre os quais o Brasil, iniciaram uma incipiente produção industrial de bens de consumo não-duráveis, instalando indústrias tradicionais que exigiam baixo volume de capital e reduzido tamanho de planta mínima, bem condizentes com os seus estágios de produção e concentração de capitais. Além do mais, este tipo de indústria utilizava uma tecnologia simples, de fácil manejo e inteiramente disponível no mercado internacional, já que estava sendo substituída por outra, mais sofisticada e produtiva, nos países industrializados avançados." REICHEL (1978, p. 9)*

A indústria têxtil se desenvolveu inicialmente no Nordeste, particularmente na Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, sendo que as fábricas foram instaladas nas áreas produtoras de algodão. A Bahia foi o primeiro e mais importante centro da indústria têxtil até a década de 1860, sendo que teve duas pequenas fábricas instaladas ainda na década de 1830, a Santo Antônio do Queimado em 1834 e a Nossa Senhora da Conceição em 1835. Já na década de 1840 é inaugurada a fábrica Todos os Santos, que durante muito tempo foi a maior tecelagem de algodão no país, com 176 teares, 4.160 fusos e duzentos operários.

*"Diversos fatores explicam o desenvolvimento precoce da indústria de fiação e tecelagem no Nordeste, particularmente na Bahia. Os mais importantes são a presença da principal matéria-prima (algodão), a grande oferta de mão-de-obra*

*barata, um mercado para produtos baratos de algodão, fontes adequadas de força motriz e disponibilidade de capital." (SUGIZAN, 2000a, p. 133)*

Cabe destacar que o crescimento da renda interna na região nordestina era ligado ao desempenho de produtos primários de exportação, tais como algodão, açúcar, café, fumo e cacau que, por sua vez, determinavam a demanda por têxteis, pois a manufatura têxtil local produzia tecidos grosseiros que serviam para o ensacamento de muitos produtos primários, assim como para o vestuário dos escravos e das classes pobres.

Mesmo tendo sido a Bahia a pioneira na fabricação de produtos têxteis, outros Estados também tiveram a instalação de fábricas têxteis ainda antes de 1880. Destacam-se os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em Minas, o surgimento da atividade naquela região ocorreu quase que simultaneamente com o estado da Bahia. Ainda na década de 1830, a distância com o porto do Rio de Janeiro protegeu a indústria têxtil mineira de uma maior concorrência com os produtos têxteis ingleses. Em 1862, com melhorias nos meios de transporte, a produção local foi abalada em consequência da penetração de similares ingleses e da produção de outras fábricas brasileiras. Mesmo assim a indústria têxtil mineira apresentou um desenvolvimento mais acentuado no período que vai do final da década de 1860 à metade da de 1880. Até o ano de 1885 treze fábricas foram instaladas na região, sendo a maioria de pequeno porte.

Foi só a partir de 1870 que a indústria têxtil de algodão desenvolveu-se no Rio de Janeiro. Por volta de 1884, dez fábricas haviam sido instaladas, sendo que as fábricas localizadas na cidade do Rio de Janeiro eram movidas por vapor, o que as obrigava a importar o carvão, enquanto que as fábricas do interior eram movidas por energia hidráulica. As fábricas da região importavam o algodão do Nordeste, principalmente de Pernambuco.

O Rio de Janeiro teve a primeira grande fábrica de algodão do Brasil: a Fábrica Brasil Industrial, que foi instalada em 1872 com 24.000 fusos e 400 teares, empregando quatrocentas pessoas. Ela foi até o final da década de 1880 a maior fábrica de tecidos de algodão do Brasil.

Esta iniciativa, somada a inúmeros outros investimentos têxteis na região, tornou o Rio de Janeiro o principal centro da indústria têxtil de algodão no Brasil. A origem do capital investido nas fábricas têxteis, que promoveram esta liderança de maneira tão rápida, está vinculada ao papel exercido pelos comerciantes imigrantes, que geralmente eram importadores de tecidos de algodão e que, em determinado estágio de suas atividades, acharam que valeria a pena produzir bens no próprio Brasil, em vez de importá-los.

Em São Paulo, mesmo tendo ocorrido iniciativas anteriores que não geraram frutos duradouros, a indústria têxtil de algodão só se firmou por volta do fim da década de 1860. Dessa época até a metade da década de 1880 foram instaladas na região dezesseis fábricas têxteis, sendo que algumas delas foram fechadas depois.

A maioria destas fábricas de tecidos de algodão foi instalada durante a expansão da lavoura de algodão introduzida em São Paulo. Além disso, o café estava atravessando um período de grande acumulação de capitais, o que estimulou o crescimento econômico geral e ocasionou uma demanda crescente de tecidos, tanto para ensacar café, açúcar e demais cereais, como também para serem confeccionados em vestimenta de trabalhadores e escravos. Desde cedo os cafeicultores paulistas começaram a diversificar seus investimentos e a visualizar no setor têxtil a possibilidade de ampliação de seus lucros. Tanto que várias fábricas de tecidos de algodão instaladas em São Paulo foram fundadas por cafeicultores, ou tiveram a participação destes.

Na maior parte do Brasil, o clima quente incentivou a produção de tecidos de algodão que, por serem leves, podem ser usados o ano todo, principalmente no Nordeste. Assim, a indústria têxtil de lã tem um mercado nacional muito menor se comparado com o da indústria têxtil de algodão. O tecido de lã é destinado para os Estados localizados mais ao sul do Brasil, e foi precisamente nessa região que inicialmente se desenvolveu a indústria de lã a partir da década de 1870. A pioneira no segmento foi a Rheingantz e Vater, fundada somente no ano de 1873, que também foi a primeira indústria têxtil do Rio Grande do Sul, a qual será abordada na próxima seção.

Outras fábricas produtoras de tecidos de lã foram inauguradas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Mas o centro desta indústria localizou-se no Rio

Grande do Sul, onde a principal matéria-prima estava próxima. A lã era produzida no Estado, característica da pecuária gaúcha, ou importada de países platinos. Ainda no final do século XIX, no ano de 1891, outras duas empresas têxteis foram instaladas no Rio Grande do Sul.

No decorrer do século XIX, uma série de transformações econômicas, promoveram o desenvolvimento industrial. Pode-se destacar a acumulação de capital gerada pelo setor exportador, a introdução de relações assalariadas de produção, a constituição de um mercado interno, a urbanização, o surgimento da indústria, a construção de estradas de ferro, aparelhamento dos portos, criação de bancos, companhias de seguro e o surgimento de novos serviços públicos marcaram principalmente os últimos anos deste século. O surgimento da indústria de transformação e, principalmente a constituição do setor têxtil brasileiro deu-se no curso deste processo.

#### 3.1.4.1 O início da indústria têxtil no Rio Grande do Sul

A primeira indústria têxtil no Rio Grande do Sul foi a Rheingantz e Vater, fundada em 1873, na cidade de Rio Grande, por Carlos Guilherme Rehingantz, juntamente com seu sogro Miguel Tito de Sá e Herman Vater, de nacionalidade alemã. Seu fundador, Carlos Guilherme Rheingantz, possuía a maior parte do capital da empresa que, na época da fundação, era de 90 contos de réis. Rheingantz era de família de comerciantes e ele próprio dedicado ao comércio. Além disso, era filho do fundador e organizador da colonização alemã de São Lourenço.

A empresa começou a funcionar em 1874, em pequena escala. Beneficiando a matéria-prima fornecida pela zona da pecuária tradicional, a empresa foi pioneira na produção de tecidos de lã no Brasil. Já no ano de 1875, importou máquinas da Europa que permitiam produzir diversos produtos de lã. Neste ano possuía em torno de 100 funcionários.

Segundo dados da exposição provincial de 1875 - que atingiu o número de 558 produtos produzidos em diversas localidades do Rio Grande do Sul - destacou-se entre os expositores a fábrica nacional de tecidos e panos, de

Rheingantz e Vater, onde, numa vitrina, expôs os seus produtos de lã. Os produtos *"são muito bem preparados e preferíveis aos importados. Esta fábrica merece o apoio público e mesmo a proteção do comércio. (...) A matéria-prima é produto da criação de ovelhas na província..."* (PESAVENTO, et al, 1987, p. 70)

Nessa época a empresa utilizava como matéria-prima a lã crioula e a lã mestiça, *"comprando-as em estado bruto e transformando-as em suas oficinas mediante processos de lavagem, cardagem, fiação, tecelagem, tinturaria e apresto, em cobertores encarnados e escuros, baetas de todas as cores, flanelas, chalés de diferentes padrões, casemiras, panos etc."*<sup>17</sup>

Em 1884, a sociedade se extinguiu e o sócio majoritário assumiu a empresa. Formou-se nova sociedade, a Rheingantz & Cia., com o capital de 600 contos de réis, e operava com 130 funcionários. Neste ano, a fábrica que já produzia cobertores, panos, capas e sarjas, fundou a primeira fábrica de tecidos de algodão do Estado, importando máquinas para a produção e fios de algodão do exterior e de Pernambuco. A produção de tecidos de algodão, neste ano, atinge 1.442 Kg enquanto que a de tecidos de lã já atingia 100.839 Kg. (REICHEL, 1978, p. 37)

Essa empresa destacou-se como exemplo de organização industrial para a época, na medida em que realizou investimentos no setor primário, procurando orientar mais decisivamente a produção da lã no sentido das necessidades da indústria têxtil. Já no ano de 1891, Rheingantz transformou a sociedade comandatária em sociedade anônima sob o nome de Companhia União Fabril e Pastoril com o capital de 5.000 contos de réis. A palavra Pastoril introduziu-se em virtude da iniciativa de produzir a própria lã que utilizava como matéria prima. Tanto que foram adquiridos campos e rebanhos, além de terem sido importados vários reprodutores da Inglaterra. Também se contratou um técnico ovinotecnista inglês, a fim de desenvolver e aperfeiçoar a criação de ovelhas.

No ano de 1891, a empresa fundou sua terceira fábrica, uma produtora de aniagens. Produzia tecidos grosseiros de juta destinados a sacarias de produtos primários. Lembrando que a economia colonial neste período destacava-se na

---

<sup>17</sup> Dados obtidos no CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO BRASILEIRO-ALEMÃ que ocorreu em Porto Alegre no ano de 1881. Porto Alegre, Deustche Zeitung, 1881. *apud* PESAVENTO, et al (1987, p. 73-8)



produção de inúmeros gêneros primários e que para enviar estes produtos aos mais diversos mercados era necessário uma elevada quantidade de sacarias, o surgimento desta unidade fabril no Rio Grande do Sul foi induzido pelas suas exportações. Cabe destacar que a produção de sacaria de juta era inteiramente baseada na importação de fios de juta.

Acredita-se que estas expansões foram financiadas por lucros da fábrica de tecidos de lã, que deveria ser muito lucrativa, pois pagou grandes somas em dividendos na década de 1880 e no início da de 1890. (SUZIGAN, 2000a, p.167)

Já em 1895, a empresa comprou um terreno na cidade do Rio de Janeiro para a instalação de uma subsidiária da fábrica de tecidos de algodão. Estes dois investimentos demonstraram que, naquela época, sua produção já estava voltada para o mercado nacional. Neste mesmo ano a empresa decide modificar seu nome para Companhia União Fabril, retirando a palavra Pastoril, reduzindo também seu capital para 3.500 contos de réis. Esta alteração ocorreu em virtude do fracasso na criação de ovelhas, pois durante a Revolução Federalista que assolou o Estado de 1893 a 1895, muitas tropas cruzaram os campos da empresa e abateram para seu próprio consumo um grande número de cabeças, inclusive os reprodutores importados da Inglaterra e seus descendentes. Tal situação fez com que o técnico voltasse para a Inglaterra. Assim, a empresa desistiu deste segmento, o que prejudicou o desenvolvimento da produção de lã no Estado.

Cabe destacar que a produção de lã no Estado já tinha apresentado um razoável desempenho ainda na metade do século XIX, sendo que durante os anos de 1855 e 1856, já se ensaiaria a exportação para a Europa, principalmente para a Alemanha, embora em pequenas quantidades.

Na Tabela 3, a seguir, apresenta-se a exportação de lã do Rio Grande do Sul durante o período de 1861 a 1890. Convém ressaltar que as cifras de exportação de lã, não representam toda a produção gaúcha, já que parte das lãs eram consumidas pelas fábricas de tecidos locais. O principal consumidor da produção local de lãs era a Companhia União Fabril.

**TABELA 3 – EXPORTAÇÃO DE LÃ DO RIO GRANDE DO SUL: 1861/1890**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>Arrobas*</b>
1861	149:833\$037	28.782
1862	185:214\$322	33.814
1863	270:868\$826	44.789
1864	278:252\$932	88.787
1865	276:299\$158	47.468
1866	326:980\$200	56.046
1867	594:283\$292	58.005
1868	578:031\$180	85.447
1869	480:247\$075	63.808
1870	537:979\$996	65.448
1871	670:175\$940	128.081
1872	311:575\$132	41.592
1873	306:780\$470	53.313
1874	217:068\$360	39.729
1875	150:654\$050	27.414
1876	192:648\$700	34.997
1877	147:947\$276	28.520
1878	91:768\$310	59.471
1879	182:927\$800	34.039
1880	216:836\$101	30.717
1881	184:561\$885	21.477
1882	242:043\$320	37.145
1883	286:147\$000	49.688
1884	316:715\$780	46.916
1885	582:373\$030	98.932
1886	437:287\$340	80.984
1887	47:299\$290	8.797
1888	210:548\$560	93.509
1889	195:601\$290	48.411
1890	192:573\$990	30.968

FONTE: Revista do Arquivo Público do RGS, 1922 , e Relatórios Provinciais e Estadual, nos respectivos anos citados. In: SILVA (1979, p. 83)

\* A arroba é a medida de peso utilizada pela Casa da Moeda do Brasil antes da adoção do sistema métrico decimal e equivalente a 32 libras ou 14,3073 Kg.SANDRONI (1999, p. 33)

A lã rio-grandense sempre sofreu concorrência uruguaia, assim como outros produtos ligados à pecuária. Desta forma, durante o século XIX, percebe-se uma maior exportação gaúcha justamente nos anos em que crises internas no Uruguai prejudicaram suas exportações. Mesmo que as quantidades exportadas tenham variado muito durante a segunda metade do século XIX, no ano de 1890, o valor das exportações de lã atingia 1,1% do valor total das exportações do Rio Grande do Sul.

Já no início do século XX, entre os anos de 1907 e 1927, as quantidades exportadas quadruplicaram, apresentando respectivamente 1.517 t. e 6.479 t.. Já as quantidades consumidas no próprio Estado praticamente duplicaram neste período, sendo 2.396 t. no ano de 1907 e 4.648 no ano de 1927. Mesmo tendo crescido sua participação relativa, seu montante absoluto não permitiu que fosse um produto capaz de impulsionar com dinamismo a economia da Campanha. (FONSECA, 1983, p. 61 e 132)

Finalizando este capítulo, é apresentado a seguir, o Quadro 1. O objetivo é mostrar um resumo da evolução econômica do Rio Grande do Sul. Aborda-se desde o período das disputas coloniais, os primeiros ciclos econômicos do Brasil e a forma de inserção da economia gaúcha na nacional, até o final do século XIX, quando ocorre o início da indústria têxtil no Estado.

**QUADRO 1 – EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL ATÉ O INÍCIO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO ESTADO**

<b>Período</b>	<b>Mundo</b>	<b>Brasil</b>	<b>Rio Grande do Sul e Região Sul</b>
1680-90	Decadência do Império Colonial Português.	Decadência do Açúcar	Ocorrem furtos sobre o rebanho de gado xucro, para extração de couro. Na época a carne ainda não tinha valor comercial.  Em 1682 ocorre o retorno dos Jesuítas ao RS; fundação dos "Sete Povos".
1700-50	Inglaterra potência hegemônica na Europa.	A economia do Brasil baseia-se na atividade de mineração. O que por consequência cria um mercado para gado de corte e tração.	Valorização econômica do gado sulino.  No Rio Grande do Sul são construídas estradas para o tropeiro do gado; currais e invernadas.
1750-1800	Em 1750 o Tratado de Madrid concede as Missões a Portugal e a Espanha fica com a Colônia de Sacramento.	Início da decadência da mineração.	Vinda dos açorianos para povoarem as Missões.  Dinamização das charqueadas; afirma-se as relações de produção escravistas.
1801-22	Napoleão invade Portugal em 1807.  Transmigração da corte portuguesa para o Brasil.	Chegada da Corte portuguesa.  Abertura dos Portos às Nações Amigas.  Em 1822 proclamada a Independência do Brasil.	RS elevado à condição de Capitania Geral (Capitania de São Pedro), independente do Rio de Janeiro e subordinado ao Vice-Rei do Brasil.  Desorganização das charqueadas uruguaias; gado Oriental é encaminhado para as charqueadas rio-grandenses. O período é caracterizado pelo grande desenvolvimento da economia pecuária-gaúcha.
1822-40	Uruguai surge como nação independente.	Café torna-se o 1º produto de exportação brasileira.	Chegada dos primeiros colonos alemães a São Leopoldo  Concorrência do charque platino ao charque rio-grandense dentro do mercado interno brasileiro.
1840-60	Forte pressão da Inglaterra contra o tráfico de escravos	Grande desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba do Sul.	Colônias alemãs além de desenvolver uma agricultura de subsistência, começam a exportar o excedente para Porto Alegre.  Lotes de terras passam a ser vendidos aos colonos imigrantes
1860-1890	Desenvolvimento da charqueada uruguiaia como uma empresa capitalista, dirigida para exportação.	Desenvolve-se a imigração estrangeira para as lavouras de café em São Paulo em substituição da mão-de-obra escrava.  Em 1889 ocorre a Proclamação da República do Brasil.	Crise da charqueada sulina, manifestada na falta de mão-de-obra escrava e na concorrência com o Prata.  Grande desenvolvimento da lavoura colonial, abastecendo o mercado interno do centro do país.  Em 1875 ocorre o início da imigração italiana para o Rio Grande do Sul.  Em 1873 é fundada a primeira indústria têxtil no Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande, sob o nome de Rheingantz e Vater. Depois denominada de Companhia União Fabril.

FONTES: PESAVENTO (1997, p. 26-34, 54-62 ; 1987, p. 195-244), ROCHE (1969)

## **4 A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL E O SETOR TÊXTIL NO CONTEXTO DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA**

Este capítulo aborda a evolução industrial do Rio Grande do Sul no período em que o desenvolvimento industrial brasileiro dependia da agricultura de exportação. Tal situação sustenta-se até a década de 1930, quando, em virtude de uma série de transformações, esgotam-se as possibilidades de o País manter o modelo econômico agrário-exportador, voltando-se ao processo de substituição de importações.

Assim, durante a República Velha, o Rio Grande do Sul passou por importantes transformações econômicas e sociais. Este período pode ser considerado como

*"... um período de nascimento e florescimento do capitalismo no Rio Grande do Sul: é quando as relações tipicamente capitalistas se difundem, acarretando uma série de mudanças (econômicas, sociais, tecnológicas, políticas), ao mesmo tempo que ainda não são hegemônicas. As quatro décadas podem ser consideradas, assim, um período de transição capitalista." FONSECA (1984, p. 1)*

O capítulo também aborda o desenvolvimento da indústria têxtil no Rio Grande do Sul, desde o surgimento das primeiras indústrias na última década do século XIX, até a década de 1930.

#### 4.1 TRANSIÇÃO CAPITALISTA NO RIO GRANDE DO SUL

No final do século XIX, enquanto o Brasil caracterizava-se por ser um grande exportador de produtos primários e importador de manufaturas, a economia rio-grandense intensificou-se como primário-exportadora; no entanto, ao invés de reorientar-se em direção aos mercados internacionais, continuou vinculada ao mercado interno brasileiro.

A industrialização brasileira, que se iniciou de forma mais significativa a partir da última década do século XIX, pode ser vista como um processo social, onde ocorre uma forma de desenvolvimento de forças produtivas com relações de produção capitalistas. Compreende a transformação de processo de trabalho, que vai desde a passagem da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado, a mecanização, as formas de produção baseadas na fábrica. (SILVA, 1985)

No caso específico do Rio Grande do Sul, os imigrantes estabeleceram-se, em sua maioria, como colonos, com acesso à propriedade rural, e, portanto, não como trabalhadores livres, disponíveis para o capital. Desta forma, no período da República Velha, a sociedade gaúcha experimentou um processo particular de transição para as relações capitalistas de produção, com características divergentes da transição nas regiões brasileiras agroexportadoras. Assim, o Rio Grande do Sul foi, dentre as regiões periféricas da economia nacional, uma das que melhor soube aproveitar-se das alterações na estrutura econômica do país, enviando produtos ao mercado interno que então surgia no País.

Com o desenvolvimento da zona colonial, os antigos povoados tornaram-se importantes cidades. As indústrias que se instalaram nessas localidades atraíram um contingente de mão-de-obra que deixava a lavoura e se dirigia para as cidades em busca de melhores condições de vida. Desta forma, a indústria gaúcha originou-se a partir do desenvolvimento de uma economia voltada ao atendimento do mercado interno, seja o da própria região, seja das demais regiões brasileiras. Então, muito menos influenciada pelas relações com o comércio exterior e mais vinculada aos condicionamentos internos da economia regional.

A transição capitalista no Rio Grande do Sul tem suas raízes nas transformações ocorridas ainda por volta da metade do século XIX. Entre elas destacam-se a falta de escravos, que desestabilizou a economia da charqueada, e o desempenho apresentado pelas colônias imigrantes. Durante a República Velha a economia gaúcha viu o aprofundamento destas tendências.

Mesmo o charque, que foi o principal produto de exportação durante todo século XIX, teve sua participação em queda ao longo dos anos. Enquanto quase todos os produtos agrícolas, mesmo aqueles sujeitos ao beneficiamento agroindustrial, como farinhas, fumo, erva-mate, vinho e banha, entre outros, adquiriam, desde os anos 1850, progressiva importância no consumo local, reduziam-se as importações estaduais de alimentos.

No ano de 1890 as exportações de charque correspondiam a 30,3% do valor das exportações do Rio Grande do Sul. Já as exportações de três produtos vinculados à economia agrícola no ano de 1890, no caso a farinha de mandioca, o feijão e o fumo, representavam 17,7% do total exportado pelo Estado. Ao se incluir o valor da exportação de banha, outro produto vinculado ao trabalho nas colônias de imigração, que correspondia a 11,5% das exportações, chega-se a um percentual de 29,2% do valor das exportações do Rio Grande do Sul. Desta forma, percebe-se que ainda no ano de 1890, a economia vinculada à zona colonial praticamente se igualou em valor de exportação com a economia charqueadora. (FONSECA, 1983, p. 130; 1984 p. 31 e SILVA, 1979, p. 84)

Assim, no início da República, se por um lado havia uma crise econômica no setor pecuário-charqueador, por outro, a ascensão da economia ligada às zonas de imigração geravam certa acumulação. À medida que estes capitais acumulados eram aplicados, dava-se andamento às transformações capitalistas na região, o que permitiu ao Rio Grande do Sul romper com o exclusivismo pecuário e enfrentar com êxito alternativas à crise desse setor.

Somado a isso, a consolidação de uma nova economia agrícola, vinculada à pequena propriedade e a sociedade das colônias, predominou no processo de transição capitalista e constituiu-se como principais matrizes sócio-econômicas da modernização no Rio Grande do Sul. Era o setor agrícola que se apresentava como o mais dinâmico, com mais capacidade de capitalização, proporcionando o surgimento do grande comércio e de indústrias.

#### 4.1.1 Crise na economia pecuária

Nos últimos anos do século XIX, com o advento da República, o setor pecuário-charqueador perdeu a sua influência no controle das instituições políticas regionais. Soma-se a isso os problemas gerados pela transformação das relações de produção impostas pelo fim do escravismo. Além disso, os países platinos, grandes concorrentes da economia gaúcha, apresentavam-se mais dinâmicos, oferecendo produtos de qualidade superior a preços competitivos. Desta forma, os primeiros anos da República ficam marcados pela crise que abalava o setor pecuário-charqueador.

Os principais problemas dos produtores gaúchos de charque eram o aumento da concorrência, já que agora não era só o charque platino que concorria com o gaúcho, mas também a produção de outros Estados nacionais, que encurtavam distâncias dos principais mercados e barateavam os fretes. Além disso, o governo cobrava altas taxas sobre a importação do sal que oneravam ainda mais o produto. A solução poderia ser repassar os custos para os consumidores aumentando os preços, mas isso restringiria o consumo e favoreceria os concorrentes nacionais e platinos. Assim, uma das formas de enfrentar as dificuldades, foi pagar baixa remuneração para o operário das charqueadas. Esta solução demonstra a pequena margem de manobra que os charqueadores tinham para lidar com seus problemas.

Neste período, os concorrentes platinos destacavam-se através de sua "indústria do frio". A possibilidade de congelar a carne, ao invés de a salgar, era uma forma moderna de se transportar o produto a grandes distâncias. Assim, desde o início do século, o governo procurou atrair empresas estrangeiras, oferecendo inúmeros privilégios. Contudo, foi somente com a eclosão da Primeira Guerra Mundial que os investimentos se efetivaram.

A Primeira Guerra Mundial veio proporcionar um período de euforia para a economia pecuária gaúcha. Ampliaram-se as perspectivas de mercado, o que elevou extraordinariamente os preços dos gêneros de consumo, entre os quais a carne frigorificada. Isso motivou a instalação dos primeiros frigoríficos no Rio Grande do Sul, desta forma alcançando a modernização que a indústria de carne



já tinha atingido em 1885, na Argentina e em 1904, no Uruguai. (LAGEMANN, 1978, p. 28)

A instalação de frigoríficos representou uma transformação nos processos precários de conservação de carne. Em 1917, as empresas norte-americanas Armour e Wilson estabeleceram-se, respectivamente, em Santana do Livramento e em Rio Grande. Uma tentativa de manter um frigorífico por parte dos criadores gaúchos fracassou por falta de recursos. A empresa foi vendida em 1921 ao Frigorífico Anglo.

A entrada dos frigoríficos gerou um impulso ao desenvolvimento da pecuária. Não só ampliou o mercado dos produtos pecuários do Rio Grande do Sul, como também impulsionou a melhoria dos rebanhos, e acima de tudo proporcionou um maior valor ao gado. Por outro lado, a expectativa dos pecuaristas em obter grandes margens de lucro não vingou, pois os frigoríficos trabalhavam em condição de monopólio, pagavam pouco pelo gado em pé, se apropriando da maior parte dos lucros.

A Primeira Guerra Mundial permitiu a economia pecuária gaúcha respirar, mas não solucionou os problemas já presentes desde o final do século XIX. A instalação dos frigoríficos ocorreu em um quadro de relativa decadência da pecuária, do charque e principalmente dos couros. A produção de carne frigorificada, assim como a produção de lã, foram alternativas para tentar reduzir os problemas da economia baseada na pecuária sulina.

A crise por que passava o setor tornava-se visível à medida que as quantidades exportadas destes produtos estagnavam. No caso do charque, isso não significa que as quantidades exportadas estagnaram em um determinado nível, pois durante o período da República Velha, ocorreram até momentos de euforia, mas na média o setor não apresentava crescimento, mostrava-se pouco dinâmico. Analisando especificamente o charque, mesmo sendo o principal produto gaúcho, podemos enumerar vários problemas pelo qual se defrontava o setor.

Ainda, no início do século XX, ao mesmo tempo em que os preços tinham que se equiparar ao dos concorrentes platinos, por outro lado os elevados custos de produção obrigavam os charqueadores a trabalharem com margens de lucro muito reduzidas, o que se traduzia na descapitalização do setor e,

conseqüentemente, impedia os charqueadores de investirem em seu negócio. Mesmo assim, foram poucos os fazendeiros que pensaram em diversificar suas atividades.

Era necessário uma série de investimentos no setor para ele voltar a se desenvolver, como melhoria no transporte, a introdução dos frigoríficos, melhoria na qualidade do gado, comprando novas matrizes, fazendo cruzamentos adequados e introduzindo melhorias nas propriedades, como por exemplo banheiros carrapaticidas. Mas a descapitalização do setor impedia os investimentos. A alternativa dos charqueadores foi de solicitar ajuda aos órgãos governamentais. Mas o governo mostrava-se neutro quanto às exigências dos charqueadores e negava-se a dar empréstimos para o setor. Neste momento surgem grupos dentro do governo que acreditavam que este deveria incentivar a diversificação das atividades, assim como apostar na policultura.

Um outro problema, talvez até mais grave do que os anteriores, era a tendência de diminuição do mercado para o produto charque. Este nunca fora produto destinado a abastecer os mercados dos países centrais. Seu destino era o próprio Brasil e as repúblicas platinas, sendo que, no máximo, chegou a ir a Cuba. Desta forma, a expansão deste produto via exportação para outros países era praticamente impossível de acontecer. Internamente os principais consumidores do charque eram a população de baixa renda e principalmente os escravos das zonas agroexportadoras. As transformações ocorridas no século XIX, como a abolição da escravatura e a introdução do trabalho assalariado, permitiam a este contingente de pessoas agora dotado de renda, o poder de optar por quais produtos comprar. Neste período, a carne congelada era uma opção muito mais atraente do que a carne salgada. Lembrando que os países platinos já comercializavam a carne congelada muito antes no Rio Grande do Sul inaugurar seu primeiro frigorífico.

Por fim, o grande sonho da economia pecuária - a instalação de frigoríficos no Estado - não gerou os resultados esperados. Dentre outros motivos, porque as empresas estrangeiras que aqui se instalaram gozavam de uma situação privilegiada de monopólio, buscavam baratear o gado e se apropriar da maior parte dos lucros. Assim, mesmo que a carne alcançasse bom preço no mercado,

este não corresponderia a um preço mais alto do quilo do gado em pé vendido pelo produtor.

Cabe destacar que, no Rio Grande do Sul, a pecuária não desempenhou, tal como o café no centro do país, o papel de mecanismo gerador de capitais que pudessem ser transferidos para o setor industrial. Este papel foi desempenhado pela economia agrícola colonial que, diversificando a atividade econômica, expandiu a produção de inúmeros gêneros agrícolas, ampliou a exportação de banha, promoveu o beneficiamento de vários produtos e, por fim, destinou seus lucros à expansão industrial. Esta atividade destinava-se a abastecer tanto o próprio Estado como o mercado interno nacional.

A agricultura vinculada à zona colonial floresceu na região serrana do Rio Grande do Sul, atingindo posteriormente outras áreas do Estado. Esta atividade ampliou a área cultivada, passando a produzir excedentes que, dirigidos tanto ao mercado interno como ao nacional, fizeram a economia das colônias prosperar. Assim, a policultura surge como uma nova possibilidade econômica, frente à crise da pecuária.

Cabe destacar que a agricultura atingiu um peso equivalente a economia pecuária-charqueadora na estrutura da pauta de exportações. Mesmo assim, a economia pecuária-charqueadora manteve importância, apesar da distribuição regressiva da renda rural, na economia do sul do Estado.

#### **4.1.2 Prosperidade na economia agrícola e sua influência na indústria**

Quando os imigrantes europeus chegaram ao Rio Grande do Sul, dedicaram-se à agricultura de subsistência e à criação de suínos, em pequenos lotes coloniais. Nessas áreas, o povoamento se deu de forma mais concentrada do que na região da Campanha. A evolução econômica dessas colônias resultou no desenvolvimento da agricultura com fins comerciais, com o aumento da produção de lavouras tradicionais. Já a criação de suínos favoreceu a industrialização de banha e demais embutidos.

O Rio Grande do Sul, nos últimos anos do século XIX, caracterizou-se tanto pela queda do valor de exportação do charque, como também pelo

destaque na produção da agricultura colonial. Considerando que esta última atividade era baseada na pequena propriedade, ocorreu um intenso processo de diferenciação. Tal processo promoveu o surgimento de inúmeras atividades comerciais, o que contribuiu em fomentar a instalação de indústrias. Ocorreu, assim, uma incrível diversificação na atividade econômica, que estava vinculada tanto a mercados locais como também a outros mercados, através do incremento das exportações.

Os protagonistas dessa diversificação foram os imigrantes europeus, que formaram um importante mercado interno no Rio Grande do Sul. Assim, o governo pôde presenciar os benefícios proporcionados por ter fomentado, durante praticamente todo século XIX, a imigração européia. Foi esta iniciativa que permitiu ao Estado uma alternativa econômica frente à crise que atingia o setor pecuário-charqueador no início do século XX.

Cabe destacar que o Estado apoiou a colonização e a expansão da agropecuária colonial, aplicando recursos e fornecendo infraestrutura, como por exemplo, a construção de ferrovias. Estimulou a formação de cooperativas e sindicatos rurais, com o objetivo de regular a produção, garantir o abastecimento interno e controlar os mercados dos principais produtos gaúchos.

*"O imigrante, no entanto, possuía um poder aquisitivo bem maior do que o daqueles que, radicados em outras regiões do País, se integraram à massa assalariada do campo e da cidade. Floresceu, assim, nas zonas do centro e do norte do Estado, um comércio interno caracterizado por sua dinamicidade que resultava não só do contato com o mercado nacional, através de importações e exportações, como também das trocas que se faziam para região no próprio Estado." (REICHEL, 1978, p.18)*

Os imigrantes escolheram Porto Alegre como escoadouro de seus produtos. O desenvolvimento da economia de Porto Alegre estava vinculado ao surgimento de um mercado interno, tanto de produtos primários como manufaturados. Este mercado surgiu através do desenvolvimento das regiões onde se localizavam as colônias de imigrantes, que foram capazes de proporcionar excedentes comercializáveis, com uma agricultura especializada na produção de gêneros alimentícios, dirigida tanto ao mercado regional como ao

nacional. Diante disso, conseguiram determinada acumulação de capitais, que posteriormente foram aplicados na indústria.

Ainda, no início do século XIX, Porto Alegre constituía-se como centro econômico do Estado, principalmente devido às exportações de trigo. Mas os problemas com a economia tritícola, somados à grande expansão do setor pecuário, transformaram Pelotas-Rio Grande no principal centro do Rio Grande do Sul. Esta situação se inverteu no final do século XIX e ampliou-se no decorrer da República Velha.

Conforme os dados da Tabela 4, a seguir, analisando os principais itens exportados no Rio Grande do Sul, no ano de 1861, percebe-se o predomínio da cidade de Rio Grande na exportação de produtos animais, principalmente o charque, com praticamente 84% do total exportado. Já na exportação de produtos de lavoura, a hegemonia era de Porto Alegre. Neste ano, o total das exportações da província, em valores, resultava 15.758 contos, sendo a maior parte pela cidade de Rio Grande.

**TABELA 4 – EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL EM 1861**

<b>Produto</b>	<b>Via cidade de Rio Grande</b>	<b>Via cidade de Porto Alegre</b>	<b>Total da Província</b>
Couros (unidades)	382.427 (53,07%)	133.876 (18,58%)	720.551 (100%)
Charque (arrobas)	1.676.144 (83,93%)	127.111 ( 6,36%)	1.997.083 (100%)
Farinha de mandioca (sacos)	5.605 ( 8,67%)	52.622 (81,39%)	64.653 (100%)
Feijão (sacos)	1.190 ( 1,86%)	62.462 (97,98%)	63.747 (100%)
Milho (sacos)	116 ( 0,23%)	51.173 (99,66%)	51.348 (100%)
Erva-mate (arrobas)	16.925 ( 7,52%)	54.148 (24,07%)	224.946 (100%)

FONTE: SINGER (1977, p. 158)

Considerando o crescente destaque na produção de gêneros agrícolas, fica evidente que a capital estava recuperando sua posição que detivera antes de 1820, que era a de servir de escoadouro para a produção de produtos primários do Estado. No ano de 1861, o valor das exportações por Rio Grande foi 9.738 contos, enquanto que Porto Alegre alcançava apenas o valor de 2.693 contos. Já no ano de 1889 era Porto Alegre que liderava em valores exportados com 21.584

contos, sendo que Rio Grande então exportava 14.582 contos. (REICHEL, 1978, p. 20)

Assim, no final do século XIX, com a crise na economia charqueadora e a expansão da agricultura diversificada, ocorreu um deslocamento do eixo principal da economia gaúcha. Durante a maior parte do século XIX, os principais fluxos econômicos do Estado ocorriam na região sul com Pelotas e Rio Grande como centro, gradativamente, e, cada vez com mais intensidade, eles se transfeririam para a região norte com Porto Alegre exercendo o centro.

A estagnação da charqueada e o desenvolvimento da economia agrícola podem ser verificados na análise da participação de certos produtos, nas exportações do Rio Grande do Sul, conforme mostra a Tabela 5, a seguir.

**TABELA 5 – PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL: 1861/1927 (% em contos de réis)**

<b>Produto</b>	<b>1861</b>	<b>1890</b>	<b>1894</b>	<b>1923</b>	<b>1927</b>
Charque	37,7 %	30,3 %	28,6 %	19,2 %	17,7 %
Couros	37,2 %	24,4 %	13,6 %	14,3 %	6,8 %
Lã *	1,0%	1,1 %	1,2%	3,9%	4,2%
Banha	---	11,5 %	15,2 %	13,3 %	19,7 %
Farinha de mandioca	1,4 %	6,5 %	8,4 %	2,7 %	1,8 %
Feijão	4,0%	9,2 %	7,0%	1,4%	3,3 %
Arroz	---	---	---	7,8 %	13,0 %
Fumo	---	2,0 %	1,8 %	2,5 %	2,9 %
Outros	18,7%	15%	24,2%	34,9%	30,6%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

FONTE: FONSECA (1984, p. 31; 1983, p. 135), SILVA(1979, p. 83) e SINGER (1977, p. 163)

\*Os dados para lã de 1894 referem-se ao ano de 1895

Conforme mostra a Tabela 5, mesmo sendo a principal atividade econômica do Estado, a participação do charque no total das exportações estava em plena decadência. Em situação pior estava a participação do couro, que em 1861 ocupava 37,2% do valor das exportações, já em 1927 representava apenas 6,8%. O único produto derivado da pecuária que apresentava crescimento na pauta das exportações era a lã. Sendo que em 1894 a participação da lã era de

apenas 1,2% no total das exportações, já no ano de 1927 compreendia 4,2% do total das exportações. Desta forma, este produto constituía-se numa alternativa que poderia minimizar, em parte, os problemas com a crise na pecuária.

Cabe destacar o significativo crescimento da lavoura de arroz. A produção que se iniciou por volta de 1875 conseguiu extraordinário desempenho, sendo que suas exportações cresceram a taxas altas. Tanto que em 1927 era o terceiro produto em termos de importância em valores exportados que atingia 13% do total das exportações do Estado.

Outros produtos que se destacaram neste período foram o feijão, o fumo, a erva-mate e o milho. Além desses, apareceram vários produtos agrícolas que abasteciam o mercado local, mas que também, dependendo da conjuntura, eram exportados, como é o caso do trigo, de uvas, lentilhas, cebola, batata-inglesa, alfafa e fruta, entre outros.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial entregou ao Rio Grande do Sul a tarefa de abastecer o mercado brasileiro, já que o fornecimento exterior ficara praticamente paralisado. Assim, a guerra, não só gerou um incentivo poderoso à produção de gêneros agrícolas, tendo em vista as necessidades de mercado, como também trouxe consigo a elevação do preço das mercadorias. Neste momento, devido à tamanha diversificação da economia gaúcha, e com possibilidades de abastecer o mercado nacional, o Rio Grande do Sul fica conhecido como *celeiro do Brasil*.

É importante destacar que muitos produtos produzidos no Estado tinham seu principal mercado no próprio Estado. Como por exemplo, o milho, que teve grande desenvolvimento ao longo da República Velha, mas que era destinado principalmente ao mercado estadual, associado à criação suína. Mesmo assim, no censo de 1920 a produção gaúcha de milho ocupava a terceira posição, com 23,0% da produção nacional, abaixo apenas de Minas Gerais, com 25,5 %, e São Paulo com 23,8%. (FONSECA, 1983, p. 120)

Os dados do Censo de 1920 fazem justiça à definição do Rio Grande do Sul como sendo o *celeiro do Brasil*, pois inúmeros gêneros aqui produzidos ocupavam a primeira posição na produção nacional. Como é o caso da batata-inglesa com 42,9% da produção nacional, do mel com 52,9%, e de trigo com 86,21%. A situação também se repetia com alguns produtos industrializados,

como a água-ardente (excluída a de cana) com 24% da produção nacional, a manteiga com 44,8% e o vinho de uva com 91,4%.

O Rio Grande do Sul também era o segundo produtor nacional de fumo e mandioca, e terceiro em arroz, feijão, mate e milho, como já foi mencionado. Quanto aos produtos industrializados, um produto que se destacou foi a banha, chegando a superar as exportações de charque em 1927. Enquanto os suínos tinham pouco significado para a economia da Campanha, na zona colonial sua criação, vinculada à produção da banha, gerou importante fonte de riqueza para a região.

#### 4.1.3 Industrialização no Rio Grande do Sul

Se fôssemos buscar os ingredientes que fomentaram a industrialização do Rio Grande do Sul, seria preciso mencionar tanto o papel da acumulação de capital gerado pelo abastecimento de mercadorias ao centro do País, quanto o papel de seu próprio mercado interno.

As primeiras indústrias do Rio Grande do Sul foram instaladas ainda no final do século XIX. Mas é com a dinamicidade da economia agrícola colonial que aparece com mais vigor o processo de industrialização do Estado. Isso significa que no início do século XX, *"o mercado gaúcho oferecia condições para desenvolver uma industrialização induzida pelas exportações, já que se apresentava dotado de nível de renda, tamanho e grau de urbanização capazes de absorver a produção de bens de consumo não-duráveis."* (REICHEL, 1978, p.19)

A industrialização gaúcha demonstrou grandes avanços principalmente nos primeiros anos após a Proclamação da República. A década de 1890 assistiu a um verdadeiro surto industrial no Rio Grande do Sul, centralizado na produção de conservas, têxteis, banha, vinho, cerveja e calçados. Entre 1890 e 1909 foram fundadas 487 empresas, contra 82 fundadas antes de 1889. (LAGEMANN, 1978, p. 23)

Ainda, no final do século XIX, pode-se considerar como sendo elementos formadores da indústria gaúcha: a formação de capitais, principalmente na economia imigrante, então disponíveis para a aplicação no setor industrial; a



política adotada pelo governo, com a adoção de uma política alfandegária em 1890 e, principalmente pela política emissionista posta em prática pelo governo federal; a existência de um mercado interno regional que se originou tanto pela abolição da escravatura, tornando o escravo liberto em mão-de-obra assalariada, como também principalmente, pela continuidade do programa de imigração, e o desenvolvimento das colônias imigrantes, de forma diversificada.

Essas condições incentivaram segmentos da população a investirem na produção industrial, já que eram grandes as possibilidades da indústria se desenvolver. Para tanto, era necessário ter anteriormente adquirido certa acumulação de capital, ou tentar obter empréstimos, beneficiando-se, assim, da política emissionista posta em prática no momento.

Em 1895, o Rio Grande do Sul contava com 30 sociedades anônimas, entre as quais 10 novas empresas industriais, fundadas precisamente a partir do fim do Império, e quase todas por alemães. Sendo que a mais importante era a Cia. União Fabril, sucessora da Rheingantz, que neste ano contava com capital de 3.500 contos e produzia o valor de 5.000 contos, empregando 907 operários e 102 costureiras. (ROCHE, 1969, p. 506)

A indústria, a exemplo do que já ocorrera com a pecuária e com a agricultura, surgiu muito vinculada ao mercado interno do Estado, posteriormente começando a exportar para diversos Estados e também para o exterior. As exportações do Rio Grande do Sul tinham como principais consumidores dos produtos gaúchos as regiões agroexportadoras. Dessa forma, coube ao Rio Grande buscar um modelo de desenvolvimento que intensificasse a exportação de seus produtos para estes prósperos mercados. A orientação da produção rio-grandense, objetivando abastecer o mercado interno nacional, marca o processo de industrialização do Rio Grande do Sul. Essa diretriz pode ser verificada na Tabela 6, a seguir:

**TABELA 6 – DESTINO, EM VALOR, DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL: 1906/1909**

<b>Destino/Ano</b>	<b>1906</b>	<b>1907</b>	<b>1908</b>	<b>1909</b>
Resto do Brasil	71,6 %	75,5 %	77,5 %	71,5 %
Exterior	28,4 %	24,5 %	22,5 %	28,5 %

FONTES: LAGEMANN (1978, p. 8)

O século XX consagra uma característica marcante do Rio Grande do Sul, que o diferenciou de outros Estados agroexportadores, como São Paulo, por exemplo. Pois embora tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul tenha havido uma diversificação das atividades econômicas, um ponto a ser ressaltado é o seguinte: enquanto São Paulo teve como centro de suas atividades a agricultura de exportação, o Rio Grande desenvolveu-se quase que inteiramente em função de mercado interno, como mostra a Tabela 6. As exportações gaúchas para o mercado interno brasileiro, no início do século XX, superavam os 70% da produção exportada, o que aponta uma forte ligação com o resto do Brasil. Os principais mercados eram Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e São Paulo. Esta situação permanece no período que vai de 1910 até 1930, sempre tendo o Estado do Rio de Janeiro como principal consumidor dos produtos gaúchos.

A Tabela 6 apresenta as exportações do Rio Grande do Sul para o Brasil e para o exterior, nos primeiros anos do século XX. Já na Tabela 7, a seguir, mostram-se quais eram os principais destinos das exportações, para fora do Brasil, neste mesmo período.

**TABELA 7 – PRINCIPAIS MERCADOS FORA DO BRASIL, EM VALOR, DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL: 1906/1909**

<b>Destino/Ano</b>	<b>1906</b>	<b>1907</b>	<b>1908</b>	<b>1909</b>
Inglaterra	29 %	37 %	32 %	22 %
Alemanha	32 %	22 %	23 %	35 %
Uruguai	21 %	20 %	24 %	22 %
Argentina	12 %	9 %	8 %	9 %
Bélgica	2 %	9 %	7 %	6 %
França	1 %	1 %	2 %	3 %
Estados Unidos	2 %	1 %	2 %	3 %
Outros	1 %	1 %	2 %	-

FONTE: LAGEMANN (1978, p. 11)

As exportações do Rio Grande do Sul, ainda na primeira década do século XX, contribuíram para um momento de prosperidade econômica, que ficou caracterizado pela obtenção de um superávit na balança do comércio entre os Estados, conforme mostra a Tabela 8, a seguir.

**TABELA 8 – IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL COM O RESTO DO BRASIL: 1908/1910**

<b>Anos</b>	<b>Importações</b>	<b>Exportações</b>	<b>Saldo</b>
1908	49.214:647\$	75.088:155\$	25.873:508\$
1909	50.171:476\$	77.125:921\$	26.954:445\$
1910	57.697:772\$	81.959:012\$	24.261:240\$

FONTE: REICHEL (1978, p. 16)

Por outro lado, conforme a Tabela 9, a seguir, a balança comercial com outros países apresentava déficit. Este déficit era superado pelo desempenho das exportações internas do país. Assim, foi graças à dinâmica das exportações gaúchas ao centro do país, que o Estado pode acumular capitais que, por sua vez, permitiram não só adquirir bens de consumo não duráveis, como também máquinas e equipamentos que vieram a fomentar a industrialização da região.

**TABELA 9 – IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL COM PAÍSES ESTRANGEIROS: 1908/1910**

<b>Anos</b>	<b>Importações</b>	<b>Exportações</b>	<b>Saldo</b>
1908	49.214:647\$	15.823:595\$	-33.391:052\$
1909	50.171:746\$	23.094:440\$	-27.077:306\$
1910	57.697:772\$	19.905:186\$	-37.792:586\$

FONTE: REICHEL (1978, p. 16)

Na análise do volume das importações do Rio Grande do Sul no início do século XX, conforme mostra as Tabelas 8 e 9, pode-se ter uma idéia das necessidades da demanda interna gaúcha. Por outro lado, eram os capitais gerados pelas exportações que permitiam este volume de bens importados. Esta dinâmica estava fortemente vinculada ao mercado interno gaúcho, que surgiu ainda na metade do século XIX, e através da diversificação de atividades e uma série de inovações, impulsionaram a industrialização no Estado. Assim, as primeiras unidades fabris foram instaladas no Rio Grande do Sul, ainda nos últimos anos do século XIX.

Os primeiros estabelecimentos industriais do Rio Grande do Sul apresentavam-se formados por empresas com baixo volume de capital investido.

Este fato é concluído ao se comparar a quantidade de capital investido nas indústrias do Rio Grande do Sul e nas indústrias de outros Estados também em fase de industrialização, conforme mostra a Tabela 10, a seguir.

**TABELA 10: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E CAPITAL NO DISTRITO FEDERAL, SÃO PAULO E RIO GRANDE DO SUL EM 1907**

<b>Estados</b>	<b>Nº de estabelecimentos</b>	<b>Capital (Contos)</b>
Distrito Federal	622	167.120
São Paulo	326	127.702
Rio Grande do Sul	314	48.206

FONTE: REICHEL (1979, p. 256)

Estes dados permitem concluir que a indústria gaúcha se apresentava formada por pequenas empresas com baixo capital investido, e baixo nível tecnológico. A produção industrial destinava-se a abastecer preferencialmente o mercado interno estadual. O elevado preço dos fretes, ao mesmo tempo que dificultava a exportação dos produtos locais para outros centros nacionais, protegia a indústria regional de uma maior concorrência no mercado gaúcho.

Mas esta generalização, tanto em termos de capital, tecnologia, e destino da produção, não pode ser aplicada ao ramo têxtil. O setor têxtil, que se instalou nas últimas décadas do século XIX, apresentava condicionamentos técnicos semelhantes aos existentes na Inglaterra. Além disso, apresentava empresas com capital investido bem acima da média, que destinavam grande parte de sua produção para mercados extra-regionais. Um exemplo que preenche todos os pré-requisitos descritos é a Cia. União Fabril, de Rio Grande, que no ano de 1895, por exemplo, tinha dois terços da produção exportadas para o Rio de Janeiro. (SINGER, 1977, p. 172)

Cabe destacar que os primeiros estabelecimentos industriais de grande porte, com mais de cem operários, a se instalar no Rio Grande do Sul, foram do ramo têxtil e estabeleceram-se no sul do Estado, devido às vantagens de localização em proximidade ao porto. Nas maiores cidades do sul, Rio Grande e Pelotas, a indústria era mais concentrada e pouco diversificada.

Assim como a Cia. União Fabril, outras empresas que se instalaram em Rio Grande tinham como objetivo, na maioria delas, o foco na exportação de seus

produtos e também, mas não necessariamente, na importação de insumos. Já as indústrias sediadas em Porto Alegre, por sua vez vinculavam suas possibilidades de desenvolvimento a um mercado regional, procurando antes, penetrar no mercado da zona colonial e satisfazer as necessidades de consumo de sua população. Assim, a indústria de Rio Grande se caracterizava por ser composta por grandes estabelecimentos e com pouca diversificação. Em Porto Alegre, havia um núcleo muito maior de fábricas que, apesar de se constituírem em média de pequenos empreendimentos, apresentavam uma maior diversificação industrial.(REICHEL, 1978, p. 41-2 e SINGER, 1977, p. 170-6)

As indústrias de Rio Grande tinham que adaptar sua produção industrial às necessidades do mercado nacional, competindo com áreas industriais mais próximas dos maiores centros consumidores do país, principalmente as regiões de economia cafeeira. Como por exemplo, para se produzir tecidos de algodão, a Cia. União Fabril tinha que importar o algodão para depois vendê-lo manufaturado em forma de tecido, justamente nas regiões onde havia muitas fábricas têxteis de algodão e matérias-primas disponíveis. O que certamente inflavam os custos destes produtos e diminuía as margens de lucro.

Já as indústrias que produziam para o mercado regional não enfrentavam os mesmos problemas que ocorriam em Rio Grande, pois procuravam adaptar a sua produção às condições do setor primário gaúcho. Dentre os principais problemas destaca-se a obtenção do capital. Estes eram obtidos através do comércio realizado dentro do próprio Estado e, por isso, dotavam essas indústrias de menores possibilidades quanto à mecanização e tamanho de planta mínima.

Cabe destacar que o número de fábricas no Rio Grande do Sul teve notável crescimento nas duas primeiras décadas do século XX. Com base nos dados do Relatório da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul de 1919, o período que compreende os anos de 1905 até 1915 apresentou um crescimento em número de fábricas de mais de 500%. (FONSECA, 1984, p. 14)

Destacam-se, neste período, as indústrias tradicionais como a indústria têxtil, que produzia e exportava para outras regiões do país tecidos, capas, cobertores, chapéus, e a indústria de alimentos, que fabricava banha, vinho, cerveja e farinha.

A segunda década do século XX ficou marcada pela Primeira Guerra

Mundial. O conflito colaborou para o crescimento da produção industrial do Estado, sendo apresentadas como principais causas disto as dificuldades do comércio internacional, juntamente com a política de desvalorização do mil-réis. A guerra, oferecendo dificuldades para o comércio internacional e reduzindo a concorrência dos manufaturados importados, atuava como barreira protecionista, assim como a política de desvalorização do mil-réis também gerava uma proteção às empresas locais. Por outro lado, o conflito dificultou a importação dos bens de capital necessários ao aumento da capacidade produtiva, já que neste momento grande parte do surto industrial dependia das importações.

Mesmo que a guerra tenha interrompido, parcialmente, o processo de industrialização que começara nas últimas décadas do século XIX, principalmente por dificultar a importação de bens de capital e alguns insumos básicos, por outro lado, as dificuldades de importação de bens de consumo, somadas à existência de um setor industrial, interno, produzindo para o mercado interno, não só impediu uma contração econômica mais generalizada, como também proporcionou grande crescimento da produção industrial, utilizando-se ao máximo da capacidade instalada.

#### 4.1.3.1 Desenvolvimento da indústria têxtil no Rio Grande do Sul

As transformações do século XIX, onde se destaca tanto a abolição da escravatura - o que veio a ampliar o contingente de mão-de-obra assalariada - como também a expansão do café, principalmente em São Paulo, promoveram uma vinculação do Rio Grande do Sul, como um grande abastecedor de gêneros alimentícios. Assim, as exportações rio-grandenses se destinavam principalmente aos mercados internos de consumo. Estas exportações, aliadas ao desempenho do mercado interno do Estado, proporcionaram grande acumulação de capitais que, por sua vez, fomentaram o surgimento de indústrias tradicionais, dentre as quais as de fiação e tecelagem.

No período da República Velha, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, o principal ramo industrial da época foi o têxtil. As primeiras indústrias têxteis gaúchas, instaladas ainda no final do século XIX, apresentavam-se como estabelecimentos verdadeiramente fabris, pela concentração de capitais

investidos e pelo número de operários, exercendo a liderança no segmento industrial também em valor de produção. A Tabela 11, a seguir, apresenta as primeiras indústrias têxteis do Rio Grande do Sul em atividade no ano de 1895, assim como capital, valor da produção e número de operários.

**TABELA 11: AS MAIORES INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL EM 1895**

	Nome	Atividade	Capital	Produção	Operários
1 -	Cia. União Fabril (Ex Rheingantz & Vater)	Têxtil	3.500 Contos	5.000 Contos	907 + 102 costureiras
2 -	Cia. de Fiação e Tecidos Portoalegrense	Têxtil	2.400 Contos	2.100 Contos	263
3 -	Cia. Fabril Portoalegrense	Têxtil	200 Contos	*	100

FONTE: ROCHE (1969, p. 506)

Os dados da Tabela 11 mostram que o montante de capital inicial e o número de operários indicam que o processo de industrialização adquiria ritmo definitivo. Quanto às empresas apresentadas, a Cia. União Fabril foi fundada ainda em 1873, já as outras duas empresas foram fundadas no período após a Proclamação da República, mais precisamente no ano de 1891. A Cia. de Fiação e Tecidos Porto Alegre foi fundada por Manoel Py, em Porto Alegre, com capital de 2.400 contos e 263 operários. Já a Cia. Fabril Porto Alegre, destinada a fabricação de camisas e meias, iniciou com 100 operários, e no ano de 1904 o contingente de mão de obra da empresa apresentava 180 operários. (LAGEMANN, 1978, p. 24)

Muitas outras empresas foram fundadas ainda nos últimos anos do século XIX no Rio Grande do Sul. As que mais se destacaram foram: a Sociedade Brockmann & Cia., instituída no ano de 1889, que produzia papel com utilização de máquinas suíças; a Gerda, fundada em 1891, com o capital de 250 contos, dedicada à fabricação e pregos; a Cia. Progresso Industrial, no ano de 1892, dedicada a produção de calçados; a Sociedade F. Kessler, estabelecida no

mesmo ano, com um capital de 300 contos, dedicada ao beneficiamento de arroz e à fabricação de azeite; e a Cia. Fábrica de Vidros Sul-Brasileira, fundada em 1894, que produzia garrafas, copos e vasos, empregando 105 funcionários. (ROCHE, 1969, p. 507)

Existem alguns estudos que procuram identificar se a indústria surgiu da própria evolução das tarefas artesanais ou se foi estruturada e implantada já nos moldes de uma manufatura com determinado nível de produção. Quanto a isso, HERÉDIA (1997, p. 23) diz que,

*"a histografia sobre a origem da industrialização no Sul do Brasil apresenta uma série de interpretações que, apesar de suas diversidades sobre o assunto, permitem identificar os casos heterogêneos em que ocorreram os processos de instalação de indústrias, comprovando teses de raízes distintas. As primeiras teses defendidas sobre o assunto foram elaboradas por Limeira Tejo, Mem de Sá, Jean Roche, Paul Singer, José Hugo Ramos e Ivan Osório e encontram-se alguns estudos mais recentes que fornecem novos dados que são as pesquisas de Heloísa Reichel, Sandra Pesavento e Eugênio Lagemann. Esses estudos possibilitam uma visão da evolução da economia rio-grandense e de como esta passou de uma sociedade baseada no setor agropecuário para uma sociedade urbano-industrial, formando mercados, expandindo as redes de comercialização, refletindo sobre o processo de acumulação de capital comercial e industrial e mostrando a inserção do Rio Grande do Sul no mercado brasileiro."<sup>18</sup>*

---

<sup>18</sup> Sobre este tema, HERÉDIA (1997) sugere consultar as seguintes obras: LANDO, Aldair Marli et al. *RS: imigração e colonização* (org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. PESAVENTO, Sandra J. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho, RS 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. LAGEMANN, Eugênio. *A industrialização no Rio Grande do Sul (um estudo histórico)*. In: Projeto "Pequena e Média Empresas no Rio Grande do Sul", Relatório de Pesquisa n. 4, IEPE, 1978. SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950. TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: *Estatística Industrial do Rio Grande do Sul*, Ano de 1937. Porto Alegre: Globo, 1939; REICHEL, Heloísa J. *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul (1910-1930)*. Porto Alegre: IEL, Mercado Aberto, 1978. SINGER, Paul. *O desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968. OSÓRIO, Ivan D., RAMOS, José Hugo. *Rio Grande do Sul: industrialização posta à prova*. Porto Alegre: MEC, UFRGS, 1969. ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. II. Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2.



Para Limeira Tejo e Mem de Sá, a formação da indústria gaúcha ocorre através do surgimento inicial de oficinas, que se desenvolveram do artesanato à pequena indústria. Nas palavras de SÁ (1950, p. 100-1 ),

*"...queremos destacar o processo da evolução dos grandes empreendimentos (...) em todas, não podia ser mais humilde a origem do cometimento. Era sempre o imigrante, ou já seu filho, que saía do trabalho da terra, com as parcas economias apuradas, para instalar na cidade, ou no vilarejo distrital, a oficina em que exerceria o ofício de que possuía rudimentos hauridos na velha pátria. A tenacidade, o afinco, o espírito de privação e de poupança, conjugados com as necessidades do meio social, carente de mão-de-obra especializada, operavam depois o milagre do progresso."*

*"A oficina se ampliava, tomava aprendizes e operários; o barracão de madeira ia transformando as paredes e a cobertura; dos simples concertos e reparações se aventurava a fazer coisas novas, instrumentos simples, ferramentas, viaturas, depois, bem mais adiante, máquinas; ou era a cantina original que saía debaixo da casa de moradia, adquiria sede própria, novos tonéis e instalações (...). Sempre igual é a história, o trabalho e a poupança gerando capital, os rendimentos invertidos multiplicando a força do embrião."*

Entretanto, segundo SINGER (1977, p. 170), na primeira década do século XX o Rio Grande do Sul exportava para São Paulo e Rio de Janeiro, entre outros produtos, banha, feijão, charque, farinha de mandioca, fumo. Enquanto que importava desses Estados açúcar, café e produtos manufaturados, além de importar uma grande quantidade de manufaturas do exterior. Cabe destacar que, neste período, a maior parte da manufaturas adquiridas pelo Rio Grande do Sul era de origem estrangeira, sendo que em 1908 representou 62,4% dos bens importados pelo Estado. Dessa forma, nas palavras de SINGER,

*"...o processo de industrialização, no Rio Grande do Sul, consiste na substituição paulatina desses artigos importados por produtos manufaturados localmente. A indústria rio-grandense penetra, assim, num mercado já existente, formado graças à superioridade competitiva da indústria estrangeira, sobre o artesanato local."*

Já ROCHE (1969) concluiu que, a estrutura das empresas artesanais do Rio Grande do Sul, por volta da metade século XIX, as levariam a estagnação e ao desaparecimento. Nas palavras de ROCHE,

*"Não se pode dizer que, no Rio Grande do Sul, todo artesanato seja necessariamente anacrônico, mas os limites de seu domínio vão-se estreitando sempre em face dos progressos da indústria e do comércio, que põem à disposição dos consumidores, a muito melhor preço, a maior parte dos produtos ou artigos."* (ROCHE, 1969, p. 499)

Assim, para ROCHE, o artesanato não gerou a indústria, pois "na maioria dos casos, não foi a oficina da picada que se desenvolveu até tornar-se fábrica; somente em algumas cidades pequenas chaminés se ergueram no local de edifícios mais modestos, outrora ocupados por artesãos." (ROCHE, 1969, p. 503) Isto decorre, em grande parte, pela presença dos produtos importados, principalmente nos grandes centros do Estado no século XIX, pois era praticamente impossível uma empresa artesanal concorrer com o moderno parque industrial europeu, principalmente com os produtos ingleses.

Para que a indústria evoluísse naturalmente do artesanato, seria necessário desde cedo medidas fortemente protecionistas. Com os produtos estrangeiros impossibilitados de penetrar no território nacional, se fomentaria a evolução do artesanato para atividades manufatureiras e fabris. Mas, ao longo da história, verifica-se poucos períodos onde houve medidas que tinham como prioridade proteger a indústria. Ao contrário, os interesses geralmente se concentraram na agroexportação de produtos primários. Com isso, o artesanato facilmente era destruído por não poder concorrer com os produtos importados.

Esta recapitulação sobre as origens da indústria rio-grandense foi dada para explicar porque as indústrias têxteis do Rio Grande do Sul se estruturaram, desde sua formação, em bases industriais. Pois, o mercado gaúcho era abastecido, desde longa data, pelos artigos têxteis ingleses. Inúmeras casas comerciais localizadas na praça de Porto Alegre destinavam-se, basicamente, a vender produtos têxteis importados. Esta situação certamente era um forte motivo para a implantação de indústrias que viessem a substituir essas importações.

Assim, coube a indústria têxtil local estruturar-se a altura para enfrentar a concorrência. Dessa forma, observando a quantia de capital empregado, o número de operários, o volume da produção, percebe-se que as fábricas já foram estruturadas com o objetivo de substituir importações.

Ainda entre o final do século XIX e o início do século XX, as importações de tecidos representavam um grande volume do total das importações do Rio Grande do Sul. Tal situação estimulou a instalação de novas indústrias têxteis para produção local destes artigos. *"Logo, o setor dos tecidos constituía uma das mais importantes importações realizadas pelo Estado. As maiores concorrentes que as indústrias têxteis possuíam eram as indústrias estrangeiras, sendo que, à medida que se desenvolveu a indústria têxtil, a substituição desse produto importado começou se evidenciar."* (HERÉDIA, 1997, p. 93)

Ao se observar a quantidade importada de produtos têxteis, ainda no ano de 1901, conforme a Tabela 12, a seguir, percebe-se que a região tinha um considerável mercado consumidor, o que estimulou o surgimento de outras indústrias têxteis.

**TABELA 12 – IMPORTAÇÃO EM VALORES DE PRODUTOS TÊXTEIS NO RIO GRANDE DO SUL EM 1901**

Produto	Valor (contos)
Algodão e suas manufaturas	3.123
Lãs e suas manufaturas	430
Sedas e suas manufaturas	183
Linho e suas manufaturas	132

FONTE: REICHEL (1978, p. 21)

Analisando os dados da Tabela 12, é curioso verificar o valor das importações de lã para o Rio Grande do Sul, já que este Estado constituía-se no maior produtor nacional deste produto. Este fato ocorria em virtude da qualidade da lã gaúcha ser inferior a da importada. Entretanto, cabe salientar que todas as indústrias de fiação e tecelagem procuraram, desde cedo, libertar-se da importação desta matéria-prima, adquirindo maquinário capaz de produzir o fio penteado, com a lã do Estado. Com isso, evitava-se os custos de fretes, como ocorria no caso do algodão que, por não ser cultivado localmente, ampliava os

custos de produção e prejudicava a capacidade da indústria local de concorrer ao nível do mercado nacional.

Tendo por base o valor de consumo de produtos têxteis importados, em 1901, considerando ainda que neste ano já existiam três grandes empresas têxteis que abasteciam o mercado interno, pode-se supor que o Rio Grande do Sul apresentava um mercado consumidor atraente, o que estimulava o surgimento de novas indústrias. Mas, para o surgimento de novas indústrias era necessário uma razoável quantia de capitais disponíveis, já que a indústria têxtil exigia elevados investimentos em tecnologia. Esses capitais surgiram vinculados à produção agrícola diversificada e no comércio, que se desenvolvia tanto a nível regional como nacional.

Assim, tanto pela perspectiva que o mercado oferecia, somado a outros fatores, como por exemplo, a política do *Encilhamento*, e posteriormente, já no governo Campos Sales, a adoção de medidas protecionistas, como a reforma aduaneira e a elevação das taxas de imposto sobre a importação, ocorreu o surgimento de novas indústrias, entre elas nota-se a expansão do setor têxtil.

Assim, gradualmente surgiram novos estabelecimentos têxteis, conforme mostra a Tabela 13, a seguir.

**TABELA 13 – INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO RIO GRANDE DO SUL EM 1910**

Nome	Ano da fundação	Local	Capital na fundação
Cia. União Fabril * (Ex Rheingantz & Vater)	1874	Rio Grande	90 Contos de réis
Cia. de Fiação e Tecidos Portoalegrense	1891	Porto Alegre	1.600 Contos de réis
Cia. Fabril Porto Alegrense	1891	Porto Alegre	200 Contos de réis
Santos, Bocchi & Cia. - Teceragem Ítalo-Brazileira	1906	Rio Grande	1.000.000 liras
Cia. de Fiação e Tecidos Pelotense S/A	1908	Pelotas	1.000 Contos de réis
Cia. de Tecidos de Lã	1909	Caxias	30 Contos de réis

FONTES: REICHEL (1979, p. 257) e HERÉDIA (1997, p. 116)

\* A empresa foi fundada em 1873, mas entrou em funcionamento em 1874.

Quanto às indústrias têxteis do Rio Grande do Sul em operação no ano de 1910, conforme a Tabela 13, a mais importante era a Cia. União Fabril, que foi a pioneira no Estado e apresentava grande crescimento. Outras duas fábricas fundadas em 1891 localizaram-se em Porto Alegre. A primeira, a Cia. Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, foi fundada por Manoel Py, que era um próspero comerciante de Porto Alegre. Esta empresa que depois passou a se chamar FIATECI, contou em seu favor o fato de que o investimento no ramo têxtil, naquele momento, era bastante lucrativo, dadas as crescentes dificuldades de importação do produto e o aumento do consumo. A empresa especializou-se na fabricação de cobertores e destinava sua produção, principalmente, para o interior do Estado, também atendendo, embora em menor escala, o centro do País. A segunda empresa, também fundada em 1891, foi a Cia. Fabril Porto-Alegrense. A empresa trabalhava com fios de algodão comprado de mercados extra-regionais. Apesar de ter sido constituída com apenas 200 contos de réis, no ano de 1909 passou para 600 contos e, em 1911, para 1.500 contos de réis. Cabe destacar que, neste período, a capital do Estado se desenvolvia a passos largos, como importante centro comercial vinculado à zona colonial.

No ano de 1906, outra fábrica de tecidos de algodão foi instada no Estado, na cidade de Rio Grande. A empresa Santos, Bocchi & Cia. - Tecelagem Ítalo-Brazileira destinava-se a produção de brins, camisetas e tecidos de algodão, sendo que visava atender principalmente os mercados do centro do País. Outro dado importante é que a empresa foi fundada com capitais estrangeiros, aproveitando incentivos fiscais oferecidos pelo município de Rio Grande.

Já a Cia. Fiação e Tecidos Pelotense foi organizada em 1908, mas inaugurada oficialmente no ano de 1910, então com 346 operários. A empresa importava máquinas e matéria-prima pelo porto de Rio Grande, especializando-se na produção de tecidos de algodão e outros similares. Destinava seus produtos para os mercados do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba. (REICHEL, 1978)

Por fim, cabe destacar a Cia. Tecidos de Lã, cujo registro marca o ano de 1909. Destinava-se à fabricação de tecidos de lã, no município de Caxias do Sul. Posteriormente, a empresa passou a se chamar Companhia Lanifício São Pedro S.A., mas sua história começou muito antes. A empresa iniciou em 1894 como uma cooperativa têxtil formada pelos imigrantes italianos. Em 1906, foi adquirida

por Hércules Galló que reorganizou a antiga cooperativa, cadastrando-a na Junta Comercial de Porto Alegre com um capital de 30 contos de réis. Já em 1910 a empresa chamava-se Companhia de Tecidos de Lã de Hércules Galló. (HERÉDIA, 1997, p. 107 e 115)

Observando as empresas têxteis instaladas até o ano de 1910, percebe-se o fato de que as fábricas instaladas em Rio Grande e Pelotas estavam muito mais vinculadas ao mercado nacional. Entretanto, aquelas que se instalaram próximo à zona colonial, geralmente utilizavam matéria-prima produzida no Estado e procuravam atender preferencialmente este mercado. Cabe destacar que algumas dessas empresas não só destinavam seus produtos ao mercado interno, mas se originaram da própria participação no comércio interno do Rio Grande do Sul.

Com base nos dados do Censo de 1920, verifica-se que a indústria têxtil teve uma grande expansão no período que se inicia em 1890 e vai até o ano de 1919. A grande maioria destas novas indústrias constituía-se de estabelecimentos de beneficiamento de algodão. Em segundo lugar ficavam as empresas de fiação e tecelagem de algodão. Como se sabe, o algodão, por motivos climáticos, não era produzido no Rio Grande do Sul. O fato de este produto ser importado explica, em parte, porque o Rio Grande não apresentou os mesmos índices de crescimento da indústria têxtil nacional, neste período.

Em 1911, foi fundada na cidade de São Sebastião do Caí, a A.J. Renner & Cia. Tanto seu fundador A.J. Renner, como seus sócios, Frederico Mentz e Christiano J. Trein, faziam parte da mais importante casa comercial da região, a casa Trein. Iniciou-se então mais uma importante fábrica de tecidos de lã, que visava atender o mercado consumidor da zona colonial. A empresa, inicialmente, importava matéria-prima e até fio da Argentina. Mas em 1912 decidiram utilizar matéria-prima produzida no Estado. Esta decisão motivou a transferência da fábrica para Porto Alegre, a fim de facilitar os contatos com a fronteira, através da linha férrea Porto Alegre-Uruguaiana.

Em 1914, a empresa lançou ao mercado as capas de lã impermeáveis, produto que permitia percorrer longos percursos a cavalo, sob o frio e a chuva. Foi um produto de invenção da própria empresa que obteve grande sucesso. As capas tinham uma dupla vantagem: estavam perfeitamente adaptadas às

necessidades de seu meio e não enfrentavam concorrência, não se constituindo assim numa produção cuja finalidade era substituir importações.

Mesmo que a guerra tenha gerado alguns problemas à empresa, principalmente no tocante à aquisição de maquinário e à importação de algumas matérias-primas, como a anilina, por exemplo, que era usada para colorir a lã, a empresa apresentou notável desempenho nos anos seguintes a sua abertura, o que mostra os dados da Tabela 14, a seguir.

**TABELA 14 – VALOR DA PRODUÇÃO DAS INDÚSTRIAS A. J. RENNER & CIA. TÊXTIL: 1914/1920**

<b>Anos</b>	<b>Valor da Produção (em contos)</b>
1914	100.000
1915	275.440
1916	331.508
1917	859.832
1918	1.218.358
1919	1.611.834
1920	1.867.568

FONTE: REICHEL (1978, p. 64)

Em suas novas instalações, que a empresa fez por volta do ano de 1916, na cidade de Porto Alegre, no bairro Navegantes, ela passou a utilizar o máximo da capacidade produtiva das máquinas existentes, funcionando 24 horas por dia, com três turmas de operários. O mais importante é que esta produção possibilitou a acumulação de capitais que, após a guerra, permitiu a compra de maquinário novo, aumentando ainda mais a capacidade produtiva da empresa.

Neste momento, vários outros estabelecimentos têxteis haviam iniciado suas atividades no Rio Grande do Sul, conforme mostra a Tabela 15, a seguir.

**TABELA 15 – INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM NO RIO GRANDE DO SUL EM 1915**

<b>Estabelecimentos</b>	<b>Capital</b>	<b>Força Motriz (H p)</b>	<b>Valor da Produção</b>	<b>Operários</b>	<b>Municípios</b>
Chaves Irmãos & Cia.	700:000\$	315	800:000\$	180	Caxias do Sul
José Panciere Filho	40:000\$	13	70:000\$	35	Caxias do Sul
C.F.T. Pelotense	1.500:000\$	800	1.850:000\$	350	Pelotas
Ruschel Irmãos	60:000\$	47	83:000\$	22	Estrela
C.F.T.P.Alegrense	2.400:000\$	250	1.900:000\$	300	Porto Alegre
C.F.P.Alegrense	1.500:000\$	140	1.200:000\$	200	Porto Alegre
Oscar Schaitza	850:000\$	50	1.000:000\$	100	Porto Alegre
A. J. Renner & Cia.	156:000\$	24	400:000\$	40	Porto Alegre
C. União Fabril	3.500:000\$	1.010	3.440:000\$	1.200	Rio Grande
C. Ítalo-Brasileira	1.200:000\$	500	1.200:000\$	700	Rio Grande
C.F.T.P. Fronteira	1.000:000\$	140	1.200:000\$	155	Uruguaiana
A. J. Renner & Cia.	52:000\$	49	70:000\$	30	São S. do Caí
Cohen & Becker	20:000\$	--	50:000\$	12	Uruguaiana
Dal Molin Irmãos	2:300\$	--	2:500\$	2	Bento Gonçalves
Ângelo Vensan	3:000\$	--	4:000\$	2	Bento Gonçalves
Ângela Frare	500\$	--	2:000\$	1	Bento Gonçalves
Giovanni Rizzi	1:000\$	--	2:000\$	2	Bento Gonçalves

FONTE: REICHEL (1978, p. 59)

A década que compreende os anos de 1910 a 1920 ficou marcada pela Primeira Guerra Mundial, período em que surgiram inúmeras indústrias concorrentes, abastecedoras do mercado interno de bens de consumo não-duráveis. Muitas delas de pequeno e médio porte, com baixo índice de mecanização e, conseqüentemente, de baixo capital e de elevada absorção de mão-de-obra. A Tabela 16, a seguir, mostra a evolução do número de estabelecimentos têxteis durante a Primeira Guerra Mundial.



**TABELA 16 – VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO RIO GRANDE DO SUL: 1913/1919**

<b>Anos</b>	<b>Número de estabelecimentos</b>	<b>Força Motriz (H p)</b>	<b>Valor da Produção</b>
1913	8	- - -	6.863:489\$
1915	17	3.338	13.273:500\$
1916	28	- - -	17.826:716\$
1917	48	3.778	34.842:873\$
1918	51	3.978	32.906:400\$
1919	51	3.978	33.500:000\$

FONTE: REICHEL (1978, p. 56 e 59)

Observando os dados da Tabela 16, percebe-se que o Rio Grande do Sul aproveitou os impulsos favoráveis da conjuntura, ampliando o número de fábricas, mas por outro lado, a capacidade instalada foi fracamente ampliada, o que pode ser visto na pequena variação dos dados referentes a força motriz. Durante o conflito, a indústria têxtil gaúcha acompanhou o crescimento do setor a nível nacional, especialmente no que diz respeito ao aumento da produção. Contudo, com as dificuldades de se importar novos equipamentos, o aumento de produção foi obtido, principalmente, ocupando ao máximo a capacidade das máquinas e aumentando as horas de trabalho dos operários.

O aumento quantitativo do volume e do valor da produção esteve associado às dificuldades de importação decorrentes do conflito mundial que, por sua vez, contribuíram para diminuir os problemas decorrentes da concorrência estrangeira no mercado nacional, o que também estimulou o uso da matéria-prima regional. Quanto à utilização de matéria-prima local, sua maior participação provocou uma diminuição dos custos de produção dos produtos têxteis.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a produção de bens de consumo não-duráveis aumentou consideravelmente, sem que na mesma proporção, aumentasse a capacidade produtiva. Assim, no período após o conflito, aproveitando-se das reservas de capitais obtidas nos anos de guerra, pôde-se importar bens de capital, capazes de aumentar em muito a capacidade produtiva. Tal fato fica evidente observando a quantidade de máquinas têxteis importadas nos primeiros anos após o conflito, conforme mostra a Tabela 17, a seguir.

**TABELA 17 – MÁQUINAS TÊXTEIS IMPORTADAS PELO BRASIL: 1915/1930**

<b>Anos</b>	<b>Total (em quilos)</b>
1915	2.194.261
1916	2.449.638
1917	2.002.354
1918	2.931.570
1919	2.752.897
1920	4.262.251
1921	6.294.584
1922	6.634.535
1923	8.838.243
1924	10.192.214
1925	17.858.737
1926	10.429.782
1927	6.743.673
1928	6.243.754
1929	4.647.001
1930	1.986.043

FONTE: STEIN (1979, p.195)

Os dados da Tabela 17 compreendem máquinas de fiação e tecelagem, rolos de estampar, teares e acessórios têxteis. Nota-se que as quantidades foram expandindo-se após o fim do conflito, e só vieram a reduzir no final da década de 1920, em virtude da crise em que a economia atravessava.

Apesar de que, na década entre 1910-1920, o setor têxtil do Rio Grande do Sul tenha apresentado grande crescimento, fica evidente que a possibilidade de perpetuar este crescimento nas décadas seguintes era difícil de ocorrer. Isso porque primeiramente a maior parcela do mercado nacional era preenchida pelos produtos de algodão. Como o Rio Grande tinha que importar esta matéria-prima, as empresas locais levavam desvantagem em relação às instaladas nas zonas consumidoras de outros Estados e que tinham a matéria-prima à disposição. Esta desvantagem reflete, principalmente, os custos de transportes. Cabe destacar que as colônias imigrantes tentaram sem êxito produzir fibras têxteis com a plantação do algodão em solo gaúcho. *"O algodão fizera nascer grandes esperanças. Sua*

*cultura porém, (...) desapareceu há muito tempo do Rio Grande do Sul, onde as condições climáticas e econômicas não lhe eram favoráveis." (ROCHE, 1969, p. 249)*

Outro motivo era que o principal produto têxtil do Estado – os artigos de lã -, mesmo sendo exportados a outras regiões do País, não tinham a mesma aceitação dos produtos de algodão, por motivos climáticos. A lã era consumida principalmente pelos Estados do Sul por que ali o inverno era mais rigoroso. Cabe destacar que, tanto o Rio Grande do Sul como Santa Catarina e Paraná, Estados que apresentavam clima propício ao consumo de tecidos de lã, possuíam um contingente populacional inferior aos grandes centros do Brasil, o que se constituía num limite à expansão da produção de tecidos de lã.

Após o conflito, a indústria têxtil gaúcha, a exemplo do que ocorria em nível nacional, passou por um importante período de modernização e concentração empresarial. Assim, ao mesmo tempo em que algumas empresas têxteis gaúchas ampliaram suas instalações, outras foram colocadas a venda, como foi o caso da Cia. Fiação e Tecidos Progresso da Fronteira, localizada na cidade de Uruguaiana.

*"O panorama econômico se transformou quando terminou o conflito mundial. A considerável diminuição dos lucros, as altas taxas pela importação de bens de capital e matéria-prima, a restrição novamente de mercado pela ativação dos mercados europeus e principalmente a ausência de uma política de industrialização no Brasil afetaram diretamente as condições do setor. Todavia, foi o período em que a indústria utilizou a renda acumulada para modernizar o seu maquinário e aumentar a capacidade produtiva. O fato de não ter novos mercados para se expandir na mesma dimensão da capacidade produtiva investida, gerou estagnação, em alguns setores da indústria, como foi o caso da indústria têxtil." (HERÉDIA, 1997, p. 95)*

Já se percebia algumas alterações da estrutura produtiva do setor têxtil no Rio Grande do Sul, ainda no período que se aproxima do fim do conflito. Pois durante o conflito e, nos primeiros anos posteriores a ele, ocorreu uma significativa evolução na indústria têxtil do Brasil. Destaca-se São Paulo, que ampliou e modernizou significativamente o seu parque industrial têxtil. Assim, para o Rio Grande do Sul, as dificuldades de competir nacionalmente tornaram-se

gradativamente mais difíceis. Dessa forma, a indústria têxtil gaúcha foi, aos poucos, se restringindo ao abastecimento do mercado gaúcho, menos por opção própria e mais pelo desenvolvimento industrial de outras áreas produtivas. Vai-se caracterizando, assim, a tendência regional da indústria rio-grandense.

HERÉDIA (1997), em seu estudo sobre o processo de industrialização da zona colonial italiana do Rio Grande do Sul, onde realiza uma importante contribuição sobre o desenvolvimento do setor têxtil no Estado, cita que:

*"As indústrias de tecelagem instaladas na zona colonial e em Porto Alegre, do início do século aos anos vinte, voltaram-se para o mercado interno e utilizaram matéria-prima produzida no Estado, principalmente as indústrias de lã e de seus derivados. O capital utilizado para manter e expandir essas indústrias era de ordem comercial; capitais gerados pelo comércio interno do Rio Grande do Sul."*

*"As indústrias de tecelagem instaladas nos centros de exportação, ou seja, centros por excelência comerciais, junto aos portos, voltaram-se para o mercado nacional, possuindo um volume de produção e mão-de-obra considerável em confronto com as do mercado regional. (...) As indústrias de Rio Grande e Pelotas importavam matéria prima do centro do País, aumentando os custos de produção e apresentando uma menor diversificação que Porto Alegre."*

*"Com a expansão do mercado rio-grandense, no período da guerra, decorrente da demanda nesse setor, as indústrias de fiação e tecelagem, voltadas para o mercado regional, aumentaram em número, enquanto as voltadas para o mercado nacional se mantiveram inalteradas." (HERÉDIA, 1997, p. 95-6)*

Nos últimos anos da década de 1920 percebe-se a distância alcançada pela indústria têxtil paulista, principalmente em valor de produção ao se comparar com a do Rio Grande do Sul. Enquanto que no ano de 1927, todo o setor têxtil gaúcho apresentava uma produção no valor de 51.528:714\$, neste mesmo ano, a produção de tecidos de algodão de São Paulo correspondia a um valor de 358.800:000\$. REICHEL (1978, p.76)

Mesmo assim, as dificuldades de se competir com as indústrias paulistas era enormes, o que provocou uma alteração de destino dos produtos gaúchos. Cada vez mais os empresários locais procuravam atender seu próprio mercado.

Assim, as exportações de tecidos de algodão, apresentaram um declínio significativo, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1920. Frente à supremacia industrial de São Paulo, era muito difícil para a indústria gaúcha obter uma relativa participação no mercado nacional. Com isso as empresas gaúchas estruturadas para atender este mercado, passaram por sérias dificuldades. Como é o caso da Cia. União Fabril Porto-Alegrense, que no ano de 1927, entrou em falência.

Nos últimos anos da década de 1920, percebe-se não só um declínio significativo das exportações de tecidos de algodão, como também, a maior parte dos tecidos de algodão consumidos pelo Rio Grande do Sul eram importados de outros Estados. Por outro lado, era crescente a participação dos produtos que utilizavam lã como matéria-prima, tanto para abastecer o mercado regional como também nas exportações para outros Estados.

Pode-se concluir que, tanto a conjuntura econômica nacional como também a concentração espacial da indústria, principalmente em São Paulo, prejudicaram muito a indústria têxtil no Rio Grande do Sul.

Assim, frente à concorrência paulista, os industriais gaúchos percebiam uma crescente perda de mercados. Isso fez com que os seus lucros diminuíssem. Essa condição, somada à capacidade produtiva ociosa e um mercado de consumo cada vez mais restrito, fez com que o setor no Rio Grande do Sul encerrasse seu ciclo de expansão, a partir da segunda metade da década de 1920.

Tal situação não é fruto apenas da concorrência inter-regional, mas também ao estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento com que se defrontou toda a indústria têxtil e, mais genericamente, a indústria de bens de consumo tradicionais do Brasil. Faltava-lhe uma política de industrialização eficaz, já que neste momento o setor industrial encontrava-se ainda dependente dos estímulos oriundos da economia exportadora.

## **5 A ECONOMIA GAÚCHA E O SETOR TÊXTIL NO PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES**

Após os anos da República Velha, quando o crescimento baseou-se fundamentalmente na expansão do setor agrícola-exportador, o Brasil passou por profundas mudanças socioeconômicas desde a Grande Depressão na década de 1930 até o início da década de 1980. Neste período, a economia do País passou de um modelo onde a exportação de alguns produtos primários exercia o domínio tanto das políticas adotadas como na geração de renda, para um modelo em que a dinâmica provém do setor industrial, que conseguiu tornar-se amplo e diversificado em um espaço de tempo relativamente curto.

É neste período que ocorre o processo de substituição de importações, o qual é o objetivo de estudo deste capítulo. Mais do que isso, avalia-se o desempenho do setor têxtil ao longo do processo. Busca-se uma análise regional, o caso específico do setor têxtil no Rio Grande do Sul, mas não se atém a isso. Dessa forma, o capítulo aborda o setor têxtil dentro do contexto nacional, comparando o desempenho desta indústria, tanto em termos locais como nacionais.

## 5.1 O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

O crescimento do setor industrial brasileiro pela via da substituição de importações apresentou expressiva expansão a partir da década de 1930, sendo que este estilo de desenvolvimento perdurou até o final da década de 1970, com a conclusão dos investimentos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico), no governo de Ernesto Geisel. Durante este longo período, ao contrário de períodos anteriores, onde o crescimento econômico dependia da agroexportação, a economia do País voltou-se "para dentro".

O início deste processo de substituição de importações não se deu de forma planejada ou anteriormente programada, mas resultou de uma congregação de acontecimentos que ocorreram tanto internamente como na esfera internacional. Problemas relacionados com a economia cafeeira, o *crack* da Bolsa de Nova York em 1929 e a Revolução de 1930, foram acontecimentos que influenciaram decisivamente tal processo.

Cabe destacar que durante séculos, o setor exportador representava o centro dinâmico de toda economia. Assim, o modelo tradicional de desenvolvimento do Brasil tem sido durante longo período de tempo a agroexportação, característico do modelo tradicional de desenvolvimento "para fora". Desta forma, enquanto as exportações contribuíram para o desenvolvimento econômico da região, as importações tinham o poder de suprir as necessidades da demanda interna. O Brasil exportava produtos alimentares e outras matérias-primas de que as economias centrais necessitavam, por outro lado, esses países passavam a fornecer faixas inteiras de bens de consumo e praticamente o todo dos bens de capital.

Cabe então entender quais foram os fatores que influenciaram para a alteração do modelo de desenvolvimento "para fora", em um modelo onde a economia se articulou "para dentro". Ou, de outra forma, de um modelo baseado na agroexportação, para uma estrutura produtiva onde o mercado interno é o centro. Para tanto, é necessário revisar alguns fatos marcantes que ocorreram nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX.

Durante todo o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o setor exportador era o centro econômico do País. Assim, o crescimento econômico era consideravelmente dependente da demanda externa por produtos primários aqui produzidos. O desenvolvimento do setor exportador deu origem a um processo de urbanização, aonde iam se estabelecendo indústrias tradicionais, de baixo nível de produtividade, destinadas à produção de bens de consumo interno tais como tecido, calçado, vestuário e móveis, entre outras. Estas indústrias se direcionaram para o mercado interno, procurando substituir produtos da pauta das importações, produzindo e comercializando internamente uma diversa variedade de produtos.

Outros fatores também influenciaram o surgimento, ou o crescimento de indústrias locais. Muitas vezes estes fatores estão relacionados a problemas internacionais. Para exemplificar isto, cita-se o fato de que ainda no ano de 1893, a crise nos Estados Unidos gerou impulsos à indústria brasileira. Neste período, o centro da economia brasileira vinculava-se ao setor cafeeiro que, por sua vez, operava em situação de superprodução, já que ainda em 1882 sua produção tinha superado o consumo mundial. Com a crise nos Estados Unidos – o principal consumidor do café brasileiro - o preço deste produto no mercado mundial caiu rapidamente. A cotação média anual do saco de 60 Kg passa de 4,09 libras em 1893, a 2,91 libras em 1896, e a 1,48 libras em 1899. (SILVA, 1985, p.62) A solução adotada pelo governo federal para reduzir os prejuízos do setor cafeeiro e equilibrar o balanço de pagamentos foi a desvalorização da moeda e a elevação das alíquotas de importação. Tais medidas caracterizavam-se como barreiras protecionistas que se constituíam em forte incentivo para produzir localmente uma grande variedade de produtos que antes eram importados. Desta forma, a crise americana forçou o governo brasileiro a tomar medidas que, mesmo involuntariamente, geraram impulsos à industrialização brasileira.

Cabe destacar que até o início da Segunda Guerra Mundial, o imposto de importação foi a principal fonte de recursos do governo federal, enquanto os impostos de exportação cabiam aos governos estaduais. Assim, qualquer oscilação na balança comercial ou nas contas do governo era acompanhada de mudanças nas alíquotas de importação. Além disso, para se compensarem as flutuações do preço do café no mercado internacional, o governo alterava a política cambial com vistas a diminuir as perdas dos cafeicultores e equilibrar a



balança comercial. Outro ponto também importante se refere ao fato de que quando diminuía a arrecadação do governo, em momentos de crise, ele se obrigava a adotar políticas monetárias expansivas para cobrir o déficit. Assim, a oferta monetária promovia uma baixa do juro, o que favorecia ao investimento interno e, conseqüentemente, à industrialização.

Desta forma, medidas como a desvalorização cambial e elevação das alíquotas de importação, mesmo involuntariamente, acabavam servindo de barreira protecionista, fomentando a industrialização brasileira. Tal fato também ocorre quando foi decretada a nova tarifa em 1900, que teve como principal objetivo uma arrecadação mais eficiente e rendosa. O intuito foi exclusivamente de defender o fisco, já que a tarifa promulgada em 1897, reduzindo as taxas de certos artigos, como roupas feitas de algodão, tecidos de lã e de algodão, entre outros, provocara uma considerável diminuição das rendas públicas.

Esta situação é de difícil administração para o governo federal, cujas receitas na época dependiam substancialmente dos impostos de importação. Ao se reduzirem as alíquotas de importação, se reduzia a arrecadação de impostos. Por outro lado, uma elevação das alíquotas necessariamente não significava um aumento na arrecadação, pois a elevação da taxa servia como barreira protecionista e, conseqüentemente, gerava impulsos à produção local destes bens. Tal situação não gerava os impostos de importação, salvo se fosse necessário importar matérias-primas ou máquinas e equipamentos. Mesmo assim, a nova tarifa em 1900, mesmo não objetivando proteger a indústria, mas sim aumentar a arrecadação, acabava por estimular a indústria local, já que encarecia os produtos importados.

Um outro fator que influenciou decisivamente a industrialização do Brasil, também vinculado a acontecimentos internacionais, foi a Primeira Guerra Mundial. Com o início do conflito, o comércio internacional apresentou uma drástica redução. As exportações estavam comprometidas, já que grande parte do mercado europeu estava em conflito. Já, quanto as importações, além dos riscos da navegação em tempos de guerra, ocorreu uma considerável diminuição da oferta de manufaturas porque muitas indústrias civis européias se converteram para o esforço bélico. Assim, as necessidades da demanda interna tiveram que ser supridas, em parte, pela produção interna de manufaturas.

Desta forma, problemas como a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão no final da década de 1920, fizeram com que o governo adotasse medidas que viessem a defender o País dos efeitos de cada crise. Consistiam basicamente em restrições e controle das importações e elevação da taxa de câmbio. Tais medidas buscavam primeiramente reduzir o desequilíbrio externo, antes de procurar estimular a atividade interna. Mesmo assim, a desvalorização da moeda e, conseqüentemente, o aumento dos preços dos produtos importados, resultaram em um estímulo considerável à industrialização brasileira.

É importante salientar que até 1930 o governo não interferiu deliberadamente para incentivo e defesa da indústria. O foco do governo era a agroexportação, sendo a economia cafeeira o centro desta atividade. Desta forma, o processo de desenvolvimento pela via da substituição de importações surge através de uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai-se tornando menos dependente do exterior. Tal situação promove uma mudança na natureza da dependência. (TAVARES, 1983)

Para tanto, é necessário que o País possua certas pré-condições para que as crises sejam superadas, voltando-se para o mercado interno e à industrialização. Desta forma, a riqueza, o capital e o mercado interno criados pela economia cafeeira, foram fundamentais para que o Brasil, no momento da crise, tivesse a alternativa de voltar-se à produção industrial substitutiva de importações.

O processo de substituição de importações inicia-se pela produção dos bens de consumo não-duráveis, já que a produção é mais fácil e a tecnologia empregada nela é, em geral, menos complexa e de menor intensidade de capital. Assim, as primeiras fases do processo de substituição de importações iniciam com um maior dinamismo da produção de indústrias tradicionais, que acompanham as necessidades da demanda interna. Nesta situação é normal uma diminuição da participação na pauta dos bens de consumo final e um aumento da participação dos produtos intermediários. À medida que o processo ganha maior dinamismo, as importações ampliam-se também para os bens de capital.

Cabe destacar que a crise de 1930, dada a sua magnitude, representou um grande desafio ao novo governo. Diante do estrangulamento externo, mesmo

utilizando-se de medidas tradicionais, como a desvalorização da moeda e a contenção dos importados, o governo acabou por desencadear um considerável estímulo à produção interna substitutiva. Iniciando assim, de forma significativa, o processo de substituição de importações.

Para tanto, era necessário não somente a existência de um razoável parque industrial, como também certa capacidade ociosa na indústria, já que as dificuldades de importação não abrangiam somente os bens de consumo, mas também os bens de capital, fundamentais ao crescimento industrial, que nesta época eram em quase sua totalidade importados. Desta forma, não foi a ruptura do modelo de agroexportação da década de 1930 que fez com que a indústria surgisse, o que ocorreu é que o processo que tinha se iniciado ainda no final do século XIX, se ampliou e, a partir daí, o setor industrial passou a exercer a liderança do crescimento econômico do País. Por isso, o processo de substituição de importações é visto como um processo lento e gradual, originado no seio da economia agroexportadora e em decorrência de seu crescimento e diversificação.

Entretanto, existe mais de uma interpretação sobre o desenvolvimento da industrialização no Brasil. A primeira tese, sugerida por FURTADO (1999), argumenta que a industrialização dos países latino-americanos vincula-se às crises da agroexportação, e é vulgarmente conhecida como "teoria dos choques adversos". Assim, resumidamente, em momentos de crise na agroexportação, como ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial e na Grande Depressão, surgiram condições para que a economia se voltasse ao mercado interno, sob a liderança do setor industrial. Por outro lado, PELÁEZ (1972), sustenta a tese de que a industrialização foi liderada pela expansão das exportações. Em sua crítica a "teoria dos choques adversos", ressaltou a importância da indústria antes de 1930, especialmente antes da Primeira Guerra Mundial. Assim, perde sentido sustentar que o processo de substituição de importações inicia-se em 1930, já que muito antes disso, ocorreu o desenvolvimento de inúmeras indústrias de relativo significado no Brasil.

A indústria apareceu, principalmente nos grandes centros dos estados cafeicultores. A exportação de café gerou tanto os recursos necessários para a industrialização, como para o mercado interno. Com o café, todas atividades em torno deste ramo se expandiram, surgiram novos agentes, segmentos e classes

sociais, caracterizando um processo de desenvolvimento capitalista. Assim, aparecem empresários que, atraídos pelas perspectivas de lucros, estavam dispostos a investir seu capital e desta forma fomentar ainda mais a industrialização.

A imigração também gerou estímulos à industrialização, tanto que grande parte das atividades substituidoras de importações era realizada por investimentos diretos estrangeiros, associados ou não a empresários nacionais, que traziam consigo, além do capital, a técnica adotada em seus países de origem. Por outro lado, havia uma grande massa de imigrantes que, desprovidos de propriedade, estavam aptos e dispostos ao trabalho assalariado.

Desta forma, a instalação de indústrias substitutivas de produtos importados proporcionava a geração de empregos. Tal situação contribui muito para a ampliação do mercado interno existente, para onde era escoada a produção. Com a implantação dos novos setores produtivos, se acelera o processo de substituição de importações, o que dá à economia um grande dinamismo em termos de crescimento da renda.

Assim, no início do processo de substituição de importações, utilizando e mesmo sobreutilizando a capacidade existente, foi possível substituir uma parte dos bens que antes eram importados. Posteriormente, mediante uma distribuição de fatores, utilizou-se a capacidade de importação disponível para obter do exterior os bens de capital e as matérias-primas indispensáveis à instalação de novas unidades destinadas a continuar o processo de substituição. O que ampliou consideravelmente a industrialização do Brasil.

Infelizmente o termo "substituição de importações" é empregado muitas vezes de forma simplista, significando a diminuição ou o desaparecimento de certas importações que são substituídas pela produção interna. O que induz a uma interpretação errônea do processo, pois conforme TAVARES (1983, p. 38) :

*"Na realidade, o termo "substituição de importações", adotado para designar o novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais. Uma extensão deste critério simplista poderia levar a crer que o objetivo "natural" seria eliminar todas as importações, isto é, alcançar a autarcia."*

Cabe destacar que a inexistência de alguns recursos naturais impede que se considere, mesmo teoricamente, a possibilidade de caminhar para a autarcia, ou seja, a auto-suficiência econômica de uma nação. Assim, o processo necessariamente não diminuiu o volume das importações, mas sim altera sua pauta, mudando o perfil do setor externo. Aos poucos o setor externo passa a ter uma nova função, a de garantir o fluxo de divisas fundamentais para importar produtos necessários para o desenvolvimento da produção industrial. Desta forma, ainda conforme TAVARES:

*"O processo de substituição não visa diminuir o quantum de importação global; essa diminuição, quando ocorre, é imposta pelas restrições do setor externo e não desejada. Dessas restrições (absolutas ou relativas) decorre a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam. Por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento da demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que pode resultar numa maior dependência do exterior, em comparação com as primeiras fases do processo de substituição."*

Dessa forma, pode ocorrer que a substituição real seja menor do que a aparente, isto porque, quando se substituem produtos finais, aumenta, em consequência, a demanda por insumos básicos e produtos intermediários, que muitas vezes não são produzidos no País. No fundo, a produção de um determinado bem apenas substitui uma parte do valor agregado que antes se gerava fora da economia. Isso pode aumentar em termos dinâmicos a demanda derivada de importações em um grau superior à economia de divisas que se obteve com a produção substitutiva.

Neste processo a política cambial assume um papel fundamental. Isto porque, ao haver restrições de um determinado tipo de bens, pode haver um estímulo à produção interna desses bens. Mesmo assim, se essas restrições afrouxarem, as importações desses bens voltarão a subir, sendo que poderão subir também as de outros bens cujas condições de produção interna não sejam competitivas com as do exterior, a menos que se encontrem amparadas contra a concorrência externa, mediante proteção tarifária elevada.

A política cambial, fundamental dentro do processo de substituição de importações, pode apresentar resultados contraditórios. Em boa medida, as taxas cambiais são determinadas por uma conjunção de fatores intrínsecos ao País, principalmente a política econômica vigente. Assim, quando se alterava a taxa de câmbio de modo que a moeda nacional fosse apreciada, ou permanecesse constante em um nível elevado, em relação à libra ou ao dólar, tal situação facilitava a possibilidade de se importar tecnologia e renovar o maquinário; por outro lado, também propiciavam o aumento da concorrência estrangeira tanto em relação ao produto acabado quanto ao intermediário. Esta situação, muitas vezes, não estimulava o empresário a investir por receio de não conseguir enfrentar a concorrência estrangeira. Já em momentos quando a taxa de câmbio era alterada de forma que a moeda nacional estivesse depreciada em relação à moeda estrangeira, tal situação encarecia a importação dos bens de consumo e, portanto, estimulava a indústria nacional a substituir importações, mas, ao mesmo tempo, tornava mais cara a importação das máquinas de que o parque industrial dependia. Esta situação também não motivava o empresário a investir. A tendência era querer primeiramente extinguir toda capacidade ociosa, aumentando turnos de produção, ocupando assim toda capacidade instalada, pois os equipamentos mais caros, em virtude do câmbio, tornavam o investimento muito elevado, já que ao se comprar as máquinas em moeda estrangeira e vender manufaturas localmente em moeda nacional, seria necessário um volume muito elevado de produção e a previsão de que toda quantidade produzida fosse absorvida pelo mercado, para arcar com os custos de aquisição dos equipamentos. (VERSIANI e VERSIANI, 1977)

Como o câmbio baixo<sup>19</sup>, tinha efeito protecionista, prejudicava os negócios de importação. Dessa forma, os ganhos dos importadores passavam a ser passíveis de variações súbitas, em função de um fator inteiramente fora de seu controle. Por outro lado, favorecia os interesses ligados a agroexportação. Diante disso,

*"...nessa situação de incerteza é adequado supor que houvesse de parte dos importadores uma tendência de*

---

<sup>19</sup> Por câmbio baixo se entende a moeda brasileira relativamente desvalorizada; por câmbio alto uma valorização relativa. Assim, em fases de câmbio baixo, a libra estaria relativamente cara em termos de mil-réis, e câmbio alto significaria libra barata.

*diversificar a aplicação de seus capitais, com o fito de diminuir a possibilidade de perdas decorrentes de baixas do café e do câmbio. Uma via naturalmente indicada para isso seria o investimento na produção interna: uma vez que passassem a produtores dos artigos que importavam, poderiam ganhar como produtores o que deixavam de ganhar como importadores, nas épocas de encarecimento das importações. O importador estaria também em situação vantajosa para superar a defasagem de condições favoráveis ao aumento de produção interna e à importação de bens de capital: os períodos de facilidade à importação seriam para ele fases de maiores lucros, o que facilitaria o custeio da importação de equipamentos em vistas aos tempos de "vacas magras" na atividade importadora." (VERSIANI e VERSIANI, 1977, p. 126)*

Mesmo que a indústria nacional, num sentido amplo, já substituía importações desde o final do século XIX, foi a partir da década de 1930 que o processo impõe-se como modelo de desenvolvimento econômico. O primeiro período do processo de substituição de importações ocorre a partir da crise internacional de 1930 e estende-se até a década em que finda a Segunda Guerra Mundial. Neste período, as restrições do setor externo tiveram caráter absoluto, ou seja, a capacidade de importar estava estancada e, em certos momentos, declinante. Tal situação exigiu um esforço de substituição bastante acentuado. Neste período percebe-se uma baixa considerável do coeficiente de importações, caracterizando-se, sobretudo, como uma fase onde ocorreu a substituição dos bens não-duráveis de consumo final, mas também se avançou até a categoria dos produtos intermediários e dos bens de capital.

Aos poucos, ocorre uma perda de importância do setor externo, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento da participação e do dinamismo da atividade interna. Assim, o setor externo, ao invés de ser o fator responsável pelo crescimento da renda, através do aumento das exportações, como era no período da República Velha, teve sua contribuição decisiva no processo de diversificação da estrutura produtiva, mediante importações de equipamentos e bens intermediários. Assim, é importante destacar que a exportação de produtos primários continuou existindo, a qual gerou capitais que permitiram a importação de diversos tipos de bens, inclusive os de capital, fundamentais à expansão do setor industrial.

A Segunda Guerra Mundial teve efeitos marcantes em termos de incentivos ao progressivo processo de industrialização e ao lançamento das bases que iriam permitir a crescente diversificação do parque industrial brasileiro. Foi durante a guerra que se tomou uma das decisões mais importantes para a industrialização do País, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (Usina de Volta Redonda), a primeira usina integrada de aço da América Latina. Todavia, sua produção só se iniciou no pós-guerra. A Usina de Volta Redonda gerou considerável impulso à indústria nacional, acelerando o processo de sua progressiva integração e diversificação.

O rápido crescimento industrial, tanto no período da Segunda Guerra Mundial como também no pós-guerra, conduziu a uma alteração significativa da estrutura econômica brasileira, enfraquecendo progressivamente a concepção de que o Brasil só poderia atingir elevadas taxas de crescimento através da exportação de seus produtos tradicionais. Mesmo assim, o período que vai do início da década de 1930 até o ano de 1955 fica conhecido como industrialização "restringida". A industrialização era restringida porque a reprodução ampliada de seu capital produtivo dependia ainda do setor exportador, que gerava as divisas necessárias às importações dos bens de produção. Além disso, não possuía um expressivo setor produtor de bens de produção. Nas palavras de CARDOSO DE MELLO (1998, p. 109),

*"...o período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. (...) Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial."*



Foi no governo de Juscelino Kubistschek (1956/1961), com o bloco de investimentos do Plano de Metas, que se encerrou esta fase da industrialização restringida, quando ocorre a instalação da grande indústria de base. Para CARDOSO DE MELLO (1998, p. 117) a implantação destes investimentos proporcionou uma série de inovações:

*"...de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo "salto tecnológico"; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados."*

A crise econômica no início da década de 1960 permitia supor que o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações ali se encerrava. Mas, tratava-se apenas de mais uma crise no modelo, já que o mesmo duraria até o final da década de 1970, com a expressiva substituição de bens intermediários e de capital do governo Geisel.

Mesmo assim, a partir de 1962 ocorre grande dificuldade de se conseguir sustentar a mesma taxa de acumulação e crescimento verificado entre 1956 e 1961. Era de se supor que, à medida que o processo de substituição de importações avançasse, ficaria cada vez mais difícil substituir novas importações, pois crescia o volume de capital, a qualificação da mão-de-obra e o nível tecnológico necessários aos novos investimentos.

Cabe destacar que, nas primeiras fases do processo de substituição de importações, havia um mercado doméstico pronto para ser atendido, já que com o estrangulamento externo o fluxo de importações não poderia ser mantido. Cabia à indústria local ofertar produtos para este mercado. Com isso, o crescimento da economia trazia consigo a ampliação do emprego e, conseqüentemente, do mercado consumidor. Mas, à medida que o processo avançava, ampliavam-se as necessidades de capital. As tecnologias mais avançadas, que eram quase na totalidade importadas, geravam pressão sobre o balanço de pagamentos e

caracterizavam-se como poupadoras de mão-de-obra, além disso, exigiam recursos humanos qualificados. Cita-se ainda que as indústrias "dinâmicas", que se instalaram nas fases mais adiantadas do processo de industrialização, caracterizavam-se por gerar menos empregos que as "tradicionais" que se instalaram ainda no final do século XIX e expandiram-se durante a República Velha. Dessa forma, à medida que o processo de substituição de importações avançava, além de necessitar de cada vez mais recursos, não se conseguia fazer com que a taxa de crescimento do emprego fosse capaz de garantir a ampliação do mercado de forma necessária.

No período que vai do governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, ao fim do "Milagre" em 1973, o crescimento da indústria no Brasil foi em média bastante intenso. A produção industrial voltou-se prioritariamente aos bens de consumo duráveis, os quais lideravam o crescimento industrial. Estes, por sua vez, impulsionavam os setores de bens de consumo popular, os intermediários e de capital. Dessa forma, a seqüência da industrialização partiu da produção de bens de consumo de uso difundido e popular, como vestuários e têxteis, e dirigiu-se à produção de matérias-primas industriais e de bens de capital, atingindo, como etapa culminante, a produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital tecnologicamente mais refinados como aeronáutica, eletrônica e veículos.

Finalmente, o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações completa-se no final da década de 1970, com a implementação do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento), voltado a substituir importações de bens intermediários e de capital, que ainda impunham barreiras à produção interna. Assim, a partir de 1974 a economia subiria a rampa das indústrias capital-intensivas e tecnologicamente intensivas.

Cabe destacar que o crescimento veloz dos anos do "milagre" (1968-1973) teve fim abrupto em 1974. Com a crise, o governo apresentou em setembro de 1974 o projeto de lei do II PND que deveria vigorar no período 75/79, e tinha como principal objetivo superar a crise sem sacrificar o desenvolvimento. Com a aprovação do Plano, buscava-se através de amplo conjunto de investimentos com ênfase nas indústrias básicas e na infra-estrutura, readequar a matriz energética.

Os principais setores contemplados no II PND foram: (I) insumos básicos, metais não-ferrosos, exploração de minérios, petroquímica, fertilizantes e

defensivos agrícolas, papel e celulose; (II) infra-estrutura e energético: ampliar a prospecção e produção de petróleo, energia nuclear, ampliar a capacidade produtiva de energia hidroelétrica (Itaipu) e substituir a utilização de derivados de petróleo por energia elétrica, programa do álcool (Proalcool) para substituir a gasolina, expandir o transporte ferroviário (Ferrovia do Aço), ampliar a exploração e utilização de carvão; (III) bens de capital: fornecendo garantias de demanda, incentivos fiscais (crédito de IPI sobre compra de equipamentos, depreciação acelerada, isenção do imposto de importação etc.), incentivos creditícios, reservas de mercado (Lei da Informática), garantia de política de preços para o setor privado. (GREMAUD, 1997, p. 193)

Pode-se dizer que o plano obteve bastante êxito em alguns setores, principalmente o dos bens intermediários: siderurgia, petroquímica, minerais não metálicos, papel e celulose. Verifica-se que de 1974 a 1980 a indústria de transformação cresceu 7,1% ao ano, enquanto a indústria de bens de capital cresceu 8,5% ao ano. (CASTRO, 1988, p. 77)

O II PND conseguiu praticamente fechar a matriz industrial brasileira. Cabe destacar que a ampliação da produção de bens antes importados e em novas frentes de exportação não se fez com o recurso a alterações nos preços relativos a favor destes setores por meio de alterações cambiais, mas se fez com a intervenção direta do Estado no investimento: empresas estatais, subsídios e créditos. Ou seja, a contrapartida era o aumento do passivo estatal. O financiamento é o ponto problemático do plano e que viria a ser cobrado na década de 1980.

A avaliação do II PND é uma tarefa extremamente complexa. Já que a década de 80 é considerada a "década perdida", devido à profunda crise econômica que o país vivenciou ao longo deste período. Assim, mesmo que não se possa afirmar com certeza até que ponto os projetos do II PND facilitaram a solução dos problemas, é inegável que o II PND significou uma completa mudança nas prioridades do processo de industrialização até então centrado no setor de bens de consumo duráveis, em favor de um crescimento baseado no setor produtor de meios de produção. Cabe destacar que os principais resultados vieram na primeira metade dos anos 80, quando se pode comprimir significativamente o volume de importações, reduzindo a relação

importações/PIB, confirmando que houve efetivamente um avanço da substituição de importações neste período e, além disso, permitiu abrir novas frentes de exportação, com destaque para a participação de bens intermediários.

A crise da década de 1980 reflete também o final de um modelo de desenvolvimento que perdurou por quase 50 anos na economia brasileira. O II PND pode ser colocado como o último suspiro do processo de substituição de importações centrado no Estado desenvolvimentista. O modelo de desenvolvimento havia conseguido levar a industrialização ao seu estágio final, mas não conseguiu internalizar o progresso técnico nem tampouco uma indústria capaz de enfrentar a concorrência internacional. Assim, a crise dos anos 80 não se refere a uma crise conjuntural, mas a uma crise do próprio desenvolvimento. (GREMAUD, 1997, p. 196)

Cabe ainda avaliar as taxas de crescimento da indústria durante o período da substituição de importações. A Tabela 18, a seguir, mostra três fases da economia brasileira ao longo do século XX: a primeira quando já ocorria a substituição de importações, mas o centro vinculava-se ao setor primário, a segunda, onde realmente ocorre o processo de substituição de importações, e a terceira, quando o processo já havia findado.

**TABELA 18 – TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB, DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO BRASIL: 1901/1999**

Período	PIB	Indústria*	Agropecuária
1901 – 1929	4,5 %	4,3 %**	3,7 %
1933 – 1980	6,7 %	8,7 %	3,8 %
1981 – 1999	1,9 %	0,7 %	2,8 %

FONTE: SUZIGAN (2000b, p. 9)

\*Até 1946, incluía somente a indústria de transformação; a partir de 1947 refere-se à indústria em geral (transformação mais extrativa mineral).

\*\* Refere-se apenas a 1912-1929.

Conforme os dados da Tabela 18, percebe-se que no segundo período apresentado, que corresponde ao período de substituição de importações, a taxa de crescimento da indústria dobra em relação ao período anterior, onde o modelo econômico baseava-se na agroexportação. Assim, a partir da década de 1930, o setor industrial, que vinculava sua produção ao mercado interno, passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador.

Dessa forma, a crise de 1929, a Grande Depressão da economia mundial e a Revolução de 1930 foram acontecimentos que colocaram fim à política da oligarquia vinculada à agroexportação. A partir de então, a política econômica passou a ser influenciada por um leque mais amplo de interesses. A crise promoveu um deslocamento do centro dinâmico da economia nacional, do setor agrário para a industrialização. Tal situação só ocorre de fato após a recuperação da crise em 1933. Assim, no segundo período apresentado na Tabela 18, que vai de 1933 até 1980, o crescimento da produção industrial liderou o crescimento do PIB, com uma taxa média anual equivalente a mais do que o dobro da produção agrícola. FURTADO (1999, p. 177-203)

Desta forma muda a natureza do desenvolvimento industrial. O crescimento da produção industrial foi impulsionado pela substituição de importações e depois pela expansão do mercado interno e, a partir do final da década de 1950, pelas exportações de produtos manufaturados. O padrão de desenvolvimento industrial em alguns setores atingiu níveis estruturais e tecnológicos de economias industrializadas, embora sem alcançá-lo inteiramente.

A orientação política tornou-se francamente industrializante, embora tenha oferecido importante assistência à agricultura na década de 1930. Assim, a ruptura do modelo agroexportador provocada pela crise de 1929, promoveu um período onde a industrialização do País avançou em ritmo acelerado. Cabe ressaltar que a taxa média de crescimento da produção industrial no período de 1933 até 1980 foi de 8,7 % ao ano.

O último período apresentado na Tabela 18, que compreende os anos de 1981 a 1999, mostra o grande enfraquecimento das taxas de crescimento do setor industrial. Neste período a substituição de importações não ocorre mais de forma significativa e a política econômica não demonstra querer proteger a indústria. A política econômica fica voltada a estabilizar a grave crise macroeconômica que atingia o País. Além disso, buscava promover a liberalização comercial e a abertura da economia ao capital estrangeiro, como também iniciar o programa de privatizações, inserindo a economia em outro estilo de desenvolvimento.

### **5.1.1 Ruptura no modelo de desenvolvimento brasileiro baseado na agroexportação**

Durante o período da República Velha, o café possibilitou um longo período de acumulação de capitais. Suas exportações determinavam, em grande parte, a capacidade de o País importar, o que não só servia às necessidades de insumos e outros bens demandados internamente, como também sinalizava ao governo a possibilidade de ampliar seu endividamento externo.

Como o poder político da República Velha estava fortemente vinculado à exportação de café, foi instituída uma política de defesa e valorização do produto, frente a crise da superprodução. Esta política consistia, entre outras medidas, na compra dos excedentes pelo governo para restabelecer o equilíbrio entre a oferta e a demanda. Os recursos para a compra dos excedentes seriam obtidos através de empréstimos estrangeiros. Assim, as políticas de valorização do café lograram um sucesso parcial, ao garantir a manutenção dos preços a partir da retenção de estoques, embora tenham falhado em não conseguir restringir a expansão do cultivo.

Tal situação durou até a crise de 1930. Mesmo com a política de valorização, já na década de 1920 era visível que aquele sistema caminhava para o esgotamento de suas possibilidades. Sendo que a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, veio a destruir aquela estrutura de financiamento de estoques com capitais estrangeiros.

A crise de 1929 contribuiu para a perda do equilíbrio político, baseado no modelo primário-exportador. Até então, na maior parte do período da República Velha, a burguesia cafeeira pôde impor sua hegemonia social e política. Nas eleições em março de 1930, a vitória do paulista Júlio Prestes poderia manter por mais algum tempo este arranjo político. Mas sua posse, marcada para novembro, nunca se realizaria, pois na Revolução de 1930, foi a vitória das forças lideradas por Getúlio Vargas, quem ascendeu ao poder. Como a Aliança Liberal, da qual Vargas foi candidato de oposição a Prestes, era uma facção dissidente das oligarquias tradicionais, tal acontecimento provocou uma importante mudança na composição política, social e ideológica do governo.

Isso não significa que o governo tenha demonstrado descaso com o setor primário. Ao contrário, esse setor continuava sendo o centro das atenções. Inclusive a política de defesa do café foi mantida. Mas, a Aliança considerava a defesa do café um grave problema a ser solucionado e determinava que a sustentação dos preços seria admissível como medida transitória em determinada conjuntura adversa, mas não como política permanente. Assim, buscava-se diminuir a interferência do governo na defesa do café. Além disso, o governo pretendia diversificar a oferta de produtos primários, incentivando outras culturas.(FONSECA, 1999)

A indústria, por sua vez, não foi esquecida pela Aliança. Mesmo não tendo recebido um tópico específico para ser tratada, como aconteceu com o café e a pecuária, na plataforma da Aliança Liberal, sua importância apareceu inserida em alguns tópicos do programa. Pode-se concluir que a plataforma, ao mesmo tempo em que não era contra a indústria, não a elegia como prioritária para a economia do País. Mas, no decorrer do governo Vargas, percebe-se ações diretamente relacionadas ao desenvolvimento industrial, como por exemplo, a criação de vários órgãos estatais com esta finalidade, havendo, portanto, uma mudança de orientação.

Cabe destacar que quando Vargas tomou posse, em novembro de 1930, o Brasil estava enfrentando uma profunda crise econômica. Com a crise mundial, o valor das exportações em moeda estrangeira caiu repentinamente, o que gerou forte crise cambial. Dentre as possíveis medidas que o novo governo podia se utilizar para amenizar os efeitos da crise, ficou definido que não se recorreria a empréstimos externos para o financiamento de produtos, como haviam feito os governos anteriores. Até porque a obtenção de empréstimos era de difícil acesso com a crise internacional.

Ao deflagrar-se a crise mundial, a produção que já estava em níveis extremamente altos, viria a apresentar sua produção máxima no ano de 1933, como reflexo de plantações anteriores. A superprodução, ao longo da década de 1920, paralelamente a política governamental de manutenção do preço que servia de incentivo para a expansão da produção, dimensionava o tamanho da crise. *"Enquanto aumenta dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações. Em 1927-1929 as exportações apenas conseguiam*

*absorver as duas terças partes da quantidade produzida.*" (FURTADO, 1999, p. 183) Tal política, ao mesmo tempo que garantia os lucros no presente, criava um problema muito maior no futuro. O que realmente ocorreu no início da década de 1930. Soma-se a isso que a crise internacional promoveu uma queda do preço internacional do café, assim como de outros produtos primários. Sendo que o valor médio da saca de café exportada declinou de 4,71 libras, em 1929, para 1,80 libras em 1932-1934. (FURTADO, 1999, p.187) Além disso, entre o final de 1930 e 1934, ocorreu uma substancial desvalorização do mil-réis diante do dólar e da libra. A depreciação da moeda atenuava os problemas causados pela baixa do preço internacional.

Assim fica claro que, no momento em que ocorreu a crise internacional de 1929, a economia brasileira já estava em crise. Se por um lado era crescente o volume dos estoques de café, promovido pela política de defesa permanente do produto nos anos anteriores a crise, por outro, a queda no preço internacional do produto, indicava a grave crise com que se defrontava o País. Mesmo assim, é importante salientar que a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da Grande Depressão gerou importante fomento a Renda Nacional. Desta forma contribuiu para manter a procura efetiva e o nível de emprego em diversos setores da economia.

*"Em abril de 1931, o setor cafeeiro do Brasil enfrentou a sua crise mais séria. Os depósitos reguladores de São Paulo continham aproximadamente 18 milhões de sacas de café. A safra de 1931/1932 foi estimada em 17,5 milhões de sacas. Logo, o café disponível no Brasil atingia 35,5 milhões de sacas. Por outro lado, as exportações anuais não ultrapassaram 9,5 milhões de sacas. Assim, o excesso de produção totalizava 26 milhões de sacas. E essa estimativa não incluía os estoques dos outros Estados produtores do Brasil."* (PELÁEZ, 1987, p. 66)

Na busca de uma solução para este problema, foi criado um imposto que geraria um fundo destinado à compra e, se necessário, a eventual destruição de estoques cafeeiros. Ao valor de 10 *shillings*, pagos em moeda estrangeira, por cada saca de café exportado, este imposto não poderia ser empregado para fins



fiscais usuais dos governos de Estado, mas sim ser destinado a pagar, pelo menos, parte da produção não vendida.

Para evitar uma expansão ainda maior do volume produzido, foi estabelecido em 30 de abril de 1932, uma taxa proibitiva de um mil-réis por cada cafeeiro plantado. Uma legislação ainda mais severa foi decretada a 22 de novembro deste mesmo ano, proibindo o plantio de cafeeiros em todo território nacional, com exceção do Paraná e dos Estados que tivessem menos de 50 milhões de pés plantados.

Com a política de defesa do café durante um longo período, o preço do produto mantido a um nível elevado, se constituía em um forte incentivo para os produtores ampliar sua produção. Assim, mesmo sendo necessário resolver o problema do lado da oferta, era praticamente impossível escolher quais produtores deveriam se afastar do negócio. Mesmo que se conseguisse controlar a oferta, o fato do preço se manter elevado no mercado internacional se constituía em um forte incentivo para outros países em condições semelhantes a do Brasil ampliarem sua produção de café, como ocorreu com a Colômbia, por exemplo.

Em 10 de fevereiro de 1933, foi criado o Departamento Nacional do Café (DNC), em substituição do antigo Conselho Nacional do Café. Este novo órgão traçaria suas diretrizes de acordo com um único critério: o interesse nacional. O que se constituiu em uma importante realização do Governo Provisório. Assim, a federalização das políticas cafeeiras veio afastar a solução das crises do setor dos interesses das oligarquias cafeeiras.

O governo Vargas, mesmo tendo beneficiado os produtores de café no início da década de 1930, conseguiu, ao que tudo indica, um acerto ao enfrentar o problema da superprodução. Tanto que, *"a produção caiu praticamente pela metade do início dos anos 30 a meados da década de 40. A disparidade entre produção e quantidade exportada ocorreria até 1943, mas o hiato entre elas diminuiu expressivamente após 1938."* FONSECA (1999, p. 155)

Ao comprar o excesso da produção de café, o governo contribuiu para garantir a renda e o emprego. Não só dos produtores de café, mas de todas as atividades que giravam em torno desta economia. Tal medida, realizada através da expansão do crédito, poderia agravar a crise cambial, já que as importações se manteriam em um determinado nível, enquanto as exportações se reduziam. Para

evitar este problema, o governo utilizou-se da desvalorização cambial, promovendo uma alteração dos preços relativos entre bens importados e produzidos internamente. Pois foi justamente esta alteração de preços internos, aliada a outros fatores, que promoveram o início do processo de substituição de importações.

Com isso, pode-se concluir que, do ponto de vista político, a Revolução de 1930 foi um marco para a alteração do modelo econômico agroexportador do período anterior. O Brasil já havia passado por outras crises de agroexportação antes de 1930, mas o impacto da crise do café e da Grande Depressão, dada a magnitude e profundidade com que atingiram a economia brasileira, promoveu a adoção de políticas econômicas que acabaram por redirecionar definitivamente a economia. Assim, se iniciou de forma significativa a substituição de importações.

### **5.1.2 A intenção em industrializar**

Cabe destacar que não foi somente a crise da agroexportação de 1930 que promoveu o forte avanço da industrialização brasileira. O crescimento industrial contou com medidas favoráveis do governo. Certas ações adotadas pelo governo, ainda nos primeiros anos da década de 1930, revelam a consciência e a intencionalidade de direcionar a economia para o mercado interno, sob a liderança do setor industrial.

*"A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, um dos primeiros atos do governo, demonstra que a regra da atuação estatal iria além do tradicional controle da oferta monetária, da arrecadação e dos gastos públicos, ou seja, não se resumiria aos problemas recorrentes "de caixa" da Fazenda. O novo ministério deveria coordenar e propor ações desenvolvimentistas, num diálogo com o empresariado, ao mesmo tempo que assumia a tarefa de implementar a legislação trabalhista e estruturar a organização sindical. Era o "ministério da revolução", nas palavras de Vargas, em contraposição ao "marasmo" e às "oligarquias" da República Velha. Esta era a grande construção ideológica dos primeiros anos do governo, na técnica de diferenciação dos governos passados; a revolução, agora, era responsável pela construção de um novo Brasil." (FONSECA, 2001a, p. 112)*

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, já no início do governo, mostra a consciência da necessidade de legalizar e administrar os conflitos sociais urbanos. O que se constituiu em uma visão bastante diferente da tradicional visão agrarista e exportadora das elites.

Além da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, vários outros órgãos estatais foram criados ao longo do governo Vargas. Buscava-se mais coordenação, regulamentação, planejamento e controle de diversos setores específicos da economia. Dentre as instituições criadas, pode-se citar como as que dizem respeito mais diretamente à indústria: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930; o Departamento Nacional do Trabalho e o Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933; o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Plano Geral de Viação Nacional e a Comissão de Similares, em 1934; o Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937; o Conselho Nacional do Petróleo e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938; o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, em 1939; a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional e o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, em 1940; a Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes e a Comissão Nacional de Ferrovias, em 1941; a Comissão Executiva Têxtil, a Comissão Vale do Rio Doce e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942; a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943; a Comissão da Indústria de Material Elétrico e o Conselho Nacional da Política Industrial e Comercial, em 1944. Além disso, verificam-se investimentos diretos do governo em algumas atividades industriais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (Usina de Volta Redonda), constituída em 1941 e que começou a operar em 1946; a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, que embora voltada à atividade extrativa, era importante complemento da siderurgia nacional; a Fábrica Nacional de Motores, que se destinava à produção de caminhões, e a Companhia Nacional de Alcalis, fabricante de soda cáustica e barrilha, em 1943; a Companhia Hidrelétrica de São Francisco, em 1945. Estes investimentos estatais, somados às ações de coordenação e planejamento, revelam o comprometimento do Estado brasileiro com um projeto industrializante. (FONSECA, 2001b, p. 12 e GREMAUND, 1997, p. 153-4)

Além destas ações pode-se citar que, ao longo da década de 1930 ocorre também a concessão de crédito ao setor industrial. Com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1937, o Estado iniciava oficialmente o financiamento de capital fixo e de giro à indústria.

Ainda em 1931 surge uma medida protecionista para segmentos industriais que estavam em condição de superprodução. Cedendo à pressão dos empresários, o governo proíbe a importação de máquinas para estes segmentos. A medida buscava evitar novos investimentos nestes setores e assim estabilizar a oferta desses produtos. A restrição que deveria durar três anos, foi prolongada até 1937, numa clara proteção às indústrias já instaladas. Já em 1934, também de caráter protecionista, ocorre a reforma tributária em acordo com as propostas defendidas por lideranças empresariais da época.

Ocorreu também a reforma educacional, iniciada em 1931, que passou a privilegiar o ensino técnico e profissional em detrimento do ensino tradicional da República Velha, que preparava as elites. Buscava-se criar cursos centrados em áreas voltadas diretamente à produção como engenharia, agronomia e contabilidade.

Em 1935 o governo brasileiro assinou o tratado de comércio com os Estados Unidos, o qual estabelecia vantagens a alguns produtos de exportação brasileiros, como o café, a borracha e o cacau. Em troca disso, obteria reduções na compra de artigos industriais norte-americanos, como máquinas, aparelhos e aços. Buscava-se facilitar a importação de bens de capital e insumos necessários para promover a industrialização.

Conforme citado anteriormente, ocorre também a criação de diversos órgãos no aparelho do Estado e sob a hegemonia do executivo, voltados à diversificação agrícola, a beneficiar a agroindústria e a desenvolver o setor industrial. Em 1937, a partir do Estado Novo, e devido ao contexto de guerra, esta política de criação de órgãos, conselhos e institutos intensificou-se. Cabe destacar que a maior parte destes órgãos diz respeito direta ou indiretamente à indústria.

Todas estas ações mostram a consciência e a intencionalidade da política industrializante durante o governo Vargas. Assim, a industrialização brasileira não foi um mero subproduto da defesa dos interesses cafeeiros, ou da política de

valorização do café, mas sim de um conjunto de ações que procuravam desenvolver o setor industrial.

### **5.1.3 Lei dos Similares**

Uma outra medida de caráter protecionista foi a rigorosa aplicação da Lei dos Similares. Ainda, na última década do século XIX, a proteção tarifária transformou-se no que ficou conhecido como a Lei dos Similares e, em 1911 foi criado o "Registro de Produtos Similares". Assim, os produtores locais que queriam proteção poderiam requerer o registro dos bens que produziam ou que pretendiam produzir.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial e, principalmente, na década de 1950, o registro de produtos tornou-se a base para a proteção tarifária e para sua classificação em uma elevada categoria cambial. Porém, não existia uma definição exata quanto ao nível de qualidade do produto, nem a quantidade suficiente a ser produzida para justificar a proteção. Com esta flexibilidade da lei a proteção estava sujeita à apreciação das autoridades.

À medida que o processo de industrialização prosseguia, a lei era aplicada de forma a encorajar uma integração vertical, isto é, dentro de empresas ou dentro do País, através do surgimento de empresas fornecedoras. Além disso, muitos investidores estrangeiros, ligados à importação, passaram à fabricação de seus produtos, dentro do Brasil. O medo de exclusão do mercado foi um fator que incentivou várias companhias estrangeiras a preservar sua posição através da construção de fábricas locais.

Pode-se concluir que a Lei dos Similares, juntamente com a utilização de outras políticas complementares, proporcionaram sólidos incentivos para a integração vertical e, dessa forma, para o crescimento definitivo de uma indústria pesada de bens de capital.

A Lei dos Similares durou até o ano de 1979, no governo do general Figueiredo. Em dezembro de 1979, frente a uma grave crise econômica, com inflação, choque do petróleo e elevada dívida externa, o governo teve a necessidade de tomar algumas medidas enérgicas para lidar com o problema.

Para tanto foi lançado um "pacote econômico", sendo que uma das medidas era a extinção da Lei dos Similares que oferecia ampla proteção à indústria local frente às importações.

## **5.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO**

O período que compreende os últimos anos do século XIX até o início da década de 1930, se caracteriza como uma fase onde o desenvolvimento do setor industrial foi dependente da agricultura de exportação. Neste período, o principal objetivo da política econômica do País era justamente a exportação de produtos primários, como também fora durante todo século XIX. O crescimento do setor exportador induzia o crescimento da produção industrial à medida que criava mercado, gerava capacidade de importar e estimulava a formação de capital.

Ao se analisar a complexidade de fatores que determinam historicamente a industrialização de um País, a postura política em relação a indústria é um dos aspectos principais. É bom lembrar que o regime político, na transição do Império para a República, continuou sendo dominado pelos interesses das oligarquias agrárias. Não havia espaço neste meio para a construção deliberada de fatores industrializantes. Mesmo assim, a acumulação de capitais gerada pela exportação de café permitiu uma diversificação de investimentos. Não só negócios vinculados à agroexportação receberam investimentos como também outras atividades que foram direta ou indiretamente beneficiadas pelo efeito-renda.

A indústria surge principalmente em áreas como o Rio de Janeiro e São Paulo, graças ao mercado constituído pelos que trabalham na cafeicultura, isto é, vinculado a agroexportação. Já o Rio Grande do Sul, tradicional abastecedor de alimentos das zonas de agroexportação, também obtém certa acumulação de capitais que então podiam ser utilizados na industrialização. Cabe destacar que o processo de industrialização do Rio Grande do Sul deu-se de forma muito diferente das regiões agroexportadoras, aspecto que já foi abordado nos capítulos anteriores. Mas, por uma série de fatores e, principalmente, por ser já a economia mais rica do País, com o maior volume de capital, população e mercado, o setor industrial de São Paulo ultrapassou os outros Estados ainda durante a República

Velha e, após a crise de 1929, passou a exercer a liderança isolada na produção industrial do Brasil.

A indústria brasileira era relativamente descentralizada até fins do século XIX. Os complexos regionais eram pouco integrados, tendo cada região sua própria economia, mesmo com certa vinculação com o resto do país. No caso do Rio Grande do Sul, distante dos principais centros consumidores, sua produção era escoada principalmente pelo porto de Rio Grande, ou mesmo pelo porto de Montevideú, muitas vezes através de contrabando.

Neste período praticamente inexistiam redes de energia elétrica no Brasil. Estas surgiram, de forma mais expressiva, somente a partir da primeira década do século XX. Portanto, a implantação industrial de grande porte requeria grande volume energético, o que por sua vez necessitava não só dos investimentos relacionados às instalações e equipamentos, como também da geração energética própria. Para tanto era necessário grande quantidade de capital.

Ocorre que as primeiras regiões a receberem energia elétrica foram principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Tal situação diminuiu consideravelmente as necessidades de capital para a instalação de novas unidades fabris, possibilitando maior entrada de novos empreendedores, o que ocorreu principalmente em São Paulo. Por outro lado, a maior parte das outras regiões da economia nacional continuava ainda a arcar com grandes cargas de capital por unidade de capacidade produtiva instalada. Conseqüentemente, essas indústrias eram menos rentáveis do ponto de vista do investimento global e de maiores custos unitários.

No início do século XX, apenas o Rio de Janeiro figurava com um certo grau de concentração industrial, compreensível por ser inclusive a principal praça comercial e financeira do País. Em 1907, o Rio de Janeiro era o maior produtor do País, com 33,1 % do total, seguido por São Paulo com 16,5 %, e Rio Grande do Sul com 14,9 %. (SINGER, 1977, p. 177) Entretanto, o "Censo" de 1907, apesar de constituir-se como um dos poucos levantamentos industriais durante o período, apresenta dados não confiáveis. Isto porque, na verdade não se tratava de um censo, mas de um levantamento efetuado, por via postal, por uma instituição particular, o Centro Industrial do Brasil, sem que se houvesse – como nos censos posteriores, realizados com o respaldo governamental – a obrigatoriedade legal

de responder aos questionários. Dessa forma, o "censo" subestima a produção dos vários Estados, pois no caso do Rio Grande do Sul, apenas 25 dos 71 municípios gaúchos enviaram resposta. FONSECA (1984, p. 13)

Com esta observação sobre os dados do censo de 1907, podemos verificar então, com a cautela necessária, os dados da Tabela 19, a seguir.

**TABELA 19 – PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL: 1907/1958 (em porcentagem do valor do produto)**

Região	1907	1920	1938	1958
Rio de Janeiro (DF)	33,1 %	20,8 %	14,2 %	11,2 %
São Paulo	16,5 %	31,5 %	43,2 %	53,2 %
Rio Grande do Sul	14,9 %	11,0 %	10,7 %	8,1 %
Minas Gerais	4,8 %	5,5 %	11,3 %	5,7 %
Outros Estados	30,7 %	31,2 %	20,6 %	21,8 %
Total Brasil	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

FONTE: SINGER (1977, p. 177)

A Tabela 19 apresenta importantes informações para a análise da alteração da estrutura industrial no Brasil, principalmente no que se refere à concentração industrial exercida por São Paulo. Já em 1920, ultrapassou os outros Estados e em 1958, sua produção passou a compreender mais da metade de toda produção nacional, em termos de valor de produto.

Os dados da Tabela 19 revelam de um lado o processo de concentração industrial exercido por São Paulo, de outro, o recuo da participação gaúcha no total da produção industrial brasileira. Fato que ocorre não somente com a economia gaúcha, mas também com os outros Estados.

Em 1920, a produção industrial de São Paulo ultrapassava em quase três vezes a do Rio Grande. Em 1938 a relação é de um para quatro e em 1958 de um para seis e meio. Mesmo assim, isso não significa que a indústria gaúcha não tenha crescido. Muito pelo contrário, ela cresceu bastante, embora menos que a indústria nacional.

A partir da segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro especializou-se ainda mais na economia cafeeira, quase eliminando sua agricultura de subsistência. Com isso, passou a comprar fora alimentos de que necessitava, ampliando a necessidade de gastos monetários da fazenda. Essa situação



aumentou seu estrangulamento financeiro. Por outro lado, a precariedade das relações escravistas de produção foi outro fator que influenciou o menor desenvolvimento do Estado.

São Paulo começou a desenhar seu futuro promissor, graças à expansão do café, vinculada a relações trabalhistas mais modernas, onde a partir da década de 1870, por força da introdução da rede ferroviária, que promovia desbravamento de terras virgens e das máquinas de beneficiamento de café, reduziram-se drasticamente os custos de transportes e de produção. Com isso, suas margens de lucro ampliaram-se consideravelmente, aumentando seu potencial de acumulação.

Além disso, as crises na economia cafeeira que ocorreram ainda nos primeiros anos da República Velha, permitiram o fracionamento de parte das terras do café em São Paulo. Surge então uma agricultura produtora de alimentos que libertaria a acumulação ainda mais, poupando-lhe divisas antes gastas com importações de alimentos simples. Assim, se criavam condições para uma acumulação capitalista diversificada, não só em café, mas também em estradas de ferro, bancos, indústrias, comércio, eletricidade e outros.

A indústria gaúcha, por sua vez, estava muito mais vinculada ao seu próprio mercado do que competir nacionalmente. Principalmente em virtude dos elevados custos do fretes, a indústria gaúcha ao mesmo tempo em que não conseguia ampliar seus mercados, mantinha-se de certa forma protegida. As exportações gaúchas vinculavam-se muito mais com o Rio de Janeiro e com os principais centros do nordeste do que com São Paulo. O principal produto de exportação do Rio Grande do Sul, o charque, era mais consumido nas antigas regiões escravistas, nas praças do Rio de Janeiro e do Nordeste. São Paulo, com grande contingente populacional oriundo da imigração européia, pouco consumia este produto. O vinho gaúcho, dados o preço e a qualidade do similar europeu, sofria forte concorrência no mercado paulista, e só obteve uma real participação no mercado após a crise de 1929.

Cabe destacar que, no início do século XX, pela ausência de meios ágeis de comunicação terrestre entre as várias regiões do país, e pelos caros custos dos fretes, o fluxo inter-regional de produtos era limitado, embora não evitasse a competição do produto importado. Com o grande tamanho do País, as enormes

distâncias entre os Estados com um precário sistema de transportes, causavam margens naturais de proteção às indústrias regionais. Era comum a indústria local se preocupar mais com os produtos estrangeiros do que com os concorrentes nacionais. Assim, atividades substituidoras de importações ocorreram no País desde o final do século XIX, mas a produção manufatureira das diferentes “ilhas industriais” destinava-se aos mercados locais. Esses centros estavam protegidos da concorrência de fora pelos altos custos de transporte.

Assim, até o início do século XX, as dificuldades de transportes exerciam certa proteção as indústrias locais. As indústrias locais competiam entre si pelo mercado regional, mas dificilmente buscavam atingir o mercado nacional. Desta forma a empresa têxtil Rheingantz & Vater, de Rio Grande, que depois passou a se chamar Companhia União Fabril, era uma exceção, já que desde sua instalação buscava atender os mais diversos mercados.

Com a melhoria dos meios de transporte, ao mesmo tempo em que o Rio Grande do Sul poderia enviar suas mercadorias aos mais diversos mercados, tal possibilidade também beneficiava os outros Estados, que poderiam colocar mais facilmente seus produtos no Rio Grande. *"Em 1910 se completa a ligação ferroviária entre o Rio Grande do Sul e a área São Paulo-Rio. A partir deste momento sofre a indústria rio-grandense as vicissitudes da competição no mercado nacional."* (SINGER, 1977, p. 177)

A indústria paulista nasce de forma significativa entre a última década do século XIX e a primeira do século XX. As altas margens de lucro no auge cafeeiro permitiram alta taxa de inversão na indústria, superando largamente a do restante da nação. Além disso, o crescimento da economia cafeeira proporcionou o desenvolvimento das ferrovias, interligando os centros produtores aos portos e aos centros urbanos, o que reduziu os custos de transporte e aumentou o alcance dos bens. Se no início do século São Paulo ainda não se constituía no centro industrial hegemônico do País, já em 1920 detinha o maior volume da produção industrial brasileira com 31,5 %. Além disso, antes da crise de 1929, São Paulo não só concentrava grande parte da indústria brasileira, como também possuía uma estrutura muito diversificada, se comparada com o resto do País.

*"Na luta concorrencial, a indústria paulista leva uma importante vantagem inicial: o maior tamanho do seu mercado regional. Em 1900, São Paulo tem 2.282.279 habitantes e o Rio Grande do Sul 1.149.070. Em 1920 a população de São Paulo atinge 4.592.188 habitantes, e a do Rio Grande apenas 2.182.713. A indústria paulista dispõe, em consequência, de ganhos de escala muito maiores que a gaúcha." (SINGER, 1977, p. 178)*

Ao longo da República Velha e mesmo depois, no período da substituição de importações, a economia gaúcha, diferentemente da economia paulista, sempre esteve voltada para o abastecimento do mercado interno. Por consequência, no final da década de 1940, a indústria gaúcha mostrava-se de caráter regional, caracterizada pela produção de bens de consumo não duráveis, pelo aproveitamento das matérias-primas de base local, em função de sua forte ligação com o setor agrícola e, também, voltada ao fornecimento de alguns equipamentos e insumos a esse mesmo setor e a outras indústrias.

Enquanto a indústria gaúcha caracterizava-se como tradicional beneficiadora das matérias-primas produzidas localmente, a indústria paulista, por sua vez, continuava a diversificar sua produção, obtendo ganhos de participação industrial a nível nacional. Para a indústria paulista a obtenção de matérias-primas não era um fator limitador a sua expansão industrial, já que poderiam ser obtidas localmente, ou importadas de outros estados ou países.

Além dos motivos já citados que promoveram a rápida expansão industrial em São Paulo, é importante destacar os efeitos que a Primeira Guerra Mundial gerou sobre esta economia. Com o conflito ocorreu forte contração do comércio exterior do país, reduzindo-se assim tanto exportações, como importações. Neste período São Paulo procurou abastecer as outras regiões do Brasil, diversificando suas atividades, tanto na indústria como na agricultura. A agricultura paulista já era expressiva nos primeiros anos do século XX, dependendo menos dos outros Estados para suprir suas necessidades. Tanto o desenvolvimento industrial como o agrícola estavam lastreados nas mais avançadas relações capitalistas de produção do país.

Com a reabertura do comércio exterior na década de 1920, e contando com os altos lucros acumulados durante a guerra, São Paulo pode novamente se adiantar na acumulação industrial. Além disso, neste período, se assiste no

cenário internacional uma aceleração do movimento do capitalismo monopolista em ampliar suas bases. Desta forma, ocorre no Brasil uma série de investimentos estrangeiros diretos no setor industrial, principalmente nos segmentos mais complexos como a química, a metalurgia e no setor de transporte. Estes investimentos ocorreram tanto na forma de simples representações comerciais, como também com instalação de fábricas. A maior parte destes investimentos foram realizados em São Paulo, permitindo ao Estado expandir sua estrutura industrial, ampliando suas condições para a conquista do mercado nacional, o que ocorreu de forma significativa após a crise de 1929.

A crise de 1929 e sua recuperação provocaram o deslocamento do eixo dinâmico da acumulação, do setor agroexportador para o industrial. As dificuldades relacionadas ao comércio exterior promoveram uma forte alteração da estrutura industrial do País. As necessidades do abastecimento interno, somadas às restrições de importações forçaram as economias regionais a resolver internamente sua escassez de bens. Neste momento, São Paulo, dotado de um grande e diversificado parque industrial, surge como principal fornecedor dos produtos manufaturados, que antes eram importados. Ocorre então uma maior integração nacional, mas com o predomínio de São Paulo. Cabe destacar que, ao longo da década de 1920, a indústria paulista acumulou grande capacidade ociosa industrial. Esta capacidade foi absorvida nos anos seguintes à crise que se iniciou em 1929, o que contribuiu ainda mais para a conquista do mercado nacional.

Considerando que nas primeiras décadas do século XX, a economia do País era fortemente dependente da agroexportação, principalmente do café e que São Paulo constituía-se como o principal produtor e exportador desse produto, é fácil supor que o principal destino da produção total dos bens produzidos por este Estado fosse para outros países e não para o mercado interno. Mas, observando os dados da Tabela 20, a seguir, percebe-se que, paulatinamente, a economia paulista direciona-se para o mercado interno.

**TABELA 20 – DESTINO DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DE SÃO PAULO: 1900/1970 (média do período em porcentagem do valor)**

Período	Para o exterior	Para o resto do Brasil
1900 – 1910	85 %	15 %
1910 – 1920	75 %	25 %
1920 – 1930	50 %	50 %
1960 – 1970	16 %	84 %

FONTE: CANO (1998, p. 66)

Conforme os dados da Tabela 20, nota-se que é justamente no período de 1920-1930, ou seja, antes da Grande Depressão e da alteração do modelo de desenvolvimento da economia brasileira, que se dá a maior mudança na estrutura das exportações. Nesse momento as exportações se dividem em partes iguais para o exterior e para o mercado interno. Assim, diminui o peso relativo das exportações para o exterior, como determinante principal da renda e do emprego, e aumentavam gradativamente as exportações para o resto do País. Tal situação demonstra a então crescente conquista do mercado nacional pela economia paulista, o que vem a culminar na década de 1960, para a grande participação paulista no mercado nacional com 84% de sua produção comercializados internamente.

Esta alteração na estrutura produtiva de São Paulo, ainda na década de 1920, sinalizava aos outros Estados a necessidade de encontrar formas de competir ou mesmo defender-se da concorrência da indústria paulista. Dessa forma, teriam que modificar sua estrutura produtiva e comercial, ajustando-se ao papel desempenhado pela economia paulista. No caso do Rio Grande do Sul não poderia ser diferente, obrigando o Estado a uma série de transformações. Cabe destacar que, mesmo considerando a concentração industrial de São Paulo, a indústria do Rio Grande do Sul apresentou crescimento praticamente durante todo século XX, porém este crescimento foi inferior ao crescimento industrial nacional.

A primeira fase da industrialização gaúcha ocorreu ainda entre o final do século XIX e o início do século XX. Neste aspecto, o papel dos imigrantes foi fundamental para o desenvolvimento industrial, já que a economia charqueadora não demonstrava interesse em diversificar suas atividades. Os imigrantes não só ampliaram o mercado local como também inseriram no Estado certa capacidade

empresarial. Durante a Primeira Guerra Mundial e, principalmente com a crise de 1929, aumenta consideravelmente a capacidade industrial local, voltada para a produção de bens de consumo não-duráveis.

Mas ao aproximar-se do final da República Velha, apesar de a indústria gaúcha ter se expandido e de certa forma obtido alguma diversificação, ela não ganhou participação industrial em nível nacional. Ao contrário, perdeu significativa participação, principalmente para São Paulo. A principal atividade industrial neste período foi o beneficiamento de alimentos provindos da região colonial.

Ao longo da década de 1930, com o início do processo de substituição de importações, enquanto o Rio Grande do Sul ainda dava prioridade à produção de bens tradicionais, São Paulo começou a especializar-se na produção de bens de capital e de consumo duráveis. O Rio Grande continuou, assim, a manter sua posição tradicional de fornecedor de gêneros agropecuários para o mercado nacional. No setor da pecuária predominava, ainda, a criação extensiva do gado. Além disso, os frigoríficos estrangeiros continuavam controlando os preços da carne, forçando sua baixa. Tal situação aumentou ainda mais o distanciamento da indústria gaúcha em relação à paulista no nível de participação nacional.

Neste período a indústria gaúcha procurava atender primeiramente a demanda interna, tanto a demanda urbana, como também a já expressiva demanda colonial. Tal situação também se repetia em outros Estados do País fora do eixo Rio/São Paulo, já que os custos dos transportes dificultavam a concorrência inter-regional. Com isso, o parque industrial destas regiões dificilmente se mantinha atualizado e preparado para enfrentar um nível mais elevado de concorrência.

Mesmo assim, a crise de 1929 e o corte na importação de bens de consumo nos anos seguintes, fez a economia rio-grandense se integrar mais ao mercado nacional, inclusive com São Paulo. Contudo, essa integração foi limitada, já que a estrutura industrial baseada na pequena e média empresa, característica do Rio Grande do Sul, não poderia competir com a moderna indústria paulista. Pode-se citar ainda o caso específico do charque que, na década de 1930, São Paulo produzia o equivalente à metade da produção gaúcha e concorriam ambos no mercado nacional. (CANO, 1998, p. 53)

Mesmo assim, com a crise de 1929, devido à contração das importações, as indústrias gaúchas participaram de um processo de substituição de importações que apresentou características diferentes daquelas ocorridas nas regiões centrais da economia. Salienta-se que as indústrias gaúchas de substituição de importações voltaram-se, desde o início do processo, para o atendimento de seu mercado regional. Assim, dada à insuficiência da oferta, surgiu uma estrutura produtiva pouco competitiva que apresentava escalas de produção normalmente insatisfatórias, processos técnicos ultrapassados e formas arcaicas de comercialização. Nesta situação, as próprias deficiências da infraestrutura regional de serviços básicos eram pouco sentidas.

Por volta de 1945, o Rio Grande do Sul permanecia com suas empresas ainda centradas predominantemente na transformação dos produtos agropecuários, envolvendo muitas vezes uma elaboração simples. Arroz descascado, moagem de trigo, vinho, banha, conservas de frutas e doces eram os elementos mais representativos na área da alimentação, excetuando-se a sofisticada linha dos produtos frigoríficos, mas que era um setor monopolizado pelas empresas estrangeiras. Outros setores industriais que merecem destaque no período são: têxteis, calçados, fumo, metalúrgica e produtos químicos simples.

Durante e após a Segunda Guerra Mundial o mesmo processo de concentração da indústria em São Paulo não só tem continuidade, como também se intensifica. É quando o processo substitutivo ganha um novo direcionamento, indo desembocar na indústria de base, cujas necessidades desse tipo de indústria passam a exigir um centro comum. Assim, fica fácil entender por que essa indústria instala-se no eixo Rio/São Paulo.

Assim, a estrutura industrial se altera com o surgimento de novos ramos como material de transporte, material elétrico e de comunicações. Também ocorre grande crescimento dos ramos da metalúrgica, da química e da borracha. A maioria destes ramos instala-se preferencialmente em São Paulo, não só por ser o maior centro econômico, mas também para obter ganhos de escala. Tal situação vem a ampliar ainda mais a disparidade econômica entre os Estados. Pode-se concluir, então, que esta centralização da economia resultou de uma longa evolução histórica com tendências dificilmente reversíveis, tornando cada

vez mais fortes as relações de dependência econômica entre São Paulo e as economias dos outros Estados, entre eles a do Rio Grande do Sul.

No início da década de 1950, o Rio Grande do Sul depara-se com o salto qualitativo dado pelo parque industrial do centro do País. Ao longo desta década, o governo impulsionou o desenvolvimento do sistema rodoviário. Foram construídas várias estradas de rodagem, assim como foi inaugurada a rodovia BR-116. Aos poucos, o esquema rodoviário suplantou a navegação, que se constituía até então como um dos principais meios de transporte para o escoamento da produção gaúcha. Cabe destacar que cada vez tornava-se maior a integração gaúcha com a economia nacional, o que gerava uma série de desafios à indústria gaúcha.

A indústria gaúcha tinha se desenvolvido com certa proteção, graças ao isolamento geográfico. A carência de meios de transporte que integrassem as regiões constituía natural barreira à competição, mas com a integração, gradativamente acabaram-se estas barreiras protecionistas. Com a melhoria dos meios de transportes, o antigo mercado estadual estava sendo invadido pelas importações procedentes de São Paulo e de outros estados. Assim, por paradoxal que possa parecer, uma obra de infra-estrutura tão importante como a BR-116 que, à primeira vista, só poderia beneficiar a região, tornase um grande problema para uma série de indústrias locais, que até então haviam gozado de um isolamento que facilitavam sua existência.

São Paulo passa a receber uma série de investimentos entre as décadas de 1950 e 1960. Já entre o final da década de 1960 e o início da de 1970 ocorre uma abertura da economia e muitas empresas do antigo parque industrial têm seu controle acionário paulatinamente transferido para empresas estrangeiras. Desta forma, o Rio Grande do Sul assistiu a um processo onde a indústria de São Paulo torna-se cada vez mais integrada verticalmente, enquanto que a indústria gaúcha tinha dificuldades para ultrapassar a barreira da produção dos bens de consumo não-duráveis. Cabe destacar ainda que, no período do Plano de Metas, o Rio Grande do Sul recebeu uma parcela insignificante dos investimentos do governo federal para a promoção do desenvolvimento industrial. Nesse sentido, a década de 1950 foi um período extremamente desfavorável para a indústria gaúcha.



Ainda é evocado, como explicação para a fraca performance da indústria gaúcha no final da década de 1950, o pequeno montante de capital estrangeiro ingresso no Estado, sendo que dos mais de US\$ 2 bilhões financiados ao Brasil, até fins de 1956, apenas US\$ 27 milhões, 1,35%, vieram ao Rio Grande do Sul. Assim, argumenta-se que faltou orientação política por parte do governo federal para o desenvolvimento do Rio Grande e pondera-se que a maior parte dos investimentos foram realizados nas áreas centrais do país, tanto que dos Cr\$ 46,4 bilhões de investimentos federais diretos realizados nas indústrias de base, em 1959, Cr\$ 120 milhões, menos de 0,3 %, couberam ao Rio Grande do Sul. (LAGEMANN, 1978, p. 36-7)

Na década de 1960, a economia industrial gaúcha, já não mais isolada fisicamente do resto do Brasil, experimentou forte concorrência, principalmente, por parte das indústrias instaladas em São Paulo. Com as dificuldades de se competir com as indústrias altamente concentradas do centro, o Rio Grande do Sul obrigou-se a alterar sua estrutura industrial. Tal situação provocou uma transformação no modelo regional industrial. De uma indústria produtora de bens de consumo finais para uma economia industrial cada vez mais vinculada às indústrias terminais do centro, através do fornecimento de insumos.

Nos anos finais da década de 1950 até os iniciais da de 1970, a indústria gaúcha sofreu transformações significativas em sua estrutura. Pode-se perceber, gradativamente, que as indústrias dinâmicas instalam-se e ampliam-se no Rio Grande do Sul neste período. Obviamente percebe-se uma redução na participação industrial das indústrias tradicionais. Mesmo assim, a maior participação da atividade industrial do Estado, em 1970, continua pertencendo às indústrias tradicionais, ou seja, as indústrias vinculadas à produção de bens de consumo não duráveis. Cabe também destacar o crescimento das indústrias de bens de capital, ocasionado principalmente pela expansão da produção de máquinas e implementos agrícolas. A expansão deste tipo de indústria significou importantes avanços para o setor no estado.

Assim, diante das transformações ocorridas na indústria brasileira, paulatinamente, ao Rio Grande do Sul, foi atribuído o papel de fornecedor de produtos industriais semi-acabados, cuja destinação é a indústria brasileira, principalmente a localizada em São Paulo, que por sua vez é produtora dos bens

de consumo final. Pode-se concluir que estas empresas, justamente por serem as que realizam a montagem final dos produtos, como também a comercialização com os consumidores finais, passam a ser as definidoras das condições de lucro e, portanto, as detentoras das maiores fatias no valor agregado dos produtos.

Diante das modificações implementadas nas décadas de 1950 e 1960, a indústria de transformação do Rio Grande do Sul ingressa nos anos 70 com uma estrutura mais consolidada. A indústria gaúcha passou a articular-se ao centro dinâmico do País, fundamentalmente, via produção de insumos industriais. Além disso, dada à importância crescente dos estabelecimentos produtores de bens intermediários, ou insumos, evidencia-se que a economia gaúcha tende a ficar cada vez mais atrelada à brasileira. Também os gêneros produtores de bens de capital têm crescido a taxas bastante elevadas no Estado. Além disso, a produção de bens de maior grau de complexidade tecnológica, que estava pouco presente na estrutura industrial gaúcha em 1959, passou a compor maior parcela em 1980.

Finalizando, pode-se se concluir que ao longo do processo de substituição de importações, o Rio Grande do Sul não conseguiu acompanhar o mesmo processo de industrialização que ocorreu nas regiões que exerceram o centro da economia neste período. Mesmo assim, conseguiu atingir certo nível de modernização. Cabe destacar que a estrutura industrial do Rio Grande do Sul, durante a década de 1980, não diferiu da década anterior. E que, diferentemente de São Paulo, as indústrias tradicionais desempenharam o principal papel na economia do Rio Grande do Sul, em razão de seus fortes vínculos com o setor primário. A indústria de São Paulo, ao contrário, apresentou uma menor importância na produção de bens tradicionais e maior participação nas indústrias dinâmicas.

Um outro aspecto também relacionado à industrialização do Rio Grande do Sul, que praticamente não foi comentado, refere-se aos problemas que ocorreram durante o período, tanto na pecuária gaúcha, como também na economia agrícola da zona colonial. Os momentos de crise nestes setores certamente prejudicavam a industrialização do Estado, já que a produção industrial era dependente do mercado regional. À medida que as exportações de produtos agropecuários se enfraqueciam, contraía-se o mercado regional para produtos industriais, o que afetava negativamente a indústria.

O ideal era que acontecesse justamente o contrário, para que a procura por bens industrializados justificasse os investimentos necessários à indústria local, tornando-a com escala de produção altamente rentável e permitindo assim uma maior capacidade de competição até mesmo em outros mercados regionais. Mas, com as crises que atingiram o setor primário, a queda da procura por bens industriais e, paralelamente, a redução do mercado regional, fez com que as vantagens comparativas da indústria dos centros mais poderosos oferecesse bens de melhor qualidade e preços inferiores, o que prejudicou a estrutura industrial presente no Estado, desmotivando vários segmentos a novos investimentos.

Enfim, o grande salto qualitativo e quantitativo obtido pelo setor industrial em São Paulo não foi acompanhado no mesmo patamar pelo parque industrial gaúcho. Tal situação, se por um lado ampliou a dependência em relação ao centro, por outro, diminuiu as possibilidades de maiores resultados e a apropriação de lucros, já que os mesmos passaram a ser definidos fora do Estado.

### **5.3 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA PRODUTIVA**

O modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações inicia-se propriamente no ano de 1933, após a recuperação da crise mundial de 1930. Este modelo promoveu uma profunda alteração na estrutura industrial brasileira. Se em 1920 a estrutura industrial era dominada por indústrias leves, já em 1940 percebe-se que os resultados deste grupo de empresas na indústria de transformação haviam reduzido, enquanto que ocorreu um significativo crescimento de produtos metalúrgicos, maquinário e elétricos.

Já na década de 1950, ganham peso na economia as indústrias mecânica, metalúrgica (grandes siderúrgicas), química, material de transporte e material elétrico. O que promoveu uma grande diversificação das atividades produtivas.

Neste período, no Rio Grande do Sul, também ocorre certa diversificação das atividades produtivas, com a implantação de empresas de material elétrico, de comunicações e de material de transporte. Já o setor de mecânica apresenta grande crescimento. Entretanto, a maioria destas empresas mostrava-se pequena

em relação às indústrias localizadas no centro. Cabe destacar que muitos investimentos deixaram de ser realizados pela deficiência de infra-estrutura de transportes e de energia do Estado, assim como pelo mercado reduzido em relação ao centro e pela falta de outras indústrias básicas de apoio.

Mesmo apresentando uma tendência diversificadora, a indústria de transformação do Rio Grande do Sul continuou apresentando elevada concentração em alguns ramos da atividade: por volta de 1960, alimentação, química e farmacêutica, vestuário e calçados e metalurgia somavam 50% do valor da produção industrial do Estado. Além disso, poucos produtos representavam altos percentuais de participação, como por exemplo, na indústria têxtil, onde 66% da produção era preenchida pelos seguintes produtos: fios de lã cardada e penteada, tecidos de lã e artefatos de malha de lã. (LAGEMANN, 1978, p. 34)

É a partir da década de 1950 que se torna significativa a exportação de bens manufaturados pelo Brasil. Desde então é expressivo o crescimento dessas exportações. Obviamente, os produtos primários perdem gradativamente sua participação na pauta das exportações. Em 1950, as principais exportações brasileiras ainda se concentravam em produtos primários, tais como o café, o cacau, o açúcar, o algodão e o fumo.

A Tabela 21, a seguir, mostra esta importante modificação na estrutura produtiva do Brasil. Destaca-se ainda a redução drástica do café na pauta das exportações a partir de 1955. Neste ano, ele compreendia 59% das exportações do País, já em 1981 reduzia-se para apenas 8%.

**TABELA 21 – ESTRUTURA DAS MERCADORIAS DE EXPORTAÇÃO DO BRASIL: 1955/1981 (Distribuição Percentual)**

<b>Produtos</b>	<b>1955</b>	<b>1960</b>	<b>1964</b>	<b>1973</b>	<b>1976</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>
Manufaturados	1 %	2 %	5 %	29 %	34 %	52 %	57 %
Minério de ferro	2 %	4 %	6 %	6 %	10 %	8 %	7 %
Soja e derivados	--	--	--	15 %	17 %	9 %	11 %
Café	59 %	56 %	53 %	22 %	21 %	14 %	8 %
Açúcar	3 %	5 %	2 %	9 %	3 %	6 %	5 %
Outros produtos primários	35 %	33 %	34 %	19 %	15 %	11%	12 %
<b>Total</b>	<b>100 %</b>	<b>100 %</b>	<b>100 %</b>	<b>100 %</b>	<b>100 %</b>	<b>100 %</b>	<b>100 %</b>

FONTE: BAER (1996, p. 225)

Os dados da Tabela 21 também mostram, além da extraordinária queda do café, o crescimento das exportações primárias não tradicionais, como as de soja e minério de ferro. Mas acima de tudo, é digna de nota a expansão dos manufaturados. O que mostra que o processo de industrialização conseguiu dar grandes saltos a partir da década de 1950. Para tanto, é importante que se destaque o Programa de Metas, do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), que centrando-se em cinco áreas: energia, transporte, fornecimento de alimentos, indústrias de base e educação, pôde obter consideráveis índices de crescimento em um período de tempo relativamente curto. A taxa média de crescimento real anual entre 1947-1962 foi superior a 6% e, durante o período mais intenso de industrialização, 1956-1962, chegou a 7,8%. (BAER, 1996, p. 79)

É importante destacar que uma das conseqüências mais notáveis verificadas ao longo do processo de substituição de importações foi a mudança na pauta das importações. Nas etapas iniciais do processo se substituí produtos manufaturados, produzidos internamente com a estrutura industrial instalada até então, mas a continuidade do processo permite a instalação de novos setores industriais, o que altera consideravelmente a pauta dos produtos importados.

Assim, é notável a queda na importação de bens de consumo manufaturados e o aumento da importação dos bens de capital no período após a Segunda Guerra Mundial, o que reflete o processo de substituição de importações. Conforme mostra a Tabela 22, a seguir:

**TABELA 22 – DISTRIBUIÇÃO DAS MERCADORIAS DE IMPORTAÇÃO NO BRASIL: 1938/1961 (em porcentagem do total importado)**

<b>Importações</b>	<b>1938-1939</b>	<b>1948-1950</b>	<b>1961</b>
Bens de consumo manufaturados	10,9 %	9,7 %	1,5 %
Bens de capital	29,9 %	35,2 %	39,8 %
Outros bens	59,2 %	55,1 %	58,7 %
Total	100,0 %	100,0 %	100,0 %

FONTE: BAER (1996, p. 63)

Tal situação provocou uma profunda mudança na estrutura da produção da indústria nacional. Cabe destacar que a produção local de determinados bens fazia com que uma série de outros bens fossem importados, tanto insumos como

máquinas e equipamentos. Na análise da Tabela 23, a seguir, percebe-se a elevação da participação de matérias-primas não processadas na pauta de importações, o que retrata o crescente nível da produção industrial interna. Tal situação é confirmada quando se verifica a diminuição das importações de manufaturas.

**TABELA 23 – MUDANÇA NA ESTRUTURA BRASILEIRA DE MERCADORIAS DE IMPORTAÇÃO: 1949/1962 (Distribuição Percentual)**

<b>Grupos de mercadorias</b>	<b>1949</b>	<b>1962</b>
<b>Têxteis</b>	<b>3,99 %</b>	<b>0,13%</b>
Roupas e Calçados	0,05 %	0,00 %
Químicos, derivados de petróleo e carvão	19,55 %	18,01 %
Equipamentos de transportes	14,30 %	10,17 %
Maquinário	14,21 %	12,99 %
Produtos de Metal e de metal básico	11,48 %	11,62 %
Outras Manufaturas	18,39 %	15,86 %
<b>Total de manufaturas importadas</b>	<b>81,97 %</b>	<b>68,78%</b>
Matérias-primas não-processadas	18,03 %	31,22 %
Total de mercadorias de importação	100,0 %	100,0 %

FONTE: BAER (1996, p. 81)

Conforme a Tabela 23, verifica-se a drástica redução de importação de produtos têxteis no período avaliado. Além deste ramo da indústria de transformação, pode-se observar uma considerável diminuição dos bens de consumo manufaturados na maioria dos ramos industriais. Se em 1949, o total de manufaturas importadas correspondia a 81,97%, já em 1962 este percentual tinha reduzido para 68,78% do total das importações de mercadorias. Tal situação vem demonstrar a grande redução da pauta de importações de mercadorias manufaturadas, ao mesmo tempo em que era crescente a importação de matérias-primas não-processadas. Se em 1949 compreendiam 18,03% do total de mercadorias de importação, já em 1962 eram 31,22%. Grande parte deste aumento na participação de matérias-primas importadas representava bens não-disponíveis em quantidades suficientes no Brasil, mas que eram muito importantes ao funcionamento das novas indústrias.

Essas novas indústrias instaladas posteriormente à Segunda Guerra Mundial, principalmente nos últimos anos da década de 1950, representam vários níveis do processo produtivo, o que tornava a estrutura industrial brasileira muito mais equilibrada. Assim, o processo de substituição de importações, proporcionou para alguns setores, como o têxtil, por exemplo, uma drástica redução das importações. Em outros setores pôde ocorrer até um aumento das importações, fruto tanto das dificuldades da produção local de certos bens, como também, quando o crescimento da produção industrial era superior ao crescimento do setor que estava substituindo importações, ou seja, a quantidade ofertada internamente era inferior à procura, obrigando a indústria a recorrer às importações.

#### **5.4 A INDÚSTRIA TÊXTIL NO PERÍODO DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES**

Ainda em meados do século XIX, a indústria têxtil instala-se com o objetivo principal de destinar sua produção interna de tecidos para o atendimento das camadas pobres da população e dos escravos, além de oferecer sacarias para embalagem dos produtos agrícolas de exportação. Dessa forma o desenvolvimento da indústria têxtil apresenta certas particularidades. O estágio de formação da indústria têxtil no Brasil compreende os anos de 1840 até 1892, quando foi fundada a indústria têxtil algodoeira, empregando capital do próprio País, com máquinas e assistência técnica provenientes do exterior. Cabe ressaltar que durante este período no Rio Grande do Sul, surgiram poucas indústrias têxteis, mais precisamente uma em 1874 e duas em 1891. Enquanto que no Brasil, segundo os dados do censo de 1920, até o ano de 1889 tinham sido fundados 87 estabelecimentos têxteis.

As fábricas estavam concentradas nos Estados mais populosos e urbanizados do País, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Durante os anos de 1890 e 1919 foram fundados 1.124 estabelecimentos têxteis no Brasil. O período que compreende a República Velha registra o segundo estágio do desenvolvimento da indústria têxtil nacional. Nele, a indústria têxtil manteve altas taxas de lucro que atraíram muitos empresários para o setor, sobretudo após a Primeira Guerra. Neste período, percebe-se uma gradativa concentração da

indústria têxtil em São Paulo. (SUZIGAN, 2000a) e (STEIN, 1979)

Gradativamente, o setor consegue ampliar sua participação e sua importância. Em 1907, o setor era responsável por 34,2% da mão-de-obra empregada na indústria de transformação do Brasil. (ATEM, 1989, p. 15) Com a interrupção da concorrência no período da Primeira Guerra Mundial, a indústria têxtil consegue expandir-se e ampliar sua acumulação de capitais. Os lucros gerados no período do conflito permitiram a modernização do setor, promovendo melhores condições de competitividade. Já em 1928, a produção interna de tecidos é capaz de abastecer cerca de 85% do consumo doméstico.

Em 1931 surge uma restrição à importação de máquinas têxteis, assunto que será abordado na próxima seção. As máquinas e equipamentos utilizados pela indústria têxtil até então eram em sua maioria importadas. Contudo desde 1920 já se pode contar com uma incipiente oferta interna de equipamentos têxteis. Uma vez extintas as restrições às importações de máquinas e equipamentos, que vigoraram entre 1931 e 1937, os empresários têxteis puderam lançar-se à renovação ainda que parcial, do parque produtivo.

#### **5.4.1 Restrição à importação de máquinas têxteis (1931/1937)**

Desde 1928, os industriais têxteis reivindicavam medidas protetoras para suas indústrias, alegando uma situação de superprodução. Considerando as elevadas importações de máquinas têxteis adquiridas no período posterior a Primeira Guerra Mundial, pode-se concluir que as reivindicações dos empresários do setor se justificavam. A Tabela 24, a seguir, apresenta as exportações de máquinas têxteis para o Brasil, dos principais países fabricantes destes equipamentos no período.



**TABELA 24 – EXPORTAÇÕES DE MÁQUINAS TÊXTEIS PARA O BRASIL PROVINIENTES DA GRÃ-BRETANHA, DOS ESTADOS UNIDOS, DA FRANÇA E DA ALEMANHA: 1913/1930 (em libras esterlinas, preços de 1913)**

Anos	Total
1913	577.919
1914	172.874
1915	100.684
1916	113.612
1917	102.091
1918	122.520
1919	140.964
1920	131.674
1921	385.041
1922	583.579
1923	439.932
1924	634.953
1925	1.039.711
1926	638.609
1927	546.863
1928	517.749
1929	408.474
1930	215.078

FONTE: SUZIGAN (2000a, p.379-81)

A partir de 1929, as pressões dos industriais do setor sobre o governo aumentaram. A proposta era restringir as importações de máquinas têxteis, pois a restrição faria com que o investimento fosse impedido, já que a produção nacional de máquinas e equipamentos era muito pequena. Dessa forma, seria garantida a sobrevivência das indústrias já instaladas.

*"A influência dos industriais no governo aumentou com a Revolução de 1930, de forma que o Governo Provisório contou com dois renomados industriais têxteis em posições-chave: Manuel Guilherme da Silveira na presidência do Banco do Brasil e Jorge Street na Divisão Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Com sua influência, os industriais pressionaram o governo a tal ponto*

*que, em 7 de março de 1931, o decreto número 19.739, que restringia a importação de máquinas têxteis foi promulgado.*" (POLLINI Jr., 1997, p. 316)

A restrição não atingia somente o setor têxtil, abrangendo diversos setores que poderiam estar em estado de superprodução. O decreto previa restrições à importação de máquinas para indústrias têxteis, de papel, de calçados, de fósforos e de chapéus, sob a alegação de que essas indústrias estavam enfrentando uma situação de superprodução. Contudo, a restrição era voltada principalmente, para a indústria têxtil, já que este era o maior setor industrial desde o final do século XIX.

A restrição que inicialmente tinha o prazo de três anos, foi prorrogada por mais três, sendo que em 1937 os industriais tentaram sem sucesso prorrogar pela segunda vez o prazo.

O decreto do Governo provisório buscava evitar os males da superprodução da indústria têxtil, mas também demonstrava preocupação com o aperfeiçoamento da indústria. Tanto que contém a seguinte disposição:

*"O Ministério do Trabalho poderá permitir, durante o prazo pré-fixado no artigo antecedente, a importação a que o mesmo se refere, quando o interessado provar que a máquina que pretende importar vai substituir alguma outra paralisada e inaproveitável, por qualquer causa, ou vem melhorar a qualidade da produção de sua fábrica."* (CARONE , 1977, p.330)

É importante salientar que a restrição excetuava a importação de máquinas têxteis que fossem destinadas à substituição das máquinas obsoletas. Somado a isso, ocorreu um esforço no sentido de produzir internamente máquinas e equipamentos. Assim, mesmo com a restrição à importação de máquinas, houve um aumento da capacidade produtiva e também uma diversificação de sua base produtiva.

Os trabalhos de STEIN (1979) e POLLINI Jr. (1997) mostram que os industriais buscavam com a restrição à importação de máquinas muito mais a proteção do Estado, do que, como diziam eles, resolver os problemas de superprodução. Alguns fatos podem ilustrar isso. O primeiro é que durante o

período da restrição era comum a ocorrência de pedidos de industriais para autorizar a ampliação do horário de trabalho. Conclui-se que um número tão grande de pedidos de autorização para funcionamento em horas extras é, em si, incompatível com a proposição da existência de superprodução.

O outro fato é que a quantidade de máquinas têxteis importadas aumentou em 62% no primeiro ano sem restrição, e mais 29% no segundo ano sem restrição, conforme mostra a Tabela 25, a seguir.

**TABELA 25 – MÁQUINAS TÊXTEIS IMPORTADAS PELO BRASIL: 1933/1939**

Ano	Total (em quilos)
1933	2.051.134
1934	4.111.690
1935	3.875.148
1936	5.346.388
1937	8.646.908
1938	11.137.000
1939	5.855.000

FONTE: STEIN (1979, p.195)

Tal situação caracteriza uma enorme demanda reprimida por máquinas. Como esta demanda reprimida veio a aumentar a capacidade produtiva da indústria, é obvio dizer que esta situação é incompatível com um estado de superprodução.

Fica curioso então entender o porquê da pressão dos industriais pela manutenção da restrição, sendo que a conjuntura não apontava para a superprodução. Mas acredita-se que a restrição servia aos interesses dos grandes industriais, já que estes dominavam os sindicatos patronais e reivindicavam a renovação da restrição. Assim, a restrição, apesar de não impedir o crescimento mais acelerado das médias empresas, fazia com que os ritmos de crescimento não fossem tão diferentes. Conclui-se que, sem a restrição as médias empresas provavelmente teriam um ritmo de crescimento ainda maior, podendo até ameaçar as grandes.

Pode-se concluir também que a restrição serviu de incentivo à concentração das grandes empresas, já que era permitido a importação que visava substituir máquinas obsoletas. As maiores empresas podiam facilmente justificar a necessidade de importação de equipamento. Mas as pequenas e médias empresas, justamente por possuírem um modesto parque industrial antes da restrição, ficavam impossibilitadas de adquirir novos equipamentos, salvo os que eram produzidos no Brasil.

Com a restrição, a indústria têxtil, que já era concentrada nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, vinha ampliar ainda mais sua concentração já que as maiores indústrias do setor, justamente as que tinham mais possibilidades de adquirir novos equipamentos, estavam localizadas nestes Estados. Desta forma, o nível de concentração da indústria, que era muito elevado, seria mantido por meio de privilégios assegurados pelo Estado.

#### **5.4.2 Concentração da indústria têxtil em São Paulo**

A indústria têxtil brasileira surgiu no nordeste, ainda na primeira metade do século XIX, dando início à transformação industrial do algodão que até então destinava-se a exportação. Os investimentos neste setor expandiram-se para outras regiões no País, entre elas Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Dentre eles, São Paulo foi o último a receber investimentos neste setor, o que ocorreu por volta de 1870. Mesmo assim, gradativamente o desempenho apresentado pela indústria têxtil neste Estado vinha por superar os demais.

No início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil já dispunha de um importante parque têxtil. Mesmo assim, a guerra pode ser considerada como fator decisivo na consolidação da indústria têxtil brasileira. A limitação da capacidade de o País importar propiciou a oportunidade do crescimento da produção interna no vácuo deixado pelo não-suprimento externo de tecidos. Assim, a interrupção do fluxo de entrada de artigos oriundos do exterior pela concentração dos países europeus e Estados Unidos no esforço da guerra, funcionou como elemento de estímulo para o crescimento da indústria brasileira.

Dessa forma, a evolução do setor têxtil paulista ocorreu principalmente

durante os anos da Primeira Guerra Mundial. Caracterizou-se como um período de grande desenvolvimento da indústria de tecidos de algodão paulista, determinando o surgimento do primeiro ramo da indústria com tendência à concentração regional. A indústria têxtil desse Estado tinha um significativo mercado que, em virtude do conflito eliminara a concorrência estrangeira. Tinha também a matéria-prima produzida em grande escala em seu próprio território, além de possuir também mão-de-obra qualificada e, acima de tudo, capacidade produtiva ociosa dotada de moderna tecnologia.

Cabe destacar que foi possível aumentar consideravelmente a produção, praticamente sem se ampliar a capacidade produtiva, já que em decorrência da guerra a importação de bens de capital foi drasticamente reduzida e a produção nacional de máquinas e equipamentos era praticamente inexistente. Isso ocorreu graças à capacidade instalada antes da guerra e à utilização máxima desta capacidade com ampliação dos turnos de trabalho. Isso significa que ainda no período anterior a guerra, antes que surgisse as restrições quanto às importações, a indústria têxtil paulista conseguiu equipar-se com um significativo parque industrial, o que ampliou consideravelmente sua vantagem.

Com o fim do conflito, utilizando-se dos capitais acumulados no período da guerra, São Paulo pôde adquirir uma série de equipamentos que ampliaram ainda mais sua situação frente à concorrência de outros Estados. Fato que ocorreu não só no setor têxtil, mas também em vários outros setores industriais. Com a gradativa concentração espacial da indústria em São Paulo, verifica-se que este foi o Estado que mais amplas possibilidades teve de aumentar a sua capacidade produtiva no pós-guerra, consolidando, então, sua hegemonia sobre os demais centros produtores.

No caso específico do Rio Grande do Sul, pode-se dizer que durante o período da Primeira Guerra Mundial, a evolução da indústria têxtil paulista não foi sentida pelas indústrias gaúchas desse setor, já que a produção de tecidos pôde continuar se expandindo sem encontrar problemas de colocação no mercado. Era normal que esta situação ocorresse já que a guerra tinha eliminado a concorrência estrangeira. As empresas estavam trabalhando na capacidade máxima de produção, já que o mercado havia se ampliado consideravelmente. Desta forma, no período do conflito, os empresários gaúchos não perceberam sua

perda de participação no mercado nacional. Foi após o conflito que esses industriais perceberam as dificuldades de competir com a indústria têxtil paulista.

Outro fator que ampliou consideravelmente a vantagem da indústria têxtil paulista foi a capacidade que este Estado teve de expandir internamente a produção do algodão no momento em que se fez necessário. Foi a partir de 1860 que se ampliou a produção de algodão em São Paulo, com base em relações mais modernas de trabalho, apoiada na transição para o trabalho assalariado, o que a diferenciava do nordeste. A partir deste momento e até a década de 1930, a lavoura de algodão continuou evoluindo entre crises e momentos de euforia provocados pelas condições internacionais de exportação. Mas foram os problemas relacionados com a economia cafeeira, desde o final do século XIX e no decorrer da República Velha, que motivou alguns cafeicultores a apostar em outras culturas, entre elas a do algodão. Tal situação ampliou consideravelmente a oferta de algodão no Estado. Com a crise em 1929 esse processo se amplifica consideravelmente e promove um surto na produção de algodão em São Paulo.

O colapso financeiro de 1929 abalou toda a economia mundial e provocou no Brasil o desmoronamento da política de defesa do café, expondo completamente sua fragilidade. Dentre as medidas adotadas pelo governo para conter a crise, destaca-se a desvalorização cambial. Com a diminuição dos fluxos comerciais e financeiros, somadas ao encarecimento dos preços dos produtos importados, a economia do País tende a voltar-se para dentro.

Em virtude dos problemas apontados na economia cafeeira, os capitais que antes eram investidos no setor passaram, em grande medida, a ser aplicados em outras atividades. Como a plantação de café já não oferecia as mesmas vantagens e seguranças dos anos anteriores a 1930, ocorre certa diversificação na área plantada. A crise abriu as portas à necessidade de reorganização das formas de utilização e de posse da terra. Dessa forma em São Paulo ocorre um verdadeiro surto algodoeiro, frente à crise cafeeira, conforme mostra a Tabela 26, a seguir.

**TABELA 26 – EVOLUÇÃO DA ÁREA CULTIVADA DE CAFÉ E ALGODÃO EM SÃO PAULO: 1920/1938 (percentagem da área total cultivada)**

Anos	Área cultivada com Café (ha)	Área cultivada com Algodão (ha)
1920	52,0 %	5,4 %
1930-31	55,91 %	1,1 %
1937-38	34,9 %	20,3 %

FONTES: ALBUQUERQUE (1983, p.148)

A Tabela 26 indica a percentagem da área cultivada com os produtos indicados em relação à área cultivada no Estado. Percebe-se o grande crescimento da área cultivada com algodão, sendo que em 1937-38 correspondia 20,3% da área cultivada no Estado, o que equivale a 960.609 (ha).

Cabe destacar que na década de 1920 foi iniciado um programa de pesquisas pelo governo do estado de São Paulo, com fim de melhorar a qualidade do algodão produzido no Estado. O objetivo principal era produzir um algodão, de fibra mais longa, que pudesse obter melhores preços e maior demanda no mercado internacional. (SUZIGAN, 2000a, p. 340)

Desta forma, o surto algodoeiro de São Paulo a partir de 1930, beneficiou ainda mais a indústria têxtil paulista, que além de possuir o principal parque têxtil do País, então passava a ter também a principal matéria-prima do setor têxtil disponível em grande escala dentro de seu próprio Estado.

Verifica-se um grande crescimento de indústrias têxteis em São Paulo durante o período de 1905 até 1921. Em 1905 o número de fábricas de fiação e tecelagem de algodão neste Estado totalizava 18 estabelecimentos, o que correspondia a 16,4% do total destes estabelecimentos no Brasil, já em 1921 eram 55 estabelecimentos que correspondiam a 22,7%. (STEIN, 1979, p. 111) Mas estes números não representam a totalidade das indústrias têxteis paulistas, que em 1920, entre empresas de fiação e tecelagem de algodão, malharia, beneficiamento de algodão, tecidos de lã, tecidos de juta, tecidos de seda, e outros estabelecimentos têxteis totalizavam 247 estabelecimentos. (RIBEIRO, 1988, p. 57)

A Tabela 27, a seguir, apresenta a evolução da indústria têxtil paulista nas primeiras três décadas do século XX. Refere-se aos estabelecimentos de fiação e

tecelagem de algodão. Observa-se o grande crescimento do número de estabelecimentos no período.

**TABELA 27 – EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO EM SÃO PAULO: 1900/1932**

Anos	Número de estabelecimentos	Operários	Teares	Fusos
1900	17	4.600	2.800	55.400
1905	18	6.300	3.900	111.000
1910	24	13.400	8.500	228.800
1915	41	17.900	12.000	338.300
1920	54	26.400	16.100	524.000
1925	64	38.100	20.600	663.300
1931	113	35.500	24.900	822.900
1932	112	37.400	24.900	803.500

FONTE: RIBEIRO (1988, p.70)

Percebe-se que a expansão da indústria têxtil algodoeira paulista eliminou mercados da indústria gaúcha. Conforme dados da Tabela 28, a seguir, pode-se verificar, primeiramente, certo crescimento nas exportações de tecidos de algodão para outros Estados, entre 1922 e 1924, mas a partir desta data as quantidades exportadas são declinantes, se em 1924 exportava-se 369.063 quilos de tecidos de algodão, em 1928 era só 27.895 quilos, ou seja, menos de 10% da quantidade exportada quatro anos antes.

**TABELA 28 – EXPORTAÇÕES DE TECIDOS DO RIO GRANDE DO SUL: 1922/1928**

Produtos (em quilos)	Anos						
	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Tecido de Algodão	245.697	319.330	369.063	309.783	52.530	30.585	27.895
Tecidos de Lã	3.028	278.297	339.013	159.910	64.411	428.701	443.121
Outros	218.333	208.224	229.172	576.782	941.093	330.964	278.514
Total kG	467.058	805.851	937.248	1.046.475	1.058.034	790.250	749.530

FONTE: REICHEL (1978, p.99)



Por outro lado, a Tabela 28 também mostra a crescente evolução das exportações de tecidos de lã do Rio Grande do Sul. Cabe destacar que esse estado caracterizou-se por ser o principal produtor de lã do Brasil. Sua indústria têxtil, desde cedo, se especializou na produção de tecidos de lã, atingindo não só o mercado local, como também o nacional. Ocorre também que algumas indústrias têxteis paulistas importavam lã em estado bruto do Rio Grande do Sul, para produzir lá os mais variados tipos de produtos.

Quanto à concentração da indústria têxtil em São Paulo, cabe ainda salientar que no início do processo de substituição de importações, o parque industrial têxtil paulista apresentava-se como o principal e mais moderno do País, tendo todas condições de ampliar sua concentração. O setor têxtil, que desde cedo se instalou com a finalidade de substituição de importações, pôde, diante do estrangulamento externo na década de 1930, ampliar sua substituição de produtos, proporcionando grande acumulação de capitais e a possibilidade de novas inversões.

Conforme os dados da Tabela 29, a seguir, verifica-se que a concentração industrial têxtil em São Paulo tinha novamente se ampliado, chegando em 1939 a concentrar mais de 60% do valor da produção do Brasil.

**TABELA 29 – CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DE SÃO PAULO – INDÚSTRIA TÊXTEL: 1907/1939 (percentagem do valor bruto da produção industrial de São Paulo em relação ao total do Brasil)**

Anos	( % )
1907	26,3
1919	36,6
1939	60,6

FONTE: CANO (1977, p.104)

Observando os dados da Tabela 29, em 1907, a indústria têxtil paulista concentrava 26,3 % do valor da produção industrial do Brasil. Neste período, quatro ramos industriais apresentavam-se com certa concentração industrial no estado de São Paulo: têxtil, vestuário, papel e minerais não-metálicos. Mas dadas as particularidades de cada ramo neste período, pode-se afirmar que apenas os ramos têxtil e de vestuário apresentavam-se com alguma significação em termos de concentração regional efetiva. Já em 1919, a indústria têxtil paulista contribui

com 36,6 % do valor da produção nacional. Neste ano, destacam-se os ramos do vestuário com 38%, bebidas com 34 %. Cabe destacar que bebidas, vestuário e têxtil perfaziam, juntos, 45% da produção industrial de São Paulo e tinham expressiva participação nas exportações de manufaturas paulistas para o resto do País.

A partir de 1920, inicia em São Paulo, ainda de forma incipiente, o compartimento produtor dos bens de produção, o que mais tarde consolidaria a indústria paulista na sua devida posição no mercado nacional. Em 1939 a indústria têxtil paulista já compreendia mais de 60 % do valor da produção têxtil nacional, o que demonstra a elevada concentração industrial têxtil exercida por este Estado. (CANO, 1977, p.103-5)

Esta situação se manteve na maior parte do período de substituição de importações. Segundo dados de ATEM (1989, p. 44), o valor da produção da indústria têxtil de São Paulo correspondia em 1962 a exatos 60% da produção nacional. Em 1970, tinha subido para 61,9 % e, em 1980, caído para 51,2% da produção nacional.

Cabe então avaliar qual foi a participação da indústria têxtil gaúcha no valor da produção têxtil nacional ao longo do século XX. A Tabela 30, a seguir, apresenta o quanto a indústria têxtil gaúcha representava em termos de percentual no valor da produção têxtil nacional.

**TABELA 30 – PERCENTAGEM DO VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO RIO GRANDE DO SUL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO VALOR DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA TEXTIL NO BRASIL: 1920/1980**

Ano	%
1920	3,71 %
1940	1,84 %
1950	2,06 %
1960	1,77 %
1970	2,26 %
1975	2,29 %
1980	2,58 %

FONTE: IBGE – Censos Industriais

Conforme os dados da Tabela 30, percebe-se que após uma redução na participação nacional entre 1920 e 1940, a indústria têxtil gaúcha manteve sua posição ao longo do processo de substituição de importações. Mesmo que sua participação seja pequena, principalmente se for comparada com São Paulo, sua posição ficou mantida em torno de 2% do valor da produção têxtil nacional. Cabe destacar ainda que de 1960 a 1980, a participação cresceu de 1,77% em 1960 para 2,58 % em 1980.

#### **5.4.3 Desenvolvimento da indústria têxtil no Rio Grande do Sul**

O período que se inicia na Primeira Guerra Mundial e vai até a década de 1950, pode ser considerado como um dos mais importantes para a evolução da indústria têxtil no Brasil. O setor têxtil pode contribuir consideravelmente com o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações. Neste período predominou os setores de bens não-duráveis, particularmente a indústria têxtil, mesmo que também tenha ocorrido significativo desenvolvimento em outros segmentos da economia como metalurgia, minerais não-metálicos, mecânica etc.

Em 1929, a grande crise que se abateu sobre a economia mundial fez com que a capacidade de importação fosse drasticamente reduzida, levando o País a adotar políticas de substituição dos produtos importados pela produção interna das mercadorias necessárias ao abastecimento. Mais do que isso, a década que se inicia em 1930 apresentou mudanças na orientação da política econômica, desencadeando novos arranjos institucionais, provocando mudanças na estrutura produtiva com base em um novo padrão de relacionamento internacional.

Os anos da Grande Depressão aparecem como um marco na industrialização brasileira, em decorrência, basicamente, do declínio brusco na capacidade de importar do país. Assim, ampliam-se as atividades substituidoras de importações, promovendo grande desenvolvimento ao setor industrial. Este processo foi aprofundado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, período em que ocorreram realmente excepcionais alterações na estrutura industrial brasileira. Considerando que os principais fornecedores do Brasil estavam

envolvidos no conflito, ampliou-se a possibilidade de o mercado ser suprido através do incremento da produção interna. No ramo têxtil, as fábricas se ampliaram, passando a operar com mais de um turno de trabalho. Cabe destacar que em 1943 cerca, de 25% da produção nacional de têxteis era destinada à exportação. ATEM (1989, p. 18)

Na década de 1930 a indústria têxtil pode expandir-se consideravelmente, pois sem os produtos estrangeiros, coube a indústria têxtil nacional abastecer a demanda pré-existente. Diante disso, a capacidade ociosa que existia na indústria têxtil no final da década de 1920, foi rapidamente eliminada. As dificuldades para aquisição de novos equipamentos, quase na totalidade importados, fizeram com que muitas máquinas já tidas como obsoletas voltassem a operar neste momento, pois a crise, encarecendo as importações, garantia uma reserva de mercado ao produtor local, viabilizando altos custos de produção.

A Tabela 31, a seguir mostra a expansão da produção interna de produtos têxteis no período de 1929 a 1939. Verifica-se que diante da redução da importação de produtos têxteis, a indústria nacional soube aproveitar esta situação e expandir consideravelmente a produção, pois de 1929 a 1939, a produção praticamente dobrou.

**TABELA 31 – INDÚSTRIA TÊXTEL DO BRASIL: 1929/1939 (em milhões de metros)**

Ano	Produção interna	Importações	Exportações	Consumo aparente
1929	478	29,9	0,1	507,8
1930	476	8,1	0	484,1
1931	634	2,7	1,7	633,0
1932	631	2,3	0,4	632,9
1933	639	4,8	0,5	643,3
1934	716	2,9	2,6	716,3
1935	753	2,1	1,3	753,8
1936	915	2,4	1,9	915,5
1937	964	2,7	4,1	962,6
1938	910	2,9	1,5	911,4
1939	894	3,3	12,0	885,3

FONTE: PELÁEZ (1979, p.166)

Conforme a Tabela 31, verifica-se claramente a evolução das atividades substituidoras de importações, onde a indústria nacional, mais que produzir internamente o que anteriormente se importava, passava ampliar a oferta.

Neste período, percebe-se também uma melhora na qualidade dos produtos. Durante a República Velha, a produção nacional de produtos têxteis não atendia a demanda exigida pelo mercado. Os tecidos para vestimentas da classe média e alta, por exemplo, não eram fabricados no Brasil. A indústria nacional produzia tecidos mais grosseiros, destinados a satisfazer as necessidades das camadas populares. É na década de 1930 que as fábricas passam a produzir fios de melhor qualidade, melhor resistência e mais finos, capazes de originar tecidos mais sofisticados. (CARONE, 2001)

A Tabela 32, a seguir, apresenta o índice da produção industrial para os ramos da indústria de transformação no período de 1929 até 1939. Percebe-se que em 1930 a maioria dos setores sofreu os efeitos da crise, mas posteriormente apresentaram significativo crescimento.

**TABELA 32 – ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL: 1929/1939\***  
(Ano 1929 = 100)

Setor industrial	1929	30	31	32	33	34	35	36	37	38	1939
Minerais não-metálicos	100,0	87,8	151,2	145,4	208,9	282,5	332,0	426,5	498,6	558,3	619,5
Produtos metalúrgicos	100,0	81,9	71,9	90,2	130,5	155,3	172,2	202,0	225,3	274,1	397,7
Produtos de papel	100,0	80,3	120,7	102,2	238,8	290,8	424,1	459,7	564,9	566,6	781,9
Produtos de couro	100,0	121,0	118,7	107,8	137,2	146,1	172,8	152,8	175,3	160,1	161,0
Químicos e Farmacêuticos	100,0	100,3	66,4	73,4	82,7	79,2	105,0	113,2	133,6	138,3	151,2
Perfumes, Sabonetes e Velas	100,0	77,9	77,0	95,6	107,8	153,7	157,0	285,9	221,0	255,9	259,2
<b>Têxteis</b>	<b>100,0</b>	<b>97,2</b>	<b>125,6</b>	<b>127,4</b>	<b>131,0</b>	<b>145,7</b>	<b>165,4</b>	<b>195,8</b>	<b>207,5</b>	<b>219,8</b>	<b>247,0</b>
Roupas e Calçados	100,0	70,8	75,0	67,3	71,2	74,6	94,7	110,9	121,0	113,8	124,8
Produtos alimentícios	100,0	107,9	102,3	99,3	111,6	116,9	128,6	132,4	120,9	125,5	124,9
Bebidas	100,0	83,5	70,3	76,3	79,3	81,7	97,3	107,7	110,4	110,5	129,6
Produtos do Fumo	100,0	86,7	87,7	85,5	88,5	135,5	102,0	121,2	143,4	148,4	120,3

FONTE: BAER (1996, p. 44)

\* Os índices para cada grupo de indústria são ponderados de acordo com a média de sua proporção no valor agregado à indústria manufatureira durante os censos de 1929 e 1939.

Observando os dados da Tabela 32, verifica-se o crescimento do índice de produção do setor têxtil, que apresentou um significativo resultado, principalmente se comparado com outros setores de indústrias tradicionais, como roupas e alimentos. Contudo, os setores que apresentaram os maiores índices foram os minerais não-metálicos e, os produtos de papel.

No período compreendido entre 1930 e 1945, pode-se assistir a um vigoroso processo de substituição de importações de bens de consumo leves. As dificuldades para importar, resultantes do colapso mundial em 1930 e do contexto da Segunda Guerra Mundial, a política de desvalorização cambial e a Lei de Similares e as ações do governo, proporcionaram condições favoráveis para o desenvolvimento da indústria. Isso permite concluir que a política industrial de Vargas obteve um expressivo sucesso em diversas áreas, garantindo, já em 1938, a auto-suficiência, não apenas em manufaturas leves - particularmente têxteis e alimentos - como também fornecendo crescentes quantidades de bens de capital.

Ao longo da década de 1930 e no início da de 1940, a produção eleva-se, tornando o Brasil um importante fornecedor de produtos têxteis para os mercados latino-americanos. Em 1941, a segunda posição dentre os maiores produtores mundiais de tecidos pertence ao Brasil. Entretanto, ao final da guerra e passado o estímulo externo à demanda de produtos têxteis brasileiros, as exportações caíram consideravelmente, passando de 24.000 toneladas em 1945, para 1.300 em 1950. Com isso, a produção nacional de tecidos volta a ser ajustada de acordo com os limites do mercado interno e o Brasil perde participação no comércio internacional de produtos têxteis. (ATEM, 1989, p. 18)

No período da Segunda Guerra Mundial, no caso específico do Rio Grande do Sul, verifica-se que os tecidos de lã produzidos eram consumidos em praticamente todo o Brasil. Além disso, com o conflito mundial, as dificuldades do comércio internacional proporcionam novamente uma nova expansão das indústrias locais. Neste contexto, o Rio Grande do Sul especializa-se mais em conservas, subprodutos animais, metalurgia fina e em vinhos. Este último obteve 80% da produção nacional em 1940. (LAGEMANN, 1978, p. 32)

Quanto ao setor têxtil do Rio Grande do Sul, neste período, cabe citar o caso do Lanifício São Pedro, localizado próximo a cidade de Caxias do Sul. O

lanifício adquiriu um amplo mercado na década de 1940, principalmente quando passou a fabricar tecidos para exército, tornando-se fornecedor de seus uniformes, das fardas, das juponas, das capas, dos cobertores.

Em virtude da Segunda Guerra Mundial, foi promulgado o Decreto Lei nº 6.688, em 1944, quando a indústria têxtil foi considerada de interesse nacional e deveria atender aos contratos com as nações unidas em guerra, aumentando a jornada de trabalho e, conseqüentemente, a produção. O Lanifício São Pedro, neste período, teve grande aumento de produção, sendo sua produção destinada tanto para a guerra como também para o mercado nacional e regional.

Cabe ainda mencionar que esta empresa considerava o precário sistema de transportes como um grave problema para ampliar seus mercados. A falta de infra-estrutura no sistema de transportes e a carência de boas estradas prejudicavam o fluxo de distribuição e circulação dos produtos, além de encarece-los no mercado nacional. Entretanto, boa parte da produção da fábrica era absorvida no mercado regional. (HERÉDIA, 1997, p. 149-50)

Como já foi abordado anteriormente, os meios de comunicação entre o mercado gaúcho e o nacional eram precários, dificultando o escoamento dos produtos gaúchos no mercado nacional. Mas, por outro lado, como boa parte da produção das indústrias têxteis gaúchas destinavam-se ao mercado regional, esta limitação também constituía-se em uma proteção, sem uma maior competição inter-regional.

Observando os dados dos censos de 1920 e 1940, percebe-se que o número de empregos na indústria têxtil brasileira dobrou. Se em 1920 eram 112.195 empregos, já em 1940 compreendiam 233.443 empregos. Por outro lado, sua participação na indústria de transformação havia reduzido, em virtude do surgimento de novos ramos industriais. Em 1920 o valor da produção da indústria têxtil representava 27,61% da indústria de transformação, já em 1940 reduziu-se para 21,08%. No caso específico do Rio Grande do Sul, esta redução foi bem mais significativa, se em 1920 a indústria têxtil contribuía com 8,66% do valor da produção da indústria de transformação, em 1940 compreendia somente 4,07%, ou seja, menos da metade da participação de 20 anos antes.

Neste período a indústria têxtil algodoeira apresentou significativo crescimento, quase dobrando o número de fábricas. Conforme a Tabela 33, a

seguir, percebe-se também o grande salto tanto do número de funcionários, como também do volume da produção.

**TABELA 33 – INDÚSTRIAS TEXTIL ALGODOEIRA NO BRASIL: 1915/1948**

Ano	N. de fábricas	Operários	Produção (1.000 metros)
1915	240	82.257	470.783
1921	242	108.960	552.446
1924	244	110.119	579.779
1925	257	114.561	535.909
1926	329	174.619	539.025
1927	354	128.613	594.313
1928	347	123.521	581.951
1929	359	123.470	477.995
1932	355	115.550	630.738
1946	420	234.864	1.142.151
1948	409	234.252	1.119.738

FONTE: STEIN (1979, p. 191)

No período após a Segunda Guerra mundial, as indústrias têxteis dos países tecnologicamente mais avançados competiram duramente com a indústria brasileira do mercado mundial. Coube à indústria têxtil nacional, diante de um descompasso tecnológico, recuar para o mercado interno. Na segunda metade dos anos 50 inicia-se uma nova fase industrial brasileira, com ênfase nos setores mais dinâmicos e não tradicionais. Nesta fase, o setor têxtil, por influência sistêmica do desenvolvimento industrial da época, também começou a passar por grandes transformações.

Na década de 1950, outros setores assumem a posição que a indústria têxtil exerceu na indústria de transformação, durante as primeiras décadas do século XX. A partir de então, o crescimento geral da indústria de transformação passa a ser significativamente superior ao crescimento da indústria têxtil, fazendo com que a participação dos têxteis em termos de valor de produção seja cada vez menor. Observando os dados dos censos industriais de 1950 e 1980, percebe-se que em 1950 o valor da produção da indústria têxtil brasileira compreendia



18,69% do valor da produção da indústria de transformação, já em 1980 se equivalia a apenas 6,42%. Para o Rio Grande do Sul a perda da posição não foi tão grande, já que o setor têxtil gaúcho detinha 4,40 % da participação no valor da indústria de transformação em 1950, e 2,30% em 1980.

Menciona-se ainda que neste período, principalmente na década de 1950, diante das melhorias dos meios de transporte, amplia-se a integração nacional. A quebra do relativo isolamento abre definitivamente o mercado gaúcho aos produtos advindos do centro industrial brasileiro, notadamente liderado por São Paulo. Ampliam-se assim as condições de concorrência no mercado interno gaúcho para os produtos têxteis. Quanto a isso, cita-se as palavras dos diretores da indústria têxtil LANSUL, que iniciou na produção de lã em 1948 e, em 1955, diante da nova realidade que o Estado vivenciava, afirmavam que confiavam "*no poder estimulante e produtor de uma justa e honesta competição entre as indústrias gaúchas e paulistas.*" (LAGEMANN, 1978, p. 46)

Quanto a importação de máquinas têxteis, a nível nacional, cabe destacar que, no período após a Segunda Guerra Mundial, a importação foi feita praticamente sem restrições cambiais até 1947. Com a exaustão das reservas nacionais, um sistema de licenciamento das importações foi implantado pelo governo em 1947. Neste processo, as importações de máquinas têxteis foram situadas em uma das categorias prioritárias, permitindo a continuidade do ciclo de investimento. Como a taxa de câmbio estava fixa desde 1939, a inflação em cruzeiros, ao diminuir o preço das máquinas, era um fator a mais a incentivar o investimento. Durante o ano de 1953, entretanto, a política cambial foi modificada e a nova taxa de câmbio para importações de máquinas consideravelmente aumentada. Com isso, o custo do investimento em novas instalações aumentou muito, desincentivando a continuidade do ciclo. (PROCHNIK, 1989, p. 13)

Cabe destacar que, observando dados apresentados pelos censos de 1940 e 1960, nota-se que as indústrias tradicionais, como têxteis, produtos alimentícios e vestuário, sofreram consideráveis quedas em sua posição relativa, enquanto o crescimento mais pronunciado ocorreu nas indústrias de equipamentos de transportes, maquinário, aparelhos elétricos e produtos químicos.

Com base no censo de 1960, o valor da produção da indústria têxtil gaúcha compreendia neste ano somente 1,77% do valor da produção têxtil nacional. Mas, a partir de então, sua participação conseguiu se ampliar, apesar de modestamente atingir em 1980, 2,58% da participação nacional. Ainda, no ano de 1960, a CEPAL<sup>20</sup> organizou um estudo sobre a indústria têxtil no Brasil. Este estudo apresenta o grau de automatização das máquinas de tecelagem no Brasil em 1960, bem como as quantidades de teares existentes nas principais regiões do Brasil. A Tabela 34, a seguir, apresenta em termos de percentuais, as quantidades de teares automáticos e não-automáticos das principais Estados produtores de têxteis do Brasil.

**TABELA 34 – TIPO DE EQUIPAMENTO DO PARQUE INDUSTRIAL TÊXTEL POR REGIÕES DO BRASIL EM 1960**

Local	Teares não-automáticos (%)	Teares automáticos (%)	Total (%)
Rio Grande do Sul	97,7	2,3	100,0
São Paulo	70,7	29,3	100,0
Rio de Janeiro, Guanabara	75,8	24,4	100,0
Minas Gerais	78,6	21,4	100,0
Santa Catarina	81,6	18,6	100,0
Nordeste	89,6	10,4	100,0
Total	77,1	22,9	100,0

FONTE: CNIT (1986, p. 17)

Conforme os dados da Tabela 34, destaca-se que o Rio Grande do Sul era o Estado com o maior percentual de teares não-automáticos do Brasil. Além disso, era o Estado que possuía a menor participação em termos de quantidade de teares do Brasil no ano de 1960, conforme mostra a Tabela 35, a seguir.

<sup>20</sup> O trabalho denominado: "The Textile Industry in Latin América – Brazil" *apud* CNIT (1986, p. 17)

**TABELA 35 – DISTRIBUIÇÃO DOS TEARES EM USO POR REGIÕES DO BRASIL EM 1960**

<b>Local</b>	<b>Percentual</b>
Rio Grande do Sul	1,63
São Paulo	43,36
Rio de Janeiro, Guanabara	19,37
Minas Gerais	14,36
Santa Catarina	2,08
Nordeste	19,20
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

FONTES: CNIT (1986, p. 17)

Os dados das Tabelas 34 e 35 podem ser utilizados como um indicador que explica porque a participação da indústria têxtil gaúcha, no valor da indústria têxtil nacional, tenha sido de somente 1,77%. Percebe-se o descompasso, tanto em capacidade instalada como também na tecnologia utilizada, principalmente em relação a São Paulo. No ano de 1970, a participação da economia gaúcha tinha melhorado um pouco, passando para 2,26% do valor da produção têxtil nacional, mesmo assim muito longe do resto do Brasil. Pois em 1970, enquanto a região sul detinha 10,8% da participação no valor da produção nacional têxtil, a sudeste possuía 78,6%. (IBAGESC, 1975, p. 33)

A Tabela 36, a seguir, apresenta a evolução do parque industrial têxtil no período que vai de 1963 a 1979. Neste sentido, o Brasil realizou importantes investimentos no período indicado. Se em 1963, do total de teares que possuía, 27,3% eram automáticos, já em 1979 este percentual sobe para 49,4%.

**TABELA 36 – PORCENTAGEM DE TEARES AUTOMÁTICOS NO MUNDO: 1963/1979**

Local	1963	1973	1979
Brasil	27,3 %	45,4 %	49,4 %
México	68,2 %	75,6 %	83,7 %
China	33,3 %	56,7 %	59,2 %
Coréia	26,8 %	95,0 %	100 %
Índia	10,0 %	18,6 %	21,9 %
América do Norte	100 %	100 %	100 %
Europa Ocidental	61,7 %	85,9 %	92,5 %
África	63,8 %	85,3 %	84,8 %
Total Mundo	48,6 %	65,7 %	68,9 %

FONTE: CNIT (1986, p. 17)

Conforme a Tabela 36, verifica-se o desempenho do setor, considerando os investimentos realizados em teares automáticos no Brasil entre 1963-1979. O que permite concluir que a produtividade do setor após 1960 melhorou consideravelmente.

Uma outra forma de avaliar o desempenho do setor têxtil é analisando as quantidades de matérias-primas consumidas. Assim, pode-se verificar a evolução do setor têxtil, a partir da década de 1960, observando o consumo industrial de fibras têxteis. No Brasil, são disponíveis estatísticas sobre o consumo de fibras desde o ano de 1963. A Tabela 37, a seguir, apresenta uma análise das principais fases de crescimento do setor, a partir de 1960.

**TABELA 37 – TAXAS DE CRESCIMENTO DO CONSUMO INDUSTRIAL DE FIBRAS TÊXTEIS NO BRASIL E CRESCIMENTO DO PIB: 1963/1987**

Período	Taxa anual de crescimento do consumo de fibras têxteis	Taxa anual de crescimento do PIB	Principal característica
1963/67	0,6 %	3,2 %	Estagnação do consumo
1968/73	9,2 %	11,2 %	Auge do crescimento da produção
1974/80	4,9 %	7,1 %	Fase da desaceleração
1981/83	-5,7 %	-1,7 %	Crise
1984/87	9,1 %	6,2 %	Recuperação e Plano Cruzado

FONTE: PROCHNIK (1991, p. 28-9)

Observando os dados da Tabela 37, considerando que o consumo de fibras têxteis é uma importante fonte de informação para a análise do desempenho do setor têxtil, verifica-se que, nas duas décadas que correspondem o período de 1963-1983, o crescimento do setor têxtil foi sempre inferior ao crescimento da economia como um todo. O que coloca em evidência o fraco dinamismo do setor têxtil no período final do processo de substituição de importações.

Dentro da dinâmica do processo de substituição de importações, outros setores vieram a liderar o crescimento da indústria brasileira. Na fase de maior expansão, 1968/1973, o crescimento industrial foi liderado pelos setores de bens de consumo duráveis, entre os quais se destacou a indústria automobilística. A produção de insumos básicos e de bens de capital foi privilegiada no período posterior.

O consumo de produtos têxteis também detém a propriedade de poder ser adiado. Nos anos em que a renda familiar diminui, o gasto com estes produtos está entre os primeiros a ser diminuído. Esta propriedade é visível no início da década de 1980, quando o consumo industrial de fibras têxteis diminui sensivelmente. Já a expansão no período 1984/1987, quando o consumo de fibras cresceu mais rapidamente do que o PIB, abriu uma nova fase de desenvolvimento para o setor têxtil. Ela é, em parte, uma consequência da retração nos anos anteriores. Com o aumento do poder aquisitivo, o "boom" do plano cruzado e as necessidades de reposição, as compras de produtos têxteis voltaram a crescer rapidamente.

Cabe destacar, ainda, que, no início da década de 1970, o setor têxtil do Brasil configurava-se como um dos com menor grau de concentração econômica. Conforme mostra a Tabela 38, a seguir.

**TABELA 38 – ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL: 1973/1983  
(Participação do faturamento do setor pelas 8 maiores empresas)**

<b>Setor</b>	<b>1973</b>	<b>1977</b>	<b>1980</b>	<b>1983</b>
<b>Têxteis</b>	<b>22,7 %</b>	<b>25,3 %</b>	<b>15,8 %</b>	<b>19,1 %</b>
Minerais não-metálicos	62,6 %	56,0 %	28,5 %	29,1 %
Prods. de metal	47,5 %	50,4 %	36,0 %	42,4 %
Maquinário	37,1 %	39,0 %	32,3 %	31,6 %
Mat. elétricos e comunic.	53,2 %	52,2 %	37,1 %	37,7 %
Equipamento de transportes	82,4 %	82,5 %	58,3 %	61,8 %
Prods. de madeira	35,0 %	41,8 %	44,3 %	48,5 %
Móveis	70,3 %	56,4 %	47,5 %	54,7 %
Prods. de papel	36,7 %	39,5 %	35,1 %	45,2 %
Borracha	79,0 %	78,6 %	83,3 %	80,6 %
Couro e produtos	57,2 %	72,5 %	51,7 %	44,5 %
Produtos químicos	74,2 %	73,2 %	71,6 %	72,4 %
Farmacêuticos	52,0 %	47,0 %	49,9 %	64,0 %
Perfumes/sabonetes/velas	68,9 %	83,3 %	86,0 %	84,6 %
Produtos plásticos	31,3 %	50,6 %	45,6 %	43,1 %
Roupas e calçados	49,0 %	47,2 %	47,3%	46,6%
Produtos alimentícios	57,9 %	53,5 %	26,5 %	30,4 %
Bebidas	69,7 %	57,8 %	58,6 %	53,6 %
Fumo	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %
Editora e gráfica	70,1 %	67,3 %	47,3 %	55,9 %
Diversos	63,3 %	59,8 %	40,4 %	45,2 %
<b>Média</b>	<b>58,0 %</b>	<b>59,1 %</b>	<b>49,7 %</b>	<b>52,0 %</b>

FONTE: BAER (1996, p. 148)

Observando os dados da Tabela 38 – que apresenta uma estimativa do grau de concentração econômica em várias indústrias brasileiras – a indústria têxtil pertence a um dos setores menos concentrados. Enquanto em alguns setores a concentração aumentou, no caso específico do setor têxtil, a concentração industrial reduziu: se em 1973 as oito maiores empresas do setor tinham uma participação de 22,7 % no total do faturamento do setor, já em 1983 este índice tinha caído para 19,1 %.

#### 5.4.3.1 A indústria têxtil de lã no Rio Grande do Sul

A indústria têxtil de lã é limitada pelo tamanho relativamente pequeno do mercado consumidor para seu produto, principalmente se comparada com o algodão. Os principais mercados vinculam-se aos estados do Sul por motivos climáticos. A partir de 1870 ocorre o desenvolvimento da indústria têxtil de lã, inicialmente produzindo flanelas, tecidos para casacos, cobertores, tapetes e outros produtos mais grosseiros. Ocorre que até 1920, os tecidos de lã mais nobres eram na totalidade importados e destinavam-se à produção de ternos masculinos, casimira, vestidos etc. (SUZIGAN, 2000a, p. 170)

Os primeiros investimentos industriais na fabricação de artigos de lã ocorreram no Rio Grande do Sul, mas surgiram outras fábricas no Rio de Janeiro e São Paulo ainda no final do século XIX. Entretanto, o centro da indústria localizou-se no Rio Grande do Sul, onde a matéria-prima estava próxima, as fábricas produziam seus próprios fios e o mercado era maior.

Em 1907, a produção interna de artigos de lã satisfazia quase metade da demanda interna. Conforme dados do censo de 1920, neste ano o Rio Grande do Sul exercia a liderança em termos de valor de produção, na fabricação de tecidos de lã com 33,3 % de participação. Seguido por Distrito Federal com 29,1%, São Paulo com 23,8 % e Rio de Janeiro com 12,6%. Mas, ao longo da década de 1920, a indústria têxtil de lã realizou considerável progresso, especialmente em São Paulo. Neste Estado, entre 1920 e 1927, o número de fábricas têxteis de lã aumentou de 10 para 24. Em 1927, as fábricas têxteis de lã de São Paulo fabricavam mais de 50% do total de artigos de lã no País. A produção de tecidos de lã no Brasil cresceu a taxas elevadas tanto na década de 1920 como também na de 1930. De 3,2 milhões de metros em 1919, ela alcançou 8,1 milhões em 1928 e 10 milhões em 1937. (SUZIGAM, 2000a, p. 174-6)

Mesmo que as indústrias têxteis do Rio Grande do Sul buscavam primeiro atender seu mercado interno, as grandes empresas têxteis do Estado, desde cedo se especializaram no fabrico de tecidos de lã, que eram vendidos tanto no mercado local como no nacional. A condição do Rio Grande do Sul, como o principal produtor nacional de lã, certamente gerava vantagens "naturais", pela

presença de matérias primas às indústrias têxteis do Estado. Desta forma, cabe destacar o desenvolvimento do setor de lã no Rio Grande do Sul.

A indústria têxtil gaúcha caracterizou-se por utilizar matéria prima regional. Vinculava-se, assim, ao setor da pecuária, tendo sido a região da campanha a principal zona produtora de lã. Em 1963, os municípios de Uruguaiana, Bagé, Alegrete, Santana do Livramento, Don Pedrito e Quaraí detinham cerca de 50% da produção gaúcha de lã. (BRDE, 1963, p. 2). A Tabela 39, a seguir, mostra a produção de lã bruta no Rio Grande do Sul no período de 1940 até a1962.

**TABELA 39 – PRODUÇÃO DE LÃ BRUTA NO RIO GRANDE DO SUL: 1940/1962**

<b>Ano</b>	<b>Peso em quilos</b>
1940	10.749.000
1941	10.911.800
1942	12.452.170
1943	13.844.600
1944	15.697.650
1945	20.552.370
1946	22.442.790
1947	18.282.420
1948	17.764.900
1949	17.269.035
1950	19.279.670
1951	20.127.450
1952	20.762.640
1953	23.711.850
1954	24.849.440
1955	27.038.300
1956	27.601.910
1957	27.750.280
1958	31.047.770
1959	29.736.894
1960	22.093.800
1961	23.931.000
1962	23.818.847

FONTE: BRDE (1963, p. 17)



Conforme os dados da Tabela 39, a produção de lã bruta mais que dobrou neste período. Uma parcela desta produção era consumida pelas indústrias locais, mas a maior parte dela fora exportada, tanto para outros Estados como também para outros países. Isto pode ser visualizado na Tabela 40, a seguir, onde é possível verificar as quantidades consumidas internamente e quanto da lã produzida o Rio Grande do Sul se exporta.

**TABELA 40 – CONSUMO LOCAL E EXPORTAÇÃO DA LÃ PRODUZIDA NO RIO GRANDE DO SUL (Total das safras de 1956/57 a 1959/1960)**

<b>Destino</b>	<b>Percentual</b>
Rio Grande do Sul (consumo próprio)	16,6
São Paulo	67,0
Outros Estados	4,9
Exterior	11,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

FONTE: BRDE (1963, p. 20)

Convém ressaltar que do montante da lã exportada no período indicado na Tabela 40, somente 8% tinha sido industrializada no Estado, o restante era exportado em estado bruto.

Outro aspecto importante, também apresentado na Tabela 40, é o elevado consumo da lã gaúcha por parte da indústria têxtil paulista. A Tabela 41, a seguir, confirma esta posição, apresentando o consumo em quilos das fibras de lã no ano de 1960.

**TABELA 41 – CONSUMO ANUAL DE FIBRAS DE LÃ NO BRASIL EM 1960**

<b>Local</b>	<b>Kg</b>
Rio Grande do Sul	4.392.000
São Paulo	19.164.000
Outros Estados	1.980.000
<b>Total</b>	<b>25.536.000</b>

FONTE: BRDE (1963, p. 23)

As indústrias têxteis que industrializavam a lã no início da década de 1960 apresentavam uma intensa integração vertical, fato que é mais relevante para as empresas mais antigas. Em parte, isso se justifica, já que quando as primeiras empresas se instalaram não existiam outras empresas similares que fornecessem produtos semi-elaborados. Assim, as empresas, ao se instalarem, obrigavam-se a operar em todas as fases da produção, desde o beneficiamento da matéria-prima até o acabamento do produto. São cinco fases de industrialização da lã: lavagem, tops, fiação, tecelagem e acabamento. A Tabela 42, a seguir, apresenta as empresas têxteis que operavam na industrialização da lã do Rio Grande do Sul no ano de 1960.

**TABELA 42 – INDÚSTRIAS TÊXTEIS QUE OPERAVAM NA INDUSTRIALIZAÇÃO DA LÃ NO RIO GRANDE DO SUL EM 1960**

Nome da empresa	Cidade	Fases em que opera*				
		1 <sup>a</sup> .	2 <sup>a</sup> .	3 <sup>a</sup> .	4 <sup>a</sup> .	5 <sup>a</sup> .
A. J. Renner S/A	Porto Alegre	X	X	X	X	
Fábrica Rio Guaíba S/A	Porto Alegre	X	X	X	X	
Cia. Fiação e Tecelagem Porto Alegrense	Porto Alegre	X	X	X	X	
Lanifício Sul Riograndense S/A	Sapucaia	X	X	X		
Lanifício Kuraschiki do Brasil S/A	Sapucaia	X	X	X		
Ind. Brasileira de Lã S/A	Guaíba	X	X			
Lima e Silva	Guaíba	X				
Lanifício Matteo Gianella Ltda.	Caxias do Sul	X	X	X	X	
Lanifício São Pedro S/A	Caxias do Sul	X	X	X	X	
Laneira Brasileira S/A	Pelotas	X				
União Fabril S/A	Rio Grande	X	X	X	X	
Lanifício Albornoz S/A	Santana do Livramento	X	X			

FONTE: BRDE (1963, p. 24)

\* São cinco fases de industrialização da lã :

1<sup>a</sup>. lavagem, 2<sup>a</sup>. tops, 3<sup>a</sup>. fiação, 4<sup>a</sup>. tecelagem e 5<sup>a</sup>. acabamento.

Conforme a Tabela 42, em 1960 apenas seis empresas no Rio Grande do Sul possuíam o equipamento completo de industrialização da lã até a tecelagem. A maioria destes equipamentos é de procedência estrangeira. (HERÉDIA, 1997, p.154)

### 5.4.3.2 Crescimento e emprego na indústria têxtil

A análise do comportamento do setor têxtil mostra que o setor apresentou crescimento durante o período em que ocorre o processo da substituição de importações. O crescimento do setor só atingiu taxas negativas, após o período da substituição de importações, mais precisamente entre 1981 e 1983, diante de uma grave crise na economia do País, que obviamente não atingiu unicamente o setor têxtil, mas também os outros setores da economia. Mesmo assim cabe destacar que, a participação do setor têxtil, paulatinamente reduziu-se dentro da indústria de transformação. Tal situação é absolutamente normal já que com a instalação dos novos ramos industriais, como as indústrias de bens duráveis, de bens intermediários e de bens de capital, reduzia-se a participação das indústrias tradicionais, como é o caso da indústria têxtil que, no início do século XX, liderava em termos de participação na indústria de transformação.

No caso do Rio Grande do Sul, segundo dados dos censos de 1940 a 1980, o número de empregos no setor têxtil aumentou consideravelmente, conforme mostra a Tabela 43, a seguir.

**TABELA 43 – PESSOAL OCUPADO PELA INDÚSTRIA TÊXTIL NO RIO GRANDE DO SUL: 1940/1980**

Ano	Pessoal Ocupado
1940	4.542
1950	8.203
1960	7.102
1970	9.683
1975	12.645
1980	15.173

FONTE: IBGE – Censos Industriais

Já analisando o número de empregos no setor têxtil no Brasil, mesmo com algumas oscilações, percebe-se o crescimento do número de empregos, conforme mostra a Tabela 44, a seguir:

**TABELA 44 – PESSOAL OCUPADO PELA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL: 1920/1980**

<b>Ano</b>	<b>Pessoal Ocupado</b>
1920	112.195
1940	233.443
1950	338.035
1960	328.297
1970	342.839
1975	333.776
1980	377.600

FONTE: IBGE – Censos Industriais

Cabe destacar que o índice de crescimento do emprego na indústria têxtil do Rio Grande do Sul foi muito superior ao apresentado pela indústria têxtil nacional. Tal situação pode ser verificada na Tabela 45, a seguir.

**TABELA 45 – ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA TÊXTIL NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL: 1940/1980**

<b>Ano</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>		<b>Brasil</b>	
	<b>Pessoal Ocupado</b>	<b>Índice</b>	<b>Pessoal Ocupado</b>	<b>Índice</b>
1940	4.542	<b>100</b>	233.443	<b>100</b>
1950	8.203	<b>181</b>	338.035	<b>145</b>
1960	7.102	<b>156</b>	328.297	<b>141</b>
1970	9.683	<b>213</b>	342.839	<b>147</b>
1975	12.645	<b>278</b>	333.776	<b>143</b>
1980	15.173	<b>334</b>	377.600	<b>162</b>

FONTE: IBGE – Censos Industriais

Já o índice de crescimento do emprego na indústria de transformação também apresentou-se maior no Rio Grande do Sul do que no Brasil, embora com uma proporção menor do que apresentado na tabela anterior para o setor têxtil. Esta situação é apresentada na Tabela 46, a seguir.

**TABELA 46 – ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL: 1940/1980**

Ano	Rio Grande do Sul		Brasil	
	Pessoal Ocupado	Índice	Pessoal Ocupado	Índice
1940	73.557	<b>100</b>	906.735	<b>100</b>
1950	111.242	<b>151</b>	1.309.614	<b>144</b>
1960	131.023	<b>178</b>	1.753.662	<b>193</b>
1970	217.553	<b>296</b>	2.634.630	<b>291</b>
1975	358.665	<b>488</b>	3.816.545	<b>421</b>
1980	456.348	<b>620</b>	4.918.209	<b>542</b>

FONTE: IBGE – Censos Industriais

Por outro lado, analisando o total do pessoal ocupado pela indústria têxtil em relação ao total do pessoal ocupado na indústria de transformação, percebe-se que a participação do número de empregos gerados pelo setor têxtil tornou-se cada vez menor, mesmo que a quantidade de empregos dentro do setor se ampliou. Ou seja, o número de empregos no setor têxtil cresceu durante o período do processo de substituição de importações, mas a participação do setor na geração de emprego foi cada vez menor. O que é apresentado na Tabela 47, a seguir.

**TABELA 47 – PERCENTAGEM DO PESSOAL OCUPADO PELA INDÚSTRIA TÊXTEL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: 1940/1980**

Ano	%
1940	6,17%
1950	7,37%
1960	5,42%
1970	4,45%
1975	3,53%
1980	3,32%

FONTE: IBGE – Censos Industriais

Seria de se supor que esta análise regional deveria acompanhar os resultados de uma análise nacional. Entretanto, ao se fazer esta análise para o Brasil, verifica-se que os resultados apresentados, além de acompanharem a

mesma tendência, são muito mais significativos. Tal situação pode ser verificada na Tabela 48, a seguir.

**TABELA 48 – PERCENTAGEM DO PESSOAL OCUPADO PELA INDÚSTRIA TÊXTIL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL: 1920/1980**

Ano	%
1920	40,72%
1940	25,75%
1950	25,81%
1960	18,72%
1970	13,01%
1975	8,75%
1980	7,68%

FONTE: IBGE – Censos Industriais

Assim, conforme os dados do censo de 1920, o total do pessoal ocupado pela indústria de transformação no Brasil era de 275.512 pessoas, e do setor têxtil 112.195, ou seja, 40,72%. Já no Censo de 1980, o total do pessoal ocupado pela indústria de transformação era de 4.918.209, e do setor têxtil 377.600 pessoas, assim 7,68%. Assim, mesmo que o número de empregos na indústria têxtil quase quadruplicou, no período estudado, a participação do setor na geração de empregos reduziu-se drasticamente, principalmente em função da diversificação que ocorreu na indústria de transformação.

Uma outra forma de avaliar o desempenho do setor têxtil durante o processo da substituição de importações, é com base no valor da produção industrial. Dessa forma, ao se avaliar o valor da produção industrial têxtil do Rio Grande do Sul, com o valor total da produção da indústria de transformação do Estado, percebe-se que ao longo do período do processo de substituição de importações, o setor têxtil perdeu gradativamente sua participação dentro da indústria de transformação. Conforme mostra a Tabela 49, a seguir:

**TABELA 49 – PERCENTAGEM DO VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO VALOR DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: 1920/1980**

Ano	%
1920	8,66%
1940	4,07%
1950	4,40%
1960	3,10%
1970	3,10%
1980	2,30%

FONTE: IBGE – Censos Industriais

Tal situação também se repete quando se realiza esta análise para o Brasil, só que de forma muito mais significativa. A participação da indústria têxtil nacional na indústria de transformação era em 1920 de 27,61%, e em 1980 tinha reduzido para somente 6,42%. O que é apresentado na Tabela 50, a seguir.

**TABELA 50 – PERCENTAGEM DO VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO VALOR DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL: 1920/1980**

Ano	%
1920	27,61%
1940	21,08%
1950	18,69%
1960	12,54%
1970	9,29%
1975	6,71%
1980	6,42%

FONTE: IBGE – Censos Industriais

Um outro dado importante que se obtém através da análise do valor da produção é saber o quanto, em termos de valor de produção, a indústria têxtil gaúcha participa do valor total gerado pela indústria têxtil nacional. Esta análise já foi apresentada anteriormente no trabalho, na Tabela 30, e desta forma não se faz necessário repetir novamente os resultados.

Cabe ainda verificar a evolução do número de estabelecimentos têxteis. Os resultados anteriores, onde se apresenta a perda da participação relativa da indústria têxtil no setor industrial, podem dar a impressão de que o número de estabelecimentos tenha decrescido durante o período de substituição de importações, o que não confere com a realidade. Ao contrário, neste período o setor apresentou crescimento, tanto em número de estabelecimentos, valor da produção e número de funcionários. O que pode ser verificado nas Tabelas 51, no caso do Rio Grande do Sul, e 52 para o Brasil. Mesmo com o crescimento apresentado, a perda de participação da indústria de transformação ocorreu porque o crescimento do setor têxtil foi inferior ao da média da indústria da transformação.

**TABELA 51 – NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS NO RIO GRANDE DO SUL: 1920/1980**

Ano	Total Indústria de Transformação	Indústria Têxtil
1920	1.773	20
1940	5.904	44
1950	12.599	60
1960	12.541	106
1970	17.711	295
1980	19.187	343

FONTE: IBGE – Censos Industriais

**TABELA 52 – NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS NO BRASIL: 1920/1980**

Ano	Total Indústria de Transformação	Indústria Têxtil
1920	13.336	1.211
1940	45.360	2.212
1950	82.154	2.941
1960	108.593	4.272
1970	160.887	5.309
1980	209.617	6.062

FONTE: IBGE – Censos Industriais



Finalmente, a análise dos dados apresentados pelos censos industriais, permitiram uma série de conclusões sobre o desenvolvimento do setor têxtil, no período do processo da substituição de importações. Não cabe aqui repetir as conclusões anteriormente apresentadas, mas pode-se argumentar resumidamente, que o setor têxtil no período do estudo, apresentou crescimento tanto em valor de produção, número de empregos e número de estabelecimentos. Contudo a participação do setor no conjunto da indústria de transformação tenha se reduzido.

Tanto no Brasil, como no Rio Grande do Sul, ocorreram tendências semelhantes no desempenho do setor, embora a magnitude dos resultados variou de um para outro.

## 6 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou contribuir para o estudo das origens da indústria gaúcha, enfocando o desenvolvimento da indústria têxtil no Rio Grande do Sul, a qual constituía-se num dos principais segmentos da indústria de transformação durante as primeiras décadas do século XX. Para tanto, o trabalho utilizou-se de uma reconstituição histórica, que mostra como o Rio Grande do Sul conseguiu vincular-se economicamente ao resto do Brasil. Assim, o trabalho não se deteve a avaliar o Rio Grande do Sul de forma isolada, ao contrário, buscou-se sempre inseri-lo no contexto nacional.

Enfatizou-se o desenvolvimento da indústria têxtil no período da substituição de importações, que se inicia na década de 1930 e segue até o final da década de 1970, quando se esgota este modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Entretanto, também foram abordadas as origens do setor têxtil, ainda em meados do século XIX. Não cabe aqui, por maçante que seria, recapitular passo a passo as origens e o desenvolvimento industrial da economia gaúcha, onde nela se insere o setor têxtil. Mesmo assim, é importante destacar que o Rio Grande do Sul teve um processo peculiar de acumulação de capital e de desenvolvimento industrial. Diante disso, as principais conclusões desse estudo podem ser resumidas como segue.

Ainda no século XVIII, a quantidade de gado que vivia livremente pelos campos do Rio Grande, como herança deixada pelos jesuítas, permitiu a região integrar-se à economia brasileira, como fornecedora de gado em pé e de corte para a região onde se desenvolvia a mineração. Quando, no final daquele século, se inicia a produção do charque, a principal fonte geradora de riqueza rio-grandense até as primeiras décadas do século XX. Sua produção destinava-se as

mais diversas regiões do País, já que a técnica de salgamento da carne eliminava o problema da perecibilidade, o que permitia ao charque atingir os mais diversos mercados. Serviu assim de importante alimento da população escrava vinculada a zona de agroexportação, como também era consumido por outras camadas menos favorecidas da sociedade. Entretanto, a produção gaúcha sempre sofreu concorrência por parte dos países platinos.

No Brasil, a formação de capital industrial, em escala significativa aparentemente, começou por volta da década de 1870 e ocorreu, sobretudo, em função da prosperidade das exportações. Esse desenvolvimento ocorreu principalmente no eixo Rio – São Paulo, sendo o café o principal produto de exportação. Foi justamente neste período que a principal atividade econômica do Rio Grande do Sul, a charqueada, estava começando a enfrentar a estagnação de suas atividades, já que as taxas de crescimento das quantidades exportadas eram relativamente pequenas, o que demonstrava as dificuldades de se conseguir novos mercados para o charque, principalmente considerando a concorrência platina. Tal situação ampliou-se no final do século, São Paulo com significativa prosperidade econômica, aplicando os recursos obtidos com a exportação do café na diversificação de atividades, gerando fortes impulsos à industrialização, enquanto que no Rio Grande do Sul a economia charqueadora encontrava-se em crise. Obviamente não seria desse setor que viriam os recursos para promover a industrialização do Rio Grande do Sul.

Paralelamente à crise na economia pecuária, ocorre o desenvolvimento do setor agrícola no Estado. Quanto a isso cabe destacar a importante contribuição do imigrante europeu, pois durante o século XIX o governo promoveu a colonização do Rio Grande do Sul. Os imigrantes se instalaram sob o regime da pequena propriedade, apresentando certa diversificação na agricultura, o que contribuiu para um rápido crescimento econômico, principalmente após obterem excedentes que ultrapassavam os limites do mercado regional e passou a abastecer diversas regiões do País. O resultado dessas atividades favoreceu, ao mesmo tempo, a formação do mercado interno e o desenvolvimento da indústria regional. Dessa forma, a acumulação de capitais que ocorreu na zona colonial, permitiu o investimento em atividades industriais, que procuravam inicialmente atender ao mercado regional, já que a zona colonial possuía um dinâmico

comércio. As primeiras indústrias tinham o perfil tradicional, como foi o caso da indústria têxtil.

No Brasil, a expansão do setor exportador induziu investimentos industriais. Tal característica esteve presente durante toda a República Velha, sendo que o investimento na indústria de transformação estava diretamente relacionado ao desempenho do setor exportador até 1929. Entretanto, foi a partir da Primeira Guerra Mundial que o padrão de desenvolvimento tornou-se mais complexo. Diante da escassez de matérias-primas e insumos básicos, o País sentiu o quanto era dependente dos países mais avançados, tanto em insumos como também em maquinaria e equipamentos. Era fundamental possuir uma estrutura de produção mais diversificada para abranger estes produtos. Dessa forma, foi a partir do conflito mundial que a estrutura industrial brasileira procurou diversificar-se. Assim, na década de 1920, percebe-se uma grande expansão de algumas indústrias tradicionais, destacando-se a têxtil.

Mesmo que a formação do capital na indústria de transformação tenha sido, em boa parte, oriunda de atividades ligadas ao setor exportador, muitos investimentos diretos de capital estrangeiro foram realizados no Brasil, ainda durante a República Velha e desempenharam importante papel na diversificação da estrutura industrial. Cita-se que, ainda em 1917, dois frigoríficos são instalados no Rio Grande do Sul, ambos de capital estrangeiro. Tais investimentos significaram importante melhoria nos processos de conservação da carne, como também ampliaram o mercado dos produtos da pecuária do Estado.

Cabe destacar que nesse período, o Rio Grande do Sul, - lembrando que este Estado pouco vinculava sua produção a mercados internacionais - caracterizou-se como grande abastecedor de produtos primários das regiões agroexportadoras. Dessa forma, indiretamente, a agroexportação também era muito importante para o Rio Grande do Sul, já que gerava mercado interno para os produtos gaúchos. Assim, seu processo de acumulação de capital e de industrialização difere das zonas centrais da economia brasileira. Também é nesse período que ocorre uma significativa concentração industrial em São Paulo, o que fundou as bases para consolidar sua hegemonia industrial.

Com a crise de 1929, o governo toma medidas para conter os graves problemas que afetavam a economia brasileira, que acabam por desencadear

uma profunda alteração do modelo de desenvolvimento que vigorava até então. Assim, o padrão de investimento industrial que vinha sendo induzido, principalmente, pela agroexportação, fora descontinuado. Entretanto, o investimento na indústria de transformação permaneceu dependente da capacidade de importar, criada pelo setor exportador. Era através das exportações que se obtinham as divisas necessárias às importações de máquinas e equipamentos, como também de alguns insumos básicos.

É a partir da década de 1930 que o crescimento da renda interna brasileira passou a ser vinculado a impulsos oriundos de suas próprias atividades internas. Essas atividades foram gradativamente substituindo novas faixas de bens que eram anteriormente importados, e se tornaram no principal determinante da acumulação do capital industrial. Assim, o desenvolvimento industrial que ocorreu a partir da década de 1930, pode ser caracterizado como industrialização por substituição de importações.

Cabe destacar que a política de defesa do café, na década de 1930, permitiu que os níveis de renda interna fossem mantidos, o que inicialmente manteve o mercado pré-existente e estimulou o crescimento da produção, já que não se conseguia importar. De início o crescimento da produção foi baseado na utilização da capacidade ociosa, mas já a partir de 1933 tornam-se necessários novos investimentos para sustentar o crescimento. É nesta década que a demanda interna por manufaturas passou a crescer principalmente em função da renda gerada em atividades tanto industriais como agrícolas, ligadas ao mercado interno, e estimuladas por políticas econômicas expansionistas.

Além disso, não foi só o choque da crise de 1929 que gerou a industrialização, mas também porque existia por parte do governo uma intenção em industrializar o País. O que pode ser verificado com a instalação de inúmeros órgãos, ainda nos primeiros anos do governo Vargas, que eram diretamente vinculados às atividades industriais. Mesmo assim, a transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial, só seria completada na década de 1950, após a implantação do Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek, quando o processo de industrialização avançou para abranger a produção interna de insumos básicos e bens de capital.

O processo de substituição de importações encerra-se somente no final da década de 1970, com a conclusão dos investimentos do II PND, quando se conseguiu praticamente fechar a matriz industrial brasileira. Neste momento altera-se o modelo de desenvolvimento econômico. Ao longo do período de substituição de importações, que durou aproximadamente 50 anos, percebe-se que o Rio Grande do Sul não conseguiu integrar-se com o dinamismo necessário à nova dinâmica de desenvolvimento econômico brasileiro, que ocorreu a partir de 1930. A melhoria dos meios de transporte, ao mesmo tempo em que ampliaram as condições de exportação dos produtos gaúchos, desprotegeram a indústria regional. A partir da década de 1950, através da ampliação do pólo industrial na região sudeste, principalmente em São Paulo, na forma de pesados investimentos públicos, pôde a economia daquela região apresentar uma ampla diversificação das atividades econômicas, enquanto que o Rio Grande do Sul pouco conseguiu promover alguma diversificação e dessa forma não conseguia atrair os investimentos necessários para sua modernização. Gradativamente, o Rio Grande do Sul passou a regredir em relação à economia nacional como um todo. Assim, a indústria gaúcha teve que se readaptar à nova realidade, alterando sua estrutura produtiva.

Quanto ao setor têxtil, cabe destacar que a implantação desta indústria em caráter industrial se deu no Brasil somente após a proclamação da Independência em 1822. Inicialmente apresentando processos artesanais, conseguiu modernizar-se com a importação de máquinas e demais equipamentos. No Rio Grande do Sul, a primeira indústria têxtil foi a Rheingantz & Vater, fundada em 1873 por uma família de comerciantes alemães. Essa empresa inicialmente dedicava-se à produção de artigos de lã, já que esta matéria-prima era abundante na região, pois o Rio Grande do Sul constituía-se no maior produtor de lã do Brasil. Posteriormente, iniciou a produção de artigos de algodão, entretanto era necessário importar esta matéria-prima de outros Estados.

Gradativamente, foram surgindo outros estabelecimentos industriais têxteis, constituindo-se em um importante segmento industrial de substituição de importações. Foi o primeiro ramo industrial a se expandir no País, uma vez que possuía as condições necessárias para sua implantação. A existência de um mercado interno no Rio Grande do Sul para onde se destinava a maior parte da

produção, principalmente das empresas localizadas próximas a zona colonial, como era o caso de Porto Alegre e Caxias do Sul, certamente gerava um forte incentivo para a produção. Outro ponto também importante refere-se à existência de mão-de-obra disponível para as atividades industriais, graças à imigração, onde se encontravam também técnicos especializados no ramo têxtil, como era o caso do Lanifício São Pedro, fundado no final do século XIX através de uma cooperativa de imigrantes italianos, que anteriormente trabalhavam em um grande lanifício na Itália.

Ao longo da República Velha, a indústria têxtil gaúcha contribuiu para o crescimento econômico regional, vinculada tanto ao mercado regional, como também ao nacional. Neste período ampliou-se consideravelmente a capacidade produtiva. A partir da metade da década de 1920, as indústrias gaúchas começaram a perceber os problemas gerados pela grande evolução do parque industrial paulista. A menor capacidade geradora de renda da economia gaúcha, assim como a falta do algodão no Estado, além das deficiências dos meios de transporte, ligados aos altos custos dos fretes, fizeram com que as indústrias do Rio Grande não pudessem aproveitar na mesma proporção que São Paulo, os impulsos promovidos pela guerra. Assim, ampliou-se o distanciamento em termos de capital, mercado e matéria-prima entre a economia gaúcha e a paulista. Como consequência, reduziram-se as quantidades dos produtos têxteis gaúchos exportados para outros Estados do País.

Dessa forma, a indústria têxtil gaúcha foi-se especializando na produção de tecidos de lã, já que esta matéria-prima era produzida em grande escala no Estado, embora este produto se destinava a poucas regiões do País. Pois, devido ao clima brasileiro, os tecidos de algodão apresentaram disparadamente uma maior demanda que os de lã. Dessa forma, ao invés de expandir-se e alcançar cada vez mais mercados, a indústria têxtil gaúcha acabou gradativamente restringindo-se a abastecer seu próprio mercado interno.

No período de substituição de importações, a indústria têxtil perde importância dentro da indústria de transformação do País, devido, principalmente, ao surgimento de novos ramos industriais. Mesmo assim o setor apresentou considerável evolução, tanto em termos de máquinas e equipamentos, como

também na utilização de novas matérias-primas, com a utilização das fibras sintéticas e artificiais.

Durante o período de substituição de importações, a produção da indústria têxtil do Rio Grande do Sul manteve uma participação em torno de 2% da produção têxtil nacional, em termos de valor. Contudo o setor apresentou crescimento, tanto em termos de número de estabelecimentos, como em número de empregos gerados.

Finalmente, ao longo do século XX, a indústria gaúcha e, especificamente, o setor têxtil, encontrou caminhos para prosperar, vinculados a características próprias de desenvolvimento, que diferenciaram o Rio Grande do Sul de outros Estados do Brasil. Neste período, a indústria local passou por uma série de transformações, que ocorreram, entre outros motivos, da integração cada vez maior da economia gaúcha com a nacional, da evolução natural das atividades industriais e, dos impulsos gerados pelo processo de substituição de importações.



## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro : Campus, 1990.

\_\_\_\_\_. O Brasil e a economia mundial (1930-1945). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1999.

ACCURSO, Cláudio. Uma avaliação da economia gaúcha no período de 1960-85. 2. V. Porto Alegre : UFRGS – Iepe, 1988.

ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite de. Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista 1920-1950. São Paulo : Hucitec ; Brasília : Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. *A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha*. In: Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre : FEE, 1996. p. 93-115.

ANÁLISE DOS SETORES INDUSTRIAIS : A INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO E ARTEFATOS DE TECIDOS 1980/81 - Ministério da Indústria e do Comércio – CDI. Brasília : Edicon, 1983.

ANDRADE, José E. Pessoa de ; CORREA, Abidack Raposo ; SILVA, Claudio, Vicente Di Gioia Ferreira. Polo de tecelagem plana de fibras artificiais e sintéticas da região de americana. BNDES – Relatos Setoriais, Rio de Janeiro, p. 1-30, fev. 2001. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/rs2\\_gs2.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/rs2_gs2.pdf) Acesso em: 12 abr. 2002.

ATEM, Suely Muniz. Indústria têxtil: estrutura de mercado, inovação tecnológica e estratégia empresarial. 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação PUC-SP, São Paulo.

BAER, Werner. A economia brasileira. São Paulo : Nobel, 1996.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Os complexos industriais da economia brasileira e a estrutura produtiva do Rio Grande do Sul. V. 1. Pg. 232 – 324 Porto Alegre, 1989.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Malharias. Relatos Setoriais, dez. 1994. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/malha.pdf> Acesso em: 12 abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Fibras artificiais e sintéticas. Relatos Setoriais, jun. 1995. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/fibras.pdf> Acesso em: 12 abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Seda, um tecido nobre. Informes Setoriais, out. 1996. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/setorial/is11seda.pdf> Acesso em: 12 abr. 2002.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. Estudo preliminar da indústria têxtil da lã no Rio Grande do Sul. 28 p. Porto Alegre, 1963.

BECKER, Fernando ; FARINA, Sérgio ; SCHEID, Urbano. Apresentação de trabalhos escolares. 18. ed. Porto Alegre : Multilivro, 1999.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. Desenvolvimento e crise no Brasil. 7. ed. São Paulo : Brasiliense, 1977.

BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 21. ed. Ijuí : Unijuí ; Petrópolis : Vozes, 2000.

CALDEIRA, Jorge. Mauá : empresário do império. São Paulo : Companhia das letras, 1995.

CAMPOS, Silvia H., SCHERER, André L.F. A competitividade da cadeia produtiva têxtil-vestuário no Rio Grande do Sul Porto Alegre. FEE. Projeto: Competitividade e inovação na indústria gaúcha. 1998.

CANO, Wilson. *Alguns aspectos da concentração industrial*. In: Formação econômica do Brasil : a experiência da industrialização. São Paulo : Saraiva, 1977. p. 63-120

\_\_\_\_\_. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1995 2. ed. Campinas : UNICAMP IE, 1998. (30 anos de economia – UNICAMP, 2)

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. São Paulo : Brasiliense, 1998.

CARONE, Edgard. Corpo e alma do Brasil : O pensamento industrial no Brasil (1880-1945). Rio de Janeiro : Difel, 1977.

\_\_\_\_\_. A evolução industrial de São Paulo (1889-1930). São Paulo : Senac, 2001.

CARRION Jr., Francisco M. Origens e perspectivas da crise econômica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre : UFRGS - DAECA, 1966.

\_\_\_\_\_. RS : política econômica & alternativas. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1981.

CASTILHOS, Clarice C.; PASSOS, Maria Cristina. Competitividade e inovação na indústria gaúcha. São Leopoldo : Unisinos ; Porto Alegre : FEE, 1998.

CASTRO, Antonio Barros de ; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO BRASILEIRO-ALEMÃ em Porto Alegre. 1881. Porto Alegre, Deutsche Zeitung, 1881. *apud* PESAVENTO, *et al* (1987)

CONSELHO NACIONAL DA INDÚSTRIA TÊXTIL. Estudos para automação, modernização, desenvolvimento tecnológico e ampliação da indústria têxtil brasileira até o ano de 2.000. CNIT / SENAI – CETIQT. Brasília : 1986.

CORSI, Francisco Luiz. *O projeto de desenvolvimento de Vargas, a missão Osvaldo Aranha e os rumos da economia brasileira*. In: História econômica & história de empresas. II. I (1999) São Paulo : Hucitec / ABPHE , 1999. p. 35-68.

DACANAL, José H. ; GONZAGA, Sergius. (Orgs.) RS: economia e política. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1979.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (Orgs.) RS: imigração e colonização. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1980.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 9. ed. São Paulo : Edusp, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999.

FISHLOW, Albert. *Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil*. In: Formação econômica do Brasil : a experiência da industrialização. São Paulo : Saraiva, 1977. p. 7-40

FLIGENSPAN, Flávio Benevett. Padrões de competição e crescimento da indústria gaúcha (1949-1980). 1992 – 186 p. Dissertação (Mestrado em Economia) IEPE – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. RS: economia & conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1983.

\_\_\_\_\_. A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República. Porto Alegre : UFRGS, 1984. (texto para discussão nº 01/84)

\_\_\_\_\_. 1930: a revolução parte do sul. In: Breve inventário de temas do sul. Porto Alegre : UFRGS / FEE ; Lajeado : UNIVATES, 1998. p. 205-224.

\_\_\_\_\_. Vargas : o capitalismo em construção. São Paulo : Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. In: Intérpretes do Brasil : leituras críticas do pensamento social brasileiro. Porto Alegre : Mercado Aberto, 2001a. p. 103-124

\_\_\_\_\_. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. IV Encontro de Economia da Região Sul, set. 2001b. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep/eventos/enc2002/m27-fonseca.doc> Acesso em 17 ago. 2002.

FRANCO, Gustavo H.B. A primeira década republicana. In: A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro : Campus, 1990. p. 11-30

FREITAS, Maria Éster de. Viver a tese é preciso! Reflexões sobre as aventuras e desventuras da vida acadêmica. RAE / FGV São Paulo, v.42 , n. 1, p. 88-93, jan./mar. 2002.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 29. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1999.

GARCIA, Odair Lopes. Avaliação da competitividade da indústria têxtil brasileira. 1994. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro : Campus, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias. 3. ed. São Paulo : Atlas, 2000.

GIRON, Loraine Slomp ; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. Casas de negócio: 125 anos da imigração e o comércio regional. Caxias do Sul : EducS, 2001.

GORINI, Ana Paula Fontenelle. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1202.pdf> Acesso em: 12 abr. 2002.

\_\_\_\_\_ ; SIQUEIRA, Sandra Helena. O segmento de fiação no Brasil. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, p. 1-25, set. 1997. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/Bnset/fiacao.pdf> Acesso em: 12 abr. 2002.

\_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_. Tecelagem e malharia. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, p.1-28, mar.1998. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/Bnset/rsmalha1.pdf> Acesso em:12 abr.2002.

GREMAUD, Amaury Patrick ; TONETO Jr., Rudinei ; SAES, Flávio Azevedo Marques de . Formação econômica do Brasil. São Paulo : Atlas, 1997.

\_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_ ; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia brasileira contemporânea. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAGUENAUER, Lia *et al.* Os complexos industriais na economia brasileira. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, dez.1984 (Textos para discussão, 62), *apud* CAMPOS *et al* (1998) , *op. cit.*

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. Processo de Industrialização da Zona Italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul : Educs, 1997.

\_\_\_\_\_ ; MACHADO, Maria Abel. Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: cem anos de história. Caxias do Sul : Maneco, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991 São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DE SANTA CATARINA. Diagnóstico da indústria têxtil de santa catarina. SDE – CEBRAE/IBAGESC – BRDE – FUNDESC – SIC – CODESUL. Florianópolis, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, vários anos.

\_\_\_\_\_. Censo Industrial do Brasil. Rio de Janeiro, 1920-1980.

INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL. Brasil Têxtil 2001: 1.º Relatório do setor têxtil brasileiro. v. 1. São Paulo, jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Brasil Têxtil 2002: Relatório setorial da indústria têxtil brasileira. v. 2. São Paulo, jun. 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Competitividade e produtividade das algodozeiras e das fiações no sul-sudeste do Brasil. Brasília : set. 1997 (texto para discussão nº 515)

INSTITUTO EUVALDO LODI. Análise da eficiência economia e da competitividade da cadeia têxtil brasileira. (IEL, CNA e SEBRAE) Brasília, 2000.

LAGEMANN, Eugênio. A industrialização no Rio Grande do Sul (Um estudo histórico) Porto Alegre : IEPE, 1978.

\_\_\_\_\_. Imigração e industrialização. In: RS: Imigração & Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p.115-134

\_\_\_\_\_. O banco pelotense & o sistema financeiro regional. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1985.

LANDES, David S. A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. 3. ed. Rio de Janeiro : Campus, 1998.

LINS, Hoyêdo Nunes. Pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas face às mudanças nas condições de concorrência. Ensaio FEE, v. 21, n. 2, 2000, p. 110-137.

LOPES, João do Carmo ; ROSSETTI, José Paschoal. Economia monetária. 7. ed. São Paulo : Atlas , 1998.

LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil Imperial. 7. ed. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1997.

\_\_\_\_\_. História do Brasil Contemporâneo. 9. ed. Porto Alegre : Mercado Aberto, 2000.

LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930. São Paulo : Perspectiva, 1975.

MENDONÇA, Marina Gusmão de ; PIRES, Marcos Cordeiro. Formação econômica do Brasil. São Paulo : Pioneira Thomson Learning, 2002.

MONASTERIO, Leonardo Monteiro. Capital social e a região sul do Rio Grande do Sul. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MOURE, Telmo. A inserção da economia do imigrante na economia gaúcha. In: RS: Imigração & Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p.91-113

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Autoritarismo e crise fiscal no Brasil (1964-1984). São Paulo : Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Maria Helena. Principais matérias-primas utilizadas na indústria têxtil. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, p. 1-40, mar. 1997. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/Bnset/mprev.pdf> Acesso em: 12 abr. 2002.

OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. *Encilhamento: controvérsia e efeitos sobre a indústria têxtil mineira*. In: História econômica & história de empresas. I. II (1998) São Paulo : Hucitec / ABPHE , 1998. p. 65-87.

PELÁEZ, Carlos Manuel. História da industrialização no Brasil. São Paulo, ANPEC, 1972. *apud* FONSECA (1999) *op. cit.*

\_\_\_\_\_. História econômica do Brasil : um elo entre a teoria e a realidade econômica. São Paulo : Atlas, 1979.

\_\_\_\_\_. Economia brasileira contemporânea: origens e conjuntura atual. São Paulo : Atlas, 1987.

PELLANDA, Ernesto. *Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. In: REVISTA DO GLOBO. : Álbum Comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1950. p. 33-64.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Rs: a economia & o poder no anos 30. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1980.

\_\_\_\_\_. RS: agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1983.

\_\_\_\_\_. A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre : Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. História do Rio Grande do Sul. 8. ed. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1997.

\_\_\_\_\_; FAGUNDES, Ligia K. ; KUMMER, Lizete ; STEPHANOU, Maria. Memória da indústria gaúcha ( 1889 – 1930 ). Porto Alegre : UFRGS ; FEE, 1987.

POLLINI Jr., Airton Brazil. *A restrição de importação de máquinas têxteis (1931-1937) e a estrutura da indústria*. In: Anais do II Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, PUC/SP, v. 3, p. 315-335, mai. 1997.

PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil. 43. ed. São Paulo : Brasiliense, 1998.

PROCHNIK, Vitor ; LISBOA, Marcos de Barros. Política industrial para setores tradicionais: o caso do complexo têxtil brasileiro. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, out.1989 (Textos para discussão, 217)

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Perspectivas para o complexo têxtil brasileiro. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1991.

RAMBO, B. *A zona de colonização italiana (estudo geográfico)*. In: REVISTA DO GLOBO. : Álbum Comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1950. p. 134-149.

REICHEL, Heloísa Jochims. A indústria têxtil do Rio Grande do Sul : 1910/1930. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1978.

\_\_\_\_\_. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: RS: Economia & Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.255-276.

REVISTA DO GLOBO. Álbum Comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1950.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930). 1. ed. São Paulo : Hucitec, 1988.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. (Org.) Intérpretes do Brasil : leituras críticas do pensamento social brasileiro. Porto Alegre : Mercado Aberto, 2001.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre : Globo, 1969. 2 v.

ROOS, Denise Bordin. O setor industrial de malharia retilínea de Caxias do Sul : um estudo de aglomerado de pequenas empresas. 2001. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RUSSO, Ricardo ; ZIEGLER, Paulo. Até o último rincão: a história do transporte rodoviário de cargas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre : Fotoletras, 1989.

SÁ, Mem de. . Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: REVISTA DO GLOBO. : Álbum Comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1950. p. 75-104.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. 2. ed. São Paulo : Best Seller, 1999.

SANTOS, Ângela Maria Medeiros M. ; MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. Cadeia têxtil: estruturas e estratégias no comércio exterior. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15 , p. 113-136 , mar. 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1506.pdf> Acesso em: 12 abr. 2002.

SCHERER, André L. F. ; CAMPOS, Silvia H. As mudanças no comércio internacional e as exportações brasileiras de têxteis e vestuário. Ensaio FEE, v. 14, n. 1, 1993, p. 229-254.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Material da disciplina: Malharias e Meias. São Paulo, 1976.

\_\_\_\_\_; CENTRO DE TECNOLOGIA DA INDÚSTRIA QUÍMICA E TÊXTIL. Programa setorial de qualidade e produtividade cadeia têxtil. VI. 1. Rio de Janeiro, 1991.



SILVA, Elmar M. da. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In: RS: Economia & Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.55-91.

SILVA, Sergio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 6. ed. São Paulo : Alfa-Omega, 1985.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife ) 2. ed. São Paulo : Nacional, 1977.

SPINATO, João Laner. E assim eles contavam... Porto Alegre : Nova Dimensão, 1998.

STEIN, Stanley J.. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil : 1850/1950. 1. ed. Rio de Janeiro : Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo : Hucitec, 2000a.

\_\_\_\_\_. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. . In: História econômica & história de empresas. III. II (2000) São Paulo : Hucitec / ABPHE , 2000b. p. 7-25.

TAMBARA, Elomar. RS : modernização & crise na agricultura. 2. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. (Org.) Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre : FEE, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org.) Breve inventário de temas do sul. Porto Alegre : UFRGS / FEE ; Lajeado : UNIVATES, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. 11. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1983.

\_\_\_\_\_. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 3. ed. Campinas : Unicamp. IE, 1998. (30 anos de economia – UNICAMP, 6)

TEXTILES PANAMERICANOS. Diversos números

TEXTÍLIA. Diversos números.

VELLOSO, Diderot (coord.). A economia do Rio Grande do Sul na década de 60. Porto Alegre : Pucrgs. IESPE, 1973.

VERSIANI, Flávio Rabelo ; BARROS, José Roberto Mendonça de. (Orgs.) Formação econômica do Brasil : a experiência da industrialização. São Paulo : Saraiva, 1977.

\_\_\_\_\_ ; VERSIANI, Maria Teresa R. O. *A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição*. In: Formação econômica do Brasil : a experiência da industrialização. São Paulo : Saraiva, 1977. p. 121-142

VIEIRA, Dorival Teixeira. Pequenas e médias indústrias têxteis. Programa de assistência a pequenas e médias indústrias brasileiras. IA-USP – CIESP – SESI – BNDE – RVB. São Paulo, 1968.

VILLELA, André. *Tarifas de importação e câmbio na gênese da indústria brasileira, 1901-1928*. In: História econômica & história de empresas. III. II (2000) São Paulo : Hucitec / ABPHE , 2000. p. 27-46.

WEID, Elisabeth Von Der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. O fio da meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril, 1878 – 1930. 1. ed. Rio de Janeiro : FCRB - CNI, 1986.

ZINI Jr., Álvaro Antônio. Taxa de câmbio e política cambial no Brasil. 2. ed. São Paulo : Edusp, 1995.